



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO



SUE ANNE GUIMARÃES CURSINO PESSOA

**NOTA PÚBLICA SINDICAL:
UM GÊNERO DISCURSIVO À LUZ DO PENSAMENTO BAKHTINIANO**

**MANAUS - AM
JANEIRO DE 2026**

SUE ANNE GUIMARÃES CURSINO PESSOA

**NOTA PÚBLICA SINDICAL:
UM GÊNERO DISCURSIVO À LUZ DO PENSAMENTO BAKHTINIANO**

**Tese submetida à defesa no Programa de
pós-graduação em Educação (PPGE), na
Faculdade de Educação (FACED), na
Universidade Federal do Amazonas
(UFAM)**

**Orientadora: Profa. Dra. Hellen Cristina
Picanço Simas.**

**Linha 3: Formação e Práxis do(a)
Educador(a) Frente aos Desafios
Amazônicos.**

**MANAUS - AM
JANEIRO DE 2026**

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P475n Pessoa , Sue Anne Guimarães Cursino
 Nota pública sindical: um gênero discursivo à luz do pensamento
 bakhtiniano / Sue Anne Guimarães Cursino Pessoa . - 2026.
 203 f. ; 31 cm.

 Orientador(a): Hellen Cristina Picanço Simas.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas,
 Programa de Pós-Graduação em Educação, Manaus , 2026.

 1. Comunicação sindical. 2. Dialogismo. 3. Gêneros do discurso.
 4. Nota pública sindical. 5. Sequência didática. I. Simas, Hellen
 Cristina Picanço. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa
 de Pós-Graduação em Educação. III. Título

FOLHA DE APROVAÇÃO

Sue Anne Guimarães Cursino Pessoa

**Nota pública sindical:
um gênero discursivo à luz do pensamento bakhtiniano**

Tese apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Data da Defesa: 26/01/2026

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Hellen Cristina Picanço Simas – Orientadora
PPGE/UFAM
Presidente da Banca Examinadora

Prof.(^a) Dr.(^a) Nayana Cristina Gomes Teles (Membro Interno do PPGE)
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Membro Interno do PPGE

Prof.(^a) Dr.(^a) Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas Universidade Federal do
Amazonas – UFAM
Membro Interno do PPGE

Prof. Dr. Fabio Pessoa da Silva
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Membro Externo

Prof. Dr. Lucas Vinicio de Carvalho Maciel
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Membro Externo

SUPLENTES:

Prof.(^a) Dr.(^a) Maria Nilvane Fernandes
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Membro Interno do PPGE

Profa. Dra Regina Celi Mendes da Silva
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Membro Externo

Dedico esta tese a todas as pessoas que a lerem, pois, assim iremos dialogar, ecoar ideias e fomentar energia neste mundo onde muito se tem a aprender e a ensinar.

AGRADECIMENTOS

Esta é mais uma etapa do meu caminhar pelo mundo. Sou grata pelo percurso que me trouxe até aqui e pelo horizonte que a conclusão deste trabalho me permite vislumbrar. Agradeço às forças positivas do universo e aos pesquisadores que vieram antes de mim, com quem pude dialogar.

Registro profunda gratidão à minha família, base do meu caminhar. Foi no cuidado de minha mãe, Célia, e na segurança de meu pai, Eduardo, que aprendi a seguir; é no olhar do meu filho, Thor Vicente, que encontro força diária. Avós Tereza e Lucy, espiritualmente estão aqui. Esta conquista também é de vocês.

Ao companheiro Danilo Pessoa, agradeço a compreensão diante das ausências e dos momentos de frenesi que esta jornada me exigiu. Ao meu tio Aguinaldo que, no meu aniversário de 24 anos, me disse: “você será doutora com doutorado”. Isso me fez enxergar a realização muito antes ser sonho. Este trilhar seria mais difícil sem os amigos: Jéssica, Robert, Flávia e, de modo especial, Helder Mourão, Tomzé Costa e José Alcimar. Agradeço pelas trocas generosas e reflexões que atravessaram esta tese.

À ADUA, em especial à professora Ana Lúcia Gomes, pela acolhida e acesso ao acervo para pesquisa. Aos companheiros da Associação Amazonas de Karatê-Dô, pelas lições de disciplina e foco aplicadas na produção da tese, em especial ao Kyoshi Rosenir e ao Senpai Newton. Ao meu círculo de vizinhos, pelos momentos de afeto que tornaram possível a serenidade.

Agradeço aos professores que compuseram a banca de qualificação e a banca final desta tese; E às instituições que fomentam ciência: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM); UFAM e PPGE. Gratidão à minha orientadora, professora Dra. Hellen Cristina Picanço Simas, por caminhar comigo nas escolhas, acreditar, confiar e lançar sobre este trabalho um olhar atento e rigoroso, fundamental para o alcance dos objetivos propostos.

Aos colegas do PPGE: Rosimário Quintino, Fernanda Calegare, Reinaldo; e Vanessa Ribeiro; e aos colegas do Núcleo de Estudos de Linguagens da Amazônia (NEL-Amazônia/CNPq), aqui representados por Raulciele e Clarice.

Enfim, agradeço a todas e a todos que, de perto ou de longe, estiveram comigo de alguma forma nesta jornada

“O nosso discurso da vida prática está cheio das palavras dos outros”
(Mikhail Bakhtin - Problemas da Poética de Dostoiévski, 2010)

“Não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas do que é passível de fazer sentido. Eu não: quero é uma verdade inventada”
(Clarice Lispector - Água viva, 1998)

“A paciência tudo alcança”
(Santa Teresa D’Ávila)

*“Quem foi que disse que eu não chegava
Se a minha meta era de chegar
Ora não sai primeiro
Mas chegar já é vencer
Eu posso me orgulhar
Quem foi que disse que eu não vencia
Com a força de vontade minha de vencer
Mesmo sendo por mania
Completar a minha parte era meu dever”*
(A chegada – Música de Chico da Silva, compositor parintinense)

RESUMO

O objetivo geral desta tese é caracterizar e sistematizar o entendimento da nota pública sindical como gênero discursivo a partir do pensamento teórico-metodológico de Mikhail Bakhtin e o Círculo, com aporte no texto *Os gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2016) e em *Marxismo e filosofia da linguagem* (VOLOCHINOV, 2006/2021), em contexto de produção discursiva da esfera da comunicação sindical, visando à didatização do gênero. Como objetivos específicos, buscou-se a) definir o conceito de nota pública sindical a partir de revisão de literatura do tema em cotejo com a teoria bakhtiniana de gênero discursivo; c) identificar os elementos constitutivos da nota pública sindical; d) desenvolver uma metodologia de sequência didática da escrita de nota pública sindical. Para tanto, o processo de construção do estudo teve como base a pesquisa documental e bibliográfica, com foco em um movimento dialógico e transdisciplinar. Como principal contribuição está a elaboração do conceito de nota pública sindical, sobre a qual afirma-se que *é um gênero discursivo construído a partir de temáticas de interesse que regem a vida dos sujeitos inseridos no campo da comunicação sindical, o que implica exigências próprias da luta política da classe trabalhadora. Mais que instrumento informativo, a Nota Pública Sindical é, sobretudo, uma mediação para a organização política e formação da consciência social da classe trabalhadora*. Também importante contribuição é a identificação dos elementos constitutivos deste gênero, como a estrutura composicional, que apresenta relativa estabilidade, marcada por parágrafos informativos e argumentativos, sendo constituída de título, sequência de parágrafos que trazem a voz do enunciador, retomada histórica, análise da conjuntura, tese central, frase de efeito ou mote, assinatura, data e local de publicação. O estilo é marcado, predominantemente, pela argumentação e uso de recursos lexicais característicos da linguagem militante e mobilizadora. O conteúdo temático é influenciado por aspectos conjunturais e/ou históricos, servindo como registro de memória de uma entidade sindical e constituindo um projeto discursivo, cuja demarcação de posicionamento ideológico objetiva informar e cumprir uma função pedagógica, voltada, principalmente, para integrantes das entidades sindicais. Visando contribuir para o fomento desse gênero discursivo no contexto de ensino, foi elaborada uma proposta de sequência didática de escrita da nota pública sindical com base em Dolz, Noverraz e Schneuwly, presente no texto *Sequências didáticas para o oral e a escrita* (2004). A sequência didática desenvolvida visa ampliar o acesso a práticas de linguagem novas, ou pouco dominadas, e estimular a compreensão da escrita como um processo contínuo de reescrita. Essa abordagem favorece o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico, da reflexão linguística e da capacidade argumentativa, além de auxiliar o trabalho docente em aspectos como coesão, coerência, estrutura e produção discursiva. Assim, esta tese contribui ao legitimar a nota pública sindical como gênero ideológico e formativo dentro da teoria bakhtiniana e, metodologicamente, ao fornecer um roteiro didático para a mobilização deste gênero tanto no ensino básico, quanto acadêmico superior e na práxis da luta social.

Palavras-chave: comunicação sindical; dialogismo; gêneros do discurso; nota pública sindical; sequência didática.

ABSTRACT

The general objective of this thesis is to characterize and systematize the understanding of the trade union public statement as a discursive genre based on the theoretical-methodological framework of Mikhail Bakhtin and the Bakhtin Circle, drawing on the texts "Speech Genres" (Bakhtin, 2016) and "Marxism and the Philosophy of Language" (Voloshinov, 2006/2021), within the context of discursive production in the sphere of trade union communication, aiming at the didactic transposition of the genre. The specific objectives were: (a) to define the concept of trade union public statement based on a literature review compared with Bakhtinian genre theory; (b) to identify the constitutive elements of the trade union public statement; and (c) to develop a didactic sequence methodology for writing trade union public statements. To this end, the study was based on documentary and bibliographic research, focusing on a dialogic and transdisciplinary approach. The main contribution lies in the elaboration of the concept of trade union public statement, defined as a discursive genre constructed around themes of interest that govern the lives of individuals within the sphere of trade union communication, implying specific demands of the political struggle of the working class. More than an informative instrument, the trade union public statement is, above all, a mediation tool for political organization and the formation of social consciousness among the working class. Another important contribution is the identification of the constitutive elements of this genre, such as its compositional structure, which presents relative stability, marked by informative and argumentative paragraphs, including title, sequence of paragraphs expressing the speaker's voice, historical background, contextual analysis, central thesis, slogan or key phrase, signature, date, and place of publication. The style is predominantly marked by argumentation and the use of lexical resources characteristic of militant and mobilizing language. The thematic content is influenced by contextual and/or historical aspects, serving as a record of memory for a trade union entity and constituting a discursive project whose ideological positioning aims to inform and fulfill a pedagogical function, mainly directed at members of trade union organizations. In order to contribute to the promotion of this discursive genre in educational contexts, a didactic sequence proposal for writing trade union public statements was developed based on Dolz, Noverraz, and Schneuwly (2004). This approach aims to expand access to new or less-mastered language practices and to encourage the understanding of writing as a continuous rewriting process. This approach fosters the development of autonomy, critical thinking, linguistic reflection, and argumentative skills, as well as supporting teaching practices in aspects such as cohesion, coherence, structure, and discursive production. Thus, this thesis contributes by legitimizing the trade union public statement as an ideological and formative genre within Bakhtinian theory and, methodologically, by providing a didactic framework for its use in both basic and higher education, as well as in the praxis of social struggle.

Keywords: trade union communication; dialogism; discourse genres; trade union public statement; didactic sequence.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação entre tipos de releases e gêneros jornalísticos proposta por Kopplin e Ferraretto (2001)	33
Quadro 2 - Exemplo de nota divulgada no livro de Kopplin e Ferraretto (2001)	34
Quadro 3 - Ênfase das pesquisas contemporâneas em Linguística Aplicada	49
Quadro 4 - Abordagens teórico-metodológicas na área dos gêneros do discurso	49
Quadro 5 - Classificação dos gêneros jornalísticos por Melo (2009)	52
Quadro 6 - Inventário produzido por Bonini (2014) sobre os gêneros relacionados ao jornal presentes nos manuais de estilo, nos dicionários de comunicação e na literatura acadêmica da área de comunicação	54
Quadro 7 - Notas políticas produzidas no contexto da comunicação sindical	75
Quadro 8 - Análise de nota pública sindical 1	112
Quadro 9 - Análise de nota pública sindical 2	126
Quadro 10 - Análise de nota pública sindical 3	135
Quadro 11 - Análise de nota pública sindical 4	143
Quadro 12 - Análise de nota pública sindical 5	151
Quadro 13 - Análise de nota pública sindical “Ditadura Nunca Mais”	171
Quadro 14 – Compreensão da nota pública sindical “Ditadura Nunca Mais” sob o horizonte bakhtiniano	175
Quadro 15 – Modelo de ficha avaliativa 1 – Autoavaliação coletiva/individual	186
Quadro 16 – Modelo de ficha avaliativa 2 – Produção discursiva final	187

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Exemplo de nota à imprensa	67
Imagem 2 - Exemplo de nota de esclarecimento	68
Imagem 3 - Exemplo de nota de apoio e solidariedade	69
Imagem 4 - Exemplo de nota de apoio	70
Imagem 5 - Exemplo 1 de nota de repúdio	71
Imagem 6 - Exemplo 2 de nota de repúdio	72
Imagem 7 - Exemplo de moção de repúdio	73
Imagem 8 - Exemplo de moção de apoio	74
Imagem 9 - Exemplo 1 de nota pública sindical	79
Imagem 10 - Exemplo 2 de nota pública sindical	83
Imagem 11 - Exemplo 3 de nota pública sindical	86
Imagem 12 - Meme com crítica à nota de repúdio	90
Imagem 13 - Exemplo de moção de repúdio em boletim de entidade	93
Imagem 14 - Exemplo de nota pública sindical em um mural físico	94
Imagem 15 - Exemplo nota divulgada em um story no Instagram	96
Imagem 16 - Exemplo de nota publica sindical no feed do Instagram	97
Imagem 17 - Exemplo de interações em nota pública sindical em rede social	97
Imagem 18 - Exemplo de leitura de nota pública sindical em manifestação	98
Imagem 19 - Exemplo de leitura de nota pública em manifestação em 2025	99
Imagem 20 - Exemplo de nota pública sindical como fonte jornalística	101
Imagem 21 - Print da nota pública sindical 1	106
Imagem 22 - Print da nota pública sindical em PDF	146
Imagem 23 - Esquema de sequência didática	158
Imagem 24 - Exemplo 1 do gênero notícia	160
Imagem 25 - Exemplo 2 do gênero notícia	162
Imagem 26 - Exemplo do gênero receita	164
Imagem 27 - Exemplo de nota pública sindical	166

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 NOTAS PÚBLICAS: O OBJETO DE ESTUDO E SEU TRATAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO	21
1.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: ABORDAGEM BAKHTINIANA PARA COMPREENSÃO DE NOTAS PÚBLICAS.....	36
2. NOTA PÚBLICA SINDICAL: UM GÊNERO DO DISCURSO	48
2.1. COMUNICAÇÃO SINDICAL: UM CAMPO DA COMUNICAÇÃO DISCURSIVA...	56
2.2 A NOTA PÚBLICA NO CAMPO DISCURSIVO SINDICAL	62
3. A NOTA PÚBLICA SINDICAL: RELAÇÕES DIALÓGICAS NO <i>CORPUS</i> EM ANÁLISE.....	103
3.1 ANÁLISE DO ENUNCIADO - NOTA PÚBLICA SINDICAL 1	105
3.2 ANÁLISE DO ENUNCIADO - NOTA PÚBLICA SINDICAL 2	116
3.3 ANÁLISE DE ENUNCIADO – NOTA PÚBLICA SINDICAL 3	130
3.4 ANÁLISE DE ENUNCIADO – NOTA PÚBLICA SINDICAL 4	138
3.5 ANÁLISE DE ENUNCIADO – NOTA PÚBLICA SINDICAL 5	145
4 UMA PROPOSTA DE DIDATIZAÇÃO DA NOTA PÚBLICA SINDICAL	154
CONSIDERAÇÕES	189
REFERÊNCIAS	194

INTRODUÇÃO

São muitos os questionamentos que surgiram à medida em que esta tese foi desenvolvida. Sua construção resulta de uma realidade que se apresenta no campo de atuação de uma pesquisadora e jornalista, que identifica em seu cotidiano profissional um ponto relevante para o olhar acadêmico. Tal ponto não pode ser ignorado sem, ao menos, a proposição de possibilidades de respostas ou o início de um diálogo, um debate, ou, eventualmente, um embate. Isso porque é reconhecido o movimento inerente à existência. Como escreveu Bakhtin (2017, p.154): “Não tenho álibi na existência”.

A partir dessa lógica de pensamento, cabe afirmar que, ao estar inserida em uma realidade concreta de atuação na comunicação sindical, pode-se identificar, na disputa de narrativas, em meio ao caldeirão de informações proporcionado em especial no cotidiano da comunicação social, que a nota pública é recurso amplamente conhecido na assessoria de imprensa e que protagoniza na comunicação sindical um papel diferenciado. Avalia-se que nesse contexto, o papel ultrapassa o que se entende de modo generalizado por nota pública, e que requer uma nova problematização.

Para tanto, o estudo foi produzido dentro da linha de pesquisa 3 – do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/Ufam), tendo esta tese como objeto de pesquisa a nota pública sindical enquanto gênero discursivo, a partir do pensamento teórico-metodológico de Mikhail Bakhtin e o Círculo, em contexto de produção discursiva da esfera da comunicação sindical, visando à didatização do gênero. Por isso, o **problema central** que norteou o caminhar da pesquisa foi: **qual a caracterização de uma nota pública como um gênero discursivo na esfera da comunicação sindical?**

Essa questão foi gerada para sistematizar um pensamento dentro de um contexto específico, o da comunicação sindical, e, particularmente, a partir de notas públicas produzidas pelas categorias de trabalhadores do ensino superior, mas que, de forma direta ou indireta, a sua contribuição poderá traçar intersecções com outros campos também produtores deste mesmo gênero discursivo.

O **objetivo geral** é caracterizar, a partir da teoria bakhtiniana, os elementos constitutivos da nota pública sindical como gênero discursivo, visando a didatização do gênero. Para alcançar essa finalidade, foram traçados **objetivos específicos**, os quais almejam:

- I) definir o conceito de nota pública sindical a partir de revisão de literatura do tema em cotejo com a teoria bakhtiniana de gênero discursivo;
- II) discorrer sobre o uso da nota pública na comunicação sindical;
- III) identificar os elementos constitutivos (autoria, estilo, características linguísticas, estrutura composicional, conteúdo temático, função comunicativa) da nota pública sindical a partir do *corpus* em estudo;
- IV) desenvolver uma metodologia de sequência didática da escrita de nota pública sindical, no sentido de propor um processo didático que contribua para o ensino-aprendizagem.

O processo de construção desta pesquisa fundamentou-se em investigação documental e bibliográfica, as quais, segundo Gil (2002, p. 87-88), apresentam semelhanças e diferenças em alguns aspectos. O autor destaca que a pesquisa bibliográfica se realiza, quase exclusivamente, com material disponível em bibliotecas, o que, na pesquisa desenvolvida, inclui tanto o acervo físico quanto o digital. Já a pesquisa documental pode exigir a consulta aos mais diversos tipos de arquivos públicos e particulares. No presente estudo, os dados foram gerados a partir da leitura e da análise de notas públicas consultadas em acervos físicos e digitais da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A partir de Gil, se compreende, ainda, que a pesquisa bibliográfica é essencial para identificar o conhecimento disponível sobre o tema e possibilitar uma melhor formulação do problema, já a pesquisa documental, por sua vez, “de modo geral, constitui um fim em si mesma, com objetivos bem mais específicos” (Gil, 2002, p. 88), sendo utilizada aqui para o tratamento do *corpus*, a fim de compreendê-lo à luz da teoria bakhtiniana da linguagem.

Cabe ainda dialogar com Tania Luca em *Práticas de pesquisa em História* (2022, p. 36), ao discorrer sobre os documentos, a qual adverte que *documento* “recobre todo e qualquer elemento proveniente do passado”, enquanto *fonte* é “o conjunto selecionado e utilizado pelo investigador numa pesquisa específica”,

sendo as *fontes* “o que foi mobilizado para o estudo de um dado tema e que se constitui, portanto, nas escolhas do pesquisador para a construção da sua argumentação”. Desse modo, mais do que documentos, as notas públicas analisadas configuram-se como fontes, ou seja, como *corpus* de estudo e de pesquisa. Sobre elas foi lançado um olhar acadêmico e científico, pautado na leitura, análise e crítica. Para tanto, foram selecionadas cinco notas públicas emitidas pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA), de 2021 e 2025, uma de cada ano, que abordam temáticas relacionadas à luta docente em intersecção com a Amazônia e suas relações espaciais e sociais. Esse período foi escolhido por corresponder aos últimos quatro anos, tendo acesso as notas atuais, abrangendo ainda o contexto pós-pandemia da Covid-19, quando se observou um aumento do uso da nota pública sindical como estratégia de posicionamento nas redes sociais.

As categorias de análise estão centradas nos três elementos que caracterizam um gênero discursivo à luz do pensamento bakhtiniano: construção composicional, conteúdo temático e estilo.

Portanto, primeiramente cabe dizer que se reconhece a nota pública como uma estratégia de comunicação amplamente utilizada, principalmente, por organizações, governos, empresas, entidades e pessoas físicas, tendo ainda como principal finalidade a de informar, esclarecer, divulgar decisões ou declarações de forma geral sobre determinado fato, assunto ou ação, com ampla abordagem de diversos tópicos ou objetivos, como, por exemplo, divulgar posicionamento, repudiar outros discursos ou ações, prestar solidariedade ou apoio, anunciar eventos, políticas ou amenizar efeitos de uma crise. Quanto a sua estrutura e estilo, pode-se considerar que são relativamente estáveis e que, de modo geral, trata-se de um documento que busca transmitir de forma clara uma mensagem. Parte de sua característica também se deve ao fato de ser assinada de forma coletiva ou por seus representantes.

Observa-se ainda que seu tratamento no âmbito das Relações Públicas é compreendido como um ato de uma comunicação oficial, a qual emite informações de órgãos governamentais, instituições acadêmicas, científicas, entidades políticas, dentre outras, que exigem deste gênero um modelo padronizado da comunicação formal, na qual se emprega uma linguagem que atenda às características da redação oficial vigente no país, presentes, por

exemplo, em manuais, como o da República ou empresariais, que estejam com objetivos previamente alinhados à cultura de uma empresa, entidade ou órgão. De modo geral, esse texto carrega um “poder” de confiabilidade, seja de informação ou de opinião, servindo como fonte para veículos de comunicação, pessoas ou empresas.

Ainda assim, até este momento, desconhece-se que a compreensão de nota pública sindical, ou seja, a forma como uma nota pública é produzida no contexto da comunicação sindical, integre as tradicionais classificações já elaboradas na literatura da comunicação social, sem desmerecer o saber já acumulado e desenvolvido a partir de pesquisas no Brasil. Neste sentido, é importante, desde já, apresentar o conceito de nota pública sindical construído nesta tese, o qual, com base na concepção bakhtiniana da linguagem, compreende a nota pública sindical como um **gênero discursivo** construído a partir de temáticas de interesse que regem a vida dos sujeitos inseridos no campo da comunicação sindical, o que implica exigências próprias da luta política da classe trabalhadora. Mais que instrumento informativo, a Nota Pública Sindical é, sobretudo, uma mediação para a organização política e formação da consciência social da classe trabalhadora.

Sua **estrutura composicional** apresenta relativa estabilidade, constituída por: título; tese; parágrafos informativos e argumentativos; fechamento, data de publicação e assinatura de identificação da entidade. O **estilo** é marcado, predominantemente, pela argumentação e uso de recursos lexicais característicos da linguagem militante e mobilizadora. O **conteúdo temático** é influenciado por aspectos conjunturais e/ou históricos, servindo como registro de memória de uma entidade sindical e constituindo um projeto discursivo, cuja demarcação de posicionamento ideológico objetiva informar e cumprir uma função pedagógica (de formação), voltada, principalmente, para integrantes das entidades sindicais.

Para alcançar esse entendimento, buscou-se informações sobre nota pública, complementadas por análises baseadas em leituras das obras bakhtinianas e em experiência profissional. Consequentemente, o peso de uma “singularidade peculiar” recai sobre a pesquisadora, evocando o “ato responsável”.

A compreensão desenvolvida é resultado das reflexões oriundas da minha atuação na comunicação sindical, participando de diversas atividades do cotidiano da assessoria de comunicação, como: congressos deliberativos, manifestações em rua, *lives*, assembleias, grupos de debate etc. As respostas para algumas questões também são geradas a partir da interação com pessoas que atuam em entidades sindicais (dirigentes, sindicalizados de base e profissionais da comunicação, como jornalistas e relações públicas), além de leitura de notas públicas, notícias e produtos institucionais de sindicatos, centrais, coletivos, fóruns, bem como de pesquisas acadêmicas (artigos, dissertações e teses).

Percebeu-se que, no Brasil, os estudos a partir da perspectiva bakhtiniana conquistam, cada vez mais, espaço e respeito pela qualidade alcançada. E, para isso, é essencial destacar a contínua atualização das traduções das obras de Bakhtin e o Círculo, cujo acompanhamento cuidadoso tem sido feito pelo olhar de brasileiros que, nos mais de 50 anos de recepção das obras do Círculo, se dedicam ao aprofundamento dos estudos das obras bakhtinianas, sendo honroso aqui mencionar Beth Brait, Maria Helena Cruz Pistori, Cristovão Tezza, Lucas Vinício Maciel, Luciane de Paula, Jean Carlos Gonçalves e Adail Sobral, dentre outros, com um destaque ainda para Carlos Alberto Faraco, Ekaterina Vólkova Américo, Sheila Grillo, que, para além de seus estudos, fazem ímpar contribuição realizando traduções das obras do Círculo.

Em “Como se faz uma tese”, Uberto Eco (2009) faz uma crítica afirmando que na pesquisa acadêmica os autores deveriam ser lidos em suas línguas originais. No entanto, quando se está diante da realidade da evolução deste estudo, hoje essa tarefa seria impossível sem a contribuição ímpar de tradutores comprometidos com a construção deste diálogo. Deste modo, considerando a interação real que se faz com esses pesquisadores, a partir dos quais é possível dialogar com o referencial teórico legado de Bakhtin e o Círculo, esta pesquisa pretende também contribuir com os estudos bakhtinianos, e desta vez com um olhar reflexivo sobre as notas públicas na comunicação sindical. Assim, o que motiva a intenção de dedicar tempo e trabalho intelectual na construção da pesquisa aqui proposta pode ser sintetizada em três eixos: I) Contribuir com pesquisas na área da comunicação social, da educação e da linguagem; II)

Aprofundar os estudos com base na teoria bakhtiniana da linguagem; III) Refletir sobre a atuação em assessoria de comunicação.

O primeiro se refere ao entendimento de que a nota pública sindical, compreendida a partir do conceito de gênero do discurso bakhtiniano, responde muito mais sobre a formação de uma linguagem da comunicação sindical do que um entendimento da forma instrumentalizada da nota pública como um simples aviso efêmero.

Este pensamento se desenvolve ao se reconhecer que a produção de gêneros discursivos é dinâmica e expressa as relações sócio-históricas. Afinal, esses enunciados são produzidos em um determinado campo discursivo, afetados por contextos históricos, direcionados aos públicos internos e externos ao dos seus emissores, de estrutura relativamente estável, entremeados por vozes que demarcam posicionamentos ideológicos e que, portanto, constroem também uma realidade viva.

Deste modo, a partir do desenvolvimento desse estudo foi elaborada uma proposta de didatização de leitura e escrita da nota pública sindical, de forma a contribuir com os cursos de graduação em jornalismo e em relações públicas, assim como da educação popular e formação de sujeitos que integram movimentos sindicais, sociais e populares, pois, conforme enfatizado no vídeo “Leitura: Ensino e a pesquisa a partir de Bakhtin”, produzido pelo professor Lucas Vinício Maciel, no canal Saber Linguagem no YouTube, o diferencial de Bakhtin é que a leitura é feita de forma específica, na qual a interação discursiva com o outro é o ponto central, realizada a partir de um enunciado concretizado na forma de um gênero discursivo específico¹.

Quanto ao segundo ponto, cabe ressaltar que, desde a graduação, dialoga-se com o referencial desenvolvido por Bakhtin, pois, ainda na iniciação científica e na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em 2011, pude construir uma pesquisa, cujo objetivo foi contribuir para uma compreensão de como a região amazônica é caracterizada no livro-reportagem “O nome da morte: a história real de Júlio Santana”, escrito pelo jornalista Klester Cavalcanti.

Na ocasião, o livro-reportagem foi abordado como um gênero do discurso a partir da perspectiva bakhtiniana, sendo possível identificar como se dá a

¹O vídeo pode ser acessado em <https://youtu.be/nMPWJ3Zr7R0?si=PbIAw-Q-XSAVj-6B>.

caracterização da região amazônica em seus aspectos botânicos, hidrográficos e climáticos; entender como são construídas as relações do amazônida com a natureza; investigar como acontecem as relações humanas e sociais na região e saber como ela é situada no Brasil e no mundo.

Na elaboração da dissertação, no mestrado, em 2017, conduziu-se o olhar para a construção de uma compreensão sobre as dimensões culturais, sociais e artísticas em imagens produzidas na Casa da Cultura de Parintins, e para tanto o dialogismo bakhtiniano se tornou imprescindível no processo de compreensão dessas relações, em conjunto com o pensamento de Edgar Morin (2005; 2008), dentro da perspectiva dos ecossistemas comunicacionais artísticos, e da ideia de que as imagens pensam, formulada por Etienne Samain (2012). Esse percurso evidencia que o pensamento do Círculo de Bakhtin constitui a base do olhar lançado para a pesquisa que moldou este trabalho.

Por fim, escolheu-se mobilizar um estudo aprofundado das notas públicas, fundamentado no olhar profissional de quem atua em assessoria de comunicação e de quem já procurou referência sobre o que é uma nota pública, como escrevê-la e qual sua estrutura, quando se identificou a falta de material profundo sobre o citado gênero. Cabe destacar que, durante a graduação em jornalismo, também não foi presenciado um aprofundamento sobre a nota pública nas disciplinas para além da apresentação desta como um instrumento para esclarecimento em caso de crise na empresa. Já a opção pelo contexto da comunicação sindical se deu por se tratar do campo de atuação profissional atual da pesquisadora, no qual é possível aprofundar as reflexões propostas, considerando o contexto de produção, sujeitos e interações proporcionadas nesse meio.

Também se destaca o entrelaçamento da vida pessoal e profissional, pois a minha atuação como jornalista da comunicação sindical está imbricada à de pesquisadora, que busca se dedicar a uma teoria e a um pensamento (que exige criticidade) sobre seu próprio campo profissional. Essa experiência faz com que, metaforicamente falando, se esteja a todo tempo observando um “experimento” por “lentes de microscópio”, mas ciente que, ao mesmo tempo, nada está sob um controle de um laboratório. Isso tudo ocorre em conjunto a um arremate costurado pelas diversas funções que uma mulher assume na sociedade quando

ela também tem uma família, sendo, portanto, mãe, esposa, pesquisadora, estudante, trabalhadora.

Essas menções do *viver-ser* visam ressaltar que esta tese visa seguir uma abordagem não cartesiana e humanizada, considerando ainda, que, conforme o pensamento bakhtiniano, se compreende que “a neutralidade é absolutamente impossível. Não se pode levar a cabo uma pesquisa científica sem adotar nela uma determinada postura” (Kanaev; Bakhtin, 2009, p.169). Afinal, realizar uma pesquisa pode gerar questionamentos, discussões, respostas (nem sempre permanentes), e ainda levar ao outro o exercício do sentido exotópico, ou seja, o movimento que possibilita, a quem pesquisa, a ação de se colocar na posição do outro, ou seja, no exterior de si mesmo, e perceber caminhos a serem vivenciados.

Para trilhar o caminho da pesquisa, foi proposto um percurso que se construiu metodologicamente a partir de uma perspectiva dialógica, na qual foram mobilizados diferentes saberes em um movimento que considerou a concretude dos enunciados produzidos, do ponto de vista interno e externo, considerando, assim, a interação verbal materializada na língua viva, ou seja, nos enunciados concretos que resultam da relação social e histórica entre sujeitos. Assim, olha-se para as condições concretas de produção dos discursos sobre a nota pública, o que gerou uma necessidade de, a partir dos objetivos traçados, saber como esse tipo de discurso é abordado a partir de pesquisas presentes nos principais repositórios de pesquisa do Brasil, nos estudos da assessoria de comunicação e do jornalismo, em especial no jornalismo sindical; além de, ao realizar uma análise que se propõe ser metalinguística, a partir da proposta bakhtiniana, mobilizar alguns dos principais conceitos elaborados pelo Círculo, com foco nas categorias: gênero do discurso e dialogismo.

A organização desta tese resulta de um processo não linear e marcado por questionamentos e autocríticas sobre o percurso metodológico. É neste ponto que são cruciais os direcionamentos vindos por parte da orientadora desta pesquisa, que a partir de experiente olhar científico e acadêmico esclareceu dúvidas, orientou a organização de pensamento, sugeriu leituras e fez apontamentos.

Cabe enfatizar que não foi descoberto um gênero novo, o que se fez foi colocar o gênero nota pública sindical em estudo, realizando reflexão crítica,

seguindo uma proposta de organização que não se dá a partir de uma linearidade de percurso, ou seja, que se tenha apresentado antes da pesquisa, mas que é apresentado em uma sequência lógica para fins acadêmicos na escrita da tese, os quais estão organizados na sequência a seguir.

O **Capítulo 1** aborda as notas públicas como objeto de estudo, apresentando o que dizem os trabalhos disponibilizados nos principais repositórios de pesquisa do Brasil, além de outras bibliografias, dissertações e teses consultadas nas áreas de Relações Públicas, Jornalismo e Linguística, de modo a oferecer ao leitor um panorama da relação do estudo sobre gênero discursivo, destacando como as produções acadêmicas já existentes podem dialogar e contribuir na construção da tese. Também neste ponto é feita a apresentação da base teórico-metodológica, que norteia a tese aqui proposta, fundamentada a partir dos conceitos bakhtinianos de dialogismo e gêneros do discurso.

Já o **Capítulo 2** apresenta a nota pública produzida e em circulação no campo discursivo da comunicação sindical. É dada ênfase na abordagem da nota pública como gênero discursivo, em que se busca mobilizar conceitos do pensamento de Bakhtin e o Círculo com a finalidade de propor conceito e classificação das notas.

O **Capítulo 3** visa a compreensão das relações dialógicas presentes no *corpus* em análise, momento em que se lançará um olhar mais apurado para cinco notas publicadas pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA), sobre as quais serão feitas questões que considerem o contexto no qual foram produzidas e, assim, aprofundar o entendimento das relações dialógicas construídas sobre diversos assuntos que as permeiam, como, por exemplo, a educação pública, a pandemia da Covid-19, a categoria docente, o contexto amazônico, as questões sociais, de gênero, étnicas, dentre outros. Neste momento a nota pública será abordada como elemento que contribui diretamente para uma pedagogia sindical de formação externa e interna.

No **Capítulo 4** será feita uma proposta de produção da nota pública seguindo a sequência didática elaborada por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). A ideia é abordar a leitura e a escrita dessa produção discursiva, desde a produção inicial, em que o texto é esboçado sem preocupações com perfeição,

até a reescrita final, a interação dialógica e a importância do contexto na construção do enunciado, além de abordar os módulos que desenvolvem habilidades específicas. O propósito foi enfatizar os conceitos de gênero do discurso e de dialogismo bakhtiniano abordados anteriormente, fazendo um diálogo direto com o resultado que se alcançará no Capítulo 3.

Espera-se que essa abordagem contribua para a realocação da nota pública sindical no panorama de estudo, leitura e produção de gênero, com possibilidade de que as reflexões engrandecem os debates nas salas de aulas, não apenas da Universidade, nos cursos superiores, mas também na educação popular, nos estudos dos grupos de movimentos sociais, formadores de opinião etc., com possibilidade de realmente consolidar a nota pública sindical como gênero discursivo na centralidade do diálogo e de práticas pedagógicas.

1. NOTAS PÚBLICAS: O OBJETO DE ESTUDO E SEU TRATAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Independentemente de quais sejam os objetivos de uma pesquisa, só o texto pode ser o ponto de partida (Bakhtin, 2016b, p. 72)

Com objetivo de conhecer pesquisas já existentes sobre nota pública, foi realizada uma pesquisa exploratória para localizar e identificar o que dizem as pesquisas e os principais teóricos sobre este objeto de estudo, bem como entender “[...] quais autores estão trabalhando com o tema” (Moura; Lopes, 2016, p. 135) de maneira a mapear referenciais teóricos, problemas, justificativas e abordagens metodológicas que constituem estudos que tratam sobre nota pública, com objetivo de montar um Estado da Arte sobre o tema pesquisado.

Para tanto, foram executados três passos: I) pesquisa exploratória na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); II) consulta com jornalistas e professores para obter indicações de referências bibliográficas sobre o tema; III) pesquisa na biblioteca da UFAM a partir dos sistemas físico e on-line Pergamum².

Esse exercício é de fundamental importância para conhecer contribuições na área pesquisada, verificar limites, desafios e possibilidades, pois, como destacam Morosini e Fernandes (2014):

Se por um lado precisamos ir ‘a campo’ com uma visão aberta e receptiva ao inesperado, ao não planejado, o que enriquece nossas possibilidades de contribuição para a produção de conhecimento do campo, por outro, precisamos fazê-lo nos situando em um quadro teórico e metodológico de referência, que esteja inicialmente delineado, pois é preciso uma direção inicial, uma questão de pesquisa que contribua para a unidade do trabalho, desde o início até seu final (Morosini; Fernandes, 2014, p. 161).

A construção de um panorama sobre o estudo da nota pública teve como objetivo reunir subsídios para situar o objeto estudado e justificar sua relevância.

² Universidade Federal do Amazonas. Pergamum (Sistema virtual da biblioteca), 2024. Disponível em: <https://pergamum.ufam.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>

Em *Problemas da poética de Dostoiévski* (2010), Bakhtin também faz um Estado da Arte, não apenas no sentido de buscar uma lacuna, mas de construir relações dialógicas.

Qualquer resenha da história de alguma questão científica (independente ou incluída no trabalho científico sobre uma determinada questão) realiza confrontos dialógicos (entre enunciados, opiniões, pontos de vista), entre enunciados de cientistas que não sabiam e nem podiam saber nada uns sobre os outros. O aspecto comum da questão gera aqui relações dialógicas (Bakhtin, 2016b, p. 102).

Os critérios de seleção do *corpus* de estudo para a compreensão das pesquisas que abordam a nota pública foram: recorte temporal de 1990 a 2023, no intuito de abranger uma temporalidade marcada pela atuação das organizações sindicais até o ano de 2023, buscando, assim, delimitar um espaço temporal significativo, no qual fosse possível encontrar o maior número de pesquisas desenvolvidas sobre o tema que estivessem disponíveis na internet; o uso das palavras-chave: “nota pública”; “nota oficial”; “nota de repúdio”; “nota à imprensa” e “nota política”; além de pesquisas cuja base teórica fosse a perspectiva bakhtiniana de gênero discursivo. Em cada um dos textos (teses, dissertações, artigos), foram observados, inicialmente, o título, o resumo, as palavras-chave, a metodologia, o referencial teórico e os principais resultados. A seguir é apresentada uma síntese desses achados.

A busca pela palavra-chave “nota pública” no repositório da BDTD resultou em 60 trabalhos, porém nenhum deles se dedicou à compreensão conforme a abordagem deste estudo. A maioria dos trabalhos abordava a nota jornalística, ou seja, um texto mais curto e direto do que uma notícia.

Para compreender esse entendimento, retoma-se, brevemente, o conceito de José Marques de Melo, segundo o qual “a nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração” (Melo, 2003, p. 66), funcionando como um “relato sintético de um fato”, sem contemplar todas as características de uma notícia.

Após um refinamento na pesquisa, feito a partir da leitura, seleção de pesquisa e da exclusão de resultados para o termo “nota pública” que não abordavam a temática, foram selecionados seis (6) trabalhos acadêmicos: três

dissertações de mestrado e três teses de doutorado. Os trabalhos estão apresentados pela data de publicação, da mais recente para a mais antiga.

A dissertação intitulada *A construção da identidade dos institutos: uma análise crítica do discurso sobre o projeto de reordenamento da Rede Federal de educação* (Freitas, 2023), produzida no Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco, investigou três notas públicas sobre o Projeto de Lei (PL) nº 1453/2021 para compreender como os discursos institucionais constroem a identidade dos institutos federais.

Utilizando pressupostos teóricos-metodológicos da análise Crítica do Discurso desenvolvida por Fairclough, Chouliaraki e Thompson, a análise teve como foco o modelo analítico de Fairclough. Destaca-se que a abordagem adotada pela citada pesquisa não é de cunho bakhtiniano, ainda que cite Bakhtin em um trecho do texto:

De um lado as contribuições de Louis Althusser, Michel Pêcheux e Catherine Fuchs abordam a constante presença da interpelação ideológica, dialogando com Bakhtin ([1929-1930] 1999), para quem a palavra é o signo ideológico por excelência. Por outro lado, Thompson ([1990] 1995) e Eagleton ([1991] 1997) discordam da teoria dialógica de Bakhtin, asseverando que nem todos os usos que se faz da linguagem expressam uma posição avaliativa. Aliás, sob a abordagem bakhtiniana, os discursos são constituídos de signos oriundos das esferas ideológicas (Freitas, 2023, p. 15).

Como resultado, a pesquisadora concluiu que as notas públicas apresentam o PL como uma ameaça à autonomia institucional e que o discurso de resistência dos institutos exerce a função de direção intelectual e de fomento de uma nova cultura institucional.

Outro trabalho encontrado foi a tese *Educação musical escolar para além do desenvolvimento humano: contribuições a partir da perspectiva social-realista* (Carvalho, 2023), elaborada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que faz uma análise documental sobre pareceres, artigos, notas públicas e boletins emitidos por coletivos acadêmicos e profissionais acerca de políticas curriculares recentes, em um recorte temporal de oito anos de 2013 a 2020. A pesquisa utilizou análise de conteúdo e no referencial teórico adotou conceitos centrais de Basil Bernstein, como classificação, enquadramento e as dinâmicas entre o discurso instrucional e o discurso regulador.

Já a tese *Controle social do financiamento da educação básica reivindicado pelo sindicalismo docente* (Maia, 2021), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, a nota pública também é citada como uma fonte documental primária, entre outras, como Leis, Resoluções, Propostas de Emenda Constitucional e Planos de governo. Na referida pesquisa foi analisado o controle social do financiamento da educação básica reivindicado pelo sindicalismo docente, empiricamente buscado nas Resoluções da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), no período de 1990 a 2017. Esse estudo teve como referencial o materialismo histórico-dialético e enfatizou a importância de alternativas democráticas para a participação social no controle do financiamento educacional:

A tese em tela tem relevância social, pois traz contribuições acerca de alternativas democráticas de participação social no controle do financiamento da educação básica, que integram a agenda do sindicalismo docente, de forma a suscitar o debate sobre novas possibilidades que contribuam com avanços no controle sobre a repartição do Fundo público, a alocação de parte desse recurso para financiar a educação, aliado a instrumentos democráticos de participação popular e social, segundo uma perspectiva sócio-histórica (Maia, 2021, p. 52).

Na dissertação *Os discursos contemporâneos da psiquiatria sobre a maconha no Brasil* (Fabrício, 2021), apresentada no Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, é feita uma pesquisa bibliográfica, em que as notas públicas são compreendidas como manifestações de entidades da área da saúde, a partir do método de análise das práticas discursivas e produção de sentidos de Spink. Para tanto, foram selecionadas sete (7) entidades psiquiátricas, sendo: a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP); o Conselho Federal de Medicina (CFM); a Plataforma Política sobre Drogas (PBPD), que engloba o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); a Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD) e a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME). O resultado apontou que as entidades multidisciplinares abordam de forma mais abrangente as complexidades que

envolvem o debate sobre o uso da maconha, ao contrário das entidades estritamente médicas, que restringem a abordagem para o uso problemático da substância (Fabrício, 2021, p. 10).

Já a dissertação *Análise da “Ideologia de Gênero” no Plano Municipal de Educação de João Pessoa* (Cavalcante, 2017), realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), apresenta uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental, em torno da ideologia de gênero nos planos de educação. A nota pública foi utilizada como fonte de pesquisa, em conjunto com outros documentos como leis, diretrizes nacionais, notas técnicas, pactos e convenções internacionais, atas, planos, documentos das Conferências Nacional e Municipal de Educação, livros, blogs, sites, vídeos e postagens em redes sociais. Como resultado, foi comprovado que há respaldo normativo para que temas sobre a diversidade de gênero e sexual sejam abordados na educação escolar, apesar dos segmentos fundamentalistas e partidos políticos atuarem em uma direção contrária ao princípio da não discriminação e do respeito à diversidade.

Observou-se também que notas públicas e notícias foram analisadas na produção da tese *Companheiros Ruralistas! - Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul) de 1969-1964* (Gasparotto, 2016), produzida no Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O foco deste estudo foram as práticas de atuação e mobilização dos ruralistas gaúchos na Farsul, com análise de notas e notícias produzidas pela própria Federação, a partir das quais se aferiu que os embates dos anos 1960 contribuíram significativamente para formação de uma identidade patronal, pois foram criados ou mantidos “símbolos, laços de solidariedade e estratégias de atuação” (Gasparotto, 2016, p. 300).

Após a análise dessas pesquisas, optou-se incluir uma nova palavra-chave na BDTD: “nota à imprensa”, na intenção de ampliar a busca por trabalhos, considerando que esse termo, algumas vezes, é utilizado como sinônimo de nota pública. Como resultado, o banco de dados identificou 15 trabalhos que mencionam “nota à imprensa”. No entanto, após a leitura dos resumos, constatou-se que apenas um deles se enquadra, de alguma forma, nas categorias de interesse da construção desta tese. Trata-se de uma dissertação

intitulada *De notas à imprensa a press releases: uma proposta de glossário diplomático português/inglês a partir de estudo direcionado por corpora* (Ricci, 2017), produzido na Universidade de Brasília (UNB), no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução.

No referido trabalho, o *corpus* de estudo é formado por notas à imprensa produzidas pelo Ministério das Relações Exteriores, seguindo uma metodologia para elaboração de glossário bilíngue como base em uma abordagem contrastiva, quantitativa e qualitativa de *corpora* comparáveis e em pressupostos teórico-metodológicos da área de Terminologia e Linguística de *Corpus*. Para tanto, foi utilizado a plataforma AntConc 3.2.4w26, um programa de análise lexical de *corpus*, da autoria de Laurence Anthony. Essa dissertação é a que mais procura, de alguma forma, conceituar a nota à imprensa, definindo-a como “ferramentas de diplomacia pública”, entendendo-a como *press releases*, ou seja, um *release*, que é um texto em que determinada assessoria de comunicação envia para veículos de comunicação, no intuito de que possa ser veiculado na íntegra, ou para ser pauta de cobertura que gere material jornalístico. No rodapé da referida dissertação, a autora explica:

Na página do Departamento de Estado e na versão em inglês do portal do Ministério das Relações Exteriores, as notas à imprensa são agrupadas sob a denominação *press releases*. Em ambos os casos, essas notas podem compreender notas informativas à imprensa propriamente ditas, declarações e comunicados, por exemplo. Enquanto as notas em inglês do Ministério brasileiro recebem a identificação *press release* no cabeçalho, as notas à imprensa do Departamento de Estado contêm a especificação *media note*, *press statement*, *notice to the press* ou *fact sheet*, conforme o caso (Ricci, 2017, p. 12).

A pesquisadora explica que as notas selecionadas partilham alguns pontos em comum: como ser elaborados por instituições homólogas (Ministério das Relações Exteriores e Departamento de Estado dos Estados Unidos); ter o mesmo propósito de informar a imprensa nacional e estrangeira; tratar dos mesmos temas (viagens oficiais, assinatura de acordos, conflitos mundiais); ter a mesma periodicidade (diária) e serem impessoais.

Continuando com o objetivo de conhecer o panorama de pesquisa sobre este tema, foi feita a busca na BDTD com o termo “nota oficial”. Apareceram quatro trabalhos, porém apenas um (1) aborda de fato a nota oficial, sendo uma

(1) tese produzida com título *Retórica no discurso organizacional: constituição do ethos da organização a partir de notas oficiais sobre acidentes* (Magalhães, 2010). Neste trabalho, elaborado no curso de doutorado em Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foram feitas análises sob a perspectiva da retórica (Estudos retóricos de Aristóteles, Perelman, Maingueneau e Meyer) de uma nota oficial do acidente ocorrido com a empresa Mineração Cataguases, em 2007, e de três notas da Air France, veiculadas por ocasião do acidente com a aeronave A330-200, em 2009.

Na referida pesquisa, as notas foram consideradas como parte do discurso organizacional e o objetivo de analisá-las foi o de observar como os estudos da subjetividade contribuem na formação do *ethos* da empresa e, dessa forma, descobrir quais critérios retóricos permitem interpretar as notas oficiais como formadoras de *ethos* da organização. A pesquisadora confirmou sua hipótese de que existe um discurso fortemente marcado por argumentos em função da problematização e dimensão do acidente. “Os textos das notas de acidente são criados e se interpõem profundamente ao discurso consolidado para minimizar eventuais pontos negativos e evidenciar a força da instituição” (Magalhães, 2010, p. 214).

No Sistema BDTD, testou-se ainda buscar o termo “Nota de Solidariedade”, mas não apareceu nenhum resultado. Já quando foi digitado “Nota de repúdio”, foi encontrada a tese intitulada *Da linguagem totalitária às notas de repúdio: um olhar discursivo acerca da pandemia de Covid-19* (Ely, 2023). Trata-se de trabalho elaborado no curso de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, onde foram analisadas cinco notas, consideradas “exemplares da explicitação desse tipo de ‘discurso enrustido’, como um discurso de desvelamento do discurso subliminar ao discurso atópico” (Ely, 2023, p. 103). Com base na abordagem dos discursos como fenômenos sociais e históricos, foi identificado que: “a crise sanitária como evento propiciador de ideias e modos de pensar e de enunciar do Brasil contemporâneo” (Ely, 2023, p. 10). Além disso, as notas apontaram para a ineficiência da gestão do governo federal no enfrentamento da pandemia de Covid-19, especialmente no que se refere às medidas sanitárias adotadas.

Já para o termo “nota de apoio”, ainda na BDTD, aparece apenas um resultado, sendo uma tese de doutoramento em Serviço Social, com o título A

disputa pelo direito à saúde na contemporaneidade: uma análise da defesa de interesses nas Plenárias Nacionais de Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares, de Marx Moura (2018), elaborada na Universidade Federal de Pernambuco. Trata-se de uma pesquisa com base em revisão bibliográfica e documental, a partir da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1997). Além de notas de apoio, a pesquisa abordou o conteúdo de audiências, debates, recomendações, resgates históricos, resoluções, cartas, diagnósticos, manifestos e manifestações que apresentaram as categorias da luta pelo direito à saúde. Esses dados tiveram origem em plenárias do Encontro Nacional de Conselhos de Saúde, Congresso Nacional de Saúde e Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares, no período de 1994 a 2016. O resultado da pesquisa apontou a contribuição na compreensão das ações de lutas sobre temas relacionados à saúde e a continuidade das agendas de luta pela efetivação desse direito em três pontos: financiamento da saúde pública, gestão da política de saúde e privatização da saúde.

Considerando que algumas entidades chamam a nota pública de “nota política”, também foi utilizado esse termo na busca na BDTD, sendo encontrada apenas a dissertação intitulada *Projeto ético-político do serviço social e emancipação humana: uma análise a partir dos posicionamentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)* (Brochardt, 2018), apresentada na Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco. Esse trabalho abordou o contexto de radicalização conservadora sobre a política brasileira entre 2016 e 2018 e teve como método o crítico-dialético, revisão bibliográfica e análise documental, tendo as notas políticas do Conselho Federal, o informativo “CFESS Manifesta” e as resoluções do 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, como a base documental para a análise. Como resultado, foi reafirmada a contribuição do CFESS no processo de construção de uma sociedade emancipada, e da “organização da própria categoria e na articulação mais ampla com outras organizações sociais, políticas e profissionais, tendo em vista contribuir para o processo de emancipação humana” (Brochardt, 2018, p. 6).

Concluída a pesquisa na BDTD, fez-se a mesma sequência de pesquisa no buscador do periódico da Capes. Utilizando-se o termo “Nota Pública”, nenhum resultado apareceu. Já quando foi buscada a palavra-chave “Nota à

imprensa”, apareceu um artigo com o título *Comunicação institucional da política externa: análise das notas à imprensa dos cem primeiros dias de mandato de Lula III* (Moura; Mesquista; Rensi, 2023). Nesse artigo, as notas à imprensa são entendidas como fonte primária de pesquisa, sendo produzidas por órgãos da administração pública direta. Elas foram compreendidas como estratégias da comunicação pública, sendo catalogadas, organizadas e classificadas em uma base de dados do *software* IRAMUTEQ submetendo-as à Análise de Conteúdo Automatizada (ACA) para produzir a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análise de Similitude, ou seja, uma análise com base na abordagem quantitativa.

Cabe ressaltar que esses trabalhos não promovem debates sobre o conceito de nota pública, nem aprofundam sua definição. Em vez disso, limitam-se a utilizá-las como "fontes" ou *corpus* de estudo, conforme indicado em suas metodologias, sem explorar reflexões mais amplas sobre o tema. Além disso, observa-se que seu uso ocorre em diferentes cursos de pós-graduação e áreas do conhecimento, como história, saúde e educação, abrangendo diversas universidades do país.

A maioria dessas pesquisas não faz referência a teóricos da comunicação, seja do jornalismo ou das relações públicas, para conceituar o que é uma nota pública. Parece haver a suposição de que os leitores já conhecem ou deveriam conhecer esse conceito, ou ainda de que ele é amplamente consolidado. Essa observação não tem o objetivo de apontar qualquer inadequação nessa abordagem. No entanto, nenhum dos estudos citados compreende a nota pública da mesma maneira que esta pesquisa propõe, tampouco adota o mesmo referencial teórico-metodológico ou compartilha as mesmas expectativas de contribuição e de problematização.

Na continuidade da construção do Estado da Arte sobre nota pública, foi realizada a segunda etapa, que consistiu na consulta a jornalistas e professores para obter indicações de referências bibliográficas sobre o tema.

Esse processo levou ao terceiro passo, que foi a realização de pesquisa na biblioteca da Ufam, de forma física e por meio de sistema on-line. Nessa fase, o objetivo não se restringiu ao mapeamento da literatura sobre o tema, mas também buscou entender como a nota pública havia surgido e em que momento passaria a ser integrada pela comunicação sindical. Para isso, foram

intensificados os contatos, presenciais e on-line, com profissionais da comunicação social, buscando compreender suas percepções teóricas sobre a nota pública.

A indicação da professora de Relações Públicas, Fabiana Pereira, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), levou à identificação do livro *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia*, organizado por Jorge Duarte (2018) e *Divulgação jornalística e relações públicas – comunicação empresarial na prática*, de Dorothy I. Doty (este último não sendo utilizado na pesquisa, por não contemplar o objetivo pretendido). Para ter acesso às obras, recorreu-se à biblioteca da UFAM, onde também foi encontrado o livro *Assessoria de imprensa: teoria e prática*, de Elisa Kopplin e Luiz Artur Ferraretto (2001).

Os sumários das obras foram analisados com objetivo de identificar menções diretas aos termos “nota pública”, “nota oficial”, “nota à imprensa”, “nota de repúdio”, “nota política”, “nota de apoio ou solidariedade”. Além disso, foram observados nos livros os itens que abordavam, em geral, a redação de textos na assessoria de imprensa.

Jorge Duarte (2018), no capítulo em que aborda os produtos e os serviços de uma assessoria, introduz o tema fazendo a ressalva de que, na década de 1969, o campo do conhecimento de comunicação passou por uma fragmentação, tanto na formação acadêmica quanto na legislação e nas especializações em habilitações, com a divisão Jornalismo, Relações Públicas, Design, Rádio e TV, dentre outras. Ele aponta que a Assessoria de Imprensa (AI) se destacou como “atividade ligada à gestão do relacionamento com jornalistas na busca de visibilidade e proteção da organização e dirigentes” (Duarte, 2018, p. 231).

O autor observa que a introdução da assessoria de imprensa nas estruturas de comunicação, a partir de 1980, foi uma evolução e que a atuação desse profissional passou por mudanças na década de 1990, com uma certa integração da comunicação na organização e no planejamento de profissionais de diferentes especializações, somando-se ao passar dos anos com o ritmo acelerado imposto pela era digital. “Os objetivos libertam-se da simples gestão da exposição na mídia para incorporar informação pública, reputação, interação

com diferentes públicos e suporte ao posicionamento estratégico da organização” (Duarte, 2018, p. 232).

Diante dos desafios imposto pelas novidades na área, foi preciso administrar novos produtos e serviços inseridos na rotina das relações com as mídias:

Estabeleceremos como foco da AI [Assessoria de Imprensa] os produtos e serviços relacionados ao fluxo de informações de caráter jornalístico a serviço da organização, do assessorado ou corpo dirigente no relacionamento com os públicos interno e externo, em particular a imprensa. Dessa maneira, admitimos que alguns tópicos se referem a instrumentos utilizados em outras áreas de comunicação, notadamente relações públicas. Eles são incluídos no capítulo por estarem relacionados ao agir sobre a notícia produzida para informar *stakeholders* e o conjunto da sociedade (Duarte, 2018, p. 233-234).

O autor afirma que mesmo não sendo atribuição original da Assessoria de Imprensa, o profissional da área pode contribuir na redação, edição ou avaliação de determinados textos, como, dentre outros, a nota oficial, também chamada por ele de comunicado. Por Duarte dedicar poucas linhas ao tema, vale aqui apresentar na íntegra o que o autor escreve sobre nota oficial:

Nota oficial: documento distribuído à imprensa, muitas vezes também veiculado de forma paga, contendo declaração, posicionamento formal ou esclarecimento sobre assunto relevante, urgente ou de interesse público. A elaboração e divulgação reduzem as chances de boatos e esclarecem dúvidas. A nota pode ser utilizada como estratégia para evitar a exposição de um representante da organização em uma situação específica, mas também para reduzir a pressão por informações, limitar a repercussão de um assunto, esclarecer dúvidas e acabar com boatos. Não tem formato jornalístico, mas deve ser objetiva, consistente, clara e compreensível. A Nota oficial pode ser chamado de Comunicado, termo também adotado como sinônimo de *release*. O usual, entretanto, é o comunicado ser proativo por referir-se a assunto ainda não repercutido na imprensa (Duarte, 2018, p. 247).

Logo na sequência desta definição, Duarte apresenta também o que ele diz ser outro produto, este conceituado como *position paper*, cuja definição é pertinente por se tratar também de um “posicionamento oficial”.

Texto que esclarece e detalha sobre a posição da organização a respeito de um tema relevante, geralmente polêmico ou

complexo. Possui a vantagem de uniformizar o discurso, reduzindo interpretações equivocadas. Em algumas situações terá circulação restrita, buscando orientar os envolvidos, particularmente em questões polêmicas e em momentos de crise (Duarte, 2018, p. 247).

No referido livro, Duarte não apresenta exemplos desses textos e nem utiliza o termo “nota pública”. Ainda assim, a partir das descrições que ele faz de nota oficial e de *position paper*, pode-se inferir que a nota pública, como entende-se na proposta de tese aqui em construção, na prática, é a junção dessas duas caracterizações, não se confundido com comunicado/*release*, visão também compartilhada por Duarte, na medida em que ele diferencia *release* da nota oficial, por exemplo.

Compartilha-se também o conteúdo do livro *Assessoria de Imprensa: Teoria e prática*, de Elisa Kopplin e Luiz Artur Ferraretto, no qual não é utilizado o termo “nota pública”. Entretanto, é mencionado o termo “nota oficial” como um tipo de *release*, sendo que o termo é escrito na referida obra como “relise”. Apesar de a palavra não constar no dicionário oficial da língua portuguesa, acredita-se que a escolha linguística dos autores por grafar “relise” tem como objetivo corroborar com o histórico de atuação dos autores no campo da comunicação popular, alternativa e comunitária. Assim, optaram pelo uso de “relise”, seguindo a pronúncia na língua portuguesa, em vez da grafia em inglês.

Para Kopplin e Ferraretto, o *release* é “expoente máximo” na redação em assessoria de imprensa, definindo-o como:

Material de divulgação produzido pela assessoria de imprensa e destinado aos veículos de comunicação. É escrito em linguagem e segundo critérios essencialmente jornalísticos, embora não tenha a pretensão de ser aproveitado na íntegra como texto pronto. De modo geral, o relise tem por função básica levar às redações notícias que possam servir de apoio, atração ou pauta, propiciando solicitações de entrevistas ou de informações complementares (Kopplin; Ferraretto, 2001, p. 59).

Os autores dividem os tipos de *release* em: padrão, de opinião, dirigido, especial, artigo, rádio e televisão, convocação, cobertura, nota oficial e comunicado, relacionando também esses tipos de *releases* aos gêneros jornalísticos, conforme observa-se a seguir:

Quadro 1 - Relação entre tipos de releases e gêneros jornalísticos proposta por Kopplin e Ferraretto (2001)

INFORMATIVO	INTERPRETATIVO	OPINATIVO	JORNALÍSTICO
Padrão	Especial	Artigo	Convocação
De opinião	Cobertura		Nota oficial
Dirigido			Comunicado
Especial			
Cobertura			
Rádio			
Televisão			

Fonte: Kopplin e Ferraretto (2001, p. 83).

Nesse sentido, para os referidos autores, a nota oficial é definida como: “Texto distribuído em situações críticas que requerem um posicionamento forte e definido do assessorado. Pode ser enviada aos jornais e/ou publicada como matéria paga” (Kopplin; Ferraretto, 2001, p. 63). Em uma caixa de destaque, os autores apontam ainda como importante a seguinte observação: “Embora não seja um texto nitidamente jornalístico, a nota oficial deve ser redigida sem chavões, clichês, lugares-comuns, frases feitas, vícios de linguagem ou expressões excessivamente empoladas” (Kopplin; Ferraretto, 2001, p. 63).

Essa divisão é feita referenciada no *Dicionário de Comunicação*, de autoria de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa (1987, p. 638), conforme apontado em notas de rodapé por Kopplin e Ferraretto (2001), que compartilham um exemplo de nota oficial, a qual é dividida em cinco partes, sendo este exemplo de gênero construído a partir da seguinte estrutura composicional: o cabeçalho; a introdução (o motivo da nota); o desenvolvimento; o encerramento e a assinatura, conforme pode ser visto no quadro a seguir, sobre o qual o autores informam que é um exemplo do gênero nota oficial, construído a partir de dados fictícios.

O texto, principalmente no item “desenvolvimento”, tem como objetivo informar os clientes de um banco, de forma clara e objetiva, sobre estratégias a serem tomadas em meio a uma paralisação parcial das agências. No item “encerramento” há um discurso voltado para o reforço da imagem da instituição diante da população.

Quadro 2 - Exemplo de nota oficial divulgada no livro de Kopplin e Ferraretto (2001)

CABEÇALHO	NOTA OFICIAL – BANCO GAÚCHO DE INVESTIMENTOS
INTRODUÇÃO (cita o motivo da nota oficial)	Principal instituição financeira privada do Rio Grande do Sul, o Banco Gaúcho de Investimentos comunica aos seus clientes e ao público em geral que, apesar da paralisação em parte de suas agências, estão garantidos os rendimentos de todas as aplicações financeiras e a isenção de multas a juros na prestação de serviços diversos. Esclarece ainda que:
DESENVOLVIMENTO (esclarece, em geral, enumerando decisões, motivos e atos do assessorado)	1. Nos dois dias úteis após a reabertura das agências poderão ser feitas movimentações de recursos nas cadernetas de poupança e fundos de investimento retroativos aos dias de greve. 2. Contas - água, energia elétrica, telefone etc. - vencidas durante a paralisação poderão ser pagas até dois dias depois da reabertura. 3. O Banco Gaúcho de Investimentos está desenvolvendo esforços para atualizar os extratos de seus inúmeros clientes. 4. Os portadores do Cheque Especial Banco Gaúcho vão receber seus talões pelo correio nos próximos três dias. Os demais correntistas devem procurar as agências em que os funcionários não aderiram à paralisação. 5. O Banco Gaúcho de Investimentos mantém-se aberto a novas negociações com seus empregados, objetivando resolver o problema o mais breve possível. 6. Em caso de dúvidas, a Central de Informações do Banco Gaúcho de Investimentos está à disposição do público pelo telefone (051) 334-8907. A ligação é gratuita
ENCERRAMENTO (inclui dados que reforçam a imagem institucional da organização)	A Diretoria do Banco Gaúcho de Investimentos pretende, assim, honrar sua tradição de 55 anos a serviço da comunidade em 130 municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde está presente, sempre contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional.
ASSINATURA (nome e cargo do responsável pela organização assessorada)	Roberto Penteado de Carvalho – Diretor-presidente

Fonte: Kopplin e Ferraretto (2001, p. 80)

Considerando a relevância de José Marques de Melo na pesquisa sobre gêneros jornalísticos, buscou-se também saber como a nota pública é descrita a partir da literatura produzida por este renomado pesquisador e integrantes de seu grupo de pesquisa.

No livro *Gêneros jornalísticos no Brasil*, organizado por Marques de Melo e Francisco de Assis (2010), no capítulo intitulado *Outros gêneros em jornais regionais*, Lailton Alves da Costa escreve que o termo nota oficial é o “documento encaminhado ao jornal por terceiros e que o jornal publica em sua totalidade” (2010, p. 233). Ele também cita o termo “íntegra” para se referir ao que ele chama de “reprodução de comunicado oficial de terceiros” (Costa, 2010, p. 233). Atualmente, o termo “íntegra” não é amplamente utilizado, porém se entendeu que seria semelhante ou associado ao termo *release*. Percebe-se de prontidão que nos livros citados anteriormente, os autores utilizam o termo “nota oficial” e não o termo “nota pública”.

A produção discursiva a que se referem os autores existe e é utilizada dentro da esfera da assessoria de imprensa e comunicação social em geral. Porém, na comunicação sindical, percebeu-se uma mudança no uso desse produto, o qual tem um conteúdo, na maioria das vezes, mais aprofundado, e que nem sempre é encaminhado para os veículos de comunicação como sendo um *release*. Os posicionamentos presentes nas notas públicas sindicais também são mais enfatizados, demarcando posicionamentos. Verificou-se a ausência de uma fonte bibliográfica que aborda, especificamente, o que trata a nota pública, tal como se vê a literatura sobre notícias, reportagens, entrevistas, dentre outros.

Não se argumenta que as colocações desses autores estejam incorretas. O que se busca fazer no decorrer deste trabalho é tentar contribuir para o entendimento desse gênero do discurso (aqui chamado de nota pública sindical), a partir do diálogo que se faz com o Estado da Arte construído, da vivência na assessoria de comunicação social e a com base na mobilização de aportes teóricos da teoria bakhtiniana da linguagem, no sentido em que a nota pública passa então a ser estudada como fenômeno discursivo na elaboração de uma tese. O que se propõe aqui não é totalmente inédito (esse é um viés bakhtiniano de ler o mundo também), considerando que direta ou indiretamente esta pesquisa está perpassado por outras ideias que se relacionam/dialogam com leituras anteriores, mas trata de uma perspectiva que se acredita que ainda não tenha sido registrada, e que a partir de seu registro pode suscitar, futuramente, outras pesquisas que venham se valer dela, usá-la, complementá-la, criticá-la, refutá-la ou corroborá-la.

1.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: ABORDAGEM BAKHTINIANA PARA COMPREENSÃO DE NOTAS PÚBLICAS

Nesta tese, adota-se o termo referencial teórico-metodológico, pois, a partir da perspectiva bakhtiniana, a separação entre esses dois aspectos pode ser contraditória. Dessa forma, não tratará da metodologia como uma mera descrição de sequência de procedimentos para análise de *corpus*, tampouco serão explanados conceitos de forma isolada, que delimitaram um arcabouço teórico, uma vez que tal divisão entraria em contradição com o próprio pensamento bakhtiniano. Compreende-se que estes dois pontos seguem interrelacionados na construção do entendimento da problemática aqui levantada.

Para esclarecer a construção desse pensamento dentro de um gênero acadêmico específico - a tese, compreendida como um gênero discursivo -, serão apresentadas, a seguir, as bases do pensamento que orienta a condução deste estudo e contribuem para a compreensão do *corpus*, relacionando à problemática levantada e as expectativas de contribuição acadêmica.

Mikhail Mikhailovitch Bakhtin (1885-1975) foi um intelectual russo, formado em História e Filologia pela Universidade de São Petersburgo. Na década de 1920 integrou um grupo que atualmente é conhecido como Círculo de Bakhtin. Apesar de uma vida difícil, marcada por problemas de saúde, que o levaram à amputação de uma perna, além de ter sido preso, condenado ao trabalho forçado e ter sido, posteriormente, exilado, Bakhtin atuou como professor, redator, entre outras profissões, e manteve uma intensa produção de obras até sua morte, inclusive, deixando manuscritos inacabados.

Cabe destacar que a concepção de linguagem de Bakhtin tem como base a compreensão da interação verbal (ou discursiva), entendendo que essa interação se realiza por meio dos gêneros discursivos e das relações dialógicas. “Há três eixos básicos do pensamento bakhtiniano: a unicidade do ser e do evento; a relação eu/outro; e a dimensão axiológica” (Fiorin, 2008, p. 17). Por isso o relevante diálogo com a perspectiva interacionista sociodiscursiva que embasa Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), a qual sustenta a proposta de didatização de nota pública sindical desenvolvida nesta tese.

A fundamentação do pensamento bakhtiniano é moldada neste estudo para promover uma reflexão no campo da educação, visando contribuir para o aprimoramento do ensino do gênero discursivo nota pública sindical, tanto na formação acadêmica em cursos superiores, como Jornalismo e Relações Públicas, quanto na formação da comunicação popular de entidades, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e de partidos políticos.

Nesse contexto, a pesquisa estrutura-se em um tripé teórico-metodológico, que articula a análise de um *corpus* proveniente da comunicação social e uma abordagem teórica advinda do campo da Linguística.

Recorre-se a essa estratégia seguindo a premissa de Bakhtin, de que a realidade complexa não pode ser interpretada exclusivamente por métodos linguísticos (Bakhtin, 2016b, p. 93). Para o pensador russo:

A linguística estuda apenas as relações entre os elementos no interior do sistema da língua, mas não as relações entre os enunciados, nem as relações dos enunciados com a realidade e com a pessoa falante (autor) (Bakhtin, 2016b, p. 93).

Ao longo desse percurso, o movimento realizado na realidade concreta não se configura como uma total novidade, podendo gerar contradições ao longo do desenvolvimento da tese, com afirmações e negações que se materializam em um exercício dialógico, capaz de suscitar novos diálogos diretos e indiretos.

No Brasil, essa perspectiva da filosofia da linguagem bakhtiniana tem recebido maior atenção, embora a disseminação dos estudos do Círculo de Bakhtin tenha sido impactada pela Ditadura Militar-Empresarial (1964-1985) que restringiu a circulação de diversas obras no país. Entre as consequências da censura desse período sombrio, destaca-se o atraso na disseminação da literatura e dos estudos russos, incluindo os textos de Bakhtin e do Círculo.

Esse aspecto é pouco abordado nos textos de pesquisadores da obra do Círculo, mas foi devidamente lembrado na palestra do escritor, crítico e tradutor da Universidade de São Paulo, Boris Schnaiderman, durante abertura do Colóquio Internacional Dialogismo: 100 anos de Bakhtin, realizado em novembro de 1995. Segundo Schnaiderman, seu estudo sobre Bakhtin foi iniciado em 1969, fortemente impactada pelo resultado da Ditadura: “Em 1964, as livrarias russas em nosso país tiveram todos os seus livros retirados para ‘exame’ numa

verdadeira operação militar que acabaria em incineração pura e simples” (Schnaiderman, 2005, p. 14.).

Esse discurso de Schnaiderman está registrado no livro *Bakhtin – dialogismo e a construção do sentido*, organizado por Beth Brait, obra que compila contribuições de mais de 200 pessoas, dentre elas professores e estudantes do Brasil e do exterior, que participaram do referido colóquio.

É relevante mencionar que, quando as obras de Bakhtin e o Círculo passaram a circular no Brasil, vinham de traduções feitas do italiano ou do francês, e não da língua russa, seu idioma original.

Grillo (2006), no artigo “A noção de ‘tema do gênero’ na obra do Círculo de Bakhtin,” explica que a demora na discussão sobre gêneros do discurso pode ser atribuída ao fato de a tradução de *Estética da Criação Verbal* ter sido publicada em português pela primeira vez em 1992, com um compilado de textos de Bakhtin, dentre eles o texto “Os gêneros do discurso”.

E, posteriormente, em 2016, foi publicado um nova tradução, desta vez de forma avulsa em um livro contendo apenas “Os gêneros do discurso - escrito por Bakhtin entre 1952 e 1953”, no qual são apresentadas acepções do pensamento bakhtiniano fundamentais nesta pesquisa. É nessa obra que está presente uma importante citação que explica e norteia o pensamento bakhtiniano seguido nesta tese: “Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (Bakhtin, 2016a, p. 20).

Neste sentido, Catalão Júnior (2010) destaca que a “perspectiva epistemológica assumida” em uma pesquisa é resultado de “resposta a enunciados anteriores” e que “se não é um Adão bíblico, o pesquisador nunca inventa totalmente, a partir ‘do nada’, os elementos de sua pesquisa” (Catalão, 2010, p.16). E neste viés, cabe de antemão a necessidade de explicitação do objeto de estudo e do aporte teórico-metodológico adotado.

Assim como Catalão Júnior propôs que o livro-reportagem transcende a função de um veículo de informação, esta tese busca demonstrar que a nota pública também ultrapassa o papel de um mero instrumento informativo.

Pontua-se que a nota pública é entendida como um gênero discursivo, produzido em um contexto real do campo da comunicação - neste caso, da comunicação sindical, mas que pode extravasar esse contexto - por sujeitos que,

por meio da linguagem, firmam discursos, mobilizam vozes e se posicionam ideologicamente sobre determinados temas, ou seja, sobre a própria vida.

Desse modo, a nota pública ao ser analisada de um ponto de vista discursivo, assumindo a perspectiva de diálogo dinâmico por meio do qual se dá o funcionamento concreto e efetivo da linguagem é compreendida como parte do que Bakhtin nomeia de gêneros secundários, “que surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – ficcional, científico, sociopolítico, etc.” (Bakhtin, 2016a, p. 15), tendo como motivação de sua escrita, em geral, um discurso anterior, ao qual precisa corroborar, repudiar ou esclarecer etc.

Maciel (2022, p. 118) orienta: “para entender os gêneros discursivos como os entende Bakhtin, é preciso ir dá vida ao texto”. Esta colocação tem importância direta na sequência lógica dos tópicos apresentados no sumário desta tese, no qual primeiro se compreende os estudos já realizados que abordam a nota pública, em seguida apresenta o contexto de produção da nota pública na comunicação sindical, para enfim se fazer a proposição de leitura, análise e escrita desses enunciados.

Nesta tarefa são muitos os questionamentos que surgem sobre a nota pública sindical, alguns, por exemplo, versam sobre a linguagem utilizada; a escolha do tamanho do texto; a estrutura; o motivo do assunto ser publicado em uma nota pública e não em outro formato de texto; a periodicidade; o surgimento, finalidade e uso na comunicação sindical; como se escreve; quem as lê e quais respostas suscitam. Quais relações são construídas nelas e a partir delas.

Sob a ótica bakhtiniana, pode-se argumentar que a nota pública sindical é uma produção discursiva que consiste em um enunciado fundamentado em: 1. “a alternância de sujeitos”; 2. “a conclusibilidade específica do enunciado” e 3. “A relação do enunciado com *o próprio falante* (autor do enunciado) e com outros participantes da comunicação discursiva” (Bakhtin, 2016a, p. 35-46).

Torna-se fundamental o exercício de identificação, compreensão e caracterização de posições assumidas nos enunciados, evidenciando relações entre diferentes vozes. Esse entendimento é construído a partir da compreensão de que todo enunciado é dialógico, uma vez que é um discurso vivo e deve ser visto em um contexto real e histórico de um dado campo comunicacional:

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta real e em voz alta (Bakhtin, 2016a, p. 25).

As notas públicas sindicais são, portanto, abordadas como gênero do discurso, a partir do entendimento de que estes se constituem como “enunciado particular, individual”, produzido dentro de uma esfera de comunicação real. Assim são entendidos como “tipos relativamente estáveis de enunciado”, constituídos a partir do conteúdo temático (o que se diz); do estilo (quanto a seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua) e da construção composicional (a estrutura do texto) (Maciel, 2022). Esses elementos, “indissoluvelmente ligados no conjunto do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação” (Bakhtin, 2016a, p.12), são resultados da “multifacetada atividade humana”, como “compreensão viva”, de “natureza responsiva”, em uma realidade concreta.

Dessa forma, é preciso considerar o dialogismo como processo de interlocução entre enunciados que carregam a voz de outrem, podendo ocorrer em discurso verbal ou não-verbal, dotado de posição ideológica, autor-destinatário e suscetível a resposta, o qual se realiza na interação, afinal: “todo o discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre” (Bakhtin, 1988, p. 86).

Conforme explica José Luiz Fiorin: “Bakhtin não elaborou uma obra didática, pronta para ser ensinada na escola. Não há nela uma teoria facilmente aplicável nem uma metodologia acabada para a análise dos fatos linguísticos e literários” (2008, p. 12). Porém, isso não significa a ausência de metodologia em seus estudos, uma vez que no decorrer das obras é possível depreender passos para compreensão de seu pensamento, inclusive compreender, que em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2010), os conceitos são construídos na medida em que se faz a análise das obras do romancista, e conforme Bakhtin dialoga com outros estudiosos de Dostoiévski.

Assim também fez o pesquisador e professor Lucas Maciel na tese de doutoramento intitulada *Relações dialógicas em narrativas* (2014), no qual faz análise de redações de vestibular da Unicamp, estudo sobre o qual ele retoma a palavra de Bakhtin para explicar que “uma abordagem estritamente linguística é insuficiente para analisar ‘as relações dialógicas’ que ‘são objetos da metalinguística’” (Maciel, 2014, p. 18), e que propõe um percurso metodológico, considerando as leituras das obras bakhtinianas.

Como realizei as análises sem me preocupar em esclarecer ou estabelecer *a priori* uma metodologia, é possível que se ressinta a “ausência” de algum método. Por outro lado, porém, como procurei “organizar” algumas das indicações bakhtinianas, é possível também que alguns encontrem nesta tese uma metodologia, uma solução para as censuras dirigidas à falta de método em Bakhtin. Pode parecer que a organização desta pesquisa é passível de ser empregada como um método. O ordenamento através do qual analisei algumas relações dialógicas pode soar com um método, um caminho de pesquisa. Creio que se trata de um caminho, sim. Porém é preciso lembrar que esse itinerário não é resultado do decalque de uma proposta explícita nos textos bakhtinianos. O caminho de pesquisa que tracei nasce sob o signo da particularidade de minha interpretação e de minhas intenções a partir das leituras de Bakhtin (Maciel, 2014, p. 21).

Também traçando um caminho à luz do pensamento de Mikhail Bakhtin (2003), Valentin Volóchinov (2017) e Pável Medviédev (2012), a tese de doutorado de Ytanajé Cardoso, intitulada *Interculturalidade dialógica no Currículo de Linguagens da Educação Escolar Munduruku: a ascensão da Literatura Indígena* (2023), considera a relação entre o currículo de linguagens e a vivência do povo Munduruku:

Aqui estou adotando a ideia de um currículo enquanto uma rede de relações dialógicas interculturais, em constantes negociações, cujos signos ideológicos presentes nessas relações acabam por conduzir os destinos da sociedade falante (Cardoso, 2023, p.21).

Na pesquisa, ao traçar um rumo para o aprofundamento da compreensão da natureza da nota pública sindical como gênero discursivo, manter-se-á a compreensão de que a comunicação discursiva se dá na “situação concreta” e não no “psiquismo individual”, atendo-se a orientação:

Disso decorre que a ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua deve ser a seguinte: 1) formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual (Volóchinov, 2021, p. 220).

Deste modo, compreende-se que o pensamento dialógico de Bakhtin pode ser explicado por meio de três conceitos, sendo:

- 1) Ao modo como o enunciador dialoga com outras vozes;
- 2) Que recursos utiliza para se posicionar com relação ao discurso do outro;
- 3) De que maneira firma sua própria posição.

O **primeiro conceito** diz respeito “ao modo de funcionamento real da linguagem: todos os enunciados constituem-se a partir de outros” (Fiorin, 2008, p. 30). É neste sentido que se tem a afirmação de que no campo real da comunicação há a interação de diferentes vozes, a partir da qual um enunciado sempre revela a sua posição e a do outro em relação à qual é construído.

O **segundo conceito** menciona o dialogismo composicional, referindo-se ao dialogismo observado diretamente por meio da “incorporação pelo enunciador da voz ou das vozes de outro(s) no enunciado” (Fiorin, 2008, p.32). Deste modo, são observadas as estratégias que o enunciador usa para inserir e demarcar as vozes no discurso. Essa inserção pode ser identificada, por exemplo, pelo uso do discurso objetivado, referente à visível separação do discurso do citante com o do citado por meio do uso do discurso direto, discurso indireto, aspas e negação; ou pelo uso do discurso bivocal, onde não há uma nítida separação de vozes, pois elas se misturam e se apresentam em discurso indireto-livre, paródia e polêmicas clara ou velada. Sobre a ideia de que o discurso de outrem é inserido em um enunciado, Bakhtin (1981, p. 164) afirma:

Um autor pode usar o discurso de um outro para os seus fins pelo mesmo caminho que imprime nova orientação significativa ao discurso que já tem sua própria orientação e a conserva. Neste caso, esse discurso, conforme a tarefa, deve ser sentido

como o de um outro. Em um só discurso ocorrem duas orientações significativas, duas vozes (Bakhtin, 1981, p. 164).

O **terceiro conceito** de dialogismo refere-se à afirmação de que “os enunciados construídos pelo sujeito são constitutivamente ideológicos, pois são uma resposta ativa às vozes interiorizadas” (Fiorin, 2008, p.59). Assim, o enunciador é resultado de diversas vozes, ou seja, constrói-se por meio do dialogismo, pois à medida que ele interage com a posição de outrem também se posiciona quanto ao que foi dito.

Considerando que o arcabouço teórico adotado também molda o percurso metodológico da análise do *corpus* central desta pesquisa, constituído por notas públicas na esfera da comunicação sindical, acredita-se ser possível compreender novos aspectos da realidade no processo da comunicação, com vias a compreender a esfera ideológica que envolve a produção do gênero pesquisado, as interações entre falantes, os efeitos de sentido, e posições possíveis de serem apreendidas a partir das posições valorativas.

Deste modo, se buscará compreender as notas selecionadas com consideração ao primeiro conceito do dialogismo, que é do modo de funcionamento real da linguagem, onde os enunciados se constituem a partir de outros, revelando a sua posição e a do outro.

Ao se considerar a forma de composição, conteúdo temático e estilo, será verificada a composição com a observação de quais as formas que o enunciador insere as vozes do outrem no enunciado, ou seja, o segundo conceito do dialogismo. Será feita, ainda, a identificação dos discursos de outrem e do dialogismo composicional. Sobre este ponto, será essencial o diálogo, especialmente, entre as obras *Problemas da poética de Dostoiévski* (2010), *Os Gêneros do Discurso* (2016) e *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2006;2021).

Para Bakhtin, o discurso é como processo, inacabado e aberto, inserido em suas temporalidades e historicidades (o cronotopo). Dessa forma, os conflitos sociais poderão ser percebidos nos discursos, uma vez que manifesta forças que se movem em diferentes sentidos, evidenciando possíveis contradições ou reafirmações ideológicas.

Os enunciados que serão analisados não são neutros, assim como seus destinatários. O interlocutor destes textos assume papéis ativos, que os levam a

compreensão, discordância ou complementação etc., principalmente diante da possibilidade de interação que a *internet* proporciona atualmente, com possibilidade para comentários ou “reações” em redes sociais, por exemplo. É neste sentido que o dialogismo não é o mesmo que diálogo, nem simples resolução de problemas, envolvendo interação entre sujeitos, onde as vozes sociais entram em disputa de sentidos.

Bakhtin fala sobre o excedente de visão, que é ato de enxergar no outro aquilo que não se pode ver em si mesmo, portanto será possível refletir sobre os sujeitos e outros, como autores responsivos. Não se limita, assim, ao entendimento apenas da estrutura discursiva, implica também ao dialogismo, compreendido como a relação de sentidos entre enunciados.

Segundo Brait (2006, p. 20-21), “um dos maiores ensinamentos de Bakhtin é a atitude diante da linguagem, que consiste não na aplicação de conceitos preestabelecidos, mas numa atitude dialógica que permite extrair conceitos do *corpus* analisado”.

Com base nisso, ao final desse percurso espera-se que os resultados contribuam com a área da Educação, no que condiz o ensino de escrita de gêneros, afinal, “os professores ensinam escrever determinados gêneros e não outros” (Maciel, 2022, p. 15). Assim, conseqüentemente ter-se-á elementos para propor que a nota pública ganhe maior espaço nas salas de aulas e formações políticas.

Beth Brait e Maria Helen Cruz Pistori (2012) enfatizam, no artigo *A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o Círculo*, que: “o conceito de gênero implica dimensões teóricas e metodológicas diferenciadas, cujas consequências para compreensão de textos e discursos não podem ser ignoradas” (2012, p. 327). A partir dessa leitura, amplia-se o entendimento de que “na compreensão e ensino”, “leitura e produção textual”, não basta tão somente compreender o gênero do discurso a partir dos três elementos: forma de composição, conteúdo temático e estilo.

É imprescindível considerar a leitura do gênero por meio de suas dimensões históricas e sociais, em que discursos “interiores” e o “exteriores” são relevantes na reflexão que considera os sujeitos participantes das relações dialógicas, como integrantes de um contexto social e historicamente real, concreto.

Já para fundamentar os procedimentos de sequência didática da nota pública sindical, elencou-se os estudos de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). Na apresentação do livro *Gêneros orais e escritos na escola* (2004), de Schneuwly, Dolz e colaboradores, as tradutoras e organizadoras da obra no Brasil, Roxane Rojo e Glaís Cordeiro, enfatizaram que, no Brasil, desde a década de 1980, o texto tem sido compreendido como um “material concreto sobre o qual se exerce o conjunto de domínios de aprendizagem, sobretudo leitura e produção de textos” (2004, p. 7). Além disso, elas apontam que o texto tem sido pertinente ponto na experimentação de “virada discursiva ou enunciativa que diz respeito ao enfoque dos textos e de seus usos em sala de aula” (2004, p. 10). Essa “virada” ganhou força nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a partir de 1997/1998, quando o gênero passou a ser considerado objeto de ensino.

Nela [na virada], passam a ter importância considerável tanto as situações de produção e de circulação dos textos como a significação que nelas é forjada, e, naturalmente, convoca-se a noção de gêneros (discursivos ou textuais), como um instrumento melhor que o conceito de tipo para favorecer o ensino de leitura e de produção de textos escritos e, também, orais (Rojo; Cordeiro, 2004, p. 10).

Diante disso, objetiva-se contribuir com esse contexto, articulando os pensamentos já desenvolvidos por tais estudiosos/pesquisadores na tentativa de propor um modelo de didatização da nota pública sindical no ensino.

O desafio é que essa proposta não se limite ao ensino básico ou superior, mas também possa ser aplicada em processos formativos políticos. Ou seja, a ideia é apresentar um processo mútuo de ensino-aprendizagem, de forma clara, para ser trabalhado tanto em situações escolares quanto extraescolares, abrangendo alunos do ensino médio, estudantes de comunicação social em suas diversas habilitações (jornalismo, relações públicas, publicidade, rádio e TV) e militantes de movimentos sociais e populares, sindicatos etc.

Nesse sentido, definem-se dois pontos principais, sendo uma abordagem teórica da proposta de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), com base específica no texto “Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento” (2004), presente no livro citado anteriormente. Um outro ponto

será a apresentação da proposta prática de sequência didática para o ensino da nota pública sindical.

A geração dos dados para o *corpus* da pesquisa ocorreu por meio da seleção de notas públicas produzidas no contexto da comunicação sindical. Reitera-se que parte dessas notas é apresentada no Capítulo II, enquanto outras são analisadas de forma mais aprofundada no Capítulo III e servirão de exemplos para o Capítulo IV, cujo objetivo será compartilhar uma proposta de didatização da leitura e escrita de nota pública como gênero do discurso.

Neste sentido, cabe antecipar que o *corpus* do Capítulo III, que examina as notas públicas sindicais, foi constituído a partir da seleção de cinco notas públicas emitidas pela Associação dos Docentes da Ufam (ADUA), respectivamente nos anos de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.

As referidas notas estão disponíveis em meio digital, o que possibilita seu acesso a diferentes públicos, em especial seu público-alvo (docentes da Ufam), integrantes de movimentos sociais e políticos, além da sociedade em geral. Esses enunciados são utilizados para demarcar posicionamentos ideológicos em resposta a atos e discursos produzidos da esfera social, bem como fontes de informação em materiais jornalísticos. O funcionamento real da linguagem também se refere ao contexto histórico, uma vez que o conteúdo das notas públicas sindicais reflete contextos específicos. Assim, é pertinente apresentar brevemente a ADUA, no sentido de localizá-la social e historicamente.

A ADUA é uma Seção Sindical filiada ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), com natureza e fins não-lucrativos, criada em 28 de outubro de 1979 para defender e representar os docentes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). É uma entidade que goza de autonomia política, administrativa e financeira garantida pelo seu regimento e pelo estatuto do ANDES-SN. A entidade tem como princípios norteadores a defesa dos docentes, considerando seus interesses imediatos, específicos, históricos e gerais. Isso contempla a luta dos professores direcionada, prioritariamente, para a transformação da instituição onde atuam, a UFAM, com foco em melhorar a qualidade do ensino; lutar pela transformação da universidade em espaço democrático, popular e com a cara da Amazônia.

Desde sua fundação, a entidade produz notas públicas, de esclarecimento, apoio, solidariedade, informativa à imprensa, a depender da

necessidade e da atuação da diretoria. Durante o período de alerta emergencial da pandemia da Covid-19 no Brasil (2020-2022), esse tipo de produção se tornou mais frequente, diante da necessidade de posicionamento da entidade e ao mesmo tempo do impedimento da ocupação de ruas e da universidade.

Como enunciados, esses gêneros discursivos carregam múltiplas vozes que reverberam por meio de seus discursos, respondem a outros enunciados, e dialogam direta ou indiretamente com importantes teóricos. O conteúdo das notas aborda, de maneira geral, questões sociais, com ênfase na educação, nos direitos dos docentes, nas universidades, nas instituições de ensino superior públicas e no serviço público.

Entre os temas abordados estão: Pandemia da Covid-19; Dia Internacional das Mulheres trabalhadoras; Ditadura e mordaza, nunca mais! Luta dos povos indígenas; População negra; Solidariedade classista; Repúdio à irresponsabilidade dos governantes; defesa da vida dos(as) subalternizados(as); Defesa da categoria docente e da educação como direito fundamental do povo brasileiro; corte em orçamento da educação etc.

Ademais, as notas que compõem o *corpus* foram emitidas por uma entidade sindical que atua na defesa de direitos da categoria docente, fundada na defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Essa perspectiva poderá refletir vieses ideológicos, identificáveis a partir das relações de interação estabelecidas, como, por exemplo, governo e servidores públicos; reitoria e sindicato; docentes e direitos da categoria; sindicato e movimentos sociais; universidade e sociedade; Amazônia e o mundo; educação pública e educação privada etc.

A análise desse material exige consideração de aspectos históricos e sociais, no sentido de buscar compreender as relações dialógicas e valorativas presentes. Deste modo serão levadas em consideração a forma arquitetônica e a forma composicional na construção de seus enunciados, procurando-se compreender a esfera de publicação, circulação, autoria, finalidade, contexto, suporte e destinatários desses enunciados.

2 NOTA PÚBLICA SINDICAL: UM GÊNERO DO DISCURSO

Ao nascer, um novo gênero nunca supprime nem substitui quaisquer gêneros já existentes. Qualquer gênero novo nada mais faz que completar os velhos, apenas amplia o círculo de gêneros já existentes. Ora, cada gênero tem seu campo predominante de existência em relação ao qual é insubstituível (Bakhtin, 2010, p. 340).

De modo geral, no âmbito das relações públicas, a nota pública é compreendida como um instrumento, um serviço institucional, que circula em diferentes mídias, podendo (ou não) ser produzida por jornalistas. No referencial teórico do jornalismo pesquisado não aparece classificada como um gênero, ainda que a sua produção seja incorporada na prática.

Para fins desta tese, é relevante enfatizar que a nota pública não é entendida como um tipo de *release*, como viu-se na leitura de Elisa Kopplin e Luiz Artur Ferraretto (2001), pois, na prática, observa-se que a nota pública sindical na esfera da comunicação sindical, quando são observados seus contextos de produção, função e circulação, alcançou um outro tipo de mobilização enquanto enunciado.

Partindo do princípio apresentado por Bakhtin e reiterado por Maciel (2022, p. 122), de que “os gêneros dão novas oportunidades de empregar a linguagem” e que “conforme a sociedade muda, novos gêneros surgem ou os gêneros existentes são adaptados para as novas realidades”, se afunila o estudo da nota pública na esfera da comunicação sindical, levando a construção de um pensamento e defesa do conceito de nota pública sindical enquanto um gênero discursivo, com base na concepção bakhtiniana da linguagem, considerando suas categorias constituintes: estrutura composicional, estilo e conteúdo temático. Mas para compreender tal entendimento, se julga necessário estabelecer uma prévia discussão sobre o conceito de gênero, a partir de diferentes autores, dentre eles Acosta Pereira e Rosângela Rodrigues (2009, p.4), que no artigo “Perspectivas atuais sobre gêneros do discurso no campo da Linguística”, compartilham um mapeamento das principais correntes de pesquisas acerca de gêneros discursivos no Brasil e nos principais centros de pesquisa no exterior, conforme visto a seguir nas ilustrações criadas a partir do entendimento do texto dos autores:

Quadro 3- Ênfase das pesquisas contemporâneas em Linguística Aplicada

Relação entre sociedade e linguagem a partir dos gêneros do discurso	Discussões teóricas, metodológicas e aplicadas
Pesquisas contemporâneas em Linguística Aplicada (LA) enfatizam	
Teoria e análise enunciativo-discursiva de gêneros do discurso/textuais	Ensino/aprendizagem de língua materna, estrangeira e formação de professores.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025. Sistematização feita com base em Acosta Pereira; Rodrigues, 2009, p. 4.

Quadro 4 - Abordagens teórico-metodológicas na área dos gêneros do discurso

sociossemiótica	socioretórica	interacionista-sociodiscursiva
semiodiscursiva	sociocognitivista	dialógica

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025. Sistematização feita com base em Acosta Pereira; Rodrigues, 2009, p. 4.

Na tese “*A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*”, Rosângela Hammes Rodrigues (2001) desenvolve uma análise da constituição e funcionamento do gênero artigo jornalístico, situando sua pesquisa no domínio da Linguística Aplicada. A pesquisadora justifica que o interesse da Linguística Aplicada pelos gêneros do discurso é consequência do processo dialógico entre a esfera escolar e a acadêmica, e que essa nova orientação se concretiza na prática escolar e nos documentos oficiais, como por exemplo nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

A orientação conjunta (escola/ciência) para a análise da situação do ensino/aprendizagem da produção escrita na escola, ao mesmo tempo que tem constatado descompassos na concepção da produção textual escrita nas atividades de ensino' (resultando no que se pode denominar como gêneros escolarizados), têm buscado novas propostas teórico-metodológicas, orientadas para as funções sócio-discursivas da escrita e para as condições sócio-históricas de produção das

diferentes interações verbais (inclusive as escolares) (Rodrigues, 2001, p. 1).

No canal de vídeos “Saber Linguagem”³, presente no YouTube, o professor Lucas Maciel diferencia gêneros do discurso de gêneros textuais, afirmando que “enquanto na linguística textual, em geral, parte-se do texto ao contexto, na perspectiva bakhtiniana, parte-se da vida ao texto”. O autor ressalta a necessidade de cautela ao abordar conceitos e defende o uso do termo gêneros do discurso quando se estiver estudando sob a perspectiva bakhtiniana.

De igual modo, Aldair Bonini, Daniella Yano e Gabriela Rempel (2023) em *Gêneros jornalísticos em uma perspectiva crítica: pesquisa e ensino no chão da escola*, chamam atenção para a importância dada aos gêneros jornalísticos ao serem indicados para serem abordados como gêneros do discurso nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa. Os autores compartilham a defesa pelo uso do termo gênero do discurso, embora reconheçam que existem abordagens que adotam o termo gênero textual. “Trata-se de uma opção política, haja vista que defendemos uma perspectiva mais discursiva do que tipológica para o gênero. Seria também salutar, principalmente para fins pedagógicos, que houvesse um maior consenso terminológico na área” (Bonini; Yano; Rempel, 2023, p. 10).

Já no artigo *Produção textual em RP a partir da perspectiva de gêneros do discurso: um estudo inicial*, Aline Ferreira Lira (2010) discute a adoção da concepção de gêneros do discurso no ensino de produção textual em Relações Públicas e levanta questões iniciais que apontam para ações concretas no curso de Relações Públicas na UFAM, como a mudança de termo “redação” para “produção textual”. Lira cita Kunsch (2009) para afirmar que o modelo mecanicista e a perspectiva funcionalista estão entre os paradigmas vigentes nas relações públicas e na comunicação organizacional. “Assumir a produção textual para as relações públicas implica não somente adotar uma ‘nova’ abordagem pedagógica, mas principalmente uma mudança de paradigmas que poderá transformar a práxis” (Lira, 2010, p. 110).

³ MACIEL. Saber Linguagem. Canal no YouTube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yW790ybPqgs>

No contexto do jornalismo, a discussão também se faz presente. Com objetivo de sugerir critérios de definição de gênero jornalístico, a docente do curso de jornalismo na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Lia Seixas (2009), em sua tese de doutoramento: *Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação*, propôs analisar, a partir da pragmática da comunicação e da análise do discurso, quais são as condições constitutivas de um ato comunicativo relativamente estável da prática discursiva jornalística, e a partir deste ponto compreender se existe uma hierarquia na configuração do gênero, segundo sua força de influência. Seixas (2009) concluiu que a lógica enunciativa, a força argumentativa, a identidade discursiva e a potencialidades do *médium* são quatro elementos combinantes para definir os critérios de gênero discursivo do jornalismo de atualidade:

As bases teóricas da pragmática e da análise do discurso demonstravam a necessidade de compreensão dos elementos extra e intralinguísticos às composições da formação discursiva jornalística (FDJ) do jornalismo de atualidade. Nesta base, fundamentava-se a nossa principal hipótese, confirmada na tese: os principais critérios de definição de gênero discursivo jornalístico são condições extralinguísticas do processo comunicativo. Mais: os gêneros discursivos jornalísticos são enunciações relativamente estáveis. Ao final, pode-se afirmar: trata-se de uma combinação, regular e frequente, de elementos extralinguísticos e linguísticos. São combinações que se repetem a ponto de se institucionalizarem, mas que também, certamente, guardam uma dinâmica contínua de mudanças provisórias (Seixas, 2009, p. 316).

Uma das justificativas da autora para desenvolver a sua pesquisa é o que ela aponta como “estagnação dos estudos de gênero”, na década de 80.

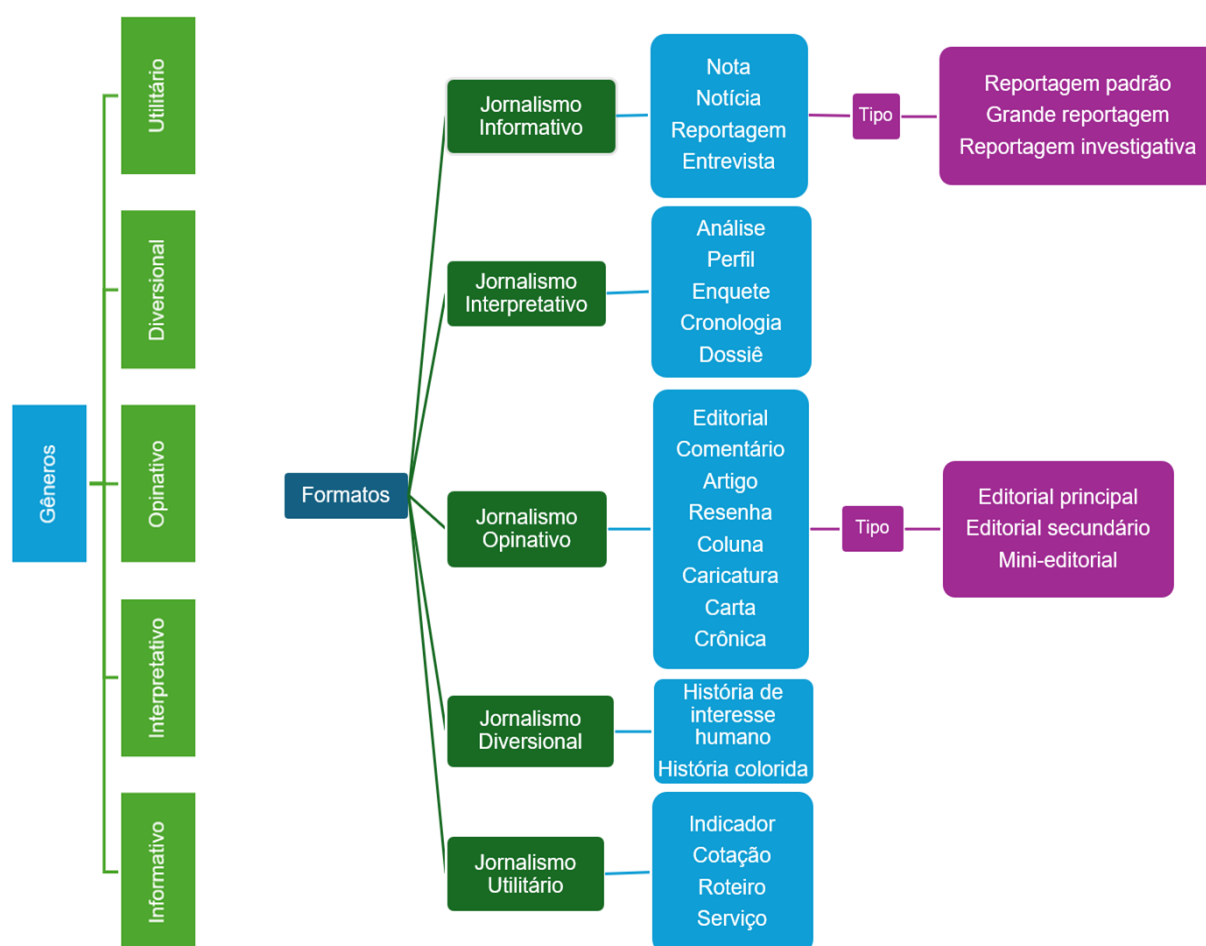
No jornalismo brasileiro, exceto por alguns artigos realizados na década de 90 e o recente trabalho de Manuel Chaparro (2008), os estudos sobre esta noção pararam na década de 80, quando Marques de Melo publicou *A opinião no jornalismo brasileiro* (1985). Entretanto, ao mesmo tempo em que a classificação de Marques de Melo é citada pela totalidade dos pesquisadores do jornalismo, em geral, não é aceita por seus critérios de classificação. Assim, a cada novo artigo, a cada novo trabalho, uma nova classificação, sugerida” (Seixas, 2009, p. 3).

Portanto, cabe citar também a ressalva de Francisco de Assis (2010, p.16) sobre os fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos, de que as propostas classificatórias são suscitadas à luz de diferentes pontos de vista. O

teórico compara ainda duas principais referências, explicando que Marques de Melo “foca sua classificação na intencionalidade do material jornalístico” (Assis, 2010, p.16), enquanto Manuel Carlos Chaparro foca na estrutura linguística do discurso, o que leva os dois autores a utilizarem, inclusive, nomenclaturas diferentes.

Destaca-se a valiosa contribuição na classificação feita por Marques de Melo, professor emérito da Universidade de São Paulo (USP), detentor da cátedra Unesco de Comunicação, sediada na Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).

Quadro 5 - Classificação dos gêneros jornalísticos por Melo (2009)



Fonte: Ilustração elaborada pela pesquisadora, com base na Classificação dos gêneros jornalísticos de Marques de Melo (2009, p. 62)

Segundo Marques de Melo (2003), a questão dos gêneros remete ao século XVIII, atribuindo-se ao inglês Samuel Buckeley a distinção entre textos informativos (*news*) e opinativos (*coments*) no jornal *Daily Courant*. No Brasil, a classificação que Melo (2009, p. 62) faz dos gêneros jornalísticos é amplamente conhecida, sendo resultado de observações do jornalismo brasileiro no período de 2002-2007. O autor afirma que as “unidades de mensagem se agrupam em *classes*, mais conhecidas como *gêneros*, extensão que se divide em outras, denominadas *formatos*, os quais, em relação à primeira, são desdobrados em espécies, chamadas *tipos*” (Melo, 2009, p. 62-64):

Além de Melo, existem outros autores que tratam de uma classificação dos gêneros no jornalismo. A seguir, compartilha-se um breve resumo do levantamento feito por Adair Bonini (2014, p.51-70) no artigo *Os gêneros do Jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil?*

➤ **Manuais de ensino de jornalismo:** tratam os gêneros como parte técnica jornalística. Exemplos: Amaral (1978,1982); Bahia (1990); Erbolato (1978); Sodré e Ferrari (1986); nos quais comumente são citados mais os gêneros notícia, reportagem, entrevista e editorial.

➤ Sobre **textos teóricos** é comum o tratamento tipologizante. Exemplos: Beltrão (1969, 1976, 1980); Chaparro (1998); Dias *et al.* (1998), Lage (1979); Cremilda Medina (1978); Jorge Medina (2001); Melo (1985, 1992).

➤ **Manuais de estilo:** O Estado de São Paulo (1997), O Globo (1999), Zero Hora (1994) e Folha de São Paulo (1998), em que não aparecem verbetes específicos sobre gênero ou gênero jornalístico, já o Manual da Folha de São Paulo (1998) apresenta alguns gêneros como análise, *feature*, artigo, crônica, crítica, matéria e resenha.

➤ **Dicionários de Comunicação:** Kartz e Doria (1975), de natureza teórica, sem verbete relacionados à prática jornalística, nem à linguagem do meio jornalístico e nem às práticas de linguagem (gêneros).

Bonini (2014) explica que embora o dicionário de Rabaça e Barbosa (1995) não apresente um verbete específico sobre gênero, pode-se fazer um levantamento de que há no referido dicionário pelo menos 188 candidatos a gêneros nas diversas áreas de comunicação, sendo 64 termos ligados diretamente às práticas de linguagem em torno do jornal. Com base nessas

informações, Bonini (2014, p. 68-69) faz um inventário de gêneros que circulam no ambiente do jornal. Ele rotula alguns como hipóteses de gêneros por afirmar que não fica claro se existem no cotidiano dos jornalistas. Entretanto, observa-se que não aparecem os termos “nota pública”, “nota oficial”, “nota de esclarecimento”, “nota de pesar”, “nota à imprensa”, “nota de repúdio”, “nota de solidariedade”, “nota de apoio”, como se vê, a seguir.

Quadro 6 - Inventário produzido por Bonini (2014) sobre os gêneros relacionados ao jornal presentes nos manuais de estilo, nos dicionários de comunicação e na literatura acadêmica da área de comunicação

NA ATIVIDADE JORNALÍSTICA	NO JORNAL			
	CENTRAIS			PERIFÉRICOS
	PRESOS	LIVRES		
		AUTÔNOMOS	CONJUGADOS	
reunião de pauta	carta do leitor	análise	cronologia	Anúncio [teaser
pauta	expediente	artigo	gráfico	classificados,
	cabeçalho	nota [suelto,	mapa	saia e blusa]
coletiva:	chamado	obituário]	perfil	
entrevista	editorial	notícia	<i>story-board</i>	propaganda
	foto-manchete	reportagem	tabela	aviso
	índice	entrevista	errata	cupom
		enquete	fotografia	
		fotorreportagem	[fotopotoca,	expressão de
		foto-legenda	portrait, de cena]	opinião
		comentário	ficha técnica	
		crítica	galeria	informe
		resenha	grade	publicitário
		tira	indicador	
		cartum	cotação	ensaio
		charge	infográfico	
		roteiro	lista	editorial de
		previsão do	[questionamento	moda
		tempo	, vocabulário,	
		carta-consulta	cronologia,	crônica
		efeméride	discografia,	horóscopo
			bibliografia]	teste
			lidão	folhetim
				charada
			endereço	palavra cruzada
			eletrônico	poesia
				conto
			caricatura	editais
				balancete
			referência	receita
			bibliográfica	ata
				apostila
			endereço	dama
				xadrez

Fonte: Bonini (2014, p. 68-69)

Reconhece-se a contribuição das classificações de gêneros e formatos, ainda assim, argumenta-se, nesta tese, que há a possibilidade de somar com abordagem dos textos produzidos na comunicação social, especialmente ao se considerar a dialética que envolve a produção de uma nota pública no campo da comunicação sindical. Porém, esse exercício exige um pensamento diferente, assim como afirmou Catalão (2010, p. 41): “a essa maneira ‘clássica’ de abordar os gêneros, entendendo-os como produtos textuais padronizados a serem reproduzidos, opõe-se a perspectiva proposta por Mikhail Bakhtin”.

Catalão (2010, p. 39) aponta que, no campo do jornalismo, há uma tendência para a “abordagem classificatória, formalista e prescritiva, orientada para a normatização, para a padronização textual, para a consideração do gênero como produto”, que responde a interesses do mercado. A partir de crítica formulada por Bulhões (2007), ele argumenta que esse processo resulta em uma “pasteurização formal”, onde o gênero para a ter uma “natureza essencialmente pragmática e utilitarista do jornalismo” e de “tendência à fossilização formal dos gêneros, à padronização de seus traços, ao aspecto viciado e repetitivo de sua fisionomia textual” (Bulhões, 2007, p. 38-39).

Neste sentido, Catalão (2010) destaca que uma padronização tem sido reforçada por “manuais de redação e estilo”, em redações que não visam somente uma homogeneização dos produtos jornalísticos, mas também de um “conjunto de valores e concepções acerca da prática jornalística e da realidade social mais ampla” (2010, p.40). Na sua avaliação, essa perspectiva formalista tem ganhado espaço entre os teóricos do jornalismo e é reproduzida nos espaços de ensino, com a justificativa de que se precisa seguir o “mercado de trabalho”.

Dessa forma, a proposta não visa propor soluções conclusivas, mas levantar reflexões e considerar possibilidades de abordar os elementos fundamentais da noção de gênero discursivo de Bakhtin e o Círculo para abordar a nota pública na produção discursiva sindical. E como fazer isso, sem cair no formalismo? Eis o desafio!

2.1. Comunicação Sindical: um campo da comunicação discursiva

Com base na afirmação de Bakhtin (2016, p. 11), segundo o qual “todos os campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”, apresenta-se uma breve contextualização histórica da comunicação no contexto da atuação sindical nos anos 1920, 1980 e, posteriormente, os anos 2000, décadas marcantes e registradas no âmbito das atividades sindicais, como será visto a seguir, e com o objetivo de estabelecer um panorama com a conjuntura vigente no período em que esta tese é elaborada (2021-2025). Esse percurso é importante, pois situa a produção acadêmica em um campo constantemente influenciado por questões de ordem políticas, ideológicas, sociais, econômicas e tecnológicas.

Kopplin e Ferraretto (2001), ao discorrerem sobre Assessoria de Comunicação, explicam que, ao longo dos últimos 300 anos, os serviços de assessoria de imprensa se desenvolveram com base em quatro correntes: Jornalismo de assessoramento sindical; Jornalismo de assessoramento político; Jornalismo de assessoramento cultural e o Jornalismo empresarial. No contexto deste estudo, destaca-se a vertente do jornalismo sindical, com ênfase neste como esfera de produção de notas públicas para público interno e externo ao sindicato.

No artigo *A luta dos trabalhadores – A organização dos sindicatos e sua participação na construção da democracia e dos direitos sociais no Brasil*, o historiador e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Helder Molina (2007), explica que a classe operária e, posteriormente, outras classes trabalhadoras emergiram no Brasil, na transição do trabalho escravo (pós 1880) ao trabalho assalariado capitalista (com as fábricas e trabalho em larga escala), portanto na virada do século XIX para o XX.

Após discorrer sobre a construção dos sindicatos na República Velha, o sindicalismo no período Vargas e o surgimento do Novo Sindicalismo, Molina afirma que “muitos sindicatos se constituíram ao arrepio da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], e a autonomia foi colocada em prática na criação de

estruturas horizontais, coletivos, plenárias, e de uma estrutura sindical baseada nas formas de federações democráticas” (Molina, 2007, s.n.).

Kopplin e Ferraretto relatam que, nos anos 1920, os “trabalhadores brasileiros publicavam seus jornais como resposta a quase nenhum espaço dedicado a eles na imprensa da época” (2001, p. 22). Os autores citam diversos periódicos produzidos pelos próprios dirigentes sindicais, entre eles:

O trabalhador, da União dos Trabalhadores Gráficos (São Paulo, 1904); O cosmopolita, dos empregados em hotéis, restaurantes e bares (Rio de Janeiro, 1916); Tribuna do povo, da Federação de Resistência dos Trabalhadores de Pernambuco (Recife, 1912); O *graphico*, da Associação Gráfica do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 1924); A vida, do Centro Operário das Pedreiras (Rio de Janeiro, 1924); e O *syndicalista*, da Federação Operária do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, 1919) (Kopplin; Ferraretto, 2001, p. 22).

Na década de 1960, a Ditadura Militar-Empresarial exerceu um forte controle sobre sindicatos e intervenções que representaram ameaças diretas ao sindicalismo. Além de militantes da base da classe trabalhadora, jornalistas também foram perseguidos. Kopplin e Ferraretto, assim como Cláudia Santiago e Vitto Giannotti (1997) explicam que só a partir da década de 1980, com a reorganização da classe trabalhadora, os profissionais passaram a ser contratados e a compor as equipes das assessorias de imprensa. Isso coincide com o fato de que, a partir de 1979, o diploma de jornalismo passaria a ser obrigatório para o registro de jornalistas.

Essa regulação só cairia em 2007, sendo interpretada como um grande ataque à categoria profissional organizada na Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e seus sindicatos. Neste sentido, os sindicatos dos jornalistas têm mobilizado esforços para o retorno da obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão de jornalista e pelo reconhecimento de que a assessoria de imprensa também é uma atividade exercida por jornalistas.

A jornalista Claudia Santiago e o metalúrgico e jornalista Vito Giannotti, falecido em 2015, são os fundadores do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), cuja contribuição a comunicação popular e sindical é significativa, argumentam, nas primeiras páginas do livro *Comunicação sindical: a arte de falar para milhões* (1997), que entre as décadas de 1930 a 1980, a organização de

luta dos trabalhadores e a comunicação sindical mantiveram suas características sem grandes mudanças. Contudo, a partir da década de 1990, uma nova realidade passou a ser construída, de modo que, segundo os autores, “ou os trabalhadores e seus sindicatos conseguem elaborar sua política de comunicação ou só haverá política e comunicação dos patrões” (Santiago; Giannotti, 1997, p.15).

Os autores também fazem referência ao contexto da década de 1980, quando houve intensificação das mobilizações da classe trabalhadora, com surgimento de centrais sindicais e de um partido dos trabalhadores. “Um país que, nestes últimos dez anos, viveu uma grande disputa entre dois projetos antagônicos, um conservador-neoliberal e outro democrático-popular” (Santiago; Giannotti, 1997, p. 15). Nesse período, os sindicatos passaram a criar departamentos de comunicação para reverberar sua política, ampliando o campo de atuação, com maior alcance de público e diversos instrumentos (megafone, rádio, panfleto, TV, internet etc.). Em 1988, com a promulgação da nova Constituição do Brasil, a organização sindical ganhou força, afinal, a Constituição iria permitir e garantir esse direito à classe trabalhadora, até então vilipendiada.

Jorge Duarte (2018) também explica o desenvolvimento das assessorias de imprensa a partir de 1980, seja em empresas privadas ou órgãos de governo, destacando o aumento da demanda da sociedade por informação.

Ao mesmo tempo, a evolução dos propulsores iniciais do jornalismo empresarial – industrialização e organização dos trabalhadores - impulsiona mudanças relacionadas também à forma de se comunicar internamente. A mobilização dos empregados, especialmente após o ressurgimento dos sindicatos a partir de 1978, provoca entre outros tipos de reação, o esforço de contrapor às campanhas sindicais as informações e posições da empresa (Duarte, 2018, p. 252).

A disputa de narrativas não é um fenômeno recente e impulsiona os diversos agentes a aprimorarem as suas estratégias de comunicação, por reconhecerem seu poder na formação de opinião pública e ideológica.

Na tese de doutoramento em Ciência da Informação e da Comunicação, intitulada *O jornalismo de Informação Sindical no Brasil: atores, práticas, mecanismo e estratégias de produção jornalística*, Vladimir Caleffi Araujo (2005) analisa as condições que envolvem a produção da informação sindical e as

relações de interdependência entre jornalistas, dirigentes e militantes sindicais. O autor explica que, desde a sua recomposição, na década de 1980, o movimento sindical brasileiro esteve à frente de experiências significativas no campo da comunicação, com importante desenvolvimento das práticas informativas, produção e difusão de conteúdo. Araújo destaca que a comunicação ultrapassa a necessidade de alcançar o público interno e busca, cada vez mais, audiências externas, o que amplia as formas de comunicação e contribui com a transformação do jornalismo sindical, principalmente com o uso da internet.

Produzir informação jornalística deixou de ser uma exclusividade das empresas de mídia, que têm nessa atividade sua razão de existir e que contam, para isso, com a competência especializada de profissionais a serviço da informação (os jornalistas). A concepção dominante de informação repousa sobre uma experiência de profissionalização do jornalismo que já dura mais de um século (Araújo, 2005, p. 4).

A ampliação das atividades das assessorias de imprensa, nos últimos anos, tem levado jornalistas a atuarem em áreas estratégicas das organizações, como as de gestão de comunicação. Esse processo privilegiou a integração de outros profissionais – relações públicas, propaganda e publicidade.

Entre as décadas de 1994 e 1996, após o processo constituinte, foi consolidada a disputa pelo papel da comunicação social a nível nacional. Se anteriormente os dirigentes eram responsáveis pela produção do material gráfico e panfletagem, na atualidade a comunicação nos sindicatos é exercida, cada vez mais, por profissionais da área. Observa-se assim um novo processo, com linhas editoriais claras, definidas em planos de comunicação⁴, com estratégias deliberadas de forma coletiva e acompanhadas a partir de observação dos dados disponíveis nas redes sociais e pesquisas internas.

Embora o jornalismo sindical respeite as técnicas e o código deontológico profissional, ele se caracteriza como um jornalismo especializado, tendo um objetivo concreto de formar e informar o público específico, formado por categorias da classe trabalhadora, conforme explicam Santiago e Giannotti:

⁴ Exemplo de Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN, disponível em https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_planodecom_andes_digital_paginas_1, acesso em 18 de novembro de 2025.

“Uma das especificações da comunicação sindical é que ela tem um lado bem definido. Sindicato é, por definição, a união dos trabalhadores. E sempre contra os patrões” (1997, p. 47).

No texto *Análise político-sociológica do Reencontro da sociedade civil brasileira com a cidadania e a democracia segundo a perspectiva da comunicação pública*, presente no livro *Comunicação Pública* (2004), Lara Bezzon argumenta que a transição democrática possibilitou um reencontro da sociedade civil brasileira com os conceitos de cidadania e de democracia, graças ao fim da censura. Esse percurso, por meio do que se viu um viés da histórica social-política e comunicacional do país, também caminhou para o exercício da comunicação pública, pensada na perspectiva do outro, e que reflete um comprometimento e responsabilidade de transformação social.

No caso do Brasil, o ressurgimento da sociedade civil durante o processo de democratização está associado à emergência de movimentos sociais tais como o sindicalismo, os movimentos de base ligados à igreja e o associativismo profissional da classe média (Bezzon, 2004, p. 26).

Ainda no mesmo livro, no texto *Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania*, Cecília Peruzzo defende que o direito à comunicação vai além do direito básico do cidadão em ter acesso à informação. Para garantir esse direito, é essencial que o cidadão tenha poder de comunicar, tornando-se sujeito em um papel ativo no processo de comunicação.

Com o desenvolvimento das tecnologias digitais cada vez mais se potencializa o acesso do cidadão ao poder de comunicar, claro que uma vez reduzidas as desigualdades de renda, de educação e de acesso à internet. O ciberespaço é um novo ambiente para se exercitar a cidadania comunicacional, facilitado pelas possibilidades oferecidas pela interatividade, pelo intertexto e pela comunicação de todos com todos (Peruzzo, 2004, p. 68).

Este trecho tem como objetivo situar a atual conjuntura na qual os sindicatos se comunicam diretamente com públicos internos e externos. Isso inclui filiados que formam a base, e pessoas que não são filiadas, mas que têm acesso às informações das entidades, principalmente por meio dos canais digitais dessas entidades, como as redes sociais e *sites*, por exemplo, e que com

eles podem interagir, e pelas quais há uma disputa de opinião, com maior interação do que ocorreria em décadas anteriores. Após emitir uma notícia ou mesmo uma nota pública no *Instagram*, por exemplo, é possível, mensurar por meio de métricas, o número de visualizações, salvamentos, compartilhamentos e curtidas, além de ser possível acessar comentários que podem trazer avaliações com os mais variados posicionamentos. Ainda que determinados posicionamentos das entidades nas redes sociais não gerem, diretamente, uma mobilização, é inegável que há uma disputa por opinião pública, na qual o discurso oficial pode contribuir para a tomada de decisões individuais e/ou coletivas.

Outro aspecto relevante a citar é a redução do número de filiados em sindicatos e associações, caracterizando um esvaziamento desses espaços, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no módulo Características Adicionais do Mercado de Trabalho 2022, divulgada em notícia no site da Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o título *Taxa de sindicalização cai a 9,2% em 2022, menor nível da série*. Conforme os dados:

Em 2022, das 99,6 milhões de pessoas ocupadas, 9,2% (9,1 milhões de pessoas) eram associadas a sindicato. Esse é o menor contingente da série iniciada em 2012, quando havia 14,4 milhões de trabalhadores sindicalizados (16,1%). Em 2019, essa taxa era de 11,0% (10,5 milhões) (Gomes, 2023, s.n).

Segundo a notícia referida anteriormente, todas as grandes regiões do país tiveram redução de sindicalizados em 2022, com redução em todos os setores de atividades. Essa situação impacta nas atividades desenvolvidas por sindicatos, que enfrentam um cenário de dificuldade de sindicalização da categoria, participação da base nas ações de mobilizações nas ruas e reuniões. Esse é um dos desafios enfrentados na atualidade e que pode gerar consequências na forma de comunicar dessas organizações.

Nesse cenário, a comunicação pública ganha ainda mais importância, sendo entendida como exercício de pensar a comunicação em contexto de transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas, em especial, após um dos governos (2019-2023) mais reacionários desde a redemocratização.

A nota pública sindical insere-se nesse contexto como importante estratégia de comunicação, que merece esse olhar que a enxergue não apenas como uma ferramenta da comunicação social cuja função é meramente informativa. No âmbito da comunicação sindical a nota pública se constitui como recurso estratégico, moldado pelo discurso de formação, demarcação de posicionamento e construção de memória.

2.2 A Nota Pública no campo discursivo sindical

De acordo com a abordagem bakhtiniana, o estudo dos enunciados reais e concretos – aqueles efetivamente realizados – permite mostrar “como os sujeitos articulam a linguagem para atender às suas necessidades de comunicação” (Maciel, 2024, p. 81). Nesse sentido, considera-se que a nota pública sindical se enquadra, em certa medida, nos parâmetros que permitem classificá-la como um gênero de discurso. Assim, o estudo desse tipo de enunciado viabiliza a compreensão das relações estabelecidas dentro de um campo de comunicação específico, como é o caso da comunicação sindical. Conforme Bakhtin afirma, “evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciado, os quais denominamos gêneros do discurso” (Bakhtin, 2016a, p. 12).

A nota pública na comunicação sindical configura-se como um gênero de discurso influenciado por aspectos sociais e históricos, cujas características a identificam, diferenciando-a de outros textos e delimitando seu uso. Bakhtin enfatiza que “dispomos de um rico repertório de gêneros de discurso orais (e escritos). Em *termos práticos*, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas em *termos teóricos* podemos desconhecer inteiramente a sua existência” (Bakhtin, 2016a, p. 38, grifo do autor). Dessa forma, a linguagem, a forma e o conteúdo das notas públicas na comunicação sindical diferem, por exemplo, das notas públicas divulgadas por órgãos governamentais, evidenciando uma relação direta com o contexto e as práticas dos sujeitos que a produzem.

Para compreender os gêneros do discurso, é fundamental entender três conceitos-chave: enunciado, palavra e oração. “Nossas relações dialógicas com

os outros sujeitos se dão por meio de enunciados, sendo esses enunciados concretizados, sempre, por meio de gêneros discursivos” (Maciel, 2022, p. 137). O enunciado é entendido, assim, como a “real unidade da comunicação discursiva” (Bakhtin, 2016a, p. 28), interrelacionando aspectos como o conteúdo temático (o assunto do texto), a construção composicional (a estrutura geral) e o estilo (as escolhas gramaticais e fraseológicas). Conforme afirma Bakhtin:

O discurso só pode existir de fato na forma de enunciados concretos de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir. Por mais diferentes que sejam enunciados por seu volume, pelo conteúdo, pela construção composicional, eles têm como unidades da comunicação discursiva peculiaridades estruturais comuns, e antes de tudo limites absolutamente precisos. Esses limites, de natureza especialmente substantiva e principal, precisam ser examinados minuciosamente (Bakhtin, 2016a, p. 29).

A nota pública sindical é compreendida como um “enunciado concreto” (Bakhtin, 2016a, p. 29), cujas características a definem como gênero do discurso. Dentre essas características, destacam-se: ser expressa por sujeitos reais da comunicação e carregar marcas ideológicas – posicionamentos “histórico-sociais” – definidos pela “alternância de sujeitos” (réplicas), com uma conclusibilidade específica (posição responsiva) e pertencendo aos gêneros secundários (Bakhtin, 2016a, p. 30).

O enunciado, segundo Bakhtin, distingue-se da oração. Enquanto a oração é uma unidade da língua, não determinada pela alternância de sujeitos e definida como “um pensamento relativamente acabado”, o enunciado carrega marcas de interação entre sujeitos e contexto, cuja explicação pode ser lida a seguir:

A oração enquanto unidade da língua carece de todas essas propriedades: não é delimitada de ambos os aspectos pela alternância dos sujeitos do discurso, não tem contato imediato com a realidade (com a situação extraverbal) nem relação imediata com enunciados alheios, não dispõe de plenitude semântica nem capacidade de determinar imediatamente a posição responsiva do outro falante, isto é, de suscitar resposta. A oração enquanto unidade da língua tem natureza gramatical, fronteiras gramaticais, lei gramatical e unidade.

(predominantemente de uma réplica do diálogo), mas isso não leva uma unidade da língua a transformar-se em unidade da comunicação discursiva (Bakhtin, 2016a, p. 33).

A oração é, portanto, um elemento significativo no conjunto do enunciado (Bakhtin, 2016), porém a palavra e a oração, em si, não têm autores, são neutras: “As palavras não são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes” (Bakhtin, 2016a, p. 48).

É possível que, em algumas notas públicas, certas palavras assumam uma “entonação expressiva”, associada ao gênero discursivo, afinal:

Os gêneros correspondem a situações típicas da comunicação discursiva, a temas típicos, por conseguinte, a alguns contatos típicos dos *significados* das palavras com a realidade concreta em circunstâncias típicas (Bakhtin, 2016a, p. 52).

Com base nesse referencial, reforça-se que são três as peculiaridades constitutivas de enunciado, segundo Bakhtin (2016a, p. 36-46):

- 1) a alternância de sujeitos;
- 2) a conclusibilidade específica, determinada por categorias específicas: possibilidade de responder a ele, devido a exauribilidade semântico-objetual; o projeto do discurso ou vontade de produzir sentido; formas típicas de composição e acabamento do gênero (formas estáveis); e
- 3) a relação do enunciado com o próprio falante e demais participantes da comunicação discursiva.

Considerando a nota pública sindical como um enunciado, sua análise pode ser realizada em dois planos. Um externo, que abrange o tempo, o espaço e a esfera ideológica de sua produção, circulação e recepção; e um voltado para a interioridade do gênero, observando-se a forma, a estrutura, o conteúdo temático e o estilo.

Ao longo da vida, cada indivíduo entra em contato com diferentes tipos de gêneros discursivos (verbais e não-verbais) e cada um, ao seu modo, pode utilizar o conhecimento construído para identificar um determinado gênero. Assim, é possível que uma pessoa não confunda alguns gêneros que fazem parte do cotidiano da sociedade, como uma bula, um anúncio, uma notícia, um

filme, um documentário etc., mesmo que nunca tenha estudado a respeito do que é cada um desses gêneros. Por outro lado, algumas pessoas podem confundir o que é uma notícia e um artigo e mesmo não saber identificar de imediato o que é uma nota pública sindical, por exemplo, por não terem contato com esse tipo de produção discursiva, ou seja, não reconhecerem como parte de seu repertório.

Aos profissionais da comunicação que se prestam a escrever os enunciados pelos quais queiram informar, opinar ou entreter, cabe a tarefa de identificar não apenas a sua estrutura, mas também compreender a sua composição. As demais pessoas, cujas funções requerem essa mesma responsabilidade (dirigentes de entidades), também precisam agregar ao seu repertório o modo de produção da nota pública sindical, afinal, essa tarefa pode envolver também profissionais que não são de áreas da comunicação social.

A seguir, buscar-se-á apresentar a materialidade do *corpus* de estudo de forma mais aprofundada, a partir de uma tentativa de sistematização de um pensamento em construção, no qual se faz uma proposta de classificação das Notas Políticas (ou Notas Oficiais) nas seguintes formas típicas de enunciado:

- Nota à imprensa;
- Nota de esclarecimento;
- Nota de apoio e/ou solidariedade;
- Nota de repúdio;
- Nota pública sindical.

Para além da nota pública sindical, cabe afirmar que carecem de maior estudo as demais notas, não sendo possível realizar este aprofundamento nesta tese pelo recorte do objeto que definimos.

A proposta de classificação das notas políticas em formas típicas de enunciados não se configura como modelo rígido e fechado, mas busca contribuir com mais um elemento na construção da compreensão desse gênero, realizando um registro na literatura sobre o tema.

Conforme reafirmado o pensamento bakhtiniano, em “O Vitalismo contemporâneo” (2009), obra inicialmente atribuída a Mikhail Bakhtin e publicada em 1925 por Ivan Kanaev:

Ora, nenhuma ciência pode dar uma definição completa e conclusiva de seu objeto, porque isso significaria seu fim, posto que semelhante ciência já não teria razão de ser. Uma definição completa e íntegra de seu objeto representa apenas seu propósito último, que é o objetivo sempre móvel e jamais apreensível de toda ciência (Kanaev; Bakhtin, 2009, p.168).

Fundamentada no pensamento bakhtiniano, portanto, resultado de diversas vozes, a proposta deste trabalho reconhece que o que se entende como notas políticas, são flexíveis, estão vivas e expostas as possibilidades de mudanças as quais os gêneros estão expostos, sendo afetados por seu espaço e tempo histórico-social-tecnológico, e, conseqüentemente, pelas práticas dos sujeitos que as produzem, como Sindicatos, Federações, Frentes e Fóruns organizativos, coletivos políticos, movimentos sociais, populares e estudantis, entre outros.

Ademais, esses enunciados são produzidos por sujeitos que integram as direções dessas entidades, sendo assinados coletivamente por uma direção, ou resultados de instâncias deliberativas como assembleias, comandos, congressos etc. Sua divulgação ocorre por diversos meios, como leitura oral em espaços públicos (reuniões e manifestações de rua), fixação em murais físicos, distribuição em panfletos, publicação em *site* e redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter etc.), distribuição via e-mail e WhatsApp ou Telegram para a base filiada cadastrada no banco de dados da entidade; além de envio para imprensa por meio dos contatos de *mailing* da assessoria de imprensa. Essas notas não se confundem com outros discursos que circulam na esfera da comunicação sindical, como a carta aberta, a nota técnica e nem com o *release*.

Como **nota à imprensa**, entende-se o enunciado encaminhado com a finalidade de alcançar, prioritariamente, os veículos de comunicação convencionais (jornal impresso, rádio, TV) e portais, geralmente aqueles de maior audiência e/ou credibilidade, para que o seu conteúdo chegue ao público, seja por meio da publicação na íntegra ou ao pautar o veículo para produção de produtos jornalísticos.

Imagem 1 - Exemplo de nota à imprensa

NOTA À IMPRENSA

BANCADA SINDICAL VÊ COM INDIGNAÇÃO A FALTA DE PROPOSTA DE REAJUSTE DO GOVERNO E FALTA DE PRIORIDADE PARA PAUTAS NÃO REMUNERATÓRIAS

A Bancada Sindical, representando os (as) trabalhadores (as) de diferentes setores do serviço público federal, torna pública sua indignação frente à proposta apresentada pelo governo durante a 4ª Rodada da Mesa Nacional de Negociação. A proposta em questão não prevê índice de reajuste salarial em 2024, uma vez que o Ministério da Gestão e Inovação informou que foi feita uma reserva no orçamento federal de 2024, de R\$1,5 bilhão de reais, para tratar de questões relativas aos(as) servidores(as) públicos federais. Assim, no conjunto dos gastos, se houver recomposição, esta será inferior a 1%!

A Bancada ressalta que este valor é considerado insuficiente para suprir a demanda de recomposição salarial necessária para cobrir as perdas inflacionárias enfrentadas pelo funcionalismo público. Em um cenário em que os(as) servidores(as) públicos federais, durante a última década, sofreram perdas salariais agudas, é imperativo que os reajustes recomponham os salários, para que o serviço público seja atrativo para os(as) trabalhadores(as).

Além disso, a Bancada expressa sua preocupação quanto à falta de prioridade dada às pautas não remuneratórias e, em particular, a ausência de qualquer manifestação a respeito da revogação do Decreto 10.620/2021. Essa legislação, que versa sobre a criação da unidade gestora previdenciária, é uma questão que afeta diretamente os interesses dos trabalhadores(as) e merece a devida atenção do governo.

A Bancada Sindical reconhece a relevância da Mesa Permanente na manutenção do diálogo entre os trabalhadores públicos e o governo, mas exige que as respostas do MGI às propostas feitas na mesa sejam feitas de maneira mais objetiva. A valorização dos(as) servidores(as) públicos e a atenção às suas demandas são essenciais para um serviço público de qualidade e uma sociedade mais justa. No entanto, os dirigentes sindicais compartilham sua indignação diante da proposta de reajuste e da desconsideração das pautas não remuneratórias.

Ao final da reunião, os representantes sindicais decidiram convocar uma plenária nacional dos servidores públicos para discutir um calendário de mobilização, inclusive com possibilidade de greve.

Está na hora de irmos para as ruas pressionar, cobrar parlamentares e denunciar à sociedade em geral. Se preciso for, iremos construir a greve geral do funcionalismo público federal e resgatar a dignidade.

Na luta sempre, em defesa do trabalhador do serviço público!

Brasília, 29 de agosto de 2023



Fonte: Condsef (2023)

Apesar de seu objetivo (informar e pautar veículos de comunicação) ser o mesmo do *release* (*notícia ou resumo de informações sobre um fato ou tema*), a estrutura e a função do texto não são as mesmas.

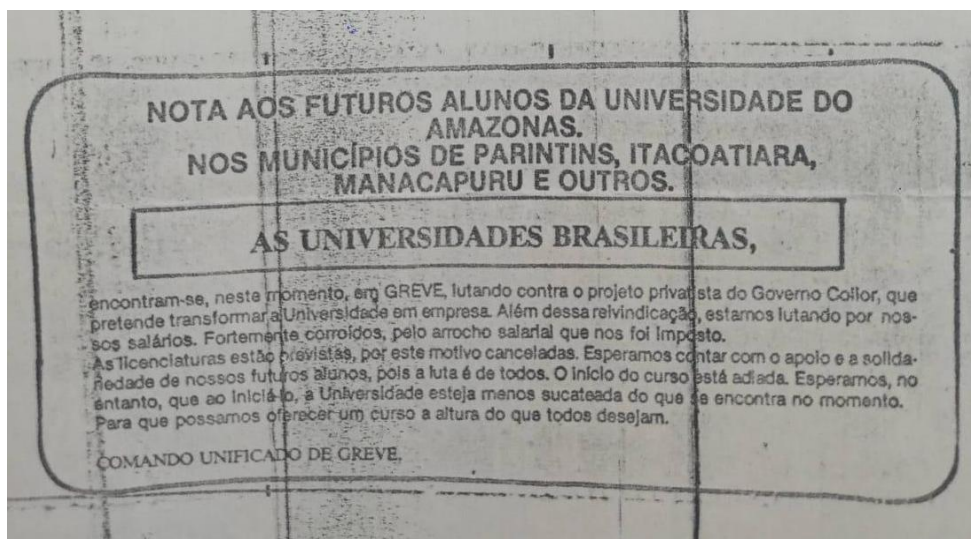
Atualmente, com as mídias sociais, as entidades sindicais também fazem a publicação desse material diretamente em seus canais. Ainda assim, por conta do seu objetivo, uma das características na nota à imprensa é apresentar informações que podem subsidiar a produção de material jornalístico, deixando

claro seu projeto discursivo que pode, além de informar ou esclarecer objetivamente sobre algo, também repudiar, prestar solidariedade etc.

Considerando-se que o espaço em jornais impressos possui um custo elevado, especialmente no período anterior às mídias digitais, havia uma disputa maior do que hoje para publicação em mídia convencional. Antes, se um jornal não abrisse espaço para a publicação espontânea, algumas entidades pagavam para publicar a nota, a depender da importância ou urgência do tema.

A **nota de esclarecimento**, por sua vez, tem como finalidade prestar maiores informações sobre um determinado assunto ou decisão, buscando fazer explicações, a fim de elucidar fatos ou tirar dúvidas, sempre, e necessariamente, demarcando discursivamente um posicionamento ideológico da entidade.

Imagem 2 – Exemplo de nota de esclarecimento



Fonte: Recorte de nota divulgada no Jornal A Crítica em 3 de julho de 1991. Acervo da ADUA

Observa-se a transcrição da nota a seguir:

Nota aos futuros alunos da Universidade do Amazonas nos municípios de Parintins, Itacoatiara, Manacapuru e outros.

As Universidades brasileiras, encontram-se, neste momento, em GREVE, lutando contra o projeto privatista do Governo Collor, que pretende transformar a Universidade em empresa. Além dessa reivindicação, estamos lutando por nossos salários. Fortemente corroídos, pelo arrocho salarial que nos foi imposto.

As licenciaturas estão previstas, por este motivo canceladas. Esperamos contar com o apoio e a solidariedade de nossos futuros alunos, pois a luta é de todos. O início do curso está adiado. Esperamos, no entanto, que ao iniciá-lo, a Universidade esteja menos sucateada do que se encontra no momento. Para que possamos oferecer um curso a altura do que todos desejam.

COMANDO DE GREVE UNIFICADO

As características desse enunciado se aproximam-se as de um comunicado, mas pode variar de um esclarecimento muito objetivo (curto) a um mais aprofundado, de modo a evitar ambiguidades. Assim como a nota à imprensa, a nota de esclarecimento também é comumente encaminhada para veiculação na imprensa. A seguir, apresenta-se um exemplo divulgado em jornal impresso.

A **nota de apoio e/ou de solidariedade** é emitida quando se pretende manifestar publicamente em apoio a outra entidade, ação coletiva ou mesmo a uma pessoa. É uma demonstração de “união de forças”, por meio da qual se constroem ou se fortalecem relações entre classes ou mesmo categorias. A publicação desse projeto discursivo significa um “estar junto”, que pode contribuir na construção da imagem pública tanto da entidade que emitiu, quanto do seu destinatário. A emissão desse tipo de nota requer ponderação sobre sua motivação, especialmente quando as relações de solidariedade de classe não estão bem construídas, quando não há forças para nacionalizar assuntos locais ou quando não se trata de valores compartilhados pelas entidades ou pessoas.

Imagem 3 - Exemplo de nota de apoio e solidariedade



A Diretoria do ANDES-SN manifesta apoio e solidariedade à(ao)s docentes e à(ao)s estudantes da UFFS de Laranjeiras do Sul, que vêm sendo atacada(o)s pela sua legítima manifestação em defesa da causa palestina e ao seu direito à autodeterminação, bem como pela condenação ao massacre e genocídio do povo palestino. É inadmissível tratar como ‘antisemitismo’ a justa e legítima revolta com os crimes cometidos pelo Estado de Israel.

Brasília (DF), 21 de outubro de 2024.

Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional

Fonte: ANDES-SN (2024)

Imagem 4 - Exemplo de nota de apoio

DESTAQUE 2, NOTAS DA DIRETORIA

NOTA DE APOIO À GREVE DAS TÉCNICAS E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFU E AO SINTET-UFU

ADUFU março 12, 2024

A diretoria da ADUFU – Seção Sindical, gestão “Fortalecer nas Lutas” vem a público manifestar total apoio à greve das técnicas e técnicos administrativos em educação, aprovada na assembleia geral do SINTET-UFU, no dia de ontem e que terá início em 18 de março de 2024.

A ADUFU-SS reconhece a importância dessa categoria de trabalhadores e trabalhadoras, com os/as quais dividimos o espaço de trabalho e diferentes projetos de pesquisa e extensão na Universidade Federal de Uberlândia e considera legítimas suas reivindicações. Nós servidores/as do executivo federal somos os/as de mais baixa remuneração entre os três poderes e, no poder executivo, os/as TAEs são os que recebem as mais baixas remunerações. Sendo assim a reivindicação da greve dos/as TAEs, de reestruturação do PCCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação) – com a garantia de melhoria na remuneração é justíssima e contribui para a fixação de pessoal nas universidades públicas e institutos federais. Defender a carreira dos/as TAEs é parte da luta pela reconstrução dos serviços públicos e da educação, tão atacados por Temer e Bolsonaro, o que coloca a exigência de uma recomposição do governo Lula.

Estamos certas de que fortalecer a carreira das e dos técnicos administrativos em educação (TAEs) é fortalecer a universidade pública. Por isso manifestamos nosso apoio e solidariedade e nos colocamos à disposição para construir lutas conjuntas, comandos de mobilização, nesse tempo que discutiremos também a greve docente, conforme agenda do ANDES-SN.

Com as nossas saudações sindicais e nossa disposição para a luta

Diretoria Executiva da ADUFU

Gestão Florescer nas Lutas

12 de março de 2024

Fonte: Adufu (2024)

A **nota repúdio** configura-se como um enunciado de manifestação pública direcionado para expressar posicionamento de discordância, sendo necessária a marcação de rejeição a declaração de alguém ou a alguma ação que gere impactos negativos na coletividade. Dois exemplos desse discurso que apresenta posicionamento formal de rejeição podem ser vistos a seguir.

Imagem 5 - Exemplo 1 de nota de repúdio



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
**NOTA DIRETORIA DO ANDES-SN DE REPÚDIO ÀS DECLARAÇÕES
 DE JAIR BOLSONARO**

Em uma só semana, o governo Bolsonaro, que já demonstrou inúmeras vezes seu desprezo com a vida da população trabalhadora brasileira, atacando direitos e relativizando a gravidade da maior crise social e sanitária desde o pós-Segunda Guerra Mundial, comemorou a suspensão das pesquisas da vacina Sinovac, após decisão precipitada da Anvisa, e, em seu arrobo autoritário e preconceituoso, proferiu ofensas homofóbicas, quando indagado sobre a pandemia da COVID-19.

Em um país dilacerado com aumento do desemprego e dos índices de pobreza e miséria, o presidente da República opta em manter sua agenda negacionista, anticiência e antitrabalhador. Consideramos que é de extrema urgência o empenho do Estado brasileiro, com apoio e incentivo a qualquer tipo de vacina que esteja dentro dos parâmetros técnicos aceitáveis pelos organismos de validação, independente da nacionalidade da vacina, pois são vidas que estão em jogo. É inadmissível que o presidente do país comemore a suspensão das pesquisas de qualquer vacina que possa ajudar no combate à COVID-19.

Da mesma forma, é assustador que o governante máximo deste país utilize-se constantemente de ofensas homofóbicas, a exemplo do caso recente ocorrido no Maranhão, e agora, ao relativizar novamente a crise pandêmica, afirmando que não passamos de um país de maricas. Este é o mesmo presidente que disse que a pandemia não passava de uma gripezinha, assim como, em uma crueldade das mais vis, afirmara que todos um dia vão morrer.

O ANDES-SN reafirma sua posição em defesa dos interesses da população trabalhadora brasileira, se colocando contra todas as invertidas anticiência, autoritárias e lgbtfóbicas do presidente da República.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2020

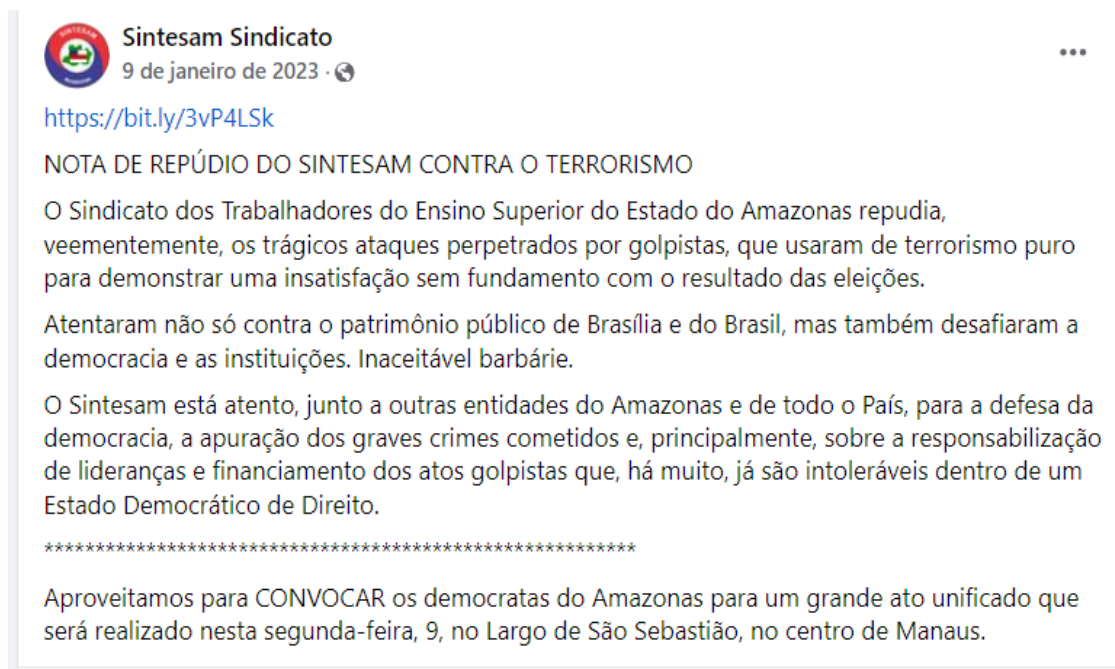
Diretoria Nacional do ANDES-SN

ENSINO PÚBLICO É GRATUITO. DIREITO DE TODOS. DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cédico II, 9º andar, Bloco "C", 70302-914, Brasília - DF.
 Telefone: (61) 3962 0400 / Fax: (61) 3224 9716 / E-mail: secretaria@andes.org.br

Fonte: ANDES-SN (2020)

Imagem 6 - Exemplo 2 de nota de repúdio



Fonte: Sintesam (2023)

Na esfera de comunicação sindical, observa-se que as notas apresentadas anteriormente possuem características que também podem constituir o conteúdo da nota pública. É sobre esse tipo de produção discursiva que o próximo capítulo terá como foco.

Antes de prosseguir, é necessário esclarecer que, na esfera discursiva da comunicação sindical, essas notas podem ser aprovadas como moção, seja pelas diretorias, assembleias, congressos etc. Assim, passam a se constituir como uma proposta para que a entidade sindical se manifeste, seja com aplausos, apoio, solidariedade, insatisfação, desagravo ou repúdio diante de fatos, assuntos; declarações ou outros sujeitos.

Dessa forma, há uma distinção importante em termos de finalidade, entre notas e moções, pois enquanto as notas visam comunicar posicionamentos gerais, as **moções**, embora semelhantes em formato à nota, são direcionadas a órgãos, entidades ou pessoas (da base sindical, inclusive).

Nesses casos, o enunciado possui um destinatário específico, para o qual o texto pode ser enviado. A seguir apresenta-se o exemplo

Imagem 7 - Exemplo de moção de repúdio



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

13º CONAD EXTRAORDINÁRIO

15 e 16 de outubro de 2021 – *On-line*

MOÇÃO 2

Proponente(s): Diretoria Nacional do ANDES-SN

Destinatário(a)(s): Supremo Tribunal Federal

Fato motivador da Moção: Repúdio ao posicionamento firmado pelo STF, por maioria de votos, no sentido de indeferir o pedido para nomeação da candidatura mais votada nas reitorias de universidades federais.

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes ao 13º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado *On-line*, nos dias 15 e 16 de outubro de 2021, manifestam seu repúdio e preocupação com o julgamento da medida cautelar na ADI nº 6565, que trata da nomeação de reitores e reitoras nas IFES.

O posicionamento firmado pelo STF, por maioria de votos, veio no sentido de indeferir o pedido para nomeação da candidatura mais votada, algo que traz não só abertura para a intensificação dos processos de intervenção nas universidades federais - que já grassa em mais de duas dezenas de instituições em todo o país -, como atenta contra a autonomia universitária.

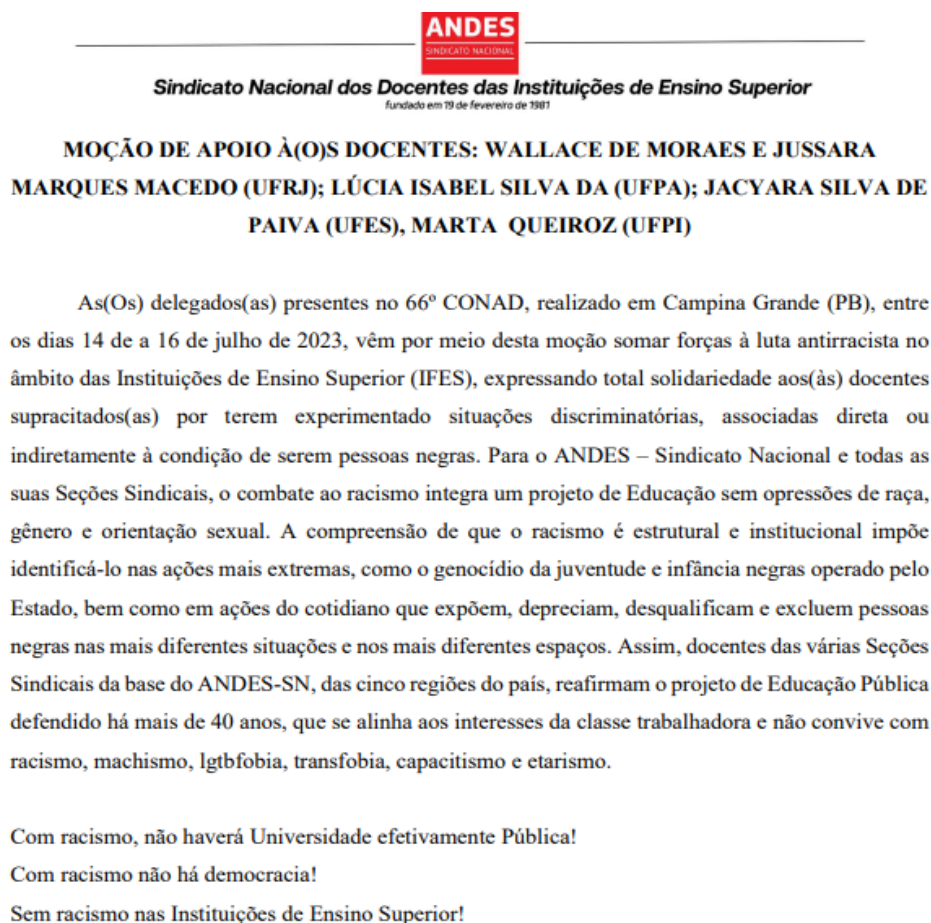
Nesse sentido, e dentro de um espírito democrático e avesso às críticas autoritárias que recaem no STF - que reclama ser fortalecida, como sustentáculo transitório à construção de uma sociedade efetivamente democrática, longe da opressão e exploração - é que se manifesta repúdio e preocupação quanto ao decidido, esperando que tal decisão, de caráter precário, seja revertida em decisão final.

Fonte: ANDES-SN, 2021. Acesso em 2024.

O próximo exemplo de moção refere-se a um apoio aprovado no 66º Conad do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em julho de 2023.

Em geral, esse tipo de moção é apresentado em plenária, assembleia ou reunião e colocada em votação, sendo explicitados quem é o proponente, o destinatário e qual o fator motivador da manifestação.

Imagem 8 - Exemplo de moção de apoio



Campina Grande(PB), 16 de julho de 2023

Fonte: ANDES-SN (2023)

Tais enunciados são construídos em um contexto sócio-histórico que se alimenta fortemente da réplica e da contestação ao discurso “oficial”, à versão patronal e mesmo aos posicionamentos conservadores de parte da sociedade. Isso compreende a afirmação de que os enunciados não são monológicos:

Todo enunciado (minimamente responsivo) tem conhecimento sobre o objeto como o têm outros enunciados sobre o mesmo objeto (acordo e desacordo), orienta-se de certo modo entre esses enunciados alheios. Essa orientação pode manifestar-se de forma direta no enunciado (exposição de opiniões alheias, citações e referências, polêmica, etc.). Mas também pode não haver esse reflexo: neste caso, sempre existem harmônicos dialógicos, ainda que sejam difíceis captá-los. Ademais, todo enunciado leva em conta a resposta subsequente: de acordo, objeção, dúvida, etc., isto é, leva em conta a compreensão responsiva (Bakhtin, 2016c p. 148-149).

Esses enunciados evidenciam, de forma explícita ou implícita, as múltiplas vozes que os constituem, resultantes da interação na coletividade, em que há concordâncias e embates. A seguir, é apresentada uma síntese da organização das notas políticas no âmbito da esfera da comunicação sindical, fundamentada nas caracterizações expostas por Salete (2004), em estudo sobre o gênero discursivo Resumo na perspectiva bakhtiniana, a qual utiliza as categorias circulação, autoria, finalidade e destinatário, contribuindo, assim, na compreensão do objeto de estudo desta tese.

Quadro 7 - Notas políticas produzidas no contexto da comunicação sindical

Notas políticas	Circulação	Autoria	Finalidade	Interlocutor
à imprensa	sindical; social; veículos de comunicação; redações jornalísticas.	entidades; diretoria; sindicalizados; coletivos.	pautar veículos jornalísticos.	imprensa e público em geral, não apenas sindicalizados.
de esclarecimento	sindical; social; veículos de comunicação; redações jornalísticas.	entidades; diretoria; sindicalizados; coletivos.	informar.	imprensa; sindicalizados.
de apoio e/ou de solidariedade	sindical; social; veículos sindicais.	entidades; diretoria; sindicalizados; coletivos.	prestar apoio ou solidariedade para somar forças.	entidade sindical (diretoria/sindicalizados), pessoas físicas, públicas etc. órgãos.
de repúdio	sindical; social; veículos de comunicação; redações jornalísticas.	entidades; diretoria; sindicalizados; coletivos.	marcar oposição, repudiar ação, fato, decisão, discursos.	público em geral; outras entidades; sindicalizados; pessoas físicas, públicas etc. órgãos.
pública sindical	sindical; social; veículos de comunicação; redações jornalísticas.	entidades; diretoria; sindicalizados; coletivos.	contextualizar determinado assunto ou fato e se posicionar de forma política.	público em geral, em especial outras entidades e sindicalizados; órgãos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

Reafirma-se que a nota pública sindical é um gênero discursivo, construído a partir de formas típicas de enunciados, que manifestam um posicionamento ideológico. Essa produção discursiva tem como objetivo facilitar a comunicação, organizar a militância, mostrar posicionamentos, o que denota ainda um caráter de urgência e um modo relativamente típico na forma. Neste sentido, seu conteúdo pode atender a diferentes propósitos, como divulgar posicionamentos, repudiar discursos ou ações, prestar solidariedade ou apoio, anunciar eventos ou políticas e amenizar efeitos de uma crise.

No que diz respeito a sua circulação, esses enunciados podem ser restritos à base da entidade que os emitiu ou encaminhados para a imprensa, visando sua divulgação integral ou servindo de fonte para uma pauta jornalística. Entre suas principais características, destaca-se o fato de se tratar de uma comunicação oficial, conferindo-se certo “poder de confiabilidade”, o que a torna uma fonte para veículos de comunicação, pessoas ou empresas que necessitam das informações prestadas por quem emite o discurso. Além disso, seu conteúdo pode ser de interesse coletivo, se caracterizando por ser objetivo, conciso, evitando ambiguidades.

Observa-se que, enquanto em empresas ou órgãos governamentais a nota pública é utilizada com pouca frequência, restringindo-se, muitas vezes, a contextos de crise em que se exige um esclarecimento ou posicionamento. Na comunicação sindical, esse tipo de texto tem sido, frequentemente, empregado como recurso político, especialmente nos últimos quatro anos.

Em determinadas circunstâncias, com base em um conjunto de posições previamente defendidos por uma entidade – e definidos em suas instâncias de deliberações, como congressos, encontros e fóruns - as direções das entidades se sentem autorizadas a emitir posicionamentos públicos ou dirigidos a uma autoridade, sobre determinado tema. Tais temas podem ser de interesse nacional, ou mesmo locais, que tenham relação com a temática da organização política da entidade. Neste contexto, em certas situações, diferencia-se de um comunicado por não se limitar a uma exposição de fatos de forma breve e direta, afinal, nesse contexto, o gênero não cumpre um papel apenas informativo/comunicativo, mas formativo. Dessa forma, defende-se que um dos principais objetivos da nota pública sindical é mobilizar a opinião pública, despertando o interesse da sociedade ou órgãos públicos para determinado

tema e contribuir na formação de um juízo de valor ou posicionamento, em especial para os sindicalizados ou militantes de causa comuns da categoria trabalhadora organizada.

As notas emitidas por entidades sindicais, ao oficializarem um posicionamento diante de algum tema, estabelecem comunicação com seu público-alvo. Por esse motivo, é imprescindível que seu conteúdo seja direto, evitando possibilidade de interpretação equivocada, pois o conteúdo tende (ou espera-se) orientar, portanto, a opinião coletiva a ser seguida, ou que representa a entidade, que precisa ser coesa, refletindo os posicionamentos ideológicos da entidade e, conseqüentemente, de membros que a constitui.

A seguir, serão apresentadas duas notas que extrapolam uma “reprodução mecânica” de fatos que “emolduram” o contexto de sua produção. A inclusão dessas notas vai além do exercício de “reproduzi-la”, pois se torna integrante da parte da construção discursiva da tese, que passa também a ser “um acontecimento novo e singular na vida do texto, o novo elo na cadeia histórica da comunicação discursiva” (Bakhtin, 2016b, p. 76).

Os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 foram marcados pela divulgação de móveis quebrados, obras de artes extraviadas e objetos roubados no cenário de destruição nos prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal, em Brasília. As imagens foram gravadas em grande parte por câmeras de segurança e pelas próprias pessoas que, descontentes com o resultado das eleições de 2022 no país, invadiram e depredaram os prédios dos Três Poderes.

Esse episódio, classificado como uma invasão que marcou a história política do país, foi compreendido como um atentado ao estado democrático brasileiro. As informações sobre o fato (e seus desdobramentos) vieram à tona nos dias seguintes por meio de veículos tradicionais da comunicação⁵ (rádio, televisão, jornal impresso) e pela internet, por meio das mídias sociais - nos mais

⁵ Portal G1. **Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF.** Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em 06 de setembro de 2025. Agência Brasil. **Caminhos da Reportagem relembra ataques de 8 de janeiro de 2023.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-01/caminhos-da-reportagem-relembra-ataques-de-8-de-janeiro-de-2023>. Acesso em 06 de setembro de 2025.

diversos formatos: notícias, reportagens, análises em *podcasts*, comentários políticos, editoriais, *stories* em redes sociais, dentre outros.

Paralelamente, manifestações públicas de entidades governamentais, coletivos políticos, partidos, movimentos sociais e classistas também eram proferidas, não apenas para relatar o episódio, mas para demonstrar posicionamentos diante de singular circunstância que teve repercussão internacional. Observou-se que os posicionamentos foram amplamente manifestados por meio de notas públicas (sindicais e não sindicais), emitidas por diversas entidades, com objetivo de gerar um discurso que classificasse aquele episódio como um atentado à democracia.

Esse fato não é uma suposição, mas sim concreto, ocorrido no Brasil, um ano antes de completar 60 anos da Ditadura Militar-Empresarial. Sua rememoração neste estudo visa revisitar o contexto que impulsionou a produção dos enunciados que responderam à ação de cerca de 4 mil pessoas que marcharam na capital federal pedindo por intervenção militar e que estiveram em acampamentos organizados em diversos Estados durante três meses, após os resultados das eleições. Como enfatiza Bakhtin (2016b, p. 74), “cada texto (como enunciado) é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (a sua intenção em prol da qual ele foi criado). É aquilo que nele tem relação com a verdade, com a bondade, com a beleza, com a história”.

Dessa maneira, as notas estabelecem encontro entre sujeitos: produtores dos enunciados, a pesquisadora, a orientadora, os avaliadores e demais leitores desta pesquisa. Torna-se relevante observar o que Bakhtin disse ao respeito da construção de relações:

Um estenograma do pensamento humanístico é sempre o estenograma de um diálogo de tipo especial: a complexa inter-relação do *texto* (objeto de estudo e reflexão) e do *contexto* emoldurador a ser criado (que interroga, faz objeções, etc.), no qual se realiza o pensamento cognoscente e valorativo do cientista. É um encontro de dois textos - do texto pronto e do texto a ser criado, que reage; conseqüentemente, é o encontro de dois sujeitos, de dois autores (Bakhtin, 2016b, p. 76).

Apresenta-se um exemplo de nota pública sindical emitida pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

Imagem 9 - Exemplo 1 de nota pública sindical



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1968



SINASEFE em defesa da democracia: punição aos golpistas, sem anistia!

Há uma semana, em seu discurso de posse, o Presidente Lula afirmou, em alto e bom som, que o fortalecimento da democracia e a retomada da soberania nacional serão os pilares do seu governo, assim como o primado da lei. Mais do que mera retórica, essa posição expressa a importância da frente ampla que se constituiu em 2022, a fim de garantir a defesa da nossa tão frágil democracia.

Com óbvia inspiração na invasão do Capitólio (o Congresso dos Estados Unidos), que deixou cinco mortos em janeiro de 2021 (importante lembrar que nos EUA centenas de pessoas estão sendo processadas e punidas por suas ações naquele dia), as incitações permanentes de Bolsonaro, bem como as ações de bolsonaristas radicais após as eleições, explicitam o projeto golpista e criminoso da extrema-direita no Brasil e no mundo.

O que estamos assistindo hoje (08/01) é mais uma prova de que a derrota eleitoral de Bolsonaro e a eleição de Lula, como sabemos, não serão suficientes para acabar com as tentativas de fechamento do regime democrático. O bolsonarismo, o fascismo e a extrema-direita não são oposições políticas tradicionais, portanto, não devem ser tratadas como tal. Como próprio Lula disse, é preciso responder ao terror e à violência "com a Lei e suas mais duras consequências", mas também com mobilização popular e massiva.

Apoiamos a decisão do Presidente Lula em intervir na segurança do Distrito Federal, visto que o governador Ibaneis Rocha e seu secretário de segurança pública, o ex-ministro da (in)justiça e (in)segurança do (des)governo Bolsonaro, são, no mínimo, coniventes com essas mobilizações por terem aberto mão da obrigação de agir e permitido os atos terroristas contra a democracia brasileira que ocorreram hoje (08/01). Demitir Anderson Torres do cargo não é suficiente!

Diante da concreta tentativa de golpe, é preciso deter, investigar e punir todos os responsáveis: de autoridades políticas, administrativas e militares, até os mandantes, financiadores e os participantes nos atos propriamente ditos. O governo Lula e o Poder Judiciário não podem hesitar em acionar todos os mecanismos para punir os envolvidos. Para estes, como bradou o povo durante sua posse: **sem anistia!**

É fundamental que o povo brasileiro permaneça em constante vigilância democrática e mobilização popular permanente. O SINASEFE está mobilizado, participando de articulações e organização da classe trabalhadora por meio das frentes populares, das centrais sindicais e fóruns e coalizões no sentido de atuar tanto no âmbito jurídico, quanto político e mobilizador na defesa e garantia da democracia brasileira e contra os fascistas. Recomendamos que todas as direções das seções e militantes procurem se somar às iniciativas de articulação e mobilização em suas regiões.

A defesa dos serviços públicos e da Rede Federal de Ensino requer, como pressuposto, a defesa intransigente da democracia. Nenhuma tolerância com os intolerantes, nenhuma liberdade aos inimigos da liberdade!

Brasília-DF, 8 de janeiro de 2023

Direção Nacional do SINASEFE



SCS, QD 2, BL C, ED SERRA DOURADA, SL 109/110 - CEP 70300-902 - BRASÍLIA - DF
FONE: (61) 2192-4050 - EMAIL: DN@SINASEFE.ORG.BR

WWW.SINASEFE.ORG.BR

Fonte: SINASEFE (2023)

Surtem questionamentos como: Qual o motivo do acontecimento rememorado ter gerado tantas respostas, muitas nomeadas como notas de repúdio ou notas públicas? Por que as entidades escolheram este formato de texto para se pronunciarem? Qual o impacto dessa publicação na esfera de comunicação onde circularam? Será que tais posicionamentos extrapolam seus campos de circulação e alcançam a grande mídia hegemônica? Que vozes constituem esses textos? Quais efeitos podem gerar?

Essas e outras questões surgem ao analisar as notas públicas geradas a partir deste acontecimento narrado anteriormente à medida em que se pretendia compreendê-las enquanto enunciados, afinal: “A atitude humana é um texto em potencial” (Bakhtin, 2016b, p. 78).

Durante a leitura da nota, compreende-se que seu projeto discursivo é voltado para o contexto de defesa do Estado democrático de direito no Brasil, especialmente diante da ameaça representada pelos grupos políticos e partidos que não aceitavam o resultado da eleição de 2022.

No primeiro parágrafo, a nota retoma indiretamente o discurso de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizado em 1º de janeiro de 2023, enfatizando a importância da defesa da democracia. Esse trecho evidencia a posição do SINASEFE, que afirma agir em prol de uma democracia forte e soberana.

É relevante analisar a nota considerando o que afirma Lucas Maciel, ao explicar “o sujeito, ao enunciar através de um gênero, vale-se de sua construção composicional típica” (2008, p.16). O enunciado analisado ancora-se em formas composicionais estáveis, típicas do gênero de manifestações políticas e sociais, estruturando-se como uma réplica aos acontecimentos e estabelecendo diálogo com o público-alvo, a base do SINASEFE.

O segundo parágrafo da nota estabelece uma comparação direta entre os ataques ao Capitólio nos Estados Unidos, em janeiro de 2021, e a invasão ao Congresso brasileiro⁶.

⁶ Sanches, Mariana. “Sem invasão do Capitólio, não haveria o 8 de janeiro”, diz cientista político americano. Da BBC News Brasil em Washington. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64421108>. Acesso: 6 de setembro de 2025.

O documento sugere que ambos os eventos foram alimentados pela extrema-direita e inspirados por um projeto golpista e criminoso. O enunciado mobiliza termos e expressões característicos de pronunciamentos em defesa da ordem democrática, empregando, na sua construção composicional, expressões como "insegurança", "injustiça" e "desgoverno", para expressar um discurso com posição crítica e firme contra a invasão ao Congresso e, de forma mais ampla, contra as ações dos apoiadores de Jair Bolsonaro. Essas escolhas marcam características do enunciado em construção, conforme lê-se:

O estilo do gênero é uma peculiaridade sempre retomada em cada uma das atualizações do gênero. Também o estilo individual está condicionado pelo dialogismo, seja em relação às preferências lingüísticas (lexicais, fraseológicas e gramaticais), seja em termos das formas de citação do discurso de outrem. Citar o discurso de outrem já é estar no dialogismo, e as escolhas individuais, além de serem efetuadas no interior de um gênero (necessariamente dialógico), sempre se voltam aos enunciados, precedentes e futuros, a quem se dirigem. As escolhas estilísticas naturalmente dependem do outro (Maciel, 2008, p. 20).

O uso do termo "sem anistia" é uma referência direta aos movimentos de "Anistia" do passado, no período da Ditadura Militar-Empresarial, mas aqui em um sentido contrário, sugerindo que os envolvidos nos atos golpistas não devem ser perdoados, reforçando a memória coletiva e a necessidade de responsabilização.

O texto é finalizado com a data de emissão, a assinatura da direção do Sinasefe e o logotipo da entidade.

Para compreender esses enunciados é necessário um repertório de informações sócio-históricas que possibilitem realizar as relações sobre os fatos e compreendê-los materializados discursivamente. Como afirma Bakhtin:

Quando escolhemos as palavras no processo de construção de um enunciado, nem de longe as tomamos sempre do sistema da língua em sua forma neutra, lexicográfica. Costumamos tirá-las de outros enunciados, e antes de tudo de enunciados congêneres com o nosso, isto é, pelo tema, pela composição, pelo estilo; conseqüente- temente, selecionamos as palavras segundo a sua especificação de gênero (Bakhtin, 2016a, p. 52).

Essa característica do gênero discursivo está presente na nota pública do Sinasefe, exemplificada anteriormente, pois sua composição discursiva dialoga diretamente com vozes sociais e com a memória histórica do Brasil e dos EUA, contextualizando o discurso em uma tradição de defesa democrática e reforçando a importância de não repetir os erros do passado, refere-se à Ditadura. Assim, a composição discursiva caracteriza-se pela interação com múltiplas vozes e pela construção de um apelo coletivo para a preservação e fortalecimento da democracia no Brasil.

Outro ponto relevante sobre a produção de notas públicas sindicais diz respeito às circunstâncias para a emissão desse gênero, especialmente a respeito de temas ou acontecimentos de relevância nacional, cuja interpretação esteja em disputa no espaço público.

Destacam-se os contextos:

- a) Em momentos decisivos em que temas estruturantes do movimento sindical se encontram em debate no âmbito nacional, caracterizando-se por não serem eventos fortuitos, mas pautas consolidadas em instâncias deliberativas;
- b) Quando se estabelece mobilização generalizada de manifestações públicas das entidades classistas sobre temas ou fatos de destaque nacional, cuja interpretação esteja em disputa pública;
- c) Quando autoridade ou a imprensa atacam uma entidade, especialmente em contextos de intensa negociação ou de formação de opinião pública.

Por outro lado, é sugerida a cautela na emissão de notas públicas sindicais nas seguintes situações:

- a) Quando envolvem disputas relacionadas a cargos institucionais;
- b) Em conflitos internos entre grupos ou coletivos políticos dos movimentos sociais ou sindicais;
- c) Quando inexistem relações políticas estabelecidas com as temáticas ou envolvidos em controvérsias (fatos de contestação) que poderiam demandar um posicionamento de “apoio”.

A seguir, veja um exemplo de nota pública sindical em situação em que foi preciso se posicionar sobre questões de negociação salarial com o governo.

Imagem 10 - Exemplo 2 de nota pública sindical



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

NOTA DA DIRETORIA NACIONAL DO ANDES-SN SOBRE PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO SALARIAL COM O GOVERNO FEDERAL

No dia 7 de fevereiro de 2023 foi realizada a primeira reunião entre o governo federal e o(a)s servidore(a)s público(a)s federais representado(a)s pelas entidades que compõem o Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (FONACATE). Na reunião, o governo federal apresentou a proposta de reajuste salarial limitado ao percentual de 7,8% a partir de março do ano corrente e de aumento do vale refeição em R\$ 200,00.

Importante lembrar que nossa categoria aprovou no 41º Congresso, realizado recentemente no Acre, o percentual de 27%, o qual deve pautar a construção das nossas reivindicações junto aos fóruns. A partir disso, a Diretoria Nacional do sindicato tem defendido no âmbito do Fonasefe e do Fonacate esse índice, bem como, o reajuste dos auxílios e a revogação da EC 95. Além disso, convocamos a reunião do setor das IFES nos dias 4 e 5 de março, para que as seções sindicais possam trazer da base suas posições referentes à proposta apresentada pelo governo federal, e demais encaminhamentos e ações.

No entanto, nos últimos dias tem circulado nas redes sociais e na imprensa a notícia de que o(a)s servidore(a)s público(a)s teriam feito uma contraproposta ao governo apontando o percentual de 13,5%. Proposta que está sendo apresentada na realidade, à revelia da construção coletiva, pelas entidades que integram o Fonacate.

Trazemos à memória que até meados do ano de 2005, o(a)s servidore(a)s público(a)s negociavam com o governo através da CNESF, a Coordenação Nacional que até então aglutinava todo(a)s o(a)s servidore(a)s público(a)s. No entanto, alguns setores esvaziaram aquele instrumento coletivo, com isso, o ANDES-SN e outras entidades, com o objetivo de construir a unidade, formaram o Fonasefe, ao mesmo tempo em que, outras categorias criaram o Fonacate, e desde então os dois fóruns tentam unificar suas lutas e posições no que é possível.

Este ano começamos a construir a discussão do reajuste emergencial solicitando 27% de forma conjunta com os dois fóruns. Após a primeira reunião com o governo

ENSINO PÚBLICO É GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5ª andar, Bloco "C", 70302-914, Brasília - DF.
Telefone: (61) 3962-8400 | Fax: (61) 3224-9726 | E-mail: secretaria@andes.org.br

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

federal, que apresentou uma contraproposta de 7,8% a partir de março e aumento do vale refeição em R\$ 200,00, os dois fóruns se reuniram e elaboraram um documento conjunto para garantir que as categorias possam discutir a possibilidade de uma contraproposta para que não seja uma decisão tomada sem considerar nossas bases.

Na rodada de negociação ocorrida no dia 16 de fevereiro, foi exigido que o governo formalizasse sua proposta, uma vez que, até então, haviam apenas diálogos e notícias vinculadas pela imprensa referentes a potenciais percentuais. Assim, ao final deste dia o governo enviou às entidades do Fonasefe e FONACATE um documento que continha sua proposição de negociação. Imediatamente enviamos o documento para todas as seções sindicais, solicitando ainda ampla mobilização para a próxima rodada de negociação, que ocorrerá no dia 28 de fevereiro.

Em reunião realizada no dia 23 de fevereiro as entidades do Fonasefe e FONACATE acordaram o protocolo da resposta para discutirmos com o governo federal na reunião do dia 28/02 (Anexo 2). Nesse documento reforçamos nossa reivindicações e não apontamos, ainda, um índice percentual, pois avaliou-se a necessidade de maior debate. No entanto, na tarde ainda do dia 23 de fevereiro fomos surpreendido(a)s com o protocolo do Fonacate com uma contraproposta de 13,5%.

A diretoria do ANDES-SN reafirma seu compromisso em debater com o governo federal a partir do indicativo aprovado pela categoria no 41º Congresso e esforça-se para manter a unidade no âmbito do Fonasefe. Ao mesmo tempo, orienta as seções sindicais a discutirem com suas bases as propostas colocadas nesse cenário para serem apresentadas na reunião do setor das Instituições Federais de Ensino nos dias 4 e 5 de março, a fim de subsidiar as negociações que se colocarão posteriormente à presente semana.

REAJUSTE JÁ! NENHUM DIREITO A MENOS!

Brasília(DF), 27 de fevereiro de 2023.

Diretoria Nacional do ANDES-SN

ENSINO PÚBLICO É GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5ª andar, Bloco "C", 70302-914, Brasília - DF.
Telefone: (61) 3362 8400 | Fax: (61) 3224 9716 | E-mail: secretaria@andes.org.br

Partindo da análise das organizações dos trabalhadores e dos movimentos sindicais, a divulgação das notas públicas sindicais considera as deliberações estabelecidas nas instâncias decisórias das entidades. Essas decisões prévias são fundamentais para direcionar o posicionamento das entidades em temas que exijam uma resposta urgente. Exemplos recentes incluem os ataques de 8 de janeiro de 2023, as discussões sobre o Marco Temporal, cortes orçamentários nas universidades públicas, questões relacionadas à Ditadura Militar, intervenções na autonomia universitária, trabalhistas, entre outras.

Outro caso relevante para a emissão de uma nota pública sindical ocorre quando, após uma mesa de negociação entre um sindicato e os empregadores, a versão dos empregadores distorce os fatos, afetando a percepção pública sobre o sindicato. Nesses casos, o sindicato não aguarda uma nova reunião para esclarecer sua posição; em vez disso, emite prontamente um posicionamento público. Esse tipo de material pode, inclusive, ser publicado em um jornal, quando se considera necessário equiparar as versões dos fatos.

Antes do advento da internet, publicações dessa natureza não eram feitas com a mesma frequência, uma vez que a mediação da imprensa era essencial na divulgação das informações das entidades sindicais. Atualmente, os sindicatos possuem suas próprias páginas em redes sociais, sites, informativos digitais e/ou impressos, permitindo um alcance direto e eficaz ao seu público-alvo.

Destaca-se, na imagem a seguir, que há casos em que as notas são publicadas em resposta a informações divulgadas de forma negativa. Nesse contexto, as notas sindicais contrapõem-se aos discursos hegemônicos e promovem uma voz ativa na construção da narrativa pública sobre o papel dos trabalhadores e das instituições. Em determinadas circunstâncias, observa-se a necessidade de expressar um posicionamento explícito sobre temas específicos, demarcando uma posição política sobre questões como ditadura, democracia, autonomia universitária, intervenções em reitorias e racismo, entre outros temas que abordam coletividades e representam valores compartilhados. Além disso, há situações específicas que demandam manifestações, como em casos que envolvem demissões injustas, ofensas, assédio, violência, ou outras formas de opressão.

Imagem 11 - Exemplo 3 de nota pública sindical




NOTA PÚBLICA

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE, que representa mais de 200 mil servidores públicos que desempenham atribuições imprescindíveis ao Estado brasileiro, ligadas às áreas de segurança pública, fiscalização e regulação do mercado, advocacia pública, fiscalização agrária, ministério público, diplomacia, arrecadação e tributação, proteção ao trabalhador e à saúde pública, inteligência de Estado, formulação e implementação de políticas públicas, comércio exterior, prevenção e combate à corrupção, fiscalização agropecuária, segurança jurídica e desenvolvimento econômico-social manifesta **repúdio às palavras do Ministro da Casa Civil, Rui Costa, que em entrevista a uma rádio no estado da Bahia disse que o servidor público tem "tendência à inércia" e que precisa de uma "fungada no cangote" para trabalhar de forma eficiente.**

Além de um **caso típico de assédio institucional** – que repete ataques sistemáticos ao funcionalismo feitos ao longo do último governo, como no episódio em que o ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, chamou os servidores de "parasitas" –, **a fala revela inépcia do titular da pasta para endereçar questões ligadas ao serviço público brasileiro**, justamente no momento em que esses 11,5 milhões de trabalhadores têm sido tão decisivos para que país retome seu caminho de desenvolvimento econômico e social.

O FONACATE lamenta profundamente a atitude do ministro Rui Costa, que deveria, antes, zelar pela valorização daqueles que constroem, com esforço e dedicação, o presente e o futuro da nação. Portanto, **o serviço público brasileiro exige respeito e imediata retratação do ministro da Casa Civil.**

Brasília, 14 de março de 2024.

FONACATE

SRTVN Qd 702 Bloco P (Ed. Brasília Rádio Center) Ala B, 1º andar, salas 1029 a 1031 - CEP 70719-900

☎ 98374-0010 • fonacate.org.br • fonacate@fonacate.org.br

Fonte: Fonacate (2024)

No âmbito da comunicação sindical, as notas públicas, frequentemente, se entrelaçam com outras formas de manifestações públicas e incorporam características de outras notas, como as de repúdio, de apoio ou solidariedade, de esclarecimento e até de pesar (condolências por um falecimento).

Assim compreende-se que como enunciados que dialogam com a realidade social, as notas públicas sindicais contribuem para a construção de uma narrativa de resistência e solidariedade das entidades representativas da classe trabalhadora.

Quanto à autoria, observa-se que as notas públicas emitidas na comunicação sindical, em geral, são assinadas por um conjunto de entidades ou por uma única entidade, representada por sua diretoria executiva. Em ambos os casos, o posicionamento discursivo reflete a representação da totalidade da base sindical. Esse caráter coletivo apresenta um posicionamento já definido por meio de instâncias deliberativas e registradas em documentos da entidade (resoluções, cartilhas, cadernos, regimentos etc.). Esses documentos resultam de um processo rigoroso de construção de posicionamentos políticos consensuais e para que as decisões dessas instâncias sejam as mais públicas e acessíveis possíveis.

Em algumas organizações, alguns membros da diretoria podem assumir a responsabilidade de redigir o texto inicial da nota, posteriormente submetido à apreciação dos demais diretores. A depender da formação profissional ou das habilidades de escrita dos autores, esses textos podem variar em suas características, assumindo, por exemplo, um tom mais jurídico, filosófico e sociológico. Também pode haver situações em os membros da assessoria de comunicação (que geralmente não são os militantes das entidades sindicais) podem assumir também a função de escrita e/ou revisar as notas públicas sindicais, seguindo as diretrizes da entidade.

Na construção dos enunciados, os sujeitos selecionam determinados recursos linguísticos, que não são escolhidos de forma arbitrária, retomando enunciados anteriores e suscitando futuras respostas. Assim, o estilo é elemento constitutivo do dialogismo, conforme afirma Bakhtin (2016, p 21): “Onde há estilo há gênero. A passagem do estilo de um gênero para outro não só modifica o caráter do estilo nas condições do gênero que não lhe é próprio como também destrói ou renova tal gênero”.

Em sua tese de livre-docência, Sheila Grillo explica que Bakhtin retoma e amplia o conceito de estilo do gênero de Volóchinov, acrescentando a percepção do destinatário e suas opiniões valorativas.

Em síntese, o conceito de estilo do gênero discursivo compreende a seleção e o arranjo dos recursos linguísticos no enunciado sob a influência da situação imediata de comunicação (que abarca o tempo e o espaço, o objeto do enunciado e a avaliação dos interlocutores), da orientação social ou da relação entre os parceiros do enunciado (tanto do ponto de vista da hierarquia social quanto dos conhecimentos e valores presumidos), de seu encadeamento histórico com os enunciados anteriores e futuros da mesma esfera da atividade humana. A inter-relação entre esses aspectos determinará gêneros mais ou menos normatizados, aspecto que possibilita a maior ou menor expressão do estilo individual do autor (Grillo, 2013, p. 45).

Com objetivo de aprofundar o entendimento do conceito de estilo, Beth Brait ressalta a necessidade de percorrer as diversas obras do Círculo:

Em todos eles é possível encontrar estilo como uma dimensão textual e discursiva que vai sendo trabalhada, refinada, em função dos objetos específicos tratados em cada um dos estudos. O conceito de estilo vai se construindo no pensamento bakhtiniano e, ao mesmo tempo, instaurando uma fértil polêmica com vertentes clássicas da linguística e da estilística, bem como com as filosofias que as fundamentam, quer em afirmações teóricas, quer em análises de diferentes autores, gêneros e particularidades das relações inter e intradiscursos (Brait, 2007, p. 80).

Nesse contexto, é possível que marcas pessoais sejam atribuídas a determinados dirigentes, o que pode resultar em variações no estilo das notas emitidas, a depender de quem está no plantão sindical quando for escrita. Essa diferença pode ser sutil para ser percebida, sendo possível de detectar quando se faz o acompanhamento das publicações das entidades. Essa prática pode depender das dinâmicas internas de gestão e da produção de comunicação de cada sindicato.

Quando assinadas conjuntamente por várias entidades, as notas públicas sindicais reforçam a solidariedade e o alinhamento político em torno de causas compartilhadas, aferindo ao discurso emitido um caráter de enunciado coletivo, expressando vozes que dialogam e se posicionam diante de temas relevantes para a coletividade. Também importante destaque é feito por Adail Sobral (2007), sobre os conceitos de "responsabilidade" e de "participatividade" do sujeito nos atos concretos:

O objetivo é designar por meio de uma só palavra tanto o aspecto responsivo como o da assunção de responsabilidade do agente pelo seu ato, um responder responsável que envolve necessariamente um compromisso ético do agente. O Círculo destaca o sujeito não como fantoche das relações sociais, mas como um agente, um organizador de discursos, responsável por seus atos e responsivo ao outro (Sobral, 2007, 24).

Essa abordagem também permite compreender a nota pública como uma responsividade dialógica das entidades que assinam seu projeto discursivo, afinal, a voz da entidade sindical se apresenta como uma resposta coordenada para um contexto de luta, reivindicação ou solidariedade e, ao mesmo tempo, como um convite para o diálogo social.

No que tange à circulação das notas públicas sindicais, esse aspecto foi relevante para a problematização presente na construção desta tese. Observou-se que, durante a pandemia de Covid-19, houve um aumento significativo na publicação de notas, dadas as restrições de contato presencial que impôs desafios à mobilização das categorias trabalhadoras. Sob uma perspectiva crítica, esse fenômeno pode ser interpretado como um risco de canalizar a luta das categorias trabalhadoras para uma “plataformização”. No entanto, diante da impossibilidade de realizar ações coletivas presenciais nas ruas, a nota pública sindical naquele momento assumiu importante espaço na comunicação sindical, permitindo que as entidades mantivessem seus posicionamentos, portanto um diálogo com a base filiada e a sociedade em geral. Foi um momento em que essa forma discursiva desempenhou um papel crucial na comunicação sindical. A partir delas as entidades classistas puderam manter suas manifestações, em continuidade do diálogo com a sociedade e com sua própria base de filiados.

Naquele contexto, a esfera da comunicação se tornou digital/virtual/online para a interação e luta sindical a partir dos enunciados das notas públicas sindicais, ou seja, ao mesmo tempo foi uma resposta e estratégia aos desafios impostos na comunicação e na mobilização em contexto de isolamento social imposto pela pandemia.

Com o fim do período de maior isolamento social, em 2021, observa-se a manutenção do alto fluxo de publicação de notas. Esse fenômeno gera um pensamento crítico sobre o papel das notas públicas na comunicação sindical, destacando-se, por outro lado, que a falta de critério na emissão de notas

públicas pode resultar em um desgaste, esvaziamento de propósito, levando ao risco da perda de sua força comunicativa e política, uma vez que a nota pública está ligada à ação do sindicato, mas não é a responsável por ação (a práxis).

Sobre este ponto, apresenta-se a imagem a seguir, que constitui uma visão crítica sobre a nota pública. Intitulada “Aprenda a fazer sua nota de repúdio”. A imagem, obviamente, não segue as características verbais de uma nota pública. Ela exibe a ilustração de uma garrafa com a descrição de uma mistura líquida inflamável, popularmente conhecida como coquetel Molotov. A leitura deste texto não-verbal pode levar ao entendimento de que esse artefato teria um efeito mais eficaz, sendo este o “modelo de nota de repúdio” a ser seguido. Trata-se de um meme e foi publicado por uma página de cunho político vinculada à esquerda, que reivindica uma posição mais ativa diante da sociedade, o que reforça o significado da leitura deste meme, sendo evidente que não se trata de uma nota de repúdio no seu sentido estrito do termo, mas que é interessante dialogar nesta tese.

Imagem 12 - Meme com crítica à nota de repúdio



Fonte: Imagem da página @socialismomemes, no Instagram, em fevereiro de 2025.

Ainda assim, há circunstâncias em que determinados acontecimentos do cotidiano demandam a publicação de uma nota pública (e não de outro gênero discursivo). Nesses casos, é comum circular nas redações e diretoria sindicais a seguinte frase: “precisamos emitir uma nota pública [ou nota oficial] sobre isso!”. E na maioria das vezes, essa decisão será construída para responder a algum discurso ou fato ocorrido e que, geralmente, exige uma urgência de posicionamento.

Essa observação se faz necessária, pois identificou-se uma crítica ao uso da nota pública na realidade concreta de comunicação, porém sem registro em referências bibliográficas. Em alguns contextos, sua função pode ser reduzida a de ferramenta de preenchimento de vácuo na política, quando se tem pouca pauta a produzir ou expressão de assuntos particulares. Nessas circunstâncias, a publicação de notas se tornaria corriqueira, sendo banalizada no contexto discursivo, o que pode caracterizar um desvio do seu uso. Torna-se imprescindível, portanto, que haja compromisso ético de seus autores (seja coletiva ou individual).

Um desvio do uso de notas pode resultar na falta de interesse da leitura sobre elas, pois devido ao grande fluxo de sua publicação, o próprio militante poderá não ter o direcionamento (e até o interesse) para compreender que determinada nota trata de tema importante. Corre-se o risco de o leitor colocar tudo na mesma régua, sem conseguir notar a diferença do conteúdo. Assim a nota poderá perder sua força (função), ao não ser ao menos lida, ou ser lida sem real atenção. Acredita-se que a nota pública sindical tem um peso e não pode servir de escape, ou como simples prestação de contas para determinados grupos, e assim ser banalizada, tampouco ser mero instrumento informativo com peso de uma notícia ou aviso, por exemplo. Em algumas situações, principalmente nas entidades de abrangência nacional, é fundamental existir parâmetros que fundamentam a publicação (ou não) de notas públicas sindicais. Em certos casos, uma notícia veiculada pela entidade pode surtir maior efeito do que uma nota pública.

Diante deste cenário, alerta-se para a possibilidade de efeitos negativos que uma nota pública sindical pode gerar em caso de estar descontextualizada. Algumas questões são relevantes sobre esse ponto, como: qual o efeito de uma nota pública na mídia hegemônica? Quanto mais for banalizada esse gênero,

menos vai ter efeito, porque vai cair na “vala comum”? Qual o significado político de determinada nota pública?

Neste percurso de pesquisa, ainda não se encontrou bibliografia que indique a origem da circulação da nota pública na comunicação sindical no Brasil. Porém, a partir de relatos de ex-dirigentes sindicais, acredita-se que seu uso se deu já por volta dos anos 1970 e 1980, sendo utilizado com objetivo de esclarecer algum fato ou de questionar alguma versão divulgada oficialmente pelos empregadores, pelo que chamam de patronal.

Também alguns discursos ouvidos de ex-diretores que viveram o movimento sindical nas últimas décadas apresentam a informação de que a nota pública em um determinado momento, que não se sabe datar, passou a ser utilizada como se fosse um recurso adaptado da comunicação pública oficial do governo, a qual já utilizava notas oficiais na sua comunicação. Deste modo, a nota pública passou a ser incorporada como estratégia de posicionamento por organizações da sociedade civil, como sindicatos, coletivos, dentre outros.

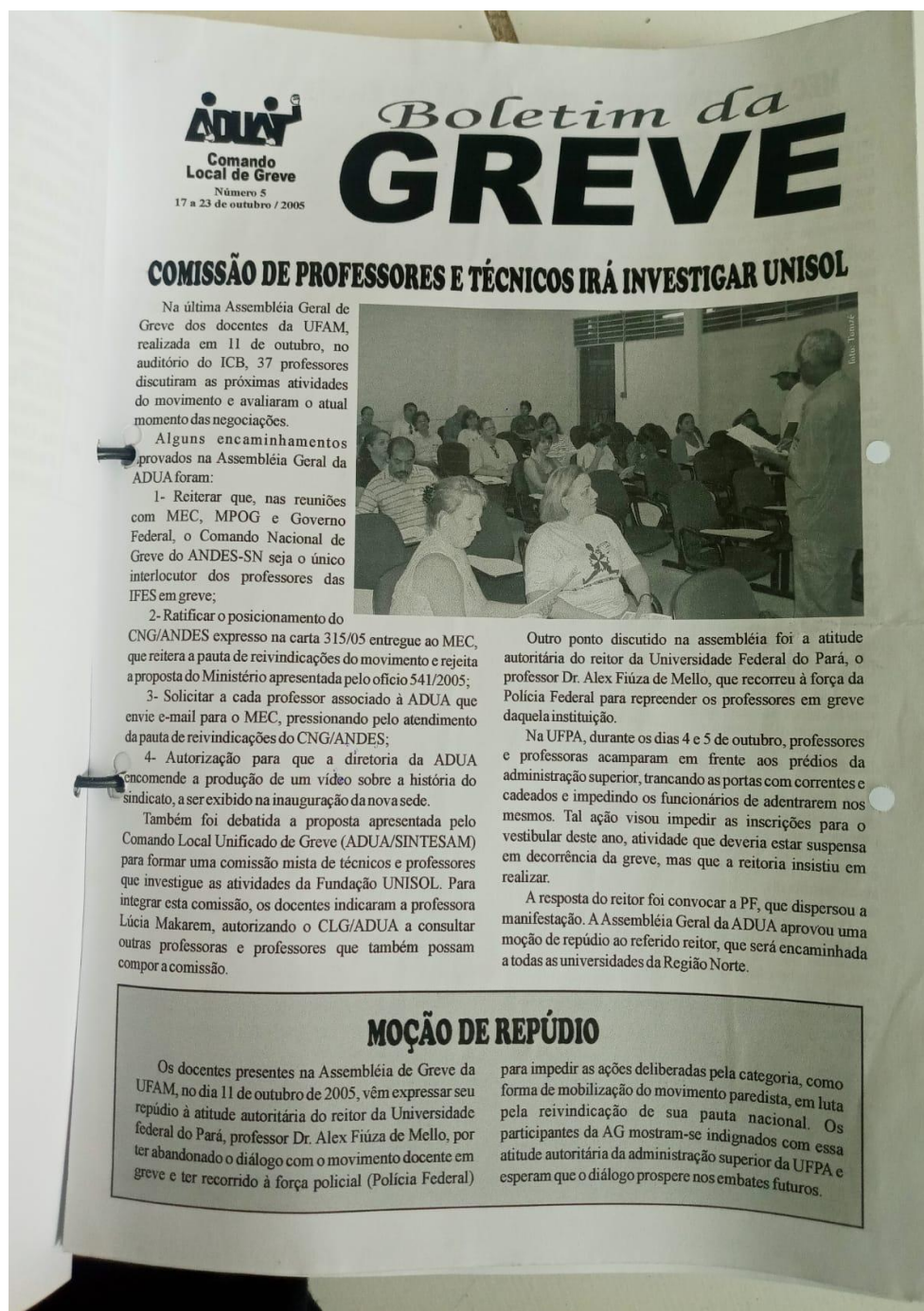
Na busca por compreender o processo de origem do uso da nota pública pela comunicação sindical, um episódio relevante foi identificado a partir de conversas informais. Trata-se de um fato ocorrido durante a construção de uma greve de 1985 da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (Adufpel), cuja história foi compartilhada pelo professor e ex-diretor da entidade, Luiz Henrique Schuch, durante uma assembleia, na qual foi aprovado um indicativo de greve. Ele redigiu uma nota pública encaminhada ao reitor e publicada em jornal no dia seguinte.

Após a assembleia, os sindicalizados saíram em caminhada e, no percurso, passaram por um prédio dos Correios. Nesse momento, surgiu a ideia de encaminharem ao reitor a nota que tinham aprovado. Como resultado, formou-se uma fila de pelo menos 20 docentes, que, individualmente, enviaram a mesma nota via telegrama para José Emílio Gonçalves Araújo (1982-1984), na época reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A mensagem continha a mesmo enunciado: “Prezado José Emílio, segue nota. PT Saudações”.

Atualmente, um episódio dessa natureza seria muito difícil de ocorrer. No máximo, haveria uma convocação para uma “chuva de *e-mails*” ao reitor, com o risco de a mensagem ser direcionada para a caixa de *spam*, devido ao sistema eletrônico filtrar o excesso de mensagens como um perigo ao usuário.

Antes de 2019, a veiculação de materiais impressos como boletins, produzidos pelos sindicatos, fazia parte da estratégia de comunicação. A seguir, veja um exemplo de uma moção de repúdio divulgada em material impresso sobre greve docente.

Imagem 13 - Exemplo de moção de repúdio em boletim de entidade



Fonte: Acervo físico da ADUA, 2005.

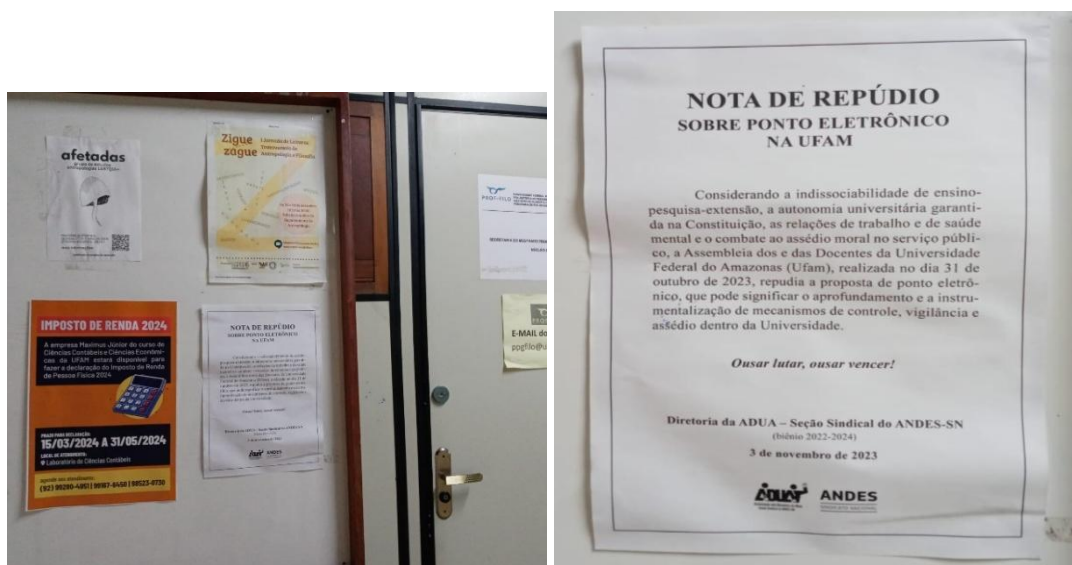
Leia a transcrição do documento:

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes presentes na Assembléia de Greve da UFAM, no dia 11 de outubro de 2005, vêm expressar seu repúdio à atitude autoritária do reitor da Universidade Federal do Pará, professor Dr. Alex Fiúza de Mello, por ter abandonado o diálogo com o movimento docente em greve e ter recorrido à força policial (Polícia Federal) para impedir as ações deliberadas pela categoria, como forma de mobilização do movimento paredista, em luta pela reivindicação de sua pauta nacional. Os participantes da AG mostram-se indignados com essa atitude autoritária da administração superior da UFPA e esperam que o diálogo prospere nos embates futuros.

Além da distribuição das notas em material impresso, outra forma de divulgação é por meio de murais na universidade. Um exemplo recente é o uso de um mural no setor norte da Ufam, onde foi afixada uma nota da ADUA em 2024, que aborda especificamente a questão da implementação do ponto eletrônico na instituição de ensino, e sua relevância justificou a impressão da nota para exposição no espaço físico da universidade. Pelo mesmo motivo a direção optou pelo texto ser breve, proporcionando uma leitura rápida.

Imagem 14- Exemplo de nota pública sindical em um mural físico



Fonte: Mural na parede no IFCHS, no setor do campus da Ufam em Manaus (CURSINO, 2023).

Observa-se a transcrição do documento:

Nota de repúdio sobre ponto eletrônico na Ufam

Considerando a indissociabilidade de ensino-pesquisa extensão, a autonomia universitária garantida na Constituição, as relações de trabalho e de saúde mental, e o combate ao assédio moral no serviço público, a Assembleia dos e das Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), realizada no dia 31 de outubro de 2023, repudia a proposta de ponto eletrônico, que pode significar o aprofundamento e a instrumentalização de mecanismos de controle, vigilância e assédio dentro da Universidade.

Ousar lutar, ousar vencer!

*Diretoria da ADUA – Seção Sindical do ANDES-SN (biênio 2022- 2024)
03 de novembro de 2023*

Com o advento da internet e das redes sociais, as entidades passaram a alcançar diretamente seu público, sem a intermediação anteriormente necessária.

Um exemplo disso ocorre com a publicação das notas nas redes sociais, ainda que sejam efêmeras, como ocorre nos *stories* do Instagram (que duram apenas 24h).

A seguir, observa-se o *print* da republicação de um *story* do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú (SINDIUVA) - Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, quando este republicou uma moção de apoio e repúdio da ADUA, em abril de 2024.

Esse formato de publicação permite interações diretas com o público, possibilitando comentários, curtidas, salvamento e compartilhamento com outras contas ou páginas.

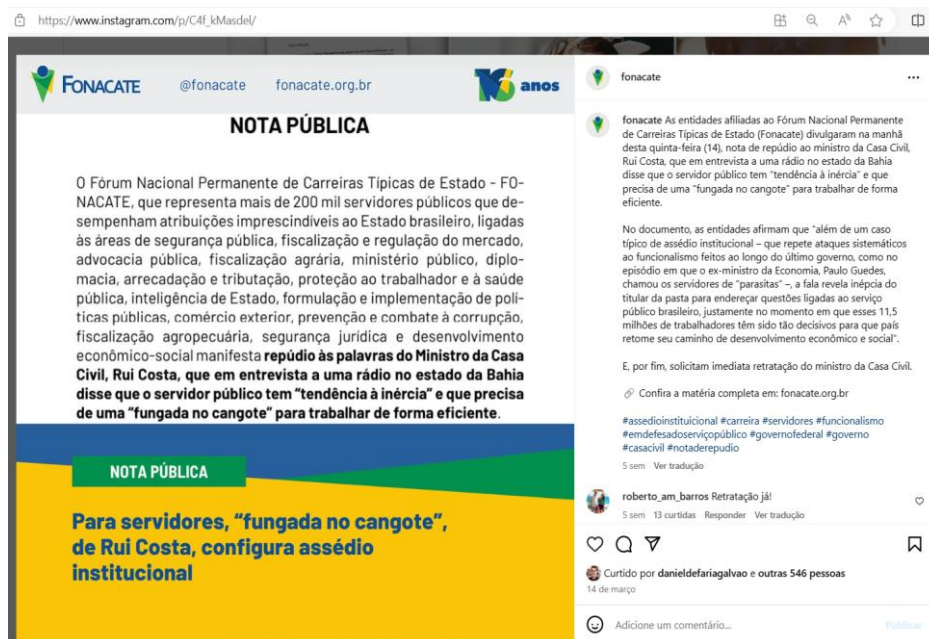
Imagem 15 - Exemplo nota divulgada em um story no Instagram



Fonte: print de Instagram feito pela própria pesquisadora (2024)

Outra forma recorrente de circulação ocorre na linha do tempo (ou *feed*) das redes sociais, como Instagram, Facebook e Twitter. Um exemplo ilustrativo pode ser observado no *print* (captura de tela) da página do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) no Instagram.

Imagem 16 - Exemplo de nota pública sindical no *feed* do Instagram



Fonte: Print de Instagram. A publicação é de 14 de março de 2024 e está disponível em https://www.instagram.com/p/C4f_kMasdel/

Esse tipo de publicação possui grande alcance em uma única plataforma. Na imagem da direita, a análise métrica revela que a publicação obteve, até 22 de abril de 2024, um total de 547 curtidas e 86 comentários.

Imagem 17 - Exemplo de interações em nota pública sindical em rede social



Fonte: Print de Instagram, publicação de 14 de março de 2024 disponível em https://www.instagram.com/p/C4f_kMasdel/

Além das redes sociais, outras formas virtuais de disseminação das notas públicas incluem o *WhatsApp* (por meio de mensagens privadas, grupos, listas de transmissão e *status*), e-mail, sites institucionais e publicações específicas, como *e-book*. A internet ampliou a possibilidade de publicação imediata, sem necessidade de uma aprovação de redação de outros veículos ou a definição específica da hora da distribuição do material. No entanto, embora as redes sociais possibilitem uma análise métrica de alcance e engajamento, como visualizações e curtidas, não há garantia de que essas notas geram interações que resultam em mobilização efetiva. Ademais, as notas públicas sindicais continuam a circular fora das redes sociais, em outros veículos de comunicação. Elas se mantêm presentes em atos públicos, reuniões e assembleias, a partir da leitura pública nesses espaços. Em alguns casos a nota é lida integralmente e em outros priorizam-se os trechos mais relevantes.

Imagem 18 - Exemplo de leitura de nota pública sindical em manifestação



Fonte: CURSINO, 2021. Fotografia

Na fotografia anterior, capturada durante uma manifestação ocorrida no dia 7 de setembro de 2021, em uma atividade denominada Dia das Excluídas e dos Excluídos, realizada no Centro de Manaus (AM), o professor José Alcimar Oliveira, que naquela época exercia a função de vice-presidente da ADUA (gestão 2020-2022), realizava a leitura de uma nota pública sindical durante o ato.

Na imagem a seguir, a presidente da ADUA no biênio 2024-2026, professora Ana Lúcia Gomes, realiza a leitura de nota pública sindical em manifestação relacionada ao Dia Internacional de Luta das Mulheres, no dia 08 de março de 2025, no Largo São Sebastião, no Centro de Manaus.

Imagem 19 - Exemplo de leitura de nota pública sindical em manifestação em 2025



Fonte: CURSINO, 2025. Fotografia

A leitura pública da nota pode ser entendida como um ato dialógico e concreto, no qual o enunciado da nota pública é proferido no espaço de interação direta, como uma voz que se insere ativamente no espaço social.

Esse ato reforça o caráter responsivo, inclusive com uma reação muito comum nesses casos, que são os aplausos e gestos simbólicos, como a mão levantada em punho, por exemplo.

Nesse contexto político organizativo, uma nota elaborada de forma concisa – que seja clara, informativa e representativa dos princípios da entidade –, reforça a credibilidade diante da imprensa e sociedade em geral, o que fortalece a autoridade da entidade sobre determinado assunto.

Observa-se também que esses enunciados podem servir como fonte (recurso de informação) para veículos de imprensa, estabelecendo um diálogo com pautas relacionadas aos temas abordados pela entidade.

Dessa forma, torna-se uma voz que irá reverberar em outros gêneros do discurso presentes no jornalismo, como a notícia ou reportagem. Esse fenômeno ocorre porque esse discurso é capaz de interagir com as declarações e informações presentes nesses materiais jornalísticos, além de poder gerar novos discursos, contribuindo com a construção de narrativas.

Um exemplo pode ser observado na reportagem *Pesquisadores da Ufam e do Inpa querem sair da lista pró-mineração de potássio*⁷, escrita pela jornalista Elaíze Farias e publicada no site Amazônia Real, no dia 24 de maio de 2023.

Nesse material foram mobilizadas como fontes uma nota pública do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), uma nota da Ufam, uma carta aberta da Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas (Famddi) e uma nota pública da ADUA.

Essas notas chegam aos veículos de comunicação, muitas vezes, após serem encaminhadas pela assessoria de imprensa ou por ter tido visibilidade com relação ao assunto, ou mesmo quando o próprio jornalista quer um posicionamento da entidade e entra em contato diretamente com a diretoria ou com a assessoria de comunicação para saber se há um posicionamento oficial da entidade.

⁷ Reportagem disponível em <https://amazoniareal.com.br/lista-pro-mineracao-de-potassio/>

Imagem 20 - Exemplo de nota pública sindical como fonte jornalística



canceladas e até hoje não foram retomadas.

Outra pesquisadora da Ufam explicou que se tratou de um trabalho inicial, baseado em um documento enviado para a instituição, na qual eles [empresa] pediram uma pré-proposta de plano de atuação dentro das áreas específicas que forma solicitadas pelo órgão ambiental na época. “O reitor chamou para a gente fazer esse documento. Mas não tinha contrato, não era relacionado a serviço. Não sei como ficou depois. A gente como funcionário, a partir do pedido do reitor, fez as deliberações. Mas como se prosperou, como fechou, não sei te informar. Entreguei e não fui mais para reunião nenhuma. Nunca chamaram mais para nada”, disse ela.

A Associação dos Docentes da Ufam (Adua), em nota enviada nesta terça-feira (23), manifesta sua preocupação com protocolo de intenções e pede que a instituição dialogue com os indígenas Mura. “Nos preocupa que ações que envolvam preservação de povos originários de seus territórios não tenham tido no âmbito da Universidade o espaço necessário para o debate amplo, o que pode transparecer uma pretensa supervalorização do poder da academia no resguardo aos valores das populações originárias, como se a garantia ‘da questão social e ambiental’ fosse de responsabilidade e domínio somente dos pesquisadores da UFAM”, diz trecho ([leia nota na íntegra](#)).

A entidade alerta “que situações como esta podem gerar precedente para novas tentativas de empreendimentos voltados a exploração de terras indígenas ou áreas de conservação/preservação, em face de toda a flexibilização da legislação ambiental ocorrida nos últimos anos”.

No último dia 18, a [Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas](#) (Famddi), composta por diferentes entidades da Ufam, dos movimentos sociais e de organizações indígenas, divulgou uma carta aberta contra o apoio da universidade ao empreendimento de mineração em Autazes.

Fonte: Print de trecho de reportagem publicada no site Amazônia Real (Farias, 2023)

Em alguns casos, em vez de fazer uma entrevista, o jornalista opta por utilizar um trecho do posicionamento presente na nota. Tal decisão para o jornalista pode ocorrer por diversos motivos, dentre eles o de já haver um posicionamento oficial, o que pode gerar uma credibilidade na informação, ou mesmo a possibilidade de não precisar realizar uma entrevista sobre o tema, facilitando o trabalho de produção de informação, especialmente quando

demandaria tempo de produção e disponibilidade de uma fonte conceder entrevista, por exemplo.

Quando as informações contidas nas notas públicas alcançam a sociedade em geral, a assessoria de comunicação também cumpre assim importante papel de garantir o direito à informação (Duarte, 2018). Isso faz parte da atuação da comunicação pública, aprimorando, assim, o fluxo de comunicação interna e externa.

Cabe retomar a reflexão de que os processos de análise e descrição são interpretativos, em um exercício analítico no qual o pesquisador também é sujeito social, o qual, ainda que siga parâmetros metodológicos previamente planejados, pode chegar a compreensões diferentes de outro pesquisador (Rodrigues, 2001).

3. NOTA PÚBLICA SINDICAL: RELAÇÕES DIALÓGICAS NO *CORPUS* EM ANÁLISE

Ademais, todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes — dos seus e alheios — com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados (Bakhtin, 2016a, p. 26).

Como discutido nos capítulos anteriores, no âmbito da comunicação sindical, a nota pública é frequentemente escolhida como o gênero mais adequado para a construção de enunciados em contextos que exigem urgência na comunicação de posicionamentos sobre determinados assuntos que estão em destaque. Trata-se de um tipo de mediação que contribui para a organização política e sindical de uma categoria trabalhadora.

A decisão de sua publicação não ocorre de modo aleatório, mas de escolhas das diretorias executivas das entidades sindicais, que representam na materialidade do seu projeto discursivo a relação entre gênero e tema do enunciado, compreendido conforme Bakhtin:

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na escolha de certo gênero de discurso. Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetais (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos seus participantes, etc. Em seguida, a intenção discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em determinada forma de gênero (2016a, p. 37).

Com base nesse entendimento, o *corpus* deste terceiro capítulo foi constituído a partir da seleção de cinco notas públicas sindicais emitidas pela ADUA nos anos de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025. A escolha considerou critérios como: contemplar uma nota de cada ano do período em análise; abordar temáticas relacionadas à educação pública, à Amazônia e ao sindicalismo docente.

Essa contextualização é relevante porque a análise apresentada não se pauta por uma perspectiva positivista, que busca respostas precisas e únicas, mas se ancora no pensamento filosófico bakhtiniano que orienta o entendimento do conceito de linguagem, conforme explica Maciel (2024, p. 38):

A concepção de linguagem do Círculo de Bakhtin é sempre discursiva, pois considera que os sujeitos empregam a linguagem a partir dos lugares sociais e ideológicos que ocupam na interação com outros sujeitos, os quais também ocupam certos lugares sociais e ideológicos.

Os enunciados selecionados articulam temporalidade histórica, denúncia e posicionamento político, configurando-se como exemplares do gênero nota pública no âmbito da comunicação sindical, segundo os parâmetros propostos por Bakhtin. Considerando-as como enunciados inseridos nas práticas discursivas do movimento docente na Amazônia, a análise busca identificar as relações dialógicas presentes nesses enunciados, com base nos três elementos centrais da caracterização do gênero do discurso: conteúdo temático, estilo e construção composicional (Bakhtin, 2016).

Nesse sentido, mobiliza-se também a perspectiva sociológica para problematizar a transmissão do discurso alheio (Volóchinov, 2021). Entre as questões que orientam a análise, destacam-se: o que revela o título? Quais referências discursivas são mobilizadas? Que tipo de diálogo se estabelece entre a voz do enunciador e as vozes citadas ou evocadas ao longo do texto?

No anexo “Diálogo II”, de *Os gêneros do discurso*, Bakhtin (2016c, p. 136) questiona: “Que formas de relação com o ouvinte-leitor-interlocutor e com o discurso do outro existem no enunciado? Como classificá-las?”.

O ouvinte-leitor-interlocutor é compreendido como a “segunda pessoa” a quem o enunciado se dirige. Há ainda uma “terceira pessoa”, cujo enunciado é mencionado no projeto discursivo, estabelecendo, assim, relações dialógicas. Importa esclarecer que a reprodução das notas nesta tese, com a finalidade de fundamentar a análise, resulta de escolhas da pesquisadora, compreendida também como “segundo sujeito”, em consonância com a abordagem bakhtiniana apresentada em o texto na linguística (Bakhtin, 2016b, p. 73), segundo a qual o sujeito reproduz e “cria um texto emoldurador (que comenta, avalia, objeta etc.)”. Feita essa introdução, apresentam-se, a seguir, as cinco notas públicas sindicais

e suas respectivas análises, apresentando uma análise da construção ideológica dos enunciados e uma análise da estrutura do gênero, com foco na construção composicional, conteúdo temático e estilo que caracterizam as notas selecionadas.

A análise possibilitou a identificação do contexto de produção das notas, das marcas do enunciador, da construção ideológica e dos elementos recorrentes que compõem a estrutura do texto.

3.1 – Análise do enunciado - Nota pública sindical 1

A seguir, se observa a imagem que mostra como o enunciado em análise foi divulgado. Trata-se de um print da versão em PDF da nota, que exhibe uma borda composta por elementos gráficos inspirados no grafismo indígena, além da inserção de uma fotografia de Galdino Pataxó, mencionado no texto.

Esses recursos não são comumente utilizados em notas públicas; contudo, por opção do enunciador em destacar o tema abordado, optou-se por essa diagramação específica. Há a presença do logotipo, recurso recorrente nesse gênero, que permite ao interlocutor identificar o enunciador antes da leitura do conteúdo.

A análise da nota pública intitulada “Luta e resistência, hoje e sempre. Dia nacional de luta dos povos indígenas”, emitida em 19 de abril de 2021, permite observar como o gênero se constitui em situação concreta, viva e em diálogo com outros discursos.

Essa articulação evidencia o dialogismo, ou seja, a relação de sentidos entre enunciados, que caracterizam a concepção bakhtiniana da linguagem como interação viva e socialmente situada.

Em Bakhtin (2016c, p. 138), tem-se a explicação de que cada enunciado “participa do intercâmbio social de ideias” e que é “justamente nos enunciados, isto é, nos gêneros discursivos, que se dá o emprego da língua com fins classistas e grupais (ideológicos, tendenciais, etc.)”.

Imagem 21 - Print da nota pública sindical 1




NOTA DE LUTA E RESISTÊNCIA
19 DE ABRIL DE 2021 – HOJE E SEMPRE
DIA NACIONAL DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS

Neste dia 19 do abril vermelho de 2021, o Brasil que não transige com a barbárie em curso nem cede aos apelos do que Paulo Freire denominava de “apetite burguês do êxito pessoal”, nossa ADUA – Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, traz à memória as últimas palavras escritas pelo educador maior deste país, no ano centenário de seu nascimento: Paulo Freire (19 de setembro de 1921 – 02 de maio de 1997), quando soube do assassinato, em Brasília-DF, do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo numa parada de ônibus por cinco adolescentes. Galdino tinha ido à fria e burocrática capital federal para participar da luta coletiva dos povos indígenas naquele 19 de abril de 1997.

Já com a saúde física debilitada – pois viria a falecer alguns dias depois, em 02 de maio de 1997 – Paulo Freire, tomado por indignação ética, buscou força interior para escrever uma carta, que depois integraria o livro póstumo *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, publicado em 2000. Esta carta, a terceira do livro, intitula-se: *Do assassinato de Galdino Jesus dos Santos – índio pataxó*, cujo parágrafo inicial reproduzimos nesta Nota de Luta e Resistência:



Cinco adolescentes mataram hoje, barbaramente, um índio pataxó, que dormia tranquilo numa estação de ônibus, em Brasília. Dizeram à polícia que estavam brincando. Que coisa estranha. Brincando de matar. Tocaram fogo no corpo do índio como quem queima uma inutilidade. Um trapo imprestável. Para sua crueldade e seu gosto de morte, o índio não era um tu ou um ele. Era aquilo, aquela coisa ali. Uma espécie de sombra inferior no mundo. Inferior e incômoda, incômoda e ofensiva.

O Brasil de 2021 está sob uma combinação política cuja “crueldade e seu gosto de morte” naturaliza em números estatísticos, vidas, histórias e nomes a cada dia tragados pela pandemia de Covid-19, agravada pela negligência criminosos dos que podem e se omitem diante do genocídio em curso. Dentre os mais vulnerabilizados por essa tragédia social estão os povos indígenas e é deles, ao retirarem força da vida em constante ameaça, que nos vem o que falta a nós e à maioria do povo brasileiro: organização, coragem e resistência.

Vidas importam! Vidas indígenas importam! Nenhum direito a menos! Vida longa à luta e resistência dos povos indígenas!

Diretoria da ADUA – Seção Sindical
19 de abril de 2021
Biênio 2020-2022

Fonte: ADUA, 2021. Nota Pública Sindical

Leia na íntegra o texto contido na nota, com destaque para os elementos do gênero nota pública sindical:

Nota de luta e resistência 19 de abril de 2021 – Hoje e sempre Dia nacional de luta dos povos indígenas Neste dia 19 do abril vermelho de 2021, o Brasil que não transige com a barbárie em curso nem cede aos apelos do que Paulo Freire denominava de “apetite burguês do êxito pessoal”, nossa ADUA – Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, traz à memória as últimas palavras escritas pelo educador maior deste país, no ano centenário de seu nascimento: Paulo Freire (19 de setembro de 1921 – 02 de maio de 1997), quando soube do assassinato, em Brasília-DF, do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo numa parada de ônibus por cinco adolescentes. Galdino tinha ido à fria e burocrática capital federal para participar da luta coletiva dos povos indígenas naquele 19 de abril de 1997. Já com a saúde física debilitada – pois viria a falecer alguns dias depois, em 02 de maio de 1997 – Paulo Freire, tomado por indignação ética, buscou força interior para escrever uma carta, que depois integraria o livro póstumo Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos, publicado em 2000. Esta carta, a terceira do livro, intitula-se: Do assassinato de Galdino Jesus dos Santos – índio pataxó, cujo parágrafo inicial reproduzimos nesta Nota de Luta e Resistência: Cinco adolescentes mataram hoje, barbaramente, um índio pataxó, que dormia tranquilo numa estação de ônibus, em Brasília. Disseram à polícia que estavam brincando. Que coisa estranha. Brincando de matar. Tocaram fogo no corpo do índio como quem queima uma inutilidade. Um trapo imprestável. Para sua crueldade e seu gosto de morte, o índio não era um tu ou um ele. Era aquilo, aquela coisa ali. Uma espécie de sombra inferior no mundo. Inferior e incômoda, incômoda e ofensiva. O Brasil de 2021 está sob uma combinação política cuja “crueldade e seu gosto de morte” naturaliza em números estatísticos, vidas, histórias e nomes a cada dia tragados pela pandemia de Covid-19, agravada pela negligência criminosa dos que podem e se omitem diante do genocídio em curso. Dentre os mais vulnerabilizados por essa tragédia social estão os povos indígenas e é deles, ao retirarem força da vida em constante ameaça, que nos vem o que falta a nós e à maioria do povo brasileiro: organização, coragem e resistência. Vidas importam! Vidas indígenas importam! Nenhum direito a menos! Vida longa à luta e resistência dos povos indígenas! Manaus (AM), 19 de abril de 2021 Diretoria da ADUA (Biênio 2020-2022)	Título Voz do enunciador Retomada da história Análise da conjuntura Tese Frase de efeito/ mote Local e data Assinatura
---	--

Começemos pela análise da **construção composicional** da nota. Ela segue a seguinte estrutura que caracteriza o gênero: título, parágrafos centrais que articulam uma lógica argumentativa e que apresentam: a inserção de vozes do enunciador, retomada da história, análise da conjuntura e a tese defendida, além do mote ou frase de efeito, assinatura, local e data de publicação. Assim é a organização recorrente nas notas públicas, configurando-se como traço composicional deste gênero.

O título deste enunciado não se limita a uma única frase, como ocorre em algumas notas, mas apresenta uma sequência de três linhas que introduzem o tema do discurso a ser lido. A entidade responsável pela nota optou por não utilizar o título tradicional “Nota pública...”, comum em outros discursos, escolhendo em seu lugar a expressão “Nota de luta e resistência”. Essa escolha dialoga com a simbologia da data que motivou o pronunciamento: o “Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas”.

A voz do enunciador se faz presente no primeiro parágrafo: *“nossa ADUA – Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, traz à memória as últimas palavras escritas pelo educador maior deste país, no ano centenário de seu nascimento”*. Ainda neste parágrafo é introduzida a data e o contexto histórico, funcionando como ponto de relevância para o restante do texto. A escolha do título, assim como em notícias e trabalhos acadêmicos, reflete a importância atribuída ao tema abordado

Nos parágrafos seguintes, que realizam a **retomada da história e a análise da conjuntura**, o enunciador recorre às palavras de Paulo Freire, estabelecendo um vínculo dialógico com o pensamento do educador. O discurso rememora o assassinato de Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo em Brasília, em 1997, episódio registrado por Freire em uma carta publicada postumamente no livro *Pedagogia da Indignação* (2000). A citação do trecho “apetite burguês do êxito pessoal” reforça o caráter de denúncia e introduz reflexões éticas sobre o episódio, sendo um momento de retomada da história.

Depois temos o parágrafo em que a fala (a voz) dos assassinos é inserida em discurso indireto, em que se percebe o discurso alheio na construção, sendo possível transmitir o discurso exteriorizado), como por exemplo no trecho: “Disseram à polícia que estavam brincando”. E o educador levanta a reflexão: “Que coisa estranha. Brincando de matar.” Essa referência evidencia a

articulação entre a palavra do outro e a posição do enunciador, o da indignação. Ao mesmo tempo, observa-se que, nesse trecho, há uma “alternância dos sujeitos do discurso”, ação essencial para se criar limites entre os enunciados, ou seja, “o falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à compreensão ativamente responsiva” (Bakhtin, 2016a, p. 29).

Esse mesmo lugar do enunciado é assumido pela ADUA ao reproduzir tal discurso, tornando a nota, assim, em texto engajado, militante e afetivamente comprometido com a denúncia das violências sofridas pelos povos indígenas. Afinal: “cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, tem uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação a qual se pode assumir uma posição específica” (Bakhtin, 2016a, p. 29-30).

A **análise da conjuntura** pode ser exemplificada como presente no trecho *“O Brasil de 2021 está sob uma combinação política cuja ‘crueldade e seu gosto de morte’ naturaliza em números estatísticos, vidas, histórias e nomes a cada dia tragados pela pandemia de Covid-19, agravada pela negligência criminosa dos que podem e se omitem diante do genocídio em curso”*. Essa escolha proporciona uma contextualização ampla e diálogo entre diferentes tempos históricos.

O trecho “crueldade e seu gosto de morte”, extraído da carta de Freire, é utilizado para caracterizar a situação vivida no Brasil em 2021, no contexto da pandemia. A nota estabelece um paralelo entre o passado (1997) e o presente da enunciação (2021), criticando a política vigente, marcada pela naturalização da morte e pela omissão estatal. Essa crítica é expressa na frase: “naturalizar em números estatísticos, vidas, histórias e nomes”. A menção aos povos indígenas como os mais afetados pela tragédia sanitária reforça o conteúdo temático e evidencia que, mesmo diante da vulnerabilidade, essas populações demonstram “organização, coragem e resistência”, como registrado no final do quarto parágrafo.

Essa sequência, as argumentações proporcionam a apresentação de um pensamento central no enunciado, que se trata de uma **tese** defendida ao longo do texto e neste exemplo identificada no trecho: *“Dentre os mais vulnerabilizados por essa tragédia social estão os povos indígenas e é deles, ao retirarem força*

da vida em constante ameaça, que nos vem o que falta a nós e à maioria do povo brasileiro: organização, coragem e resistência”.

Ao final, se destaca o **mote** ou frase de efeito, quando se adota um tom afirmativo e conclamador, com frases curtas que reiteram o engajamento da entidade sindical com a luta indígena. As expressões finais: “Vidas importam! Vidas indígenas importam! Nenhum direito a menos! Vida longa à luta e resistência dos povos indígenas!” funcionam como palavras de ordem, revelando a função apelativa e mobilizadora do texto. Tal característica também diz respeito ao estilo que marca a nota pública sindical, a qual passa-se a aprofundar nos parágrafos seguintes.

Quanto ao **estilo** empregado na nota, a expressão “abril vermelho” representa uma escolha linguística com forte carga simbólica, ultrapassando mera referência à cor “vermelho”.

No contexto da luta indígena, o termo remete ao urucum, utilizado na pintura corporal de diversos povos, associado à proteção e resistência. Essa expressão funciona como marca estilística, revelando um uso político e engajado da linguagem. Vermelho, no contexto político brasileiro, também tem uma carga simbólica em que se remete a pauta do movimento político de “esquerda”. Tal posicionamento ideológico é reforçado ainda por meio de expressões como “abril vermelho”, “o Brasil que não transige com a barbárie” e “genocídio em curso”.

Essas escolhas estilísticas revelam a posição do enunciador enquanto sujeito coletivo comprometido com as lutas sociais, especialmente com os direitos dos povos indígenas, a partir de uma perspectiva crítica e contra-hegemônica. A nota cumpre, assim, uma função pedagógica, convocando o leitor a uma reflexão ética e emocional.

A partir da perspectiva bakhtiniana, compreende-se que nem todo gênero discursivo vai suscitar uma resposta imediata, após uma ação, pois em alguns gêneros, como no caso da nota pública sindical, pode haver uma “compreensão silenciosa”, o que não significa dizer que não seja ativa, afinal: “trata-se de uma compreensão de efeito retardado: cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte” (Bakhtin, 2016a, p. 25).

Passemos a discutir agora o **conteúdo temático** da nota em tela, o qual está ancorado na denúncia da violência contra os povos indígenas e na defesa

de sua luta histórica, assim como na exaltação de sua memória e resistência. Vale dizer que a análise considera ainda um ponto fundamental, a escolha da data de publicação do enunciado, cuja força discursiva está diretamente relacionada ao 19 de abril, data emblemática no calendário das lutas indígenas no Brasil, e que reforça a construção do enunciado em um contexto histórico e político específico. Assim, importa destacar que a data simbólica em que a nota funda seu conteúdo temático era denominada *Dia do Índio*, desde sua criação, em 1943.

A partir de 2022, após mobilizações e articulações de entidades representativas dos povos indígenas, a data passou a ser oficialmente reconhecida como *Dia dos Povos Indígenas*. Essa mudança representa importante conquista, pois a distinção lexical entre “índio” e “povos indígenas” é significativa para os indígenas, ao reafirmar o reconhecimento da diversidade da identidade como povo originário.

O dia 19 de abril de 2021, em particular, carrega uma densidade simbólica adicional por situar-se em meio à pandemia de Covid-19, contexto no qual os povos indígenas foram duramente atingidos. De acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI, 2021), até abril do referido ano, mais de 600 indígenas haviam falecido em decorrência da Covid-19 desde o início da pandemia.

No estado do Amazonas, foram registrados 8.500 casos e confirmados 124 óbitos entre indígenas até a referida data. Publicar a nota em outro momento comprometeria seu impacto, especialmente se considerarmos, sob a perspectiva do cronotopo, como a articulação entre tempo e espaço.

A ADUA, assim como outras entidades, já utilizava a expressão “povos indígenas” antes de 2022, o que demonstra que a disputa discursiva está intrinsecamente relacionada às práticas e ações políticas. Nesse sentido, a linguagem é compreendida como espaço vivo de embates simbólicos, permeado por disputas de poder e estratégias políticas. Ressalta-se que o ponto de vista dos autores da nota não se apresenta como exclusivo.

A argumentação construída no enunciado refrata outras vozes, entre as quais se destaca a de Paulo Freire, pedagogo e filósofo brasileiro, nascido em 19 de setembro de 1921, em Recife (PE), reconhecido internacionalmente por sua contribuição à educação emancipadora, considerado Patrono da Educação

Brasileira. Nesse sentido, o texto constrói uma crítica entre dois pontos da história do Brasil, tecendo paralelos entre o assassinato do indígena pataxó Galdino Jesus dos Santos, em 1997, resgatando uma Carta de Freire, e a situação dos povos indígenas durante a pandemia da Covid-19, em 2021. O conteúdo temático, portanto, articula essas duas temporalidades, evidenciando traços persistentes como a violência e o descaso do Estado brasileiro.

A menção direta a Freire na nota fundamenta a reflexão e o debate sobre o contexto social e histórico em que o enunciado está inserido. Presumindo o reconhecimento da importância de Paulo Freire no cenário político-pedagógico brasileiro, o educador é inserido sem grande necessidade de contextualização ou explicação adicional. Trata-se não apenas dos marcos temporais, mas de uma contextualização mais ampla, capaz de dialogar com leitores futuros.

A presença de Freire no enunciado amplia o alcance da nota, convocando à reflexão sobre ética e humanização nas relações sociais e políticas. Deste modo, o gênero se constrói dialógica e ideologicamente em relação a outros textos e vozes sociais, tendo ainda a citação do educador incorporada como recurso de sustentação na construção dos argumentos.

Vejamos a seguir a análise sistematizada.

Quadro 8 - Análise da nota pública sindical 1

Estrutura composicional	Enunciado	Movimento
Título	Nota de luta e resistência 19 de abril de 2021 – Hoje e sempre Dia nacional de luta dos povos indígenas	O título não se apresenta como uma “nota pública”, mas como uma “nota de luta e resistência”, uma vez que a escolha dos vocábulos que o compõem reforça a importância atribuída ao conteúdo que será abordado. Nesse sentido, a data de emissão da nota constitui um ponto fundamental, pois sua força discursiva está diretamente relacionada ao 19 de abril, data emblemática no calendário das lutas indígenas no Brasil.

		O uso de “Hoje e sempre” causa um efeito de permanente luta, servindo não apenas para informar, mas para engajar em prol da causa.
Voz do enunciador Retomada da história	Neste dia 19 do abril vermelho de 2021, o Brasil que não transige com a barbárie em curso nem cede aos apelos do que Paulo Freire denominava de “apetite burguês do êxito pessoal”, nossa ADUA – Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, traz à memória as últimas palavras escritas pelo educador maior deste país, no ano centenário de seu nascimento: Paulo Freire (19 de setembro de 1921 – 02 de maio de 1997), quando soube do assassinato, em Brasília-DF, do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo numa parada de ônibus por cinco adolescentes. Galdino tinha ido à fria e burocrática capital federal para participar da luta coletiva dos povos indígenas naquele 19 de abril de 1997.	A data 19 de abril de 2021, denominada pela nota como “abril vermelho”, situa o texto em um contexto histórico e político específico, marcado pela pandemia de Covid-19, período em que os povos indígenas foram duramente atingidos e, ao mesmo tempo, precisaram reafirmar sua condição de resistência. Esse fato histórico localiza o interlocutor do tempo de produção desse discurso. O primeiro parágrafo também sinaliza o enunciador, identificando a ADUA como autora do texto e, assim, atribuindo-lhe uma autoria institucional. Além disso, o trecho apresenta informações sobre a entidade, indicando que ela é uma seção sindical vinculada a um sindicato nacional. A nota estabelece ainda um diálogo direto com Paulo Freire, apresentando breves informações sobre o educador e traçando relações históricas com o assassinato do indígena Galdino Pataxó. Dessa forma, o projeto discursivo da nota está ancorado na denúncia da violência contra os povos indígenas.
Retomada da história	Já com a saúde física debilitada – pois viria a falecer alguns dias depois, em 02 de maio de 1997 – Paulo Freire, tomado por indignação ética, buscou força interior para escrever uma carta, que depois integraria o livro póstumo Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos, publicado em 2000. Esta carta, a terceira do livro, intitula-se: Do assassinato de Galdino Jesus dos Santos – índio pataxó, cujo	A argumentação construída no enunciado refrata a voz de Paulo Freire, pedagogo e filósofo brasileiro, em diálogo direto com a obra póstuma Essa menção direta a Freire fundamenta a reflexão e o debate sobre o contexto social e histórico em que o enunciado foi produzido, conferindo-lhe densidade teórica e legitimidade discursiva.

	parágrafo inicial reproduzimos nesta Nota de Luta e Resistência: <i>Cinco adolescentes mataram hoje, barbaramente, um índio pataxó, que dormia tranquilo numa estação de ônibus, em Brasília. Disseram à polícia que estavam brincando. Que coisa estranha. Brincando de matar. Tocaram fogo no corpo do índio como quem queima uma inutilidade. Um trapo imprestável. Para sua crueldade e seu gosto de morte, o índio não era um tu ou um ele. Era aquilo, aquela coisa ali. Uma espécie de sombra inferior no mundo. Inferior e incômoda, incômoda e ofensiva</i>	
Análise da conjuntura <u>Tese defendida</u>	O Brasil de 2021 está sob uma combinação política cuja “crueldade e seu gosto de morte” naturaliza em números estatísticos, vidas, histórias e nomes a cada dia tragados pela pandemia de Covid-19, agravada pela negligência criminosa dos que podem e se omitem diante do genocídio em curso. <u>Dentre os mais vulnerabilizados por essa tragédia social estão os povos indígenas e é deles, ao retirarem força da vida em constante ameaça, que nos vem o que falta a nós e à maioria do povo brasileiro: organização, coragem e resistência.</u>	Ao realizar uma retomada histórica e um diálogo com a conjuntura atual, a nota faz uma contextualização ampliada, capaz de dialogar com leitores de diferentes tempos históricos. Assim, estabelece-se, discursivamente, uma relação entre o “grande tempo”, ou seja, “o diálogo infinito e inacabável em que nenhum sentido morre” e o “pequeno tempo”, que diz respeito “a atualidade, o passado imediato e o futuro previsível” (Bakhtin 2011, p. 409), ao traçar um paralelo entre o passado, ano de 1997, e o presente da enunciação, ano de 2021. É destacada a ideia central que norteia a nota, de que os povos indígenas são os mais vulnerabilizados socialmente, mas que dessa tragédia tiram força para resistências e existência.
Mote ou frase de efeito	Vidas importam! Vidas indígenas importam! Nenhum direito a menos! Vida longa à luta e resistência dos povos indígenas!	As escolhas estilísticas revelam o posicionamento do enunciador. Observa-se que o encerramento da nota adota um tom afirmativo e conclamador, com frases curtas que

		reiteram o engajamento da entidade sindical com a luta indígena. Essas expressões funcionam como palavras de ordem, evidenciando a função apelativa e mobilizadora. A linguagem nessas duas frases é marcada por apelo para sensibilizar o interlocutor à defesa dos direitos indígenas., ao mesmo tempo em que chama para a mobilização coletiva. As duas frases são curtas e têm constante reprodução no campo da comunicação mobilizadora política e sindical, especialmente da pauta indígena e militante, na qual ganhou sentido de <i>slogan</i> e palavra de ordem, reforçado pela presença de exclamação, que revela um tom de urgência para que a mensagem demarque a resistência dos povos originários.
Local e data	Manaus (AM), 19 de abril de 2021	Considerando a relevância que o conteúdo temático da nota atribui à data de sua emissão, esta se constitui como uma característica significativa, que reforça o tempo como um elemento estruturante do gênero.
Assinatura	Diretoria da ADUA (Biênio 2020-2022) Logotipo das entidades ADUA e ANDES-SN, presentes nas margens do documento.	A assinatura da nota, identificada pelas logomarcas das entidades, pela indicação da diretoria e de seu biênio, confere autoria ao conteúdo. O texto se reconhece, assim, como uma produção coletiva, originada de uma diretoria eleita que representa a categoria docente. No caso da ADUA, composta por docentes da Universidade Federal, tal autoria institucional legítima e reforça a confiabilidade do discurso emitido.

3.2 Análise do enunciado - Nota pública sindical 2

Na sequência, é reproduzida a nota pública sindical em sua íntegra, seguida de sua respectiva análise.

A destruição das universidades e institutos federais como parte da guerra do governo contra a classe trabalhadora brasileira

“Uma época não pode se aliar e conjurar para colocar a seguinte em um estado em que se torne impossível para esta ampliar os seus conhecimentos (particularmente os mais imediatos), purificar-se dos erros e avançar mais no caminho do esclarecimento [Aufklärung]. Isto seria um crime contra a natureza humana (grifo nosso), cuja determinação original consiste precisamente neste avanço” (Immanuel Kant).

A ADUA, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, nasceu como Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas em 1979, e em 1990 se consolidou como Sindicato para defender a categoria docente e o direito à educação como bem universal de natureza pública e acessível ao povo brasileiro. É dever do Estado brasileiro garantir ao seu povo esse direito, do nível Fundamental ao Superior, e de modo indistinto. O Sistema Público Federal de Ensino e o Sistema Único de Saúde são os dois mais importantes patrimônios institucionais do povo brasileiro. Sempre atacados pela autocracia burguesa, estes dois sistemas universais têm sido o principal alvo do atual governo, com sua política econômica ultraneoliberal, de extrema direita e servil ao mando do capital.

Nesta semana, a partir do dia 30 de maio de 2022, a nossa Universidade Federal do Amazonas (UFAM) retoma de forma presencial as atividades de ensino ainda referentes ao segundo semestre letivo de 2021. Se os efeitos da pandemia de Covid-19 foram e continuam sendo devastadores para a vida da UFAM, não menos devastadoras têm sido para a Instituição as ações do governo federal, com sua política de ódio e metódica agressão ao Serviço Público, notadamente às professoras e aos professores das Universidades e Institutos Federais. Somente nos últimos três anos e cinco meses, as categorias do Serviço Público Federal acumulam uma perda salarial superior a 20%. Não bastasse esse arrocho, e como forma de escárnio, o governo federal anuncia mais um corte no orçamento da Educação Federal como forma de garantir uma alegada recomposição de míseros 5% no salário das servidoras e dos servidores. Enquanto isso, na república do vale tudo e do mais desinibido fisiologismo, sobra dinheiro no “orçamento secreto”.

Se nos anos anteriores à pandemia, a UFAM já respirava com dificuldade, agora, com o recente corte no orçamento discricionário do Ministério da Educação (MEC), de R\$ 3,2 bilhões, em torno de 14,5% do orçamento das Universidades e Institutos Federais brasileiros, anunciado pelo governo federal em 27 de maio de 2022, poderemos entrar num quadro de inanição institucional, comprometendo atividades essenciais como ensino, pesquisa, extensão e, com a suspensão da assistência estudantil, expulsar da Instituição milhares de discentes, razão de ser do trabalho docente.

Incorreremos todos em crime de omissão ou, para utilizar as palavras de Immanuel Kant, em “crime contra a natureza humana”, se não passarmos da indignação à ação comprometida e, como parte saudável da população brasileira, das instituições da República, organizações, dos movimentos, sindicatos, coletivos, centros e diretórios acadêmicos, organizar uma Frente Unitária de Resistência a esse desmonte criminoso das Universidades e Institutos Federais brasileiros. Não vamos no presente trair as conquistas das gerações que nos antecederam na luta e negar o futuro às gerações que nos sucederão. Esta nota, como parte da luta, será apenas uma nota se não fizer o caminho do texto aos becos, ruas e praças.

Os opressores não passarão. Vivem num presente sem futuro. Nós seguiremos firmes, professoras e professores, porque lutamos no presente e jamais cederemos o futuro aos que nos querem roubar vida e dignidade. Somos Servidoras Públicas e Servidores Públicos do Estado brasileiro e não serviçais de governos. Não lutamos por privilégios. Exigimos apenas que respeitem e reconheçam o valor do nosso trabalho docente e nos sejam garantidas condições dignas para fazê-lo como nos assegura a Constituição de 1988 que, em seu Artigo 1º materialmente, define a República Federativa do Brasil como Estado Democrático de Direito. Não pode ser democrático um Estado que sonega ao seu povo direitos fundamentais.

Repudiamos todas as agressões, ameaças e perseguições, de natureza física e ideológica, perpetradas pelos agentes do Estado brasileiro contra professoras e professores. Não há Serviço Público sem Servidoras Públicas e Servidores Públicos dignamente remuneradas e remunerados. Não há cidadania sem acesso à educação pública. Quem agride os direitos das Servidoras Públicas e dos Servidores Públicos, agride o povo brasileiro.

Abaixo todas as formas de mordada. Em defesa da liberdade pessoal e coletiva de ensinar e aprender! Em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Autônoma, Laica, de Qualidade e Socialmente Referenciada.

Manaus (AM), 31 de maio de 2022
Diretoria da ADUA (Biênio 2020-2022)

A nota pública sindical intitulada “A destruição das universidades e institutos federais como parte da guerra do governo contra a classe trabalhadora brasileira”, publicada em 31 de maio de 2022, do ponto de vista da **estrutura composicional** segue a lógica típica do gênero, organizando o texto em uma sequência argumentativa que combina denúncia, contextualização, memória institucional, crítica política e engajamento propositivo. Essa organização cumpre algumas funções comunicativas, articulando exposição argumentativa, informativa e de chamamento à ação política.

O texto estrutura-se em 12 partes principais: (1) o título; (2) a epígrafe; (3) a voz do enunciador; (4) a retomada da história; (5) a apresentação da tese defendida; (6) a retomada da história; (7) análise da conjuntura; (8) a ênfase na tese defendida no projeto discursivo; (9) fechamento ou mote; (10) local e data da emissão e (12) a assinatura.

Quanto ao título, apresenta argumentação e denúncia na apresentação da centralidade do tema. O enunciado é construído de modo a apresentar a ideia central do projeto discursivo, que será sustentada ao longo de todo o texto, afirmando claramente que o governo ataca a classe trabalhadora, tendo como estratégia a destruição das universidades e dos institutos federais.

Quanto a epígrafe, constituída pela citação inicial de caráter filosófico, que fundamenta a crítica subsequente e presente no início da nota, é um elemento incomum ao gênero. Trata-se, no exemplo, de uma citação direta do filósofo Immanuel Kant, visto como recurso pouco usual em notas públicas sindicais, nas quais as referências são geralmente incorporadas ao corpo do texto. Essa inserção configura uma variação no gênero, relevante para a análise.

Segundo Bakhtin (2016), os gêneros entendidos como oficiais, aqui considerando-se também a nota pública sindical, tendem a apresentar um elevado grau de estabilidade. Entretanto, observa-se que, no modelo analisado, a autoria optou por incluir uma epígrafe. Tal escolha pode indicar certa peculiaridade, mas também sugere que, por se tratar de um ambiente frequentado por sujeitos que interagem no meio acadêmico, tenha-se considerado pertinente incorporar à nota a citação em epígrafe, como é visto em trabalhos acadêmicos. Essa inserção pode ser compreendida como uma reacentuação do gênero, por meio da transferência de elementos característicos de outros gêneros, como os textos acadêmicos que frequentemente apresentam

citações e epígrafes, para o âmbito da comunicação sindical. Nesse sentido, compreende-se que “com fins análogos, pode-se misturar deliberadamente os gêneros das diferentes esferas” (Bakhtin, 2016a, p. 40).

A epígrafe da referida nota cumpre, assim, uma função reflexiva, convidando o leitor a considerar as consequências futuras das ações políticas presentes, especialmente no que diz respeito ao desmonte das instituições públicas de ensino. O excerto de Kant sustenta a ideia de que não agir diante dos ataques sistemáticos às universidades federais constitui também um “crime contra a natureza humana”, como reforçado no quarto parágrafo da nota, uma vez que a frase está escrita entre aspas, recurso entendido por Bakhtin como pronto e cujas palavras são empregadas demarcadas como do outro (2016, p. 96), cabendo, assim, um destaque de que essa citação direta é uma das formas de transmissão de discurso alheio.

É possível fazer essa correlação clara, o que sinaliza a inserção de um discurso direto, o qual tem total relação com o conteúdo, contribuindo com a sua construção, ao mesmo tempo em que possui uma existência independente, como se lê em Volóchinov (2021, p. 250):

O discurso alheio é concebido pelo falante como um enunciado de outro sujeito, em princípio totalmente autônomo, finalizado do ponto de vista da construção e fora do contexto em questão. É justamente dessa existência independente que o discurso alheio é transferido para o contexto autoral, mantendo ao mesmo tempo o seu conteúdo objetivo e ao menos rudimentos da sua integridade linguística e da independência construtiva inicial.

No primeiro parágrafo, a **voz do enunciador** se faz presente a partir da indicação do histórico institucional da entidade que assina a nota, enfatizando seu compromisso com a defesa da educação pública. A nota remonta à fundação da ADUA, inicialmente como associação e, posteriormente, como sindicato, reforçando sua vocação histórica de defesa da educação pública. Esse resgate institucional introduz o argumento de que a educação deve ser compreendida como um “*bem universal de natureza pública e acessível ao povo brasileiro*”. Estabelece-se, assim, uma relação entre a origem da entidade, seu papel social e o contexto político atual, caracterizado por ataques à educação e à saúde públicas, atribuídos à lógica do capital.

A retomada da história e diálogo com a conjuntura se dá com “diagnóstico” da situação das universidades federais, com destaque para os cortes orçamentários e a defasagem salarial. A data de emissão, 30 de maio de 2022, inscreve o enunciado no contexto da pandemia de Covid-19 e do retorno às atividades presenciais nas universidades. Esse marco temporal é fundamental para compreender o impacto do anúncio dos cortes orçamentários no contexto ainda da pandemia da Covid-19, diante da defasagem salarial acumulada pela categoria docente do magistério superior, que estava superior a 20%. O texto evidencia a contradição entre a precarização do serviço público e o volume de recursos destinados ao chamado “orçamento secreto”, caracterizado na nota como “escárnio”, termo com forte valor crítico, comum no contexto da comunicação sindical.

Do ponto de vista argumentativo, a nota incorpora dados concretos, como o corte de R\$3,2 bilhões no orçamento discricionário do Ministério da Educação, o que corresponde a cerca de 14,5% do orçamento das universidades e institutos federais. A expressão “inanição institucional” intensifica o tom dramático do cenário descrito, evidenciando a gravidade atribuída à conjuntura. Sugere-se que tais medidas comprometem não apenas o funcionamento administrativo, mas também o ensino, a pesquisa e a extensão, assim como pode acarretar a suspensão de assistência, essencial para a garantia de condições de permanência estudantil.

A retomada da epígrafe de Kant no texto reforça o argumento de que a omissão frente ao desmonte da educação pública constitui um crime de responsabilidade histórica. Essa retomada articula-se à mobilização, ao afirmar que a nota só cumprirá sua função se ultrapassar os limites do texto escrito e se converter em ação concreta, conforme trecho: “Essa nota, como parte da luta, será apenas uma nota se não fizer o caminho do texto aos becos, ruas e praças”.

Tomando esse trecho como exemplo, vale enfatizar que “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Bakhtin, 2016a, p. 26), o que significa o reforço de que ao encontrar seus destinatários haverá compreensão de seu enunciado, gerando resposta, seja silenciosa ou uma ação com base na compreensão, afinal:

Em cada enunciado — da réplica monovocal do cotidiano às grandes e complexas obras de ciência ou de literatura — abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* ou a *vontade de produzir sentido* por parte do falante, que determina a totalidade do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras (Bakhtin, 2016a, p. 37).

Isso remonta a ideia de que o discurso presente nesse enunciado precisa ser reverberado e posto em prática, caso contrário não surtirá efeito. É interessante esse tipo de reflexão que a própria nota faz sobre sua existência enquanto produção em uma disputa de narrativas e política.

A partir deste excerto pode-se fazer uma explicação sobre a diferença de oração e enunciado, fazendo um paralelo sobre a própria proposta em que a nota pública sindical se inscreve. Para tanto, se tem como base a afirmação de Bakhtin (2016d, p. 116):

Em sua totalidade, o enunciado sempre é direcionado, tem um destinatário definido (o "leitor", o "público" e suas diferenças por épocas), em seu término acentua-se essa relação. A oração não tem destinatário, tem um contexto ao qual estão vinculadas as relações lógico-objetais e sintáticas. Todo discurso termina, mas não no vazio, e dá lugar ao discurso do outro (ainda que seja o discurso interior), à expectativa de resposta, de emoção.

Compreende-se que, quando o enunciado afirma: “*Essa nota, como parte da luta, será apenas uma nota se não fizer o caminho do texto aos becos, ruas e praças*”, a entidade está dizendo que ela só ganhará sentido se chegar até o outro, às pessoas, aos trabalhadores, às pessoas que moram nos bairros, nos becos, e esse discurso tem, portanto, um propósito, o de reforçar seu posicionamento ideológico e o de convencer quem não está convencido, por isso ele apresenta argumentos, direcionado ao interlocutor/sujeito e que este reagiria de alguma forma ao enunciado após ser entendido em sua totalidade.

Essa sequência de pensamento encaminha o interlocutor à compreensão da **tese defendida** pela nota pública sindical exemplificada, a qual é colocar a categoria docente como resistente aos desmandos do governo, respondendo ao discurso que os rotula de “privilegiados” por serem servidores públicos, bem como, a partir de dados concretos, fundamentar que os direitos fundamentais dos servidores públicos estão assegurados pela Constituição Federal, como por

exemplo se observa no quinto parágrafo, quando o enunciado faz uma citação indireta do Artigo 1º da Constituição Federal de 1988 como forma de sustentar a argumentação, conferindo autoridade legal ao discurso e reafirmando o caráter democrático do movimento sindical docente. Tal referência reforça que a luta sindical não busca privilégios, mas a preservação de direitos fundamentais e de condições dignas de trabalho.

Segundo o enunciado, os princípios constitucionais, previstos no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, asseguram a liberdade de ensinar e aprender e garante a gestão democrática do ensino público. Nesse sentido, a nota denuncia o descompromisso do governo com os fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Trazer para o enunciado a palavra do outro, no caso uma lei, eleva o grau de confiabilidade, autoridade, e, portanto, importância valorativa deste enunciado, neste sentido rememora-se o posicionamento de Bakhtin, que diz:

O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas (Bakhtin, 2010, p. 223).

A afirmação “Não lutamos por privilégios” pode ser interpretada também como uma resposta indireta à declaração do então ministro da Educação, Milton Ribeiro, feita em 9 de agosto de 2021, durante entrevista ao programa Sem Censura, da TV Brasil. Na ocasião, o ministro afirmou que a universidade “deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade”. Ribeiro também ironizou a demanda por vacinação apresentada pela categoria docente como condição para a reabertura segura de escolas e universidades, em um momento crítico da pandemia de Covid-19.

Em Bakhtin, compreende-se que os enunciados retomam discursos anteriores, com eles podem concordar, discordar etc, construindo-se relações dialógicas em que há um empenho do sujeito falante, no caso aqui a entidade para se tornar inteligível na concretude do seu projeto de discurso:

Os limites de cada enunciado concreto como unidade da comunicação discursiva são definidos pela alternância dos sujeitos do discurso, ou seja, pela alternância dos falantes. Todo enunciado — da réplica sucinta (monovocal) do diálogo cotidiano ao grande romance ou tratado científico — tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros (ou ao menos uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou, por último, uma ação responsiva baseada nessa compreensão). O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva (Bakhtin 2016a, p. 29).

A nota denuncia, ainda, a ausência de diálogo entre o governo federal e os servidores públicos, apontando práticas como intervenções nas universidades, nomeações de reitores sem consulta à comunidade acadêmica e ataques à autonomia universitária em suas dimensões política, administrativa e financeira.

Expressões como “abaixo todas as formas de mordaza” e “em defesa da liberdade pessoal e coletiva de ensinar e aprender” contrapõem-se a propostas legislativas como o Projeto de Lei nº 8.242/2016 (conhecido como “Lei da Mordaza”) e ao movimento “Escola Sem Partido”, ambos de viés conservador. A nota posiciona-se, portanto, em defesa de uma educação laica, crítica e plural.

Cada termo dessa formulação carrega uma dimensão própria, cuja repetição sistemática contribui para consolidar uma identidade discursiva e ideológica em torno da defesa da universidade pública comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

O **fechamento ou mote** traz a convocação à mobilização e a reafirmação dos princípios e valores que orientam a atuação sindical, como pode ser lido nas frases: *“Abaixo todas as formas de mordaza. Em defesa da liberdade pessoal e coletiva de ensinar e aprender! Em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Autônoma, Laica, de Qualidade e Socialmente Referenciada”*.

A expressão “em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Autônoma, Laica, de Qualidade e Socialmente Referenciada”, recorrente em discursos de entidades representativas da educação, aparece como uma frase pronta que representa o que algumas entidades defendem como princípios, sendo recorrente em diversos discursos escritos ou orais, mas cuja origem se

desconhece, o que se quer dizer, na verdade, que não há uma autoria específica de origem.

A partir desse discurso é evidenciado o caráter estrutural da luta por uma educação crítica, democrática e acessível, contrapondo-se a projetos que pretendem restringir o acesso ao conhecimento e submeter o ensino às exigências do mercado.

Apesar de não ser possível resgatar o primeiro autor deste mote, compreende-se que sua compreensão se funda em “relações dialógicas” a partir de diferentes vozes que, direta ou indiretamente, perpetuam esse enunciado, que se faz entendido, afinal, como afirmou Bakhtin (2010, p. 210):

Para se tornarem dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, devem passar a outro campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado, e ganhar autor, criador de dado enunciado cuja posição ela expressa.

Nesse sentido, todo enunciado tem uma espécie de autor, que no próprio enunciado escutamos como o seu criador. Podemos não saber absolutamente nada sobre o autor real, como ele existe fora do enunciado. As formas dessa autoria real podem ser muito diversas.

Por fim, são informados o **local e a data da emissão**, elementos sobre os quais se afirma que as datas demarcam importante movimento para compreender o contexto social, histórico, político e sanitário da produção desse discurso, assim como a **assinatura** da diretoria confere à nota o caráter de autoria coletiva, legitimando-a como a voz institucional de uma entidade representativa.

Quanto ao **estilo**, este é marcado por uma linguagem assertiva, combativa e valorativa, refletindo o posicionamento ideológico da entidade enunciadora, um sindicato de docentes de universidade pública.

Observa-se o uso de expressões de combate e vocábulos com forte carga ideológica, como: “arrocho”, “escárnio”, “autocracia burguesa”, “mordaça”, “ao mando do capital”; além de adjetivações como “política econômica ultraneoliberal”, “metódica agressão”, “orçamento secreto”, “república do vale-tudo”.

Também se destacam palavras de ordem com valor imperativo, como “Os opressores não passarão” e “Abaixo todas as formas de mordaça”, que remetem

a outros contextos históricos e sociais de luta. “A escolha de todos os recursos linguísticos é feita pelo falante sob maior ou menor influência do destinatário e da sua resposta antecipada” (Bakhtin, 2016a, p. 69).

O uso reiterado da primeira pessoa do plural, como nos trechos “A nossa Universidade Federal do Amazonas”, “Nós seguiremos firmes” e “lutamos no presente”, reforça o tom coletivo e solidário do discurso, estabelecendo uma comunhão entre a entidade sindical e seus interlocutores, que são docentes e demais sujeitos comprometidos com a educação pública.

Ao empregar flexões tanto no gênero feminino quanto no masculino, como no trecho “Somos Servidoras Públicas e Servidores Públicos”, o discurso também expressa uma preocupação com a paridade de gênero entre os sujeitos a quem se dirige. Tais escolhas não são aleatórias.

Sobre o **conteúdo temático**, em síntese é marcado pela crítica às políticas públicas, que impactaram negativamente as instituições federais de ensino, convocando à resistência e ao engajamento sindical diante da denúncia que a nota faz do processo de desmonte das universidades e institutos federais, processo este compreendido como parte de uma política mais ampla de ataque do governo aos direitos sociais e à classe trabalhadora.

O enunciado associa os cortes orçamentários e a falta de reajuste salarial no setor público federal a um projeto político de natureza autoritária, identificado com o que nomeia de “ultraneoliberalismo”, o qual estaria, segundo o texto, subordinado a um “governo de extrema direita” e aos “interesses do capital”. Assim, o discurso apresenta um posicionamento crítico explícito em relação ao governo federal vigente à época, acusando-o de atuar deliberadamente contra os interesses da classe trabalhadora, tendo como alvos estratégicos as universidades e os institutos federais.

Desse modo, a nota pública sindical não apenas informa e denuncia, mas constrói uma posição política, dialogando com outros discursos da esfera sindical e educacional, e cumprindo sua função social e histórica ao interpelar discursivamente os sujeitos em um momento concreto de luta, ou seja, de resistência, que culmina na convocação à mobilização coletiva. Vejamos a sistematização a seguir.

Quadro 9 - Análise da nota pública sindical 2

Estrutura composicional	Enunciado	Movimento
Título	A destruição das universidades e institutos federais como parte da guerra do governo contra a classe trabalhadora brasileira	O título é construído de modo a apresentar a ideia central do projeto discursivo, que será sustentada ao longo de todo o gênero, afirmando claramente que o governo ataca a classe trabalhadora, tendo como estratégia a destruição das universidades e institutos federais. É um título que apresenta argumentação e denúncia na apresentação da centralidade do tema. O termo “guerra” é utilizado como metáfora para dar o sentido de drama e urgência para a denúncia que esse projeto discursivo dentro da arena sindical, onde há o reforço da oposição entre governo <i>versus</i> classe trabalhadora.
Epígrafe	<i>“Uma época não pode se aliar e conjurar para colocar a seguinte em um estado em que se torne impossível para esta ampliar os seus conhecimentos (particularmente os mais imediatos), purificar-se dos erros e avançar mais no caminho do esclarecimento [Aufklärung]. Isto seria um crime contra a natureza humana (grifo nosso), cuja determinação original consiste precisamente neste avanço” (Immanuel Kant).</i>	Do ponto de vista da estrutura composicional, a epígrafe presente na nota constitui um elemento incomum ao gênero, recurso pouco usual em notas públicas sindicais, nas quais as referências teóricas costumam ser incorporadas ao corpo do texto. Essa inserção configura, portanto, uma variação na estrutura composicional do gênero.
Voz do enunciador Retomada da história Tese defendida	A ADUA, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, nasceu como Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas em 1979, e em 1990 se consolidou como Sindicato para defender a categoria docente e o direito à educação como bem universal de natureza pública e acessível ao povo brasileiro. <u>É dever do Estado brasileiro garantir ao seu povo esse direito, do nível Fundamental ao Superior, e de modo indistinto. O Sistema Público Federal de Ensino e o Sistema Único de Saúde são os dois mais importantes patrimônios institucionais do povo brasileiro. Sempre atacados pela autocracia</u>	Neste parágrafo, é possível identificar a ADUA como enunciativa, corroborada pela assinatura ao final da nota. O enunciador destaca a importância de reafirmar a identidade da ADUA, recordando sua criação, em 1979, com o objetivo de defender a categoria docente e o direito à educação pública. Evidencia-se a tese central da nota, que é a afirmação de que o Estado brasileiro tem um papel a ser cumprido, que é de garantir ao seu povo o direito de acesso à educação, do nível Fundamental ao Superior”.

	<u>burguesa, estes dois sistemas universais têm sido o principal alvo do atual governo, com sua política econômica ultraneoliberal, de extrema direita e servil ao mando do capital.</u>	
Retomada da história e dialoga com o presente	Nesta semana, a partir do dia 30 de maio de 2022, a nossa Universidade Federal do Amazonas (UFAM) retoma de forma presencial as atividades de ensino ainda referentes ao segundo semestre letivo de 2021. Se os efeitos da pandemia de Covid-19 foram e continuam sendo devastadores para a vida da UFAM, não menos devastadoras têm sido para a Instituição as ações do governo federal, com sua política de ódio e metódica agressão ao Serviço Público, notadamente às professoras e aos professores das Universidades e Institutos Federais. Somente nos últimos três anos e cinco meses, as categorias do Serviço Público Federal acumulam uma perda salarial superior a 20%. Não bastasse esse arrocho, e como forma de escárnio, o governo federal anuncia mais um corte no orçamento da Educação Federal como forma de garantir uma alegada recomposição de míseros 5% no salário das servidoras e dos servidores. Enquanto isso, na república do vale tudo e do mais desinibido fisiologismo, sobra dinheiro no “orçamento secreto”.	O enunciador realiza uma breve retomada histórica e estabelece diálogo com o contexto social e político da produção da nota, apresentando dados concretos que situam a conjuntura no tempo e no espaço: o período de retomada das atividades presenciais na Ufam durante a pandemia de Covid-19. Ao mesmo tempo, a nota afirma que, em meio a essa conjuntura, a Ufam reiniciava suas atividades presenciais e enfrentava uma perda salarial docente superior a 20% em 2024, além de mais um corte no orçamento da educação federal
Análise da conjuntura	Se nos anos anteriores à pandemia, a UFAM já respirava com dificuldade, agora, com o recente corte no orçamento discricionário do Ministério da Educação (MEC), de R\$ 3,2 bilhões, em torno de 14,5% do orçamento das Universidades e Institutos Federais brasileiros, anunciado pelo governo federal em 27 de maio de 2022, poderemos entrar num quadro de inanição institucional, comprometendo atividades essenciais como ensino, pesquisa, extensão e, com a suspensão da assistência estudantil, expulsar da Instituição milhares de discentes, razão de ser do trabalho docente.	Os dados sustentam a denúncia sobre o corte orçamentário, com referência ao período anterior à pandemia, quando as universidades e institutos já enfrentavam dificuldades. Para ilustrar essa situação, o texto recorre a metáforas com termos de campo semântico biológico, como “respirava com dificuldade” e “quadro de inanição institucional”. Esses discursos reforçam a ideia de precarização crescente que poderia culminar na evasão estudantil, “razão de ser” do trabalho docente, que é o estudante.

Análise da conjuntura	Incorreremos todos em crime de omissão ou, para utilizar as palavras de Immanuel Kant, em “crime contra a natureza humana”, se não passarmos da indignação à ação comprometida e, como parte saudável da população brasileira, das instituições da República, organizações, dos movimentos, sindicatos, coletivos, centros e diretórios acadêmicos, organizar uma Frente Unitária de Resistência a esse desmonte criminoso das Universidades e Institutos Federais brasileiros. Não vamos no presente trair as conquistas das gerações que nos antecederam na luta e negar o futuro às gerações que nos sucederão. Esta nota, como parte da luta, será apenas uma nota se não fizer o caminho do texto aos becos, ruas e praças.	A nota mantém o tom analítico e conjuntural, posicionando a categoria docente como responsável pela mobilização contra os cortes no orçamento da educação. O texto enfatiza a necessidade de organização e unidade de luta entre diferentes entidades, destacando que essa nota integra o movimento coletivo de resistência, mas que sua força depende de ultrapassar os muros da universidade e alcançar a sociedade em geral.
Tese defendida	Os opressores não passarão. Vivem num presente sem futuro. Nós seguiremos firmes, professoras e professores, porque lutamos no presente e jamais cederemos o futuro aos que nos querem roubar vida e dignidade. Somos Servidoras Públicas e Servidores Públicos do Estado brasileiro e não serviçais de governos. Não lutamos por privilégios. Exigimos apenas que respeitem e reconheçam o valor do nosso trabalho docente e nos sejam garantidas condições dignas para fazê-lo como nos assegura a Constituição de 1988 que, em seu Artigo 1º materialmente, define a República Federativa do Brasil como Estado Democrático de Direito. Não pode ser democrático um Estado que sonega ao seu povo direitos fundamentais.	É reafirmada a tese central, ao colocar a categoria docente como resistente aos desmandos do governo, respondendo ao discurso que os rotula de “privilegiados” por serem servidores públicos.
Tese defendida	Repudiamos todas as agressões, ameaças e perseguições, de natureza física e ideológica, perpetradas pelos agentes do Estado brasileiro contra professoras e professores. Não há Serviço Público sem Servidoras Públicas e Servidores Públicos dignamente remuneradas e remunerados. Não há cidadania sem acesso à educação pública. Quem agride os direitos das Servidoras Públicas e dos	A nota retoma a argumentação de que os direitos fundamentais dos servidores públicos estão assegurados pela Constituição Federal, em tom de forte apelo argumentativo, com dados concretos para o convencimento de repúdio ao que se compreende como agressão a categoria docente.

	Servidores Públicos, agride o povo brasileiro.	
Mote ou fechamento	Abaixo todas as formas de mordação. Em defesa da liberdade pessoal e coletiva de ensinar e aprender! Em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Autônoma, Laica, de Qualidade e Socialmente Referenciada.	São destacadas palavras de ordem que orientam o pensamento e a ação na luta sindical. Tais expressões retomam enunciados já proferidos em outros contextos e por diferentes entidades, demarcando, assim, o posicionamento ideológico em relação às pautas que defende. Enunciados cuja marca é o uso da linguagem conotativa, com traços que evocam mobilização e indicação de quais princípios defendem/reivindicam, construídos com base nos direitos constituintes que asseguram democracia e serviços públicos. O tom imperativo em “abaixo todas as formas de mordação” é de comando sobre o que se almeja. A expressão “em defesa” não foi repetida sem um propósito, pois, reforma a ideia da luta por esses pontos que precisam ser enfatizados para dar continuidade de luta.
Local e data	Manaus (AM), 31 de maio de 2022	A publicação responde, a partir de seu conteúdo temático, a duas situações explicitamente mencionadas na nota: o corte orçamentário nas instituições federais de ensino superior, divulgado em 27 de maio de 2022, e a retomada das atividades presenciais na Ufam, anunciada para 30 de maio de 2022. O contexto era de pandemia de Covid-19, com início recente da vacinação (janeiro/2021) e persistência do movimento antivacina e baixa cobertura. Demarcar essas datas é importante movimento para compreender o contexto social, histórico, político e sanitário da produção desse discurso.
Assinatura	Diretoria da ADUA (Biênio 2020-2022)	A assinatura da diretoria confere à nota o caráter de autoria coletiva, legitimando-a como a voz institucional de uma entidade representativa da categoria docente.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

3.3 Análise de enunciado – Nota pública sindical 3

Leia a nota pública sindical na íntegra, seguida de sua respectiva análise.

Ditadura Nunca Mais!

Entidades democráticas e movimentos sociais se levantam, neste 1º de abril (data em que se completam os 59 anos do Golpe Militar-Empresarial no Brasil), a bandeira de luta DITADURA NUNCA MAIS. Nós, da ADUA, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, entoamos juntos esse grito que não deve nunca se calar!

Os regimes de exceção que dominaram (e dominam) vários países do mundo são expressões conjunturais do modo como o Estado burguês gerencia suas crises no sistema mundializado do capital. A extinção dos processos democráticos e dos direitos humanos, que resulta desses regimes governados de forma despótica, autoritária e totalitária – como o que ocorreu no Brasil pós-1964 –, nos remete a imagens de milhares de assassinatos, torturas e perseguições a pessoas e grupos resistentes que se negavam a viver essas duras experiências e à supressão da liberdade de expressão.

A população explorada e oprimida sentiu na carne os efeitos deletérios de insanos ditadores no exercício dos seus “podres poderes”, com peso maior sobre os movimentos sociais, profissionais liberais, estudantes, servidores(as) públicos(as) e trabalhadores(as) em geral que ousaram resistir e confrontar a ditadura, experienciando a brutalidade e desumanidade dos aparelhos repressivos.

No que se refere à Educação, a Ditadura Militar-Empresarial impôs um severo controle ideológico sobre os conteúdos curriculares, um viés tecnicista, e instituiu uma verdadeira operação de guerra contra professores, professoras, intelectuais, estudantes, pesquisadores e pesquisadoras, conforme a ADUA denunciou em reportagem disponível no site.

A conclamação do movimento docente universitário por DITADURA NUNCA MAIS representa a necessidade da retomada do processo de democratização da sociedade brasileira, abalada pelos mandos e desmandos do último governo. Essa mobilização nacional deve ser motivo de orgulho da categoria, que se identifica como classe trabalhadora. Ao lado de tantos outros movimentos sociais classistas e combativos, a ADUA se soma às lutas pela superação das desigualdades sociais e a construção de uma nova história, sem exploração e opressões, por um Brasil onde a liberdade, a igualdade e a fraternidade sejam muito mais que desideratos filosóficos legalmente formalizados.

**RETROCEDER NAS LUTAS CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS DURAMENTE CONQUISTADOS, JAMAIS!
SIGAMOS JUNTOS ATÉ A VITÓRIA!**

Manaus (AM), 31 de março de 2023
Diretoria da ADUA-Seção Sindical (biênio 2022-2024)

Na leitura da nota pública sindical “Ditadura Nunca Mais!”, emitida em 31 de março de 2023 pela ADUA, observa-se que, quanto à **construção composicional**, o enunciado segue a estrutura típica do gênero nota pública sindical, aqui organizando-se em sete (7) movimentos.

Primeiramente se destaca o **título** “*Ditadura Nunca Mais!*”, o qual é uma frase já muito conhecida e que se remete a um momento histórico vivido no Brasil, e que, enquanto enunciado, cumpre a função de ser direto e de sintetizar a mensagem central do discurso.

Logo no primeiro parágrafo é observada a abertura do texto, com identificação da **voz do enunciador** e do acontecimento que motiva o posicionamento no discurso.

Também é clara a marcação do tempo histórico com a referência ao 1º de abril, data que marca os 59 anos do golpe de 1964. Ainda que o ano da escrita não esteja explicitado no trecho inicial, o contexto permite identificar que se trata de 2023 ao observar também a data de publicação ao final da nota. A escolha dessa data tem forte carga simbólica. O dia 1º de abril é conhecido como “Dia da Mentira”, ao publicar a nota nesta data, a entidade demarca sua **voz enquanto enunciativa** e reforça o confronto à versão celebrada por setores militares e conservadores, que marcam a data histórica 31 de março e negam seu caráter antidemocrático. Assim, as escolhas, tanto o título quanto a data de publicação, fundamentam o posicionamento da entidade sindical e reafirmam a leitura do golpe como ruptura violenta da ordem democrática, e não como um “movimento revolucionário”, como ainda sustentam certos discursos institucionais.

Neste sentido, se compreende que o enunciado apresenta uma tomada de posição ideológica ao enfrentar a memória autoritária, mobilizando o enunciado coletivo “*DITADURA NUNCA MAIS*”, grafado em caixa alta, como forma de intensificar sua força discursiva. Conforme Bakhtin, trata-se de um enunciado dialógico, onde há polêmica velada, ou seja, um discurso permeado por ecos de outros dizeres, como se lê na explicação.

Na polêmica velada, o discurso do autor está orientado para o seu objeto, como qualquer outro discurso; neste caso, porém, qualquer afirmação sobre o objeto é construída de maneira que, além de resguardar seu próprio sentido objetivo, ela possa

atacar polemicamente o discurso do outro sobre o mesmo assunto e a afirmação do outro sobre o mesmo objeto. Orientado para o seu objeto, o discurso se choca no próprio objeto com o discurso do outro. Este último não se reproduz, é apenas subentendido; a estrutura do discurso seria inteiramente distinta se não houvesse essa reação ao discurso subentendido do outro (Bakhtin, 2010, p. 224).

No terceiro movimento é feita a exposição argumentativa construída nos quatro parágrafos sequenciais (2º, 3º, 4º e 5º parágrafos), nos quais se articulam: **retomada da história e análise da conjuntura**, abordando crítica ao modo como o Estado burguês atua por meio de regimes autoritários em diferentes contextos históricos e países; denúncia dos efeitos da ditadura na sociedade brasileira, com destaque ao campo educacional.

Destaca-se a crítica ao chamado “Estado burguês”, e uso de três adjetivos: “despótico”, “autoritário” e “totalitário”, empregados na caracterização do regime pós-1964. São escolhas que revelam a estilística da nota, marcada por uma linguagem combativa e ideologicamente engajada. Isso não é dito apenas pelo uso da palavra, mas correlacionado ao contexto dialógico, uma vez que não se destacou os termos fazendo uma retirada da nota, ou seja, do texto, mas se observa dentro desse campo de comunicação que é o sindical.

Outro elemento relevante é a articulação entre passado e presente. A nota menciona que a conclamação por “*Ditadura Nunca Mais*” também se refere ao período recente, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2022), em que houve exaltação ao regime militar e ataques às instituições democráticas. O texto destaca que a luta contra o autoritarismo ainda é atual, sendo necessário reafirmar o grito coletivo por democracia, como no trecho: “*A conclamação do movimento docente universitário por DITADURA NUNCA MAIS representa a necessidade da retomada do processo de democratização da sociedade brasileira, abalada pelos mandos e desmandos do último governo*”. Tal atualização do enunciado demonstra que o discurso é sempre situado historicamente, respondendo a outros discursos e sendo permeado por vozes sociais em tensão, conforme aponta Bakhtin (2010, p. 293): “Uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência”.

O dialogismo presente, com retomada explícita entre textos, uso de termos que remetem a *slogans* históricos de lutas democráticas, como “Ditadura Nunca Mais!”, “Sigamos juntos até a vitória!” e a valores iluministas conhecidos (liberdade, igualdade e a fraternidade), reforça o caráter ideológico e são compreendidos como discursos de polêmica velada, pois eles têm um direcionamento específico e demarcam posicionamento, reforçando esses elementos já ressignificados no discurso sindical como bandeiras de luta que integram o cotidiano desse campo.

No 6º parágrafo é identificada a defesa da **tese**, que neste projeto discursivo é o sentido do papel do sindicato docente como resistência no campo da educação. O discurso é concluído evocando os princípios da Revolução Francesa, atribuindo-lhes um sentido concreto e não apenas abstrato, conforme expresso no trecho: *“por um Brasil onde a liberdade, a igualdade e a fraternidade sejam muito mais que desideratos filosóficos legalmente formalizados”*.

Em seguida se observa a presença de **frase de efeito** ou **mote**, demarcado o fechamento do discurso, com caráter mobilizador, mediante o uso de palavras de ordem e reafirmação de princípios e valores coletivos, marcado por duas frases em caixa alta.

Destaca-se a indicação do **local** (Manaus), a **data de publicação** (31 de março de 2023), seguida da **assinatura da diretoria**, que demarca a autoria coletiva, em conformidade com a estrutura composicional frequentemente adotada no gênero. Neste sentido, Bakhtin (2016, p. 72) observa:

Todo texto tem um sujeito, um autor (o falante, ou quem escreve). Os possíveis tipos, modalidades e formas de autoria. Em certos limites, a análise linguística pode até abstrair inteiramente a autoria. A interpretação de um texto como modelo (os juízos modelares, os silogismos na lógica, as orações na gramática, a ‘comutação’ na linguística, etc.)”.

Tais recursos intensificam o tom conclamatório e mobilizador, ao mesmo tempo que dialogam com a tradição retórica de manifestos e documentos do movimento sindical.

Já quanto ao **estilo**, se observa que a composição discursiva alterna entre narração histórica, predominantemente afirmativa, com argumentação crítica e apelo mobilizador, recursos próprios da prática comunicativa de entidades

sindicais. Para tanto, são empregadas frases com caixa alta (letras maiúsculas) para chamar atenção, exclamações e linguagem injuntiva, reforçando a função formativa e instrutiva do gênero. Também se observam marcas linguísticas que evidenciam o caráter coletivo dos sujeitos a quem a nota se dirige, como o uso de termos: “*a nossa Universidade Federal do Amazonas*”, “*incorreremos todos em crime*”, “*nós seguiremos firmes, professores e professoras*”.

Com relação às características do vocabulário, se destacam termos relacionados à marcação política-ideológica, como: “*Estado burguês*”; “*efeitos deletérios*”; “*insanos ditadores*”; “*poderes podres*”; “*aparelhos repressivos*”. Vale lembrar que “*Um membro de um grupo falante nunca encontra previamente a palavra como uma palavra neutra da língua, isenta das aspirações e avaliações de outros ou despovoada das vozes dos outros*” (Bakhtin, 2010, p. 232).

Se observam os principais alvos da repressão no campo educacional por meio da expressão: “*verdadeira operação de guerra contra professores, professoras, intelectuais, estudantes, pesquisadores e pesquisadoras*”. Tal formulação contribui para reforçar o sentido de unidade entre as categorias que compõem o movimento universitário. Destaca-se o uso da flexão de gênero em “*professores e professoras*”, “*pesquisadores e pesquisadoras*”, evidenciando uma escolha intencional em favor da visibilidade e paridade de gênero.

Deste modo, a entidade sindical se inscreve no enunciado como parte da classe trabalhadora, alinhando-se a um projeto de superação das desigualdades sociais. Essa autoidentificação aparece também no **conteúdo temático**, evidenciando seu caráter ideológico e combativo, ao estar ancorado na crítica aos regimes autoritários e na afirmação do compromisso do movimento sindical docente com a democracia. Trata-se de um posicionamento claro da entidade em relação ao período da Ditadura Militar-Empresarial no Brasil (1964–1985).

Ainda em relação ao **conteúdo temático**, verifica-se que a nota resgata a memória histórica do regime ditatorial como instrumento de repressão e supressão de direitos, aborda também os efeitos desse período sobre a educação, destacando o controle ideológico, a repressão a professores, estudantes e intelectuais, bem como a imposição de um modelo educacional tecnicista. Em uma análise bakhtiniana, esse ponto de vista histórico deve ser levado em consideração (Bakhtin, 2010). A seguir é feita sistematização da análise.

Quadro 10 – Análise da nota pública sindical 3

Estrutura composicional	Enunciado	Movimentos
Título	<i>“Ditadura Nunca Mais!”</i>	Este título é uma frase já muito conhecida, reproduzida, muitas vezes, como <i>um slogan</i>, em que se configura um protesto e remete a um momento histórico vivido no Brasil. É um enunciado que cumpre a função de ser direto e de sintetizar a mensagem, anunciando o tema central do conteúdo. Não há a expressão “Nota Pública da...”, ainda assim, ao ler o texto, é possível reconhecer que se trata de uma nota pública, não apenas pelo título e conteúdo, mas também pela estrutura composicional, formando um conjunto característico. Compreende-se que “Ditadura Nunca Mais!” funciona como um grito coletivo de entidades democráticas, movimentos sociais, estudantis, populares e sindicais, entre eles a ADUA, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional.
1º parágrafo Voz do sujeito enunciador	<i>Entidades democráticas e movimentos sociais se levantam, neste 1º de abril (data em que se completam os 59 anos do Golpe Militar-Empresarial no Brasil), a bandeira de luta DITADURA NUNCA MAIS. Nós, da ADUA, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, entoamos juntos esse grito que não deve nunca se calar!</i>	Predomina a voz coletiva da entidade (ADUA), expressa em primeira pessoa do plural (“nós, da ADUA... entoamos juntos esse grito”). Trata-se de um discurso direto da própria instituição, sem mediação de outra voz. A expressão “Ditadura Nunca Mais!” pode ser considerada como a citação de um enunciado cristalizado da luta democrática, amplamente difundido socialmente, aqui retomado para reforçar o posicionamento político da nota. Além da identificação por logotipos ou outras marcas visuais que indicam a autoria e a responsabilidade política pelo enunciado, observa-se que o primeiro parágrafo da nota desempenha papel fundamental. Neste exemplo, se apresenta a ideia central do texto, que pode mobilizar o prosseguimento da leitura.
2º parágrafo Retomada da história	<i>Os regimes de exceção que dominaram (e dominam) vários países do mundo são expressões conjunturais do modo como o</i>	São expostos argumentos que sustentam ou explicam o posicionamento final, que pode reforçar a posição de repudiar,

Análise da conjuntura	<i>Estado burguês gerencia suas crises no sistema mundializado do capital. A extinção dos processos democráticos e dos direitos humanos, que resulta desses regimes governados de forma despótica, autoritária e totalitária – como o que ocorreu no Brasil pós-1964 –, nos remete a imagens de milhares de assassinatos, torturas e perseguições a pessoas e grupos resistentes que se negavam a viver essas duras experiências e à supressão da liberdade de expressão.</i>	condenar, solicitar ou exigir ações relacionadas ao conteúdo tratado.
3º parágrafo Retomada da história Análise da conjuntura	<i>A população explorada e oprimida sentiu na carne os efeitos deletérios de insanos ditadores no exercício dos seus “podres poderes”, com peso maior sobre os movimentos sociais, profissionais liberais, estudantes, servidores(as) públicos(as) e trabalhadores(as) em geral que ousaram resistir e confrontar a ditadura, experienciando a brutalidade e desumanidade dos aparelhos repressivos.</i>	A expressão “podres poderes” lembra a canção Podres Poderes, lançada em 1984, por Caetano Veloso, faz referências veladas às questões sociais e políticas no Brasil.
4º parágrafo Retomada da história Análise da conjuntura	<i>No que se refere à Educação, a Ditadura Militar-Empresarial impôs um severo controle ideológico sobre os conteúdos curriculares, um viés tecnicista, e instituiu uma verdadeira operação de guerra contra professores, professoras, intelectuais, estudantes, pesquisadores e pesquisadoras, conforme a ADUA denunciou em reportagem disponível no site.</i>	“Ditadura Militar-Empresarial” é um conceito já estabelecido em discursos acadêmicos, políticos e sociais, neste sentido refrata outras vozes alheias ao mesmo tempo em que se apõe àqueles que não compreendem esse período como golpe de Estado, mas sim como salvação do país, seguindo uma visão discursiva que não compactua com o discurso onde se produz essa nota no campo discursivo da comunicação sindical.
5º parágrafo Momento histórico atual	<i>A conclamação do movimento docente universitário por DITADURA NUNCA MAIS representa a necessidade da retomada do processo de democratização da sociedade brasileira, abalada pelos mandos e desmandos do último governo.</i>	Tece relações entre passado e presente, localiza historicamente o contexto em que o movimento universitário reverbera a posição contra a Ditadura Militar-Empresarial.
6º parágrafo Tese defendida Argumentos em prol da defesa de um ponto de vista	<i>Essa mobilização nacional deve ser motivo de orgulho da categoria, que se identifica como classe trabalhadora. Ao lado de tantos outros movimentos sociais classistas e combativos, a ADUA se soma às lutas pela superação das desigualdades sociais e a construção de uma nova história, sem exploração e opressões, por um Brasil onde a liberdade, a igualdade e a fraternidade sejam</i>	O título já antecipa o tema central do conteúdo. No início do texto, há uma introdução em que, normalmente, se apresenta o contexto ou a motivação para a emissão da nota. No caso analisado, depreende-se que a motivação é a mobilização nacional docente contra a ditadura. Aqui a tese é claramente defendida.

	<i> muito mais que desideratos filosóficos legalmente formalizados.</i>	Nesse trecho, os termos “liberdade, igualdade e fraternidade” retomam o lema da Revolução Francesa. Já a formulação “DITADURA NUNCA MAIS” constitui-se como um enunciado cristalizado no espaço público, amplamente repetido por movimentos sociais desde a redemocratização. Ao retomá-lo, a ADUA incorpora um discurso alheio, reforçando sua dimensão coletiva e histórica.
Frase de efeito	<i>RETROCEDER NAS LUTAS CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS DURAMENTE CONQUISTADOS, JAMAIS!</i>	A retomada de discurso alheio também se evidencia nos trechos. Ambos foram grafados propositalmente em caixa alta, funcionando como um grito de mobilização em tom de palavra de ordem. Esses enunciados podem ser compreendidos como citações coletivas do repertório discursivo dos movimentos sociais. Marcado pela linguagem enfática, onde existe uma ideia bem clara, que é resistir diante de tentativas de retiradas de “direitos duramente conquistados”, o que configuraria um retrocesso, reafirmando uma posição ideológica, firme, que remete a mobilização da classe trabalhadora historicamente construída. O uso da palavra “jamais” (advérbio) ao final da frase causa esse impacto, de ênfase, diferentemente se ele fosse empregado no início da frase, de forma direta. Ao mesmo tempo há um comando de ação coletiva para que ninguém recue e o uso da exclamação final que reforça o efeito de força e resistência.
Local e data da emissão	<i>Manaus (AM), 31 de março de 2023</i>	As informações de local e data, fundamentais para situar a emissão da nota em seu tempo e espaço.
Assinatura	<i>Diretoria da ADUA-Seção Sindical (biênio 2022-2024) Logo da entidade</i>	Identifica-se o sujeito responsável pela autoria da nota, seja pela indicação da entidade, da presidência, do logotipo ou de outras marcas visuais. No caso analisado, verifica-se que a autoria é atribuída à Diretoria Executiva, acompanhada da informação sobre o período de gestão e do logotipo da entidade.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

3.4 Análise de enunciado – Nota pública sindical 4

15 de outubro de 2024: Pelo caminho da práxis, seguir na luta em defesa da categoria docente e da educação como direito fundamental do povo brasileiro

"Todos querem a mudança, mas os processos adotados não levam a esse resultado: a máquina roda no vazio, tal qual uma moenda sem a matéria para espremer, ou a fiandeira sem o fio para rodar. É o caso da prolífera legislação (educacional brasileira). O que falta à nossa engrenagem é o dente assentado na polpa da realidade: é o método da práxis. (Afinal), no Brasil, país que se desconhece a si mesmo, a educação não se baseia na práxis" (Durmeval Trigueiro Mendes).

Nossa ADUA, em seus 45 anos (a serem comemorados no dia 28 de outubro de 2024) tecidos de luta e resistência, vem reafirmar, por meio de sua Diretoria, neste dia 15 de outubro de 2024, a defesa da dignidade e da vida de cada professora e de cada professor da Universidade Federal do Amazonas.

15 de outubro para nós, trabalhadoras e trabalhadores da educação, mais do que um dia comemorativo, é DIA DE LUTA. Ao honrar a memória de nosso educador maior, Paulo Freire (1921-1997), Patrono da Educação Brasileira, afirmamos a educação como prática dialógica e coletiva da liberdade da classe trabalhadora brasileira. Por viverem num presente sombrio e sem futuro, os opressores não passarão. Nós, seguiremos firmes, professoras e professores, porque lutamos no presente e jamais cederemos o futuro aos que nos querem roubar vida e dignidade.

Não lutamos por privilégios. Exigimos apenas que respeitem e reconheçam o valor do nosso trabalho docente e nos sejam garantidas condições dignas para fazê-lo como nos assegura a Constituição de 1988. Aos 300 anos do nascimento de Immanuel Kant, fazemos nossas suas acutilantes palavras ao inscrever nas páginas da história que negar ao povo o direito à educação configura "um crime de lesa natureza humana". Mais: "significa ferir e calcar aos pés os sagrados direitos da humanidade". Somente nos honra, como professoras e professores, seguir na defesa desses direitos, porque é na luta que construímos a esperança.

Por fim, continuaremos a repudiar, neste dia 15 de outubro de 2024, as agressões, ameaças e perseguições, de natureza física e ideológica, perpetradas pelos artífices do caos, do ódio e da mentira, contra professoras e professores.

Abaixo todas as formas de mordação.

Em defesa da liberdade pessoal e coletiva de ensinar e aprender!

Em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Laica, de Qualidade e Socialmente Referenciada!

Diretoria da ADUA (biênio 2022-2024)

Manaus (AM), 15 de outubro de 2024

A nota em questão, intitulada “*15 de outubro de 2024: Pelo caminho da práxis, seguir na luta em defesa da categoria docente e da educação como direito fundamental do povo brasileiro*” segue a estrutura típica do gênero nota pública na comunicação sindical, tendo a construção composicional marcada por uma alternância entre exposição **argumentativa**, **evocação memorial**, **denúncia e apelo à ação**.

É importante a identificação e manutenção de uma estrutura relativamente estável desse gênero de discurso de modo que o interlocutor possa identificar que se trata deste gênero especificamente e não de outro. Neste sentido, se observa que a organização interna do enunciado segue uma construção composicional relativamente estável do que se compreende como nota pública sindical, como, por exemplo, o **título** da nota, o qual anuncia seu conteúdo temático ao fazer referência ao 15 de outubro, data nacionalmente reconhecida como o Dia dos Professores, indicando desde o início a valorização da categoria docente.

Essa valorização, no entanto, não se restringe a um pensamento teórico ou a uma celebração simbólica: o título convoca à ação, evocando a constituição de um pensamento que mobiliza para a práxis. Trata-se de uma chamada para que a prática docente ultrapasse os limites do individual e se projete coletivamente, ou seja, do micro para o macro, do interior para o exterior, numa luta que é, ao mesmo tempo, pela valorização docente e pela defesa do direito à educação de todo o povo brasileiro. Essa perspectiva se concretiza na formulação do título: “*Pelo caminho da práxis, seguir na luta em defesa da categoria docente e da educação como direito fundamental do povo brasileiro*”.

Na sequência, o enunciado apresenta uma citação alinhada à esquerda da página, a qual confere de autoridade intelectual ao fazer referência a Durmeval Trigueiro Mendes, a partir de um trecho extraído da obra *Existe uma Filosofia da Educação Brasileira?* presente na obra *Filosofia da Educação Brasileira* (1998). O trecho selecionado critica a dissociação entre teoria e prática na educação brasileira e reivindica o “*método da práxis*” como caminho para uma educação transformadora:

Todos querem a mudança, mas os processos adotados não levam a esse resultado: a máquina roda no vazio, tal qual uma

moenda sem a matéria para espremer, ou a fiandeira sem o fio para rodar. É o caso da prolífera legislação (educacional brasileira). O que falta à nossa engrenagem é o dente assentado na polpa da realidade: é o método da práxis. (Afinal), no Brasil, país que se desconhece a si mesmo, a educação não se baseia na práxis (Mendes, 1998, p. 61).

Essa citação introduz a crítica à formulação de políticas educacionais abstratas, desconectadas da realidade concreta do país. A imagem da “*fiandeira sem fio*” ilustra essa alienação, enquanto a metáfora da engrenagem sem o “*dente assentado na polpa da realidade*” enfatiza a necessidade de compromisso com as contradições sociais e históricas do Brasil.

Reitera-se que esta forma de inserção do discurso do outro no enunciado é um recurso em que Bakhtin chama de vozes alheias, havendo, uma indicação clara entre o discurso que é citado, colocado em epígrafe, por exemplo, e o que de certa forma dialoga internamente com esse discurso. Cabe aqui trazer a perspectiva de Bakhtin em que esclarece que esse tipo de discurso demarca a inserção de vozes alheia no discurso, pois, “onde não há uma forma adequada à expressão imediata das ideias do autor tem-se de recorrer à refração dessas ideias no discurso de um outro” (2010, p. 220).

No primeiro parágrafo, se observa o terceiro movimento, que se trata da apresentação direta da **voz do enunciador**, demarcando que a publicação ocorreu por ocasião da celebração do Dia dos Professores, tendo a centralidade na valorização da docência e da educação pública como direito fundamental, de modo que articule memórias, reivindicações da categoria docente e a reafirmação da identidade da ADUA como entidade sindical combativa, com 45 anos de atuação.

Em seguida, é realizado o quarto movimento, que se trata de sequência argumentativa e autoafirmação institucional, composta por dois parágrafos, onde se observa a **retomada de pontos históricos** pertinentes a dialogar com a **análise de conjuntura** atual.

Ao mobilizar referências filosóficas, pedagógicas e jurídicas para sustentar sua argumentação, o texto convoca vozes como as de Durmeval Trigueiro Mendes, Paulo Freire, Immanuel Kant e da Constituição Federal de 1988. Essas vozes se inserem em uma cadeia discursiva, entrelaçando-se e conferindo autoridade ao enunciado, contribuindo para a denúncia de agressões

físicas e ideológicas contra docentes, bem como para a defesa da liberdade de cátedra, da universidade pública e dos direitos sociais constitucionalmente garantidos.

Acredita-se que estas referências se configuram como discurso direto, que apontam para a construção de um discurso coeso em suas ideias, que de certo modo dialogam, complementando-se sem criar uma polêmica em que mostrem posicionamentos de vozes diferentes. Muito pelo contrário, apontam para uma coesão no posicionamento, uma conciliação de ideias. Neste sentido, se observa o que diz Bakhtin (2010, p. 216):

Mas um autor pode usar o discurso de um outro para os seus fins pelo mesmo caminho que imprime nova orientação semântica ao discurso que já tem sua própria orientação e a conserva. Nesse caso, esse discurso, conforme a tarefa, deve ser sentido como o de um outro.

Posteriormente se tem a defesa da **tese**, identificada no último parágrafo, a qual dá ênfase ao repúdio às agressões contra a categoria docente. Em seguida, há o fechamento enfático e apelativo, que encerra o discurso com uso de frases de efeito, reafirmação de princípios fundamentais. O enunciado reitera seu posicionamento político com frases de ordem e reafirmação de princípios. Essa forma de encerrar a nota pública sindical reafirma o discurso do gênero como ato de linguagem e resistência, como práxis discursivas que materializa o projeto político da classe trabalhadora por meio da palavra.

Como últimos elementos na construção composicional deste gênero, se observa a indicação da diretoria que **assina** o documento, acompanhada **de local e data de emissão**. Nessa forma de autoria (a assinatura), não se expressam as palavras de um indivíduo ou apenas da diretoria, mas sim o posicionamento discursivo de toda uma categoria, representada de maneira organizada e coletiva.

Quanto ao **estilo** da nota, este é marcado por um tom combativo, coletivo e ideologicamente engajado, típico do discurso militante sindical. Essa orientação estilística se manifesta em marcas linguísticas, como no segundo parágrafo: *“Nós, seguiremos firmes, professoras e professores, porque lutamos no presente e jamais cederemos o futuro aos que nos querem roubar vida e dignidade”*.

Se observa o uso reiterado da primeira pessoa do plural, como em “*nossa ADUA*” e “*para nós, trabalhadoras e trabalhadores da educação*”, que constrói uma voz coletiva. Nota-se ainda o uso de caixa alta, como em “*DIA DE LUTA*”, com função de enfatizar valorativamente a expressão.

A frase “*Não lutamos por privilégios*” reaparece como um enunciado recorrente em notas anteriores e em discursos públicos do movimento docente, dialogando com outras construções similares, como “*fascistas não passarão*” ou “*machistas não passarão*”, mesmo quando estas não estão explicitamente presentes na nota, mas evocadas pela memória discursiva do repertório de seus interlocutores.

Se destaca ainda a inserção de citação das palavras de Immanuel Kant entre aspas, como: “um crime de lesa natureza humana”; “significa ferir e calcar aos pés os sagrados direitos da humanidade”. Também se observa o uso da primeira pessoa no plural, como por exemplo em “fazemos nossas” e “nos honra”, conferindo uma coletividade da autoria nessa nota.

Destaca-se ainda que o discurso como arma: “*suas acutilantes palavras*” sustentam que é crime “*negar ao povo o direito à educação*”. Esse recurso enfatiza o valor da palavra como instrumento de denúncia.

Em Fiorin (2008, p. 46), se tem a explicação de que para Bakhtin o estilo é um conjunto de particularidades que cria uma imagem do falante, sendo assim entendido como:

o conjunto de procedimentos de acabamento de um enunciado. Portanto, são os recursos empregados para elaborá-lo, que resultam de uma seleção dos recursos lingüísticos à disposição do enunciador. Isso significa que o estilo é o conjunto de traços fônicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, enunciativos, discursivos, etc., que definem a especificidade de um enunciado e, por isso, criam um efeito de sentido de individualidade.

Essas escolhas estilísticas não apenas revelam, mas constroem a identidade discursiva da ADUA como sujeito coletivo comprometido com a educação pública, pela liberdade de ensino e pela dignidade do trabalho docente.

É disponibilizado, a seguir, a análise e identificação desses elementos de forma sistematizada e a complementar essa análise feita nas linhas anteriores.

Quadro 11- Análise da nota pública 4

Estrutura composicional	Enunciado	Movimento
Título	15 de outubro de 2024: Pelo caminho da práxis, seguir na luta em defesa da categoria docente e da educação como direito fundamental do povo brasileiro	Faz referência à data 15 de outubro, nacionalmente reconhecida como o Dia dos Professores, e evoca a ação de luta e reflexão em defesa da categoria docente, principal bandeira de mobilização da entidade que emitiu a nota, apontando um direcionamento de ação.
Epígrafe	"Todos querem a mudança, mas os processos adotados não levam a esse resultado: a máquina roda no vazio, tal qual uma moenda sem a matéria para espremer, ou a fiandeira sem o fio para rodar. É o caso da prolífera legislação (educacional brasileira). O que falta à nossa engrenagem é o dente assentado na polpa da realidade: é o método da práxis. (Afinal), no Brasil, país que se desconhece a si mesmo, a educação não se baseia na práxis" (Durmeval Trigueiro Mendes).	Trata-se de mais uma nota que apresenta uma epígrafe, uma citação cuja função é embasar a crítica à formulação de políticas educacionais desconectadas da realidade concreta do país. Essa escolha discursiva permite trazer uma voz exterior ao enunciado, de modo a fundamentar e corroborar o que será desenvolvido no projeto discursivo.
Voz do enunciador	Nossa ADUA, em seus 45 anos (a serem comemorados no dia 28 de outubro de 2024) tecidos de luta e resistência, vem reafirmar, por meio de sua Diretoria, neste dia 15 de outubro de 2024, a defesa da dignidade e da vida de cada professora e de cada professor da Universidade Federal do Amazonas. 15 de outubro para nós, trabalhadoras e trabalhadores da educação, mais do que um dia comemorativo, é DIA DE LUTA.	O enunciador se apresenta dentro desse discurso, trazendo informações sobre seu tempo de atuação, o que lhe confere respaldo, experiência e renome. O enunciado no tempo presente com a data comemorativa destacada ao utilizar a primeira pessoa do plural, como em "nossa ADUA", enfatiza que essa escolha reflete a construção da identidade discursiva da ADUA como sujeito coletivo comprometido com a luta pela dignidade do trabalho docente.
Retomada da história	Ao honrar a memória de nosso educador maior, Paulo Freire (1921-1997), Patrono da Educação Brasileira, afirmamos a educação como prática dialógica e coletiva da liberdade da classe trabalhadora brasileira. Por viverem num presente sombrio e sem futuro, os opressores não passarão. Nós, seguiremos firmes, professoras e professores, porque lutamos no presente e jamais cederemos o futuro aos que nos querem roubar vida e dignidade.	O texto retoma a história para sustentar a argumentação, apresentando como teórico norteador de suas bases ideológicas o educador Paulo Freire e mobiliza outros projetos discursivos, como a expressão "os opressores não passarão".
Análise de conjuntura	Não lutamos por privilégios. Exigimos apenas que respeitem e reconheçam o valor do nosso	Há ainda a inserção de citações de Immanuel Kant, que sustentam ser um crime "negar ao povo o direito à

	trabalho docente e nos sejam garantidas condições dignas para fazê-lo como nos assegura a Constituição de 1988. Aos 300 anos do nascimento de Immanuel Kant, fazemos nossas suas acutilantes palavras ao inscrever nas páginas da história que negar ao povo o direito à educação configura “um crime de lesa natureza humana”. Mais: “significa ferir e calcar aos pés os sagrados direitos da humanidade”. Somente nos honra, como professoras e professores, seguir na defesa desses direitos, porque é na luta que construímos a esperança.	educação”. Esse recurso exemplifica o uso da metáfora e enfatiza o valor da palavra como instrumento de denúncia e resistência.
Tese defendida	Por fim, continuaremos a repudiar, neste dia 15 de outubro de 2024, as agressões, ameaças e perseguições, de natureza física e ideológica, perpetradas pelos artífices do caos, do ódio e da mentira, contra professoras e professores.	O título e os parágrafos anteriores são construídos de modo a sustentar a tese defendida, que é o repúdio a qualquer tipo de violência contra professores. Essas escolhas estilísticas constroem a identidade discursiva da ADUA como sujeito coletivo.
Frase de efeito	Abaixo todas as formas de mordaza. Em defesa da liberdade pessoal e coletiva de ensinar e aprender! Em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Laica, de Qualidade e Socialmente Referenciada!	A nota reitera o posicionamento político do enunciador, por meio de frases que reafirmam seus princípios, materializando discursivamente o projeto político da classe trabalhadora onde é inserida É marcada pela linguagem conotativa, com traços que evocam mobilização e indicação de princípios construídos com base nos direitos, que asseguram democracia e serviços públicos. Há um tom imperativo em “abaixo”. A expressão “em defesa” não foi repetida sem um propósito, pois, reafirma a ideia da luta por esses pontos que precisam ser enfatizados.
Assinatura	Diretoria da ADUA (biênio 2022-2024)	É informada a autoria coletiva da nota, enfatizando, portanto, que se trata de um posicionamento discursivo representativo de uma categoria organizada.
Local e data	Manaus (AM), 15 de outubro de 2024	Essas informações encerram a construção composicional do gênero, reforçando o vínculo entre forma e conteúdo. A data de publicação coincide com a data valorizada pelo conteúdo, característica relevante desse gênero, cuja circulação e divulgação costumam estar alinhadas.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

3.5 Análise de enunciado – Nota pública sindical 5

Dia de Luta da Classe Trabalhadora

1º de maio de 2025 - Dia Especial de Luta da Classe Trabalhadora. Dia de afirmar os direitos fundamentais e a ontologia social de cada trabalhadora e de cada trabalhador. Dia de afirmar o poder formativo da categoria trabalho. Dia de afirmar que o método da luta de classes é a condição necessária para a organização e a formação da consciência de classe.

O dominante discurso ideológico da burguesia parasitária prefere falar em dia do trabalho, separado da classe trabalhadora, a única classe que produz riqueza. Como falar em dia do trabalho abstraído de mãos e mentes que trabalham? Como celebrar, como quer a autocracia burguesa, o dia do trabalho abstraído das condições históricas da alienação e da exploração que subtraem vida à classe trabalhadora?

Sob os grilhões da exploração capitalista só há lugar para o trabalho convertido em mercadoria, expropriado de sua potência humanizadora e educativa. Recuperar o trabalho como princípio educativo da classe trabalhadora está entre as condições incontornáveis da luta de classes.

Para a dominação burguesa, com seu desejo doentio de posse e, nas palavras de Paulo Freire, com seu “apetite do êxito pessoal”, só interessa o trabalho enquanto trabalho alienado, tanto em sua efetivação abstrata quanto concreta. Para essa consciência apequenada, que a tudo venaliza, os dramas da classe trabalhadora nunca contam.

O trabalho, segundo o Mouro de Trier, “(...) é uma condição da existência humana independentemente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre homem e natureza e, portanto, a própria vida humana”.

Para a classe que vive do trabalho e para a única Filosofia (o materialismo histórico e dialético) que afirma o trabalho como categoria fundante do ser social, é somente pelo trabalho positivamente humano que mulheres e homens podem transformar-se a si mesmos e ao mundo.

Vale, nessa Nota Manifesto da ADUA, incluir oito das 21 reivindicações que há exatos 124 anos Euclides da Cunha (a quem Antonio Candido considerava um “quase iluminado”) publicara no dia primeiro de maio de 1901 em O Proletário, ainda hoje pouco conhecidas e divulgadas (seguramente em razão de sua natureza socialista):

II – Escolas gratuitas, com ensino leigo e obrigatório para todas as crianças, sem distinção de sexo, de cor e de nacionalidade, tendo as crianças pobres todo o necessário para frequentar as escolas: roupa, comida, cuidados médicos, farmácia etc.;

III – Estabelecimentos apropriados para recolher os inválidos do trabalho, pobres, velhos e defeituosos, dando-lhes com abundância roupa, comida, médico, farmácia etc., para não irem morrer nas enxergas dos hospitais e nos adros das igrejas, ou nas calçadas das ruas, implorando aviltadora caridade, ministrada pelos ricos, e remédios;

IV – Emancipação da mulher, reconhecendo-lhes iguais direitos e iguais deveres aos do homem, inclusive o de votar e ser votadas;

V – Impostos diretos e pesadíssimos sobre a renda;

IX – Proporcionar a preços módicos a cada família uma casa confortável para sua residência;

X – Fornecer água e luz grátis a todos em geral;

XII – Justiça gratuita para todos;

XX – Pensão aos inválidos do trabalho.

Por isso, o Dia da Classe Trabalhadora deve ser mais um dia de luta, para afirmar que a porta de saída da exploração passa pela organização e consciência da classe trabalhadora.

Vida longa à luta da classe trabalhadora!

Somente a luta muda a vida!

Diretoria da ADUA – Seção Sindical (gestão 2024-2026)
Manaus (AM), 1º de maio de 2025

Imagem 22 – Print de arquivo de nota pública sindical em PDF

NOTA DA ADUA

DIA DE LUTA DA CLASSE TRABALHADORA

1º de maio de 2025 - Dia Especial de Luta da Classe Trabalhadora. Dia de afirmar os direitos fundamentais e a ontologia social de cada trabalhadora e de cada trabalhador. Dia de afirmar o poder formativo da categoria trabalho. Dia de afirmar que o método da luta de classes é a condição necessária para a organização e a formação da consciência de classe.

O dominante discurso ideológico da burguesia parasitária prefere falar em dia do trabalho, separado da classe trabalhadora, a única classe que produz riqueza. Como falar em dia do trabalho abstraído de mãos e mentes que trabalham? Como celebrar, como quer a autocracia burguesa, o dia do trabalho abstraído das condições históricas da alienação e da exploração que subtraem vida à classe trabalhadora?

Sob os grilhões da exploração capitalista só há lugar para o trabalho convertido em mercadoria, expropriado de sua potência humanizadora e educativa. Recuperar o trabalho como princípio educativo da classe trabalhadora está entre as condições incontornáveis da luta de classes.

Para a dominação burguesa, com seu desejo doentio de posse e, nas palavras de Paulo Freire, com seu “apetite do êxito pessoal”, só interessa o trabalho enquanto trabalho alienado, tanto em sua efetivação abstrata quanto concreta. Para essa consciência apequenada, que a tudo venaliza, os dramas da classe trabalhadora nunca contam.

O trabalho, segundo o Mouro de Trier, “(...) é uma condição da existência humana independentemente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre homem e natureza e, portanto, a própria vida humana”.

Para a classe que vive do trabalho e para a única Filosofia (o materialismo histórico e dialético) que afirma o trabalho como categoria fundante do ser social, é somente pelo trabalho positivamente humano que mulheres e homens podem transformar-se a si mesmos e ao mundo.

Vale, nessa Nota Manifesto da ADUA, incluir oito das 21 reivindicações que há exatos 124 anos Euclides da Cunha (a quem Antonio Candido considerava um “quase iluminado”) publicara no dia primeiro de maio de 1901 em O Proletário, ainda hoje pouco conhecidas e divulgadas (seguramente em razão de sua natureza socialista):

II – Escolas gratuitas, com ensino leigo e obrigatório para todas as crianças, sem distinção de sexo, de cor e de nacionalidade, tendo as crianças pobres todo o necessário para frequentar as escolas: roupa, comida, cuidados médicos, farmácia, etc., etc.

III – Estabelecimentos apropriados para recolher os inválidos do trabalho, pobres, velhos e defeituosos, dando-lhes com abundância roupa, comida, médico, farmácia, etc., para não irem morrer nas enxergas dos hospitais e nos adros das igrejas, ou nas calçadas das ruas, implorando aviltadora caridade, ministrada pelos ricos, e remédios.

IV – Emancipação da mulher, reconhecendo-lhes iguais direitos e iguais deveres aos do homem, inclusive o de votar e ser votadas.

V – Impostos diretos e pesadíssimos sobre a renda.

IX – Proporcionar a preços módicos a cada família uma casa confortável para sua residência.

X – Fornecer água e luz grátis a todos em geral.

XII – Justiça gratuita para todos.

XX – Pensão aos inválidos do trabalho.

Por isso, o Dia da Classe Trabalhadora deve ser mais um dia de luta, para afirmar que a porta de saída da exploração passa pela organização e consciência da classe trabalhadora.

Vida longa à luta da classe trabalhadora! Somente a luta muda a vida!

Diretoria da ADUA – Seção Sindical do ANDES-SN
(biênio 2024-2026)

01 de maio de 2025



A nota pública sindical intitulada “Dia de Luta da Classe Trabalhadora”, emitida pela ADUA em 1º de maio de 2025, tem sua **construção composicional** composta por: título; voz do enunciador; retomada histórica e análise da conjuntura; tese; frase de efeito (ou mote); assinatura, local e data de publicação

Quanto ao **título**, este tem um valor simbólico ligado à data política a que se refere e anuncia o tema central que será desenvolvido ao longo do projeto discursivo. Já no primeiro parágrafo se identifica a **voz do enunciador** que enfatiza a importância da data 1º de maio para a classe trabalhadora. A forma como essa data é significada no movimento sindical opõe-se à concepção limitada ao feriado legalmente denominado “Dia do Trabalho”, instituído no Brasil pelo Decreto nº 24.637, no governo de Arthur Bernardes, em 1924. Deste modo, o enunciado é uma resposta ao discurso de “Dia do Trabalho”, pois o significado que o discurso reafirma é aquele que se aproxima da data com seu caráter de luta e memória, uma vez que, no contexto sindical, o 1º de maio remonta aos atos de Chicago, em 1886, quando trabalhadores reivindicaram melhores condições de trabalho e a redução da jornada de treze para oito horas diárias.

No campo sindical, o 1º de maio é mais do que um feriado: é uma data de mobilização. Embora a nota não apresente explicitamente esse resgate histórico, tal dimensão é sugerida pelo enunciado: “1º de maio de 2025 – Dia Especial de Luta da Classe Trabalhadora” inserida no contexto sindical, em que tal escolha fraseológica já faz essa indicação, mas é necessário ter repertório de informações (e o contexto) sobre esse conteúdo para imediata compreensão. Essa perspectiva é reforçada no decorrer da nota, mas aqui destaca-se o primeiro parágrafo: *“Dia de afirmar os direitos fundamentais e a ontologia social de cada trabalhadora e de cada trabalhador. Dia de afirmar o poder formativo da categoria trabalho. Dia de afirmar que o método da luta de classes é a condição necessária para a organização e a formação da consciência de classe”*.

Esse pensamento vai se construindo do segundo ao quarto parágrafo de modo a realizar a **retomada histórica e diálogo com a conjuntura** atual. No segundo parágrafo, a nota contrapõe a concepção sindical à visão dominante, como em: *“O dominante discurso ideológico da burguesia parasitária prefere falar em dia do trabalho, separado da classe trabalhadora, a única classe que produz riqueza. Como falar em Dia do Trabalho abstraído de mãos e mentes que trabalham?”*

Essa reflexão fundamenta-se na perspectiva bakhtiniana de compreensão responsiva do enunciado, segundo a qual a nota pode ser entendida como uma resposta a outros discursos anteriormente emitidos.

A partir do momento em que determinados sujeitos, que constituem e vivenciam o campo da comunicação sindical, compartilham valores e posicionamentos comuns, como no caso específico da nota, em que há distinção ideológica entre “Dia do Trabalho” e “Dia da Trabalhadora e do Trabalhador”, constrói-se o grau de compreensão do enunciado. Nesse sentido, destaca-se a explicação de Bakhtin (2016, p. 25): “toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante”.

Há também da nota exemplificada algumas referências teóricas, como a citação de Paulo Freire, e menções diretas a Karl Marx, identificado como “Mouro de Trier” cuja explicação sobre o trabalho é apresentada no terceiro parágrafo: *“(...) é uma condição da existência humana independentemente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre homem e natureza e, portanto, a própria vida humana”*.

O projeto discursivo pressupõe que o leitor tenha conhecimento prévio para reconhecer a referência à Marx, ao mesmo tempo em que aponta para o leitor, por meio do discurso direto, que este posicionamento tem uma base, as palavras não são suas, mas sim estão sob luz de um pensador (Marx), cujos valores são compartilhados entre os sujeitos interlocutores. Deste modo, enquanto enunciado, “sentimos a intenção discursiva ou vontade de produzir sentido por parte do falante” (Bakhtin, 2016a, p. 37).

No trecho: *“Para a classe que vive do trabalho e para a única Filosofia (o materialismo histórico e dialético) que afirma o trabalho como categoria fundante do ser social, é somente pelo trabalho positivamente humano que mulheres e homens podem transformar-se a si mesmos e ao mundo”*, se observa a **tese** defendida ao longo da argumentação do enunciado, a qual tem como centralidade enunciar de forma crítica uma distinção ideológica entre o “Dia do Trabalho” e o “Dia da Trabalhadora e do Trabalhador”, tendo o “trabalho” entendido como conceito retomado sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, sendo definido como *“categoria fundante do ser social”*, o que confere ao texto um caráter pedagógico.

O enunciado também se autodefine como manifesto e mais uma vez se observa a **retomada da história e diálogo com a conjuntura** a partir da inclusão de trechos da voz de Euclides da Cunha, quando são referenciadas oito das 21 reivindicações redigidas por Euclides da Cunha e publicadas em 1º de maio de 1901 no periódico O Proletário. Esses pontos defendem princípios de cunho socialista, como ensino gratuito para todos, assistência social, emancipação da mulher, justiça tributária, direito à moradia, acesso à água e energia elétrica e justiça gratuita. A compreensão é de que tais reivindicações são endossadas literalmente ao discurso, e reforçam, item a item, a mensagem central sobre os direitos da classe trabalhadora, reiterada no último parágrafo: *“Por isso, o Dia da Classe Trabalhadora deve ser mais um dia de luta, para afirmar que a porta de saída da exploração passa pela organização e consciência da classe trabalhadora”*. É percebido que a nota tem um posicionamento muito claro a um objetivo, ao mesmo tempo em que se concorda com Bakhtin quando este afirma: “O nosso discurso da vida prática está cheio das palavras dos outros” (Bakhtin, 2010, p. 223).

Ao final, destacam-se duas **frases de efeito** *“Vida longa à luta da classe trabalhadora!”* e *“Somente a luta muda a vida!”*, cuja função principal não é apenas informar, mas evocar entusiasmo e engajamento, convocando o interlocutor a refletir de que lado se posiciona na luta da classe trabalhadora. Na primeira frase se verifica que há o desejo de prosperidade à classe, e a expressão *“Somente a luta muda a vida!”*, expressão amplamente utilizada no movimento sindical, sintetiza a ideia de que a mudança concreta ocorre por meio da ação coletiva, dialogando com a perspectiva bakhtiniana, que coloca a vida como elemento central da produção de sentido, tendo o dialogismo como característica central no pensamento bakhtiniano.

Por fim, **a assinatura da entidade**, acompanhada da indicação da data da gestão em exercício, do local e data, reafirma a importância de a nota ser publicada em 1º de maio, preservando a força do discurso em sua relação com o espaço e o tempo em que é produzido e reverberado.

Cabe destacar, ainda, que o registro da data de publicação é elemento é particularmente relevante, pois o gênero nota pública sindical mantém relação estreita com o tempo de sua emissão, seja pela urgência, seja pela necessidade de marcar datas específicas.

Destaca-se aqui uma explicação de Fiorin (208, p. 630), de que “Bakhtin não pretende fazer um catálogo dos gêneros”, de um lado por causa da variedade dos gêneros, “de outro, porque o que importa verdadeiramente é a compreensão do processo de emergência e de estabilização dos gêneros, ou seja, a íntima vinculação com uma esfera da atividade”.

Para ampliar esse entendimento, recorre-se a Bakhtin, que, ao tratar do gênero carnavalesco na literatura, enfatiza a existência de uma lógica própria em cada gênero, cuja linguagem pode ser aperfeiçoada quando se tem conhecimento de suas particularidades no campo de produção. Esse mesmo raciocínio pode ser aplicado à a nota pública sindical. Conforme Bakhtin (2010, p. 181): “O gênero possui sua lógica orgânica, que em certo sentido pode ser entendida e criativamente dominada a partir de poucos protótipos ou até fragmentos de gênero. Mas a lógica do gênero não é uma lógica abstrata”.

Quanto **ao estilo**, há uma seleção de termos, que se pode considerar como expressões próprias de um discurso sindical (vocabulário), como “*luta de classes*”, “*consciência de classe*”, “*dominação burguesa*”, “*grilhões da exploração capitalista*” e “*desejo doentio de posse*”.

Essas escolhas lexicais reforçam o posicionamento político e ideológico no enunciado, ao mesmo tempo em que ajudam a compreender o conceito de estilo, considerando que seus usos são feitos com a perspectiva de que haverá um entendimento entre os sujeitos que interagem a partir desse enunciado, conforme explica Fiorin (2008, p. 62): “Estilo é, pois, uma seleção de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa do enunciado”.

Cabe ainda considerar que os movimentos descritos anteriormente são também uma análise e descrição do conteúdo temático correlacionado à construção composicional.

Quanto ao **conteúdo temático**, trata-se do sentido sobre o 1º de maio, construindo uma visão crítica sobre essa data como marco para classe trabalhadora, em contraposição à perspectiva que o celebra como “*Dia do Trabalho*”. Desta forma aborda a historicidade dessa data associada à valorização dos trabalhadores, com ênfase nas pessoas e não apenas na atividade que exercem. Vejamos a sistematização.

Quadro 12 – Análise da Nota Pública Sindical 5

Estrutura composicional	Enunciado	Movimento
Título	Dia de Luta da Classe Trabalhadora	O título tem um valor simbólico ligado à data política a que se refere. Este enunciado indica que o “Dia de luta da classe trabalhadora” é o tema central que será desenvolvido ao longo do projeto discursivo.
Voz do enunciador	1º de maio de 2025 - Dia Especial de Luta da Classe Trabalhadora. Dia de afirmar os direitos fundamentais e a ontologia social de cada trabalhadora e de cada trabalhador. Dia de afirmar o poder formativo da categoria trabalho. Dia de afirmar que o método da luta de classes é a condição necessária para a organização e a formação da consciência de classe.	No primeiro parágrafo do enunciado, a voz do autor enfatiza a importância do 1º de maio para a luta organizada da classe trabalhadora e sua perspectiva crítica. Essa ênfase orientará a argumentação presente nos parágrafos seguintes da nota.
Retomada da história Análise da conjuntura	O dominante discurso ideológico da burguesia parasitária prefere falar em dia do trabalho, separado da classe trabalhadora, a única classe que produz riqueza. Como falar em dia do trabalho abstraído de mãos e mentes que trabalham? Como celebrar, como quer a autocracia burguesa, o dia do trabalho abstraído das condições históricas da alienação e da exploração que subtraem vida à classe trabalhadora? Sob os grilhões da exploração capitalista só há lugar para o trabalho convertido em mercadoria, expropriado de sua potência humanizadora e educativa. Recuperar o trabalho como princípio educativo da classe trabalhadora está entre as condições incontornáveis da luta de classes.	No segundo parágrafo, o enunciado propõe questões reflexivas que situam o 1º de maio não como um simples dia de celebração, mas como uma data marcada pela mobilização e pela resistência. Assim, configura-se como uma retomada histórica e reflexiva, ainda que não se tenham indicações de períodos ou datas, mas há um discurso que remete a concepções historicamente construídas.
Retomada da história Análise da conjuntura	Para a dominação burguesa, com seu desejo doentio de posse e, nas palavras de Paulo Freire, com seu “apetite do êxito pessoal”, só interessa o trabalho enquanto trabalho alienado, tanto em sua efetivação abstrata quanto concreta. Para essa consciência apequenada, que a tudo venaliza, os dramas da classe trabalhadora nunca contam.	Esse trecho se configura como resposta a discursos anteriormente emitidos por outros interlocutores, ao mesmo tempo em que convida à reflexão sobre o significado de “trabalho” e sobre a necessidade de sua resignificação.

	O trabalho, segundo o Mouro de Trier, "(...) é uma condição da existência humana independentemente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre homem e natureza e, portanto, a própria vida humana".	A nota pressupõe que o leitor possua conhecimento prévio suficiente para reconhecer a referência a Marx, e, por meio do discurso direto, evidencia que o posicionamento adotado tem uma base teórica sólida. Assim, as palavras proferidas não são apenas do enunciador, mas se encontram iluminadas por um pensador, cujos valores são compartilhados entre os sujeitos interlocutores.
Tese	Para a classe que vive do trabalho e para a única Filosofia (o materialismo histórico e dialético) que afirma o trabalho como categoria fundante do ser social, é somente pelo trabalho positivamente humano que mulheres e homens podem transformar-se a si mesmos e ao mundo.	O ponto central da nota consiste em enunciar de forma crítica uma distinção ideológica entre o "Dia do Trabalho" e o "Dia da Trabalhadora e do Trabalhador". Busca-se, desse modo, contribuir para a construção de uma compreensão mais aprofundada desse enunciado, recorrendo a perguntas, reflexões e referências teóricas que sustentam o posicionamento presente nesse discurso, assumindo assim um caráter também pedagógico aos interlocutores.
	Vale, nessa Nota Manifesto da ADUA, incluir oito das 21 reivindicações que há exatos 124 anos Euclides da Cunha (a quem Antonio Candido considerava um "quase iluminado") publicara no dia primeiro de maio de 1901 em O Proletário, ainda hoje pouco conhecidas e divulgadas (seguramente em razão de sua natureza socialista):	A nota se autodefine como um manifesto. E estabelece mais uma relação direta com outro discurso igualmente publicado em 1º de maio, mas de 1901. É dada relevância histórica a esse texto, novamente com o objetivo de embasar o enunciado.
	II – Escolas gratuitas, com ensino leigo e obrigatório para todas as crianças, sem distinção de sexo, de cor e de nacionalidade, tendo as crianças pobres todo o necessário para frequentar as escolas: roupa, comida, cuidados médicos, farmácia etc.; III – Estabelecimentos apropriados para recolher os inválidos do trabalho, pobres, velhos e defeituosos, dando-lhes com abundância roupa, comida, médico, farmácia etc., para não irem morrer nas enxergas dos hospitais e nos adros das igrejas, ou nas calçadas das ruas, implorando aviltadora caridade, ministrada pelos ricos, e remédios; IV – Emancipação da mulher, reconhecendo-lhes iguais	Apresenta-se, então, uma enumeração, cuja citação direta de trechos de Euclides, que evidencia pontos defendidos sob um viés socialista, compartilhado pelo enunciado.

	direitos e iguais deveres aos do homem, inclusive o de votar e ser votadas; V – Impostos diretos e pesadíssimos sobre a renda; IX – Proporcionar a preços módicos a cada família uma casa confortável para sua residência; X – Fornecer água e luz grátis a todos em geral; XII – Justiça gratuita para todos; XX – Pensão aos inválidos do trabalho. Por isso, o Dia da Classe Trabalhadora deve ser mais um dia de luta, para afirmar que a porta de saída da exploração passa pela organização e consciência da classe trabalhadora.	
Mote ou frase de efeito	Vida longa à luta da classe trabalhadora! Somente a luta muda a vida!	São frases que mobilizam a memória discursiva do movimento sindical, recorrendo a uma linguagem apelativa e configurando-se como palavras de ordem dentro de um vocabulário militante. A função principal desse encerramento não é apenas informar, mas evocar entusiasmo e engajamento, convocando o interlocutor a refletir de que lado se posiciona na luta da classe trabalhadora. A expressão “vida longa” indica o desejo de continuidade e resistência; ao mesmo tempo, revela que somente por meio da ação coletiva, ou seja, da luta, é possível transformar a condição de existência do trabalhador, enquanto sujeito humano e integrante de uma realidade social moldada pelo trabalho.
Assinatura	Diretoria da ADUA – Seção Sindical (gestão 2024-2026)	A assinatura da entidade, acompanhada da indicação da diretoria responsável, reforça a legitimidade do pronunciamento e a necessidade de marcar, por meio dessa nota, a importância da data para a categoria.
Local e Data	Manaus (AM), 1º de maio de 2025	A presença da assinatura, do local e da data reafirma a pertinência da publicação em 1º de maio, preservando a força do discurso em sua relação com o tempo e o espaço em que é produzido e reverberado.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

4 UMA PROPOSTA DE DIDATIZAÇÃO DA NOTA PÚBLICA SINDICAL

“O empenho em tornar inteligível a sua fala é apenas o momento abstrato do projeto concreto e pleno de discurso do falante” (Bakhtin, 2016a, p. 26).

A partir das etapas apresentadas nos capítulos anteriores, chega-se ao último capítulo da tese, cujo objetivo é compartilhar uma proposta de didatização do gênero do discurso nota pública sindical.

Considera-se que a interação discursiva, central no pensamento bakhtiniano, está intrinsecamente ligada à produção discursiva realizada por meio dos gêneros, dentre eles a nota pública na comunicação sindical. Neste sentido, a proposta em construção toma como fundamento a perspectiva bakhtiniana da linguagem e a proposta de didatização de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), que propõem a elaboração de sequência didática para o ensino dos gêneros do discurso na escola. Para os referidos estudiosos, a sequência didática é “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 96), tendo como principais características:

- Abordagem dos gêneros do discurso (ainda que os Dolz, Noverraz e Schneuwly utilizem o termo gênero textual, aqui é utilizado o termo gênero do discurso);
- Princípios teóricos que subsidiam a sequência didática incluem:
 - Escolhas pedagógicas para avaliação e regulação do processo de aprendizagem; inserção dos sujeitos em projetos motivadores para a escrita dos gêneros e o uso de atividades que auxiliem nos exercícios;
 - Escolhas psicológicas, como a representação da situação de comunicação, a produção de conteúdo e a estruturação do gênero;
- Exercício do domínio da linguagem do gênero, considerando escolhas de palavras, tom de voz, organização de conteúdo, estrutura e recursos linguísticos, que permitam compreender seu uso em determinado campo comunicacional.

Sabe-se que essa proposta foi desenvolvida para o ensino de expressão escrita e oral, que fundam o ensino de francês, mas, como bem sugerem os

referidos autores, é passível de ser adaptada para outras atividades, em especial para “dar acesso aos alunos a práticas de linguagem novas ou dificilmente domináveis” (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 97). As sequências didáticas servem, portanto, para propor novas produções discursivas ou aprimorar aquelas ainda não dominadas, sendo realizadas a partir de fases, que compreendem a observação e intervenção nas dificuldades por meio de exercícios de escrita, revisão e reescrita, estimulando ainda o estudo autônomo e a autoavaliação do aprendizado.

As considerações dos autores sobre as sequências didáticas para ensino de gêneros escritos, que diferem do ensino de gêneros orais, podem aqui ser destacadas em três pontos:

- I. O primeiro ponto a ser ressaltado é a possibilidade de revisão na produção da escrita, pois a partir de uma sequência didática permite-se organizar o processo de escrita em etapas distintas, da produção inicial até a produção final, possibilitando que o aluno compreenda a escrita como um exercício contínuo de reescrita. Nesse sentido, o entendimento é de que, quanto mais o estudante é colocado em situações que exigem a produção de diferentes gêneros, mais tende a desenvolver suas competências na escrita: “O aluno deve aprender que escrever é (também) reescrever. A estruturação da sequência didática em primeira produção, por um lado, e produção final, por outro, permite tal aprendizagem” (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 95).
- II. O segundo ponto refere-se à observação do próprio comportamento, pois o contexto da sequência didática favorece processos permanentes de autoavaliação do aluno em relação à sua prática de escrita.
- III. O terceiro ponto diz respeito à observação dos textos de referência, considerando que a leitura de exemplos de gêneros, tanto os existentes nas diferentes esferas de comunicação quanto aqueles produzidos em sala de aula pelo próprio aluno ou mesmo por seus colegas, constitui recurso para o aprendizado, sendo o professor importante mediador nesse processo de leitura e análise, auxiliando na compreensão das características dos textos. Como

ressaltam Dolz; Noverraz; Schneuwly (2004, p. 95): “O texto escrito pelo autor ou especialista, mas também por algum aluno, presta-se a uma análise aprofundada, à comparação, à crítica”.

Embora esta tese não tenha como foco central a reflexão sobre a gramática, destaca-se a observação de que “as sequências didáticas propõem numerosas atividades de observação, de manipulação e de análise de unidades linguísticas”, deste modo servindo ainda como uma estratégia que possibilita ao docente trabalhar com aspectos como sintaxe, organização discursiva, ortografia, coesão e coerência, afinal, “é no nível de textualização, mais particularmente, que o trabalho conduzido nas sequências torna-se complementar a outras abordagens” (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 96).

Considerando esse aspecto, é possível a partir das sequências também detectar problemas e atuar para soluções e melhorias, ou seja, ao perceber o uso inadequado de tempos verbais, de construções sintáticas ou de elementos de coesão e coerência, o professor pode obter subsídios para desenvolver atividades adaptadas às necessidades da turma.

Entre os exercícios, sugere-se que, além da correção do professor, que pode ser feita de forma individual ou coletiva, haja ainda oportunidade de cada aluno realizar a correção do próprio texto e corrigir os textos dos colegas a partir da dinâmica de trocas de produções, afinal “O objetivo essencial é que cada um melhore progressivamente suas capacidades ortográficas, através dessas atividades de revisão” (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 100).

No que se refere a reflexões metodológicas, os estudiosos defendem que não é prudente estabelecer um tempo padrão para cada atividade. A flexibilidade é necessária para que cada módulo se adapte às especificidades das turmas e aos diferentes níveis de dificuldade, de acordo com o ciclo ou série e o contato prévio com os gêneros trabalhados. Ressalta-se, ainda, que a ordem das etapas de uma sequência a ser desenvolvida por cada docente seguirá um raciocínio lógico, não sendo definida de forma aleatória, e que não há obrigatoriedade de desenvolvê-la integralmente. Conforme se destaca:

As sequências devem funcionar como exemplos à disposição dos professores. Elas assumirão seu papel pleno se os conduzirem, através de formação inicial ou contínua, a elaborar, por conta própria, outras sequências (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 108).

Cabe dizer que no texto *Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas*, Bernard Schneuwly (2004) afirma que sua tese inicial, de que o gênero é um instrumento, se enquadra bem na concepção bakhtiniana. Para o pesquisador essa reflexão desenvolve um pensamento do gênero como “fator de desenvolvimento de capacidades individuais”. Fazer esta colocação é importante porque dialoga com Bakhtin, tendo o entendimento de gênero centrado em três pontos: de que os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados produzidos em determinada esfera social; que os elementos conteúdo temático, construção composicional e estilo constituem os gêneros e que os elementos esfera social, conjunto de participantes e intenção determinam a escolha de um gênero.

Há visivelmente um sujeito, o locutor-enunciador, que age discursivamente (falar /escrever), numa situação definida por uma série de parâmetros, com a ajuda de um instrumento que aqui é um gênero, um instrumento semiótico complexo, isto é, uma forma de linguagem prescritiva, que permite, a um só tempo, a produção e a compreensão de textos (Schneuwly, 2004, p. 24).

Alguns gêneros, como notícia, romance, artigo, receita, redação, dentre outros, já são tradicionalmente abordados em situações de ensino. A nota pública sindical pode, igualmente, tornar-se um gênero presente nesse contexto, seja em salas de aula ou em espaços de formação política de movimentos sociais, sindicatos, coletivos etc. Isso contribuiria, certamente, para os estudos dos diferentes gêneros discursivos.

Ao compartilhar reflexões sobre uma experiência na Suíça, Dolz e Schneuwly (2004, p. 43) falam sobre como as sequências didáticas “instauram uma primeira relação entre um projeto de apropriação de uma prática de linguagem e os instrumentos que facilitam essa apropriação”, sendo estratégia de ensino sistemático tanto para produção oral quanto escrita:

Desse ponto de vista, elas buscam confrontar os alunos com práticas de linguagem historicamente construídas, os gêneros textuais, para lhes dar a possibilidade de reconstruí-las e delas se apropriarem. Essa reconstrução realiza-se graças à interação de três fatores: as especificidades das práticas de linguagem que são objeto de aprendizagem, as capacidades de linguagem

dos aprendizes e as estratégias de ensino propostas pela sequência didática.

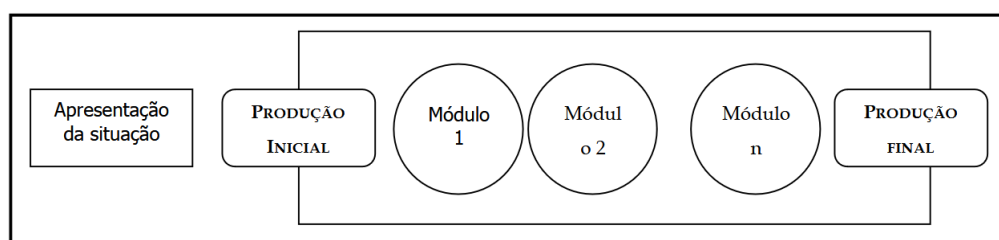
De forma objetiva, para os pesquisadores, “as práticas de linguagem são consideradas aquisições acumuladas pelos grupos sociais no curso da história”. Já as capacidades de linguagem correspondem às “aptidões requeridas do aprendiz para a produção de um gênero”. Os modelos de práticas de linguagem, por sua vez, “estão disponíveis no ambiente social, e os membros da sociedade que os dominam têm a possibilidade de adotar estratégias explícitas para que os aprendizes possam se apropriar deles” (Dolz; Schneuwly, 2004, p. 44). Por fim, as estratégias de ensino “supõem a busca de intervenções no meio escolar que favoreçam a mudança e a promoção dos alunos a uma melhor mestria de gêneros e das situações de comunicação que lhes correspondam” (Dolz; Schneuwly, 2004, p. 45).

A partir deste entendimento dialoga-se no sentido da construção da proposta de sequência didática sobre produção de notas públicas na comunicação sindical. A estrutura básica, segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 88), corresponde ao entendimento de que:

O movimento geral da sequência didática vai, portanto, do complexo para o simples: da produção inicial aos módulos, cada um trabalhando uma ou outra capacidade necessária ao domínio de um gênero. No fim, o movimento leva novamente ao complexo: a produção final.

Propõe-se, assim, que a sequência didática seja construída em quatro etapas: apresentação da situação, produção inicial, módulos e produção final, como observado no esquema a seguir.

Imagem 23 – Esquema da sequência didática



Fonte: Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 83)

Essas sequências não devem ser vistas como um manual rígido, mas sim como um norteador para realizar escolhas adequadas ao nível da turma, que “permitirão contextualizar certos objetivos de aprendizagem e dar-lhes mais sentido” (Dolz, Noverraz e Schneuwly, 2004, p. 116). A seguir, apresenta-se uma sequência de propostas de aulas para ensino-aprendizagem da nota pública sindical.

Aula 1 – Apresentação da situação

Objetivo	Recursos
Esta aula visa apresentar a nota pública sindical como gênero discursivo, na medida em que a atividade permitirá um primeiro contato com este gênero, possibilitando identificar suas características constitutivas, bem como semelhanças e diferenças em relação a outros gêneros discursivos.	> Quadro branco. > Arquivos digitais de notícias (acessados por notebook ou celular). > Recortes de jornais impressos ou revistas. > Livros impressos e/ou e-books. Recortes de embalagens que contenham receitas. > Arquivos ou impressões de receitas retiradas de sites. > Arquivos com exemplos de notas públicas sindical.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

A estrutura desta aula é organizada em três etapas principais:

1. Explicação sobre o que é um gênero discursivo, tomando como base a perspectiva bakhtiniana, apresentando especificamente os três elementos constitutivos: conteúdo temático, construção composicional e estilo;
2. Leitura de diferentes gêneros (notícia, receita, nota pública sindical, entre outros), com o objetivo de estabelecer comparações e, assim, realizar a identificação dos elementos que compõem cada um dos gêneros lidos;
3. Exploração da nota pública sindical: explicação sobre sua função e uso; identificação ampliada das características estruturais que a compõem; diálogo com a turma sobre a relevância desse gênero.

Esta primeira aula correspondente à Apresentação da Situação, que segundo Dolz; Noverraz; Schneuwly (2004, p. 100) permite “fornecer aos alunos todas as informações necessárias para que conheçam o projeto comunicativo visado e a aprendizagem de linguagem a que está relacionado”, por isso que, primeiramente, se aborda a perspectiva de gênero de forma mais ampla.

Nesse sentido, são apresentados diferentes textos para leitura inicial, destacando que os exemplos possuem características, o que possibilita evidenciar suas diferenças, para que os estudantes possam realizar a leitura sem a necessidade imediata de uma análise detalhada.

Após o diálogo com a turma, o docente passará, então, para o momento de explicação introdutória sobre quais gêneros serão abordados em sala de aula. Na proposta aqui desenvolvida, a notícia, a receita e a nota pública sindical são utilizadas como exemplos, fazendo uma apresentação de um exemplar de cada um desses gêneros, para em seguida se aprofundar na busca pela compreensão da nota pública sindical, discutindo seu conceito e características.

A seguir, observa-se um exemplo de notícia retirado do site da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Imagem 24 - Exemplo 1 do gênero notícia

A imagem é uma captura de tela do site da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). No topo, há uma barra verde com o logo da UFAM e o nome "UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS". Abaixo, há uma barra de navegação com links como "PÁGINA INICIAL", "NOTÍCIAS", "UFAM DIVULGA EDITAL PARA CURSOS ON-LINE E GRATUITOS DE IDIOMAS PELA REDE ANDIFES ISF".

O título da notícia é "Ufam divulga edital para cursos on-line e gratuitos de idiomas pela Rede Andifes IsF". Abaixo do título, há uma data "Acesso: 28/4" e botões para compartilhar a notícia via WhatsApp, Facebook e Twitter.

O conteúdo da notícia começa com: "A Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (ARI) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) anunciou a abertura das inscrições para o Edital Rede Andifes IsF 2025, que oferece cursos on-line e gratuitos de idiomas a estudantes, docentes e técnicos das universidades federais brasileiras."

Em seguida, há uma seção com o título "CURSOS DE IDIOMAS ON-LINE E GRATUITOS" e um QR code. Abaixo do QR code, há uma data: "Abertura do formulário de inscrições: 22/08 a 01/09".

À esquerda da notícia, há uma barra lateral com links para "INSTITUCIONAL", "História", "Conselhos Superiores", "Relações Internacionais", "Agenda da Reitoria", "Agenda do Vice-Reitor", "Telefones Institucionais", "Informes Administrativos", "Auditoria Interna", "ASSUA", "Ouvidoria", "Corregedoria", "Governança", "Sobre", "Reitoria", "Pró-Reitorias", "Órgãos Suplementares", "Unidades Acadêmicas", "Comitês e Comissões", "Dados Pessoais - LGPD", "Galeria de Imagens", "Identidade Visual Ufam", "Marca Ufam".

À direita da notícia, há uma seção com o título "CURSOS" e o texto: "Entre os idiomas disponíveis estão Inglês, Espanhol, Francês, Italiano, Alemão, Japonês e Português como Língua Adicional (PLA), além de outras opções. As aulas serão realizadas em formato 100% on-line, sem custos para os participantes."

O texto continua: "O edital contempla a chamada Oferta Coletiva 2025.2, que reúne cursos ofertados de forma integrada entre as universidades federais. As inscrições estarão abertas no período de 22 de agosto a 1º de setembro de 2025, por meio de formulário eletrônico disponível no site oficial do programa."

Por fim, há uma frase: "Mais informações, incluindo o edital completo e o cronograma da oferta, podem ser acessadas na página da ARI/UFAM."

Fonte: Print de tela do site de notícia da Ufam (UFAM, 2025)

Para melhor leitura, a seguir é disponibilizado o texto da notícia na íntegra.

Ufam divulga edital para cursos on-line e gratuitos de idiomas pela Rede Andifes IsF

A Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (ARII) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) anunciou a abertura das inscrições para o Edital Rede Andifes IsF 2025, que oferece cursos de idiomas on-line e gratuitos voltados a estudantes, docentes e técnicos das universidades federais brasileiras.

A iniciativa integra o programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), da Rede Andifes, que tem como objetivo fortalecer a formação linguística e intercultural da comunidade acadêmica, contribuindo para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior.

Entre os idiomas disponíveis estão Inglês, Espanhol, Francês, Italiano, Alemão, Japonês e Português como Língua Adicional (PLA), além de outras opções. As aulas serão realizadas em formato 100% on-line, sem custos para os participantes.

O edital contempla a chamada Oferta Coletiva 2025.2, que reúne cursos ofertados de forma integrada entre as universidades federais. As inscrições estarão abertas no período de 22 de agosto a 1º de setembro de 2025, por meio de formulário eletrônico disponível no site oficial do programa.

Mais informações, incluindo o edital completo e o cronograma da oferta, podem ser acessadas na página da ARII/Ufam.

Como exercício, propõe-se a leitura de uma notícia retirada do site da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Trata-se de um *print* da página, no qual são observados elementos próprios da linguagem digital: coluna com links para outras seções do site; ícones que direcionam às redes sociais da universidade; recursos de acessibilidade; ferramenta de busca; e, no centro da tela, o texto da notícia.

Os elementos clássicos desse gênero estão presentes: título e texto. O título “Ufam divulga edital para cursos on-line e gratuitos de idiomas pela Rede Andifes IsF” informa a abertura de edital para cursos de idiomas. Observa-se o uso do verbo (divulgar), frequente em manchetes jornalísticas por conferir dinamismo e atrair a atenção do leitor para o tema central.

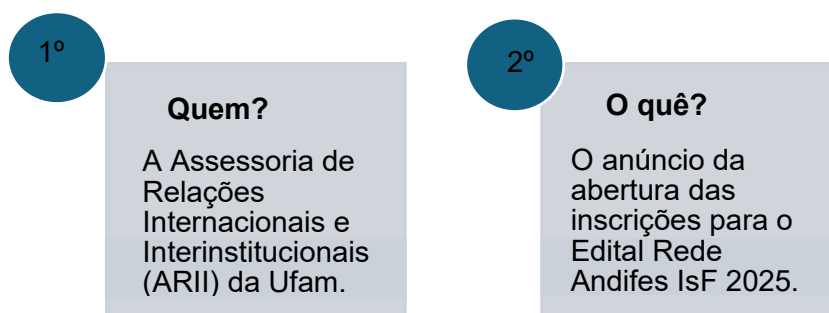
Na sequência, encontra-se o *lead* da notícia, que corresponde ao primeiro e mais importante parágrafo da notícia. Em geral, é escrito com base na técnica chamada “pirâmide invertida”, na qual as informações mais importantes são apresentadas no primeiro parágrafo, se configurando como um parágrafo que

costuma responder a perguntas fundamentais para informar em notícia, como: O que? Onde? Quando? Como?

As respostas são organizadas seguindo a ordem de importância dos fatos, estabelecidas a partir de juízo crítico. E, dentre outros autores que discorrem sobre critérios para definir o que é (ou não) notícia, cita-se Mauro Wolf (2003, p. 195), o qual compreende que a noticiabilidade é: “constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirir a existência pública de notícia”.

No caso da notícia exemplificada, mais relevante do que informar que o edital está aberto é destacar quem é o responsável por sua abertura, por se tratar de uma notícia produzida por assessoria de comunicação de uma instituição, neste sentido o “Quem/a ARII da Ufam” constitui o elemento central desse primeiro parágrafo: *“A Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (ARII) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) anunciou a abertura das inscrições para o Edital Rede Andifes IsF 2025, que oferece cursos de idiomas on-line e gratuitos voltados a estudantes, docentes e técnicos das universidades federais brasileiras”*.

Esse primeiro parágrafo responde às perguntas fundamentais do gênero notícia:



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

No desenvolvimento da notícia, elencando as informações, da mais geral para a mais específica, são apresentados os objetivos do programa, os cursos ofertados e, apenas no penúltimo parágrafo, o período de inscrições. Nesse mesmo parágrafo, há a indicação de formulário eletrônico disponível em outro endereço (no site oficial do programa). O texto é concluído com a disponibilização do *link* de acesso ao edital e ao cronograma da oferta,

conferindo o caráter utilitário da informação ao orientar sobre prazos e formas de realizar a inscrição. Observa-se o uso de uma linguagem clara, objetiva, com vocabulário simples e não especializado, além de *hiperlinks* que integram as especificidades do uso de ferramentas do digital. Esse exercício de leitura e análise pode ser replicado com outros gêneros discursivos, sendo apresentado em *slides*, em atividades individuais ou em apresentações em grupo.

Um elemento importante que pode ser também explicado é que a notícia anterior não apresenta elementos como **data de publicação** e **assinatura de quem escreveu a notícia**. Esses recursos podem ou não estar sinalizados de forma explícita no texto, pois não são considerados parte constitutiva do gênero notícia, mas sim informações complementares, que comumente estão presentes nos veículos impressos e digitais. Então no exemplo acima a autoria é a própria UFAM. Já quando presente, a assinatura de quem redigiu a notícia costuma aparecer após o título da notícia ou ao final, dependendo da diagramação do material, como se observa no exemplo a seguir, retirado da versão digital do jornal *A verdade*, no qual se pode observar que a notícia apresenta data de publicação e assinatura de quem a escreveu.

Imagem 25- Exemplo 2 de gênero notícia

A VERDADE

UM JORNAL DOS TRABALHADORES NA LUTA PELO SOCIALISMO

SEXTA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 2023

PRINCIPAL BRASIL INTERNACIONAL MULHERES LUTA POPULAR JUVENTUDE TRABALHADOR UNIDO CULTURA SAÚDE ENTREVISTA

Novo ato mobiliza trabalhadores contra a escala 6x1 por todo o Brasil

23 de abril de 2023

Manifestação pelo fim da escala 6x1 no Shopping Nova América, no Rio de Janeiro. Foto: JAGUEI

Atos pelo fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho ocuparam shoppings e locais de trabalho em mais de 60 cidades de todo o país nesta quarta-feira (23/4).

Felipe Annunziata e Guilherme Arruda

Nesta quarta-feira (23/4), trabalhadores e militantes da Unidade Popular pelo Socialismo (UP) foram às ruas em dezenas de cidades para denunciar a escala 6x1 e defender a redução da jornada de trabalho no país. Os atos, que dão sequência às manifestações do último dia 18 de março, contam com forte adesão de movimentos sociais e também dos funcionários de shoppings nos mais de 60 municípios onde ocorreram.

No estado de São Paulo, somando a Região Metropolitana da capital e os interiores, centenas de

Últimos artigos

Vila Esperança e Vale da Consolidação resistem pelo direito à moradia no Espírito Santo
4 de setembro de 2023

CARTA | Qual o papel de quem divide as fileiras da produção com os comunistas?
3 de setembro de 2023

Preço dos alimentos dispara e ameaça salário do trabalhador no Recife
3 de setembro de 2023

Julgamento de chefes facistas por golpe de Estado começa no STF
2 de setembro de 2023

Os encontros do Bico "Greve na Fabrice"
2 de setembro de 2023

Leia também

Vila Esperança e Vale da Consolidação resistem pelo direito à moradia no Espírito Santo
4 de setembro de 2023

CARTA | Qual o papel de quem divide as fileiras da produção com os comunistas?
3 de setembro de 2023

Preço dos alimentos

Fonte: Print de tela do site “A verdade” (Annunziata; Arruda, 2005)

O próximo exemplo de gênero a ser apresentado pode ser uma receita, como se observa na embalagem a seguir.

Imagem 26 – Exemplo do gênero receita



Fonte: Embalagem com receita (Cursino, 2025. Fotografia)

A imagem apresenta a embalagem de um produto que funciona como suporte para o gênero receita. Observa-se que não há necessidade de apresentar um título indicando tratar-se de uma receita, pois sujeitos já inseridos no letramento discursivo e visual associado a esse suporte reconhecem que ele pode, ou não, conter instruções culinárias como exemplificado na imagem.

No que se refere ao conteúdo temático, o texto aborda a elaboração de um alimento, que neste caso é um pudim. Quanto à estrutura composicional, segue um formato amplamente conhecido: inicia com a indicação da receita por meio da foto e do título “Pudim”; em seguida, apresenta os ingredientes, separados entre os da massa e os da calda; por fim, expõe o modo de preparo, organizado em duas partes (pudim e calda), modo verbal imperativo, com verbos que orientam ações, como bata, retire do fogo, deixe esfriar e desenforme.

Destaca-se, ainda, a presença da informação “*imagem ilustrativa*” junto à fotografia do pudim, recurso utilizado pela marca para se resguardar de eventuais questionamentos, caso o resultado não corresponda exatamente ao da imagem exibida. Situação em que se pode enfatizar que cada elemento escrito na embalagem tem um propósito, e o texto, ao mesmo tempo em que informa sobre uma receita, resguarda juridicamente a marca vendida.

Mais um elemento relevante é a presença de um *QR code*, recurso cada vez mais frequente, que direciona o consumidor para uma página virtual. A escolha por esse recurso, em lugar da simples indicação do endereço eletrônico, amplia as possibilidades de interação e demonstra que a marca está atualizada com relação aos modos de interação e linguagem do meio digital com o sujeito (que neste caso é um consumidor). Ainda assim, a embalagem apresenta instruções sobre como acessar o *QR code*, que leva a um ambiente digital com outras receitas, nas quais o leitor encontra ainda recursos multimodais, como indicação do tempo de preparo e vídeos explicativos.

Por fim, há o uso da *hashtag* #mococalovers, acompanhada do ícone da marca. Esse recurso sugere a interação dos consumidores também nas redes sociais, permitindo que receitas preparadas com o produto sejam compartilhadas e vinculadas a essa marca. O uso da *hashtag* funciona como mecanismo de indexação: ao publicar conteúdos relacionados com o termo “#mococalovers”, o consumidor, que não está mais interagindo apenas o plano físico (presencial) com a embalagem, após acessar a internet também dialoga com a marca nas redes (plano digital), contribui para que tais publicações sejam facilmente encontradas em pesquisas virtuais, ampliando a circulação e a visibilidade.

Conhecer e identificar diferentes gêneros é tarefa fundamental para que as pessoas ampliem seus repertórios e, assim, desenvolvam melhor suas habilidades de leitura e produção discursiva, à medida que entram em contato com novos gêneros. Terminada a explicação sobre o gênero receita (ou de outro gênero discursivo que o professor escolha apresentar), o próximo passo será apresentar um exemplo de nota pública sindical.

Essa introdução servirá como primeiro contato dos estudantes com o gênero, possibilitando que, em uma segunda leitura, tenham mais subsídios para reconhecer diferenças e semelhanças em relação a outros textos, ampliando sua compreensão do funcionamento dos gêneros discursivos.

Imagem 27 - Exemplo de nota pública sindical

Ditadura Nunca Mais!

Entidades democráticas e movimentos sociais se levantam, neste 1º de abril (data em que se completam os 59 anos do Golpe Militar-Empresarial no Brasil), a bandeira de luta DITADURA NUNCA MAIS. Nós, da ADUA, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, entoamos juntos esse grito que não deve nunca se calar!

Os regimes de exceção que dominaram (e dominam) vários países do mundo são expressões conjunturais do modo como o Estado burguês gerencia suas crises no sistema mundializado do capital. A extinção dos processos democráticos e dos direitos humanos, que resulta desses regimes governados de forma despótica, autoritária e totalitária – como o que ocorreu no Brasil pós-1964 –, nos remete a imagens de milhares de assassinatos, torturas e perseguições a pessoas e grupos resistentes que se negavam a viver essas duras experiências e à supressão da liberdade de expressão.

A população explorada e oprimida sentiu na carne os efeitos deletérios de insanos ditadores no exercício dos seus “podres poderes”, com peso maior sobre os movimentos sociais, profissionais liberais, estudantes, servidores(as) públicos(as) e trabalhadores(as) em geral que ousaram resistir e confrontar a ditadura, experienciando a brutalidade e desumanidade dos aparelhos repressivos.

No que se refere à Educação, a Ditadura Militar-Empresarial impôs um severo controle ideológico sobre os conteúdos curriculares, um viés tecnicista, e instituiu uma verdadeira operação de guerra contra professores, professoras, intelectuais, estudantes, pesquisadores e pesquisadoras, conforme a ADUA denunciou em reportagem disponível no site.

A conclamação do movimento docente universitário por DITADURA NUNCA MAIS representa a necessidade da retomada do processo de democratização da sociedade brasileira, abalada pelos mandos e desmandos do último governo. Essa mobilização nacional deve ser motivo de orgulho da categoria, que se identifica como classe trabalhadora. Ao lado de tantos outros movimentos sociais classistas e combativos, a ADUA se soma às lutas pela superação das desigualdades sociais e a construção de uma nova história, sem exploração e opressões, por um Brasil onde a liberdade, a igualdade e a fraternidade sejam muito mais que desideratos filosóficos legalmente formalizados.

RETROCEDER NAS LUTAS CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS DURAMENTE CONQUISTADOS, JAMAIS!

SIGAMOS JUNTOS ATÉ A VITÓRIA!

Diretoria da ADUA – Seção Sindical do ANDES-SN (biênio 2022-2024)
Manaus (AM), 31 de março de 2023



Fonte: Nota Pública "Ditadura Nunca Mais" emitida pela ADUA (ADUA, 2023)

Após a primeira leitura (de forma livre) do exemplo apresentado, sugere-se estimular o diálogo, orientando os estudantes a uma segunda leitura (direcionada), desta vez acompanhada de questionamentos que direcionem a uma reflexão, a partir de questões, como as exemplificadas a seguir:

Você já havia lido alguns desses textos? Onde?

Os textos lidos são iguais ou diferentes?

O que eles têm em comum?

O que eles têm de diferente?

Esses textos têm autores?

Qual é o objetivo de cada texto?

Em que data foram publicados? Essa informação é importante?

Na **segunda parte da aula**, a proposta é apresentar o conceito de gênero do discurso e explicar como a nota pública sindical se enquadra nesse contexto. Para isso, pode-se usar a frase basilar: “Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, os quais denominamos gêneros do discurso” (Bakhtin, 2016a, p. 12). Neste sentido, se recorda que Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 84) apresentam duas principais dimensões a serem observadas durante a apresentação inicial: uma relacionada à compreensão da situação de comunicação e outra relacionada à compreensão do conteúdo a ser abordado na produção do gênero em aprendizado.

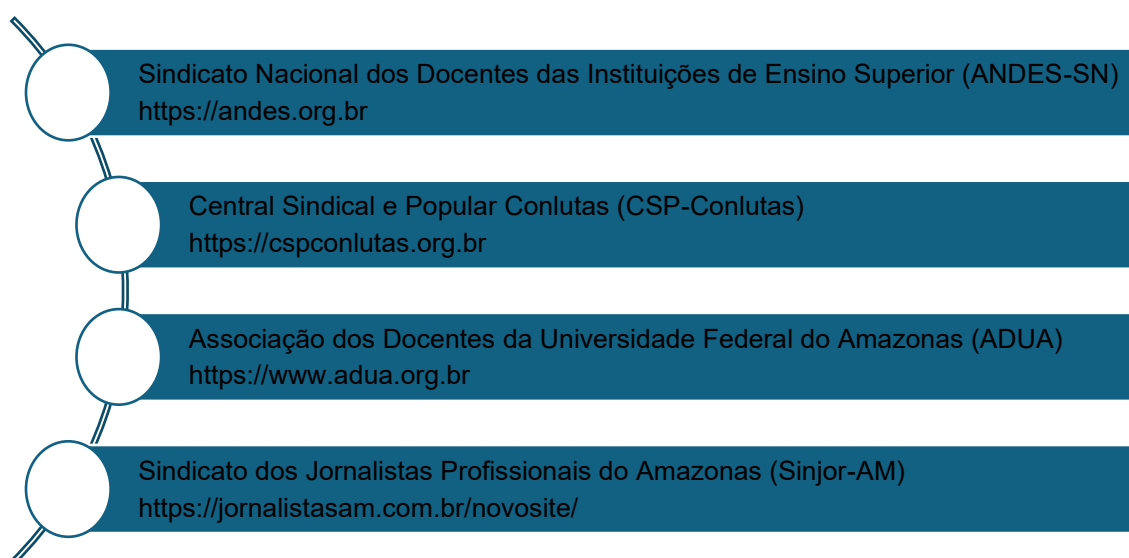
Neste sentido, sugere-se que os alunos façam pesquisas sobre Movimento Sindical no Brasil, no sentido de somarem aos seus repertórios o conhecimento sobre esse contexto de organização civil no país, onde são vividas as experiências proporcionadas no campo da comunicação sindical. Entre as sugestões que se apresenta aqui está a leitura do Capítulo “Comunicação sindical e popular, uma arte especializada”, presente no livro *Comunicação para*

disputa de hegemonia, de autoria de Vito Giannotti (2014), cujo trecho pode ser lido a seguir:

“Antes de começar a falar da comunicação sindical, maior comunicação de um movimento social no Brasil, é necessário fazer uma introdução. Uma rápida introdução sobre de quais sindicatos estamos falando. A que tipo de sindicatos estamos nos referindo, concretamente? Pela nossa história sindical mais que secular podemos dividir os sindicatos em dois grandes blocos. Sindicatos que, de uma forma ou de outra, lutam ou querem lutar pelos interesses dos trabalhadores e sindicatos ‘de carimbo’. Os primeiros são não mais do que um quarto dos sindicatos do país. Os outros são a grande maioria, uns 15 mil sobre os cerca de 20 mil cadastrados. Historicamente, estes dois blocos respondem a duas visões básicas sobre a função dos sindicatos. A primeira, no mundo, nasceu no campo das lutas operárias do século XIX e foi fortemente influenciada pelas ideias socialistas que se opunham radicalmente à visão capitalistas liberal dominante. Por essa visão, a luta operária e sindical deveria ter como objetivo imediato melhorar as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo deveria lutar para melhorar, isto é, mudar totalmente ou em parte toda a condição de vida do povo trabalhador. Ou seja, o sindicato deveria ser uma escola de luta de classes. Um passo na organização rumo a uma sociedade socialista ou, no mínimo, mais justa. Sua matriz é claramente socialista e, na sua raiz, marxista” (Giannotti, 2014, p.137).

O professor pode, em sala de aula, compartilhar o trecho citado anteriormente, retirado do referido livro, e convidar os alunos para um diálogo aberto após a leitura do capítulo.

Outra sugestão de atividade é a visita a sites de sindicatos nacionais e locais, como, por exemplo:



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

Com o objetivo de dinamizar as atividades e ampliar o repertório dos alunos sobre o tema, pode-se também propor a exibição de produções audiovisuais relacionadas ao sindicalismo, como, por exemplo:



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

Após esses momentos é iniciada a explicação mais aprofundada sobre a nota pública sindical enquanto gênero do discurso. Nesse contexto, se esclarece que a nota pública sindical é compreendida como um “enunciado concreto” (Bakhtin, 2016a, p. 29), cujas características a definem como gênero do discurso. Exemplos dessas características incluem ser expressa por sujeitos reais da comunicação e carregada de marcas ideológicas, ou seja, de posicionamentos “histórico-sociais”, definidos pela “alternância de sujeitos” (réplicas), com uma conclusibilidade específica (posição responsiva).

Neste sentido, destaca-se o conceito de nota pública sindical construído nesta tese:

Nota Pública Sindical

Gênero discursivo construído a partir de temáticas de interesse que regem a vida dos sujeitos inseridos no campo da comunicação sindical, o que implica exigências próprias da luta política da classe trabalhadora. Mais que instrumento informativo, a Nota Pública Sindical é, sobretudo, uma mediação para a organização política e formação da consciência social da classe trabalhadora.

estrutura composicional	relativamente estável, sendo composta, geralmente, pelos seguintes elementos: Título; Sequência de parágrafos, nos quais se identificam: a voz do sujeito enunciador, a retomada do contexto ou da história, a análise de conjuntura e a tese defendida; Frase de efeito ou mote; Local e data de publicação; Assinatura, que pode incluir o logotipo, o nome da diretoria, da comissão, da categoria ou, de modo geral, da entidade que subscreve o documento.
estilo	marcado predominantemente pela argumentação e uso de recursos lexicais característicos da linguagem militante e mobilizadora.
conteúdo temático	influenciado por aspectos conjunturais e/ou históricos, servindo como registro de memória de uma entidade sindical e constituindo um projeto discursivo, cuja demarcação de posicionamento ideológico objetiva informar e cumprir uma função pedagógica, voltada, principalmente, para integrantes das entidades sindicais.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

Vale enfatizar que é essencial que haja uma situação concreta que motive a produção da nota pública, porém para fins didáticos se trabalhará como exemplos as notas públicas sindicais já emitidas por entidades, selecionadas a partir da realidade apresentada. Conforme alerta Dolz e Schneuwly (2004, p. 65) no texto “Os gêneros escolares - das práticas de linguagem aos objetos de ensino”:

A particularidade da situação escolar reside no seguinte fato que torna a realidade bastante complexa: há um desdobramento que se opera em que o gênero não é mais instrumento de comunicação somente, mas é, ao mesmo tempo, objeto de ensino-aprendizagem. O aluno encontra-se, necessariamente, num espaço do ‘como se’, em que o gênero funda uma prática de linguagem que é, necessariamente, em parte, fictícia, uma vez que é instaurada com fins de aprendizagem.

Desta forma, se chama atenção para pontos que caracterizam uma produção discursiva enquanto uma nota pública sindical, tanto na sua forma, quanto em relação ao seu conteúdo, que a partir da leitura mostra pistas.

Após estes passos introdutórios, chega-se à explicação da nota de forma mais detalhada, iniciando a explicação, do motivo da escolha de determinada nota pública sindical. Como por exemplo, a nota aqui escolhida, intitulada “Ditadura Nunca Mais!”, apresentada anteriormente no capítulo 3, foi escolhida por apresentar uma estrutura que corresponde a muitos dos elementos, que constituem uma nota pública sindical, conforme a proposta desta tese, ao serem observados elementos do conteúdo temático, construção composicional e estilo.

Quadro 13 – Análise da nota pública sindical “Ditadura Nunca Mais!”

Estrutura composicional do gênero	Enunciado	Movimentos
Título	<i>“Ditadura Nunca Mais!”</i>	O título da nota pública em análise cumpre a função de ser direto e de sintetizar a mensagem da nota e anunciar o tema central do conteúdo. Não há a expressão “Nota Pública da...”, ainda assim, ao ler o texto, é possível reconhecer que se trata de uma nota pública, não apenas pelo título, mas também pelo conteúdo, que não apresenta termos que remetam a outros tipos de nota, como as de repúdio, solidariedade, apoio ou agravo. Compreende-se que “Ditadura Nunca Mais!” funciona como um grito coletivo de entidades democráticas, movimentos sociais, estudantis, populares e sindicais, entre eles a ADUA, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional. o título
1º parágrafo Voz do sujeito enunciator	<i>Entidades democráticas e movimentos sociais se levantam, neste 1º de abril (data em que se completam os 59 anos do Golpe Militar-Empresarial no Brasil), a bandeira de luta DITADURA NUNCA MAIS. Nós, da ADUA, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, entoamos juntos esse grito</i>	No trecho apresentado, predomina a voz coletiva da entidade (ADUA), expressa em primeira pessoa do plural (“nós, da ADUA... entoamos juntos esse grito”). Trata-se de um discurso direto da própria instituição, sem mediação de outra voz. A expressão “Ditadura Nunca Mais!” pode ser considerada como a citação de um enunciado cristalizado da luta democrática, amplamente difundido

	<i>que não deve nunca se calar!</i>	socialmente, aqui retomado para reforçar o posicionamento político da nota. Além da identificação por logotipos ou outras marcas visuais que indicam a autoria e a responsabilidade política pelo enunciado, observa-se que o primeiro parágrafo da nota desempenha papel fundamental neste exemplar: nele, apresenta-se a ideia central do texto, que pode, ou não, mobilizar o prosseguimento da leitura.
2º parágrafo Retomada da história Análise da conjuntura	<i>Os regimes de exceção que dominaram (e dominam) vários países do mundo são expressões conjunturais do modo como o Estado burguês gerencia suas crises no sistema mundializado do capital. A extinção dos processos democráticos e dos direitos humanos, que resulta desses regimes governados de forma despótica, autoritária e totalitária – como o que ocorreu no Brasil pós-1964 –, nos remete a imagens de milhares de assassinatos, torturas e perseguições a pessoas e grupos resistentes que se negavam a viver essas duras experiências e à supressão da liberdade de expressão.</i>	Em seguida, são expostos argumentos que sustentam ou explicam o posicionamento final, que pode reforçar a posição de repudiar, condenar, solicitar ou exigir ações relacionadas ao tema tratado.
3º parágrafo Retomada da história Análise da conjuntura	<i>A população explorada e oprimida sentiu na carne os efeitos deletérios de insanos ditadores no exercício dos seus “podres poderes”, com peso maior sobre os movimentos sociais, profissionais liberais, estudantes, servidores(as) públicos(as) e trabalhadores(as) em geral que ousaram resistir e confrontar a ditadura, experienciando a brutalidade e desumanidade dos aparelhos repressivos.</i>	A expressão “podres poderes” relaciona-se dialogicamente com a canção Podres Poderes, lançada em 1984, por Caetano Veloso, faz referências veladas às questões sociais e políticas no Brasil.
4º parágrafo Retomada da história	<i>No que se refere à Educação, a Ditadura Militar-Empresarial impôs um severo controle ideológico sobre os</i>	Ditadura Empresarial-Militar é um conceito já estabelecido em discursos acadêmicos, políticos e sociais, neste sentido refrata outras vozes alheias ao mesmo tempo em que se apõe ao que chamam de Ditadura

Análise da conjuntura	<i>conteúdos curriculares, um viés tecnicista, e instituiu uma verdadeira operação de guerra contra professores, professoras, intelectuais, estudantes, pesquisadores e pesquisadoras, conforme a ADUA denunciou em reportagem disponível no site.</i>	Militar ou mesmo que não compreendem esse período como golpe, mas sim como salvação do país, seguindo uma visão discursiva que não compactua com o discurso onde se produz essa nota no campo discursivo da comunicação sindical.
5º parágrafo Momento histórico atual	<i>A conclamação do movimento docente universitário por DITADURA NUNCA MAIS representa a necessidade da retomada do processo de democratização da sociedade brasileira, abalada pelos mandos e desmandos do último governo.</i>	Tece relações entre passado e presente, localiza historicamente o contexto em que o movimento universitário reverbera a posição contra a Ditadura Militar-Empresarial.
6º parágrafo Tese defendida	<i>Essa mobilização nacional deve ser motivo de orgulho da categoria, que se identifica como classe trabalhadora. Ao lado de tantos outros movimentos sociais classistas e combativos, a ADUA se soma às lutas pela superação das desigualdades sociais e a construção de uma nova história, sem exploração e opressões, por um Brasil onde a liberdade, a igualdade e a fraternidade sejam muito mais que desideratos filosóficos legalmente formalizados.</i>	No caso analisado, depreende-se que a tese defendida no enunciado é a mobilização nacional docente contra a ditadura. Nesse trecho, os termos “liberdade, igualdade e fraternidade” retomam o lema da Revolução Francesa. Já a formulação “DITADURA NUNCA MAIS” constitui-se como um enunciado cristalizado no espaço público, amplamente repetido por movimentos sociais desde a redemocratização. Ao retomá-lo, a ADUA incorpora um discurso alheio, reforçando sua dimensão coletiva e histórica.
Mote ou frase de efeito	<i>RETROCEDER NAS LUTAS CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS DURAMENTE CONQUISTADOS, JAMAIS!</i> <i>SIGAMOS JUNTOS ATÉ A VITÓRIA!</i>	A retomada de discurso alheio também se evidencia nos trechos “RETROCEDER NAS LUTAS CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS DURAMENTE CONQUISTADOS, JAMAIS!” e “SIGAMOS JUNTOS ATÉ A VITÓRIA!”. Ambos foram grafados propositalmente em caixa alta, funcionando como um grito de mobilização em tom de palavra de ordem. Esses enunciados podem ser compreendidos como citações coletivas do repertório discursivo dos movimentos sociais.

		A retomada de discurso alheio também se evidencia nos trechos. Ambos foram grafados propositalmente em caixa alta, funcionando como um grito de mobilização em tom de palavra de ordem. Esses enunciados podem ser compreendidos como citações coletivas do repertório discursivo dos movimentos sociais. Marcado pela linguagem enfática, onde existe uma ideia bem clara, que é resistir diante de tentativas de retiradas de “direitos duramente conquistados”, o que configuraria um retrocesso, reafirmando uma posição ideológica, firme, que remete a mobilização da classe trabalhadora historicamente construída. O uso da palavra “jamais” (adverbio) ao final da frase causa esse impacto, de ênfase, diferentemente se ele fosse empregado no início da frase, de forma direta. Ao mesmo tempo há um comando de ação coletiva para que ninguém recue e o uso da exclamação final que reforça o efeito de força e resistência.
Local e data da emissão	<i>Manaus (AM), 31 de março de 2023</i>	Por fim, há informações de local e data, fundamentais para situar a emissão da nota em seu tempo e espaço.
Assinatura	<i>Diretoria da ADUA-Seção Sindical (biênio 2022-2024) Logo da entidade</i>	Na assinatura, identifica-se o sujeito responsável pela autoria da nota, seja pela indicação da entidade, da presidência, do logotipo ou de outras marcas visuais. No caso analisado, verifica-se que a autoria é atribuída à Diretoria Executiva da ADUA, acompanhada da informação sobre o período de gestão e do logotipo da entidade.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

Já no quadro seguinte, será realizado outro exercício: a leitura e identificação dos elementos constitutivos da nota pública “Ditadura Nunca Mais!” à luz da teoria bakhtiniana da linguagem, em que serão detalhados o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo, com o objetivo de esclarecer aspectos fundamentais para a compreensão do gênero pelos estudantes.

Quadro 14 - Compreensão da nota pública sindical “Ditadura Nunca Mais” sob o horizonte bakhtiniano

Conteúdo temático	Observa-se que, quanto ao conteúdo temático, o projeto de discurso apresenta uma crítica aos regimes autoritários, com ênfase no repúdio à Ditadura Militar-Empresarial (1964–1985), resgatando a memória histórica e reafirmando o compromisso do movimento sindical docente com a democracia. O enunciado assume uma tomada de posição ideológica ao enfrentar a memória autoritária, mobilizando o enunciado coletivo “DITADURA NUNCA MAIS!”, grafado em caixa alta como forma de intensificar sua força discursiva. Conforme Bakhtin, trata-se de um enunciado dialógico, permeado por ecos de outros dizeres, uma vez que esse “ponto de vista histórico” (Bakhtin, 2010, p. 311) deve ser levado em consideração.
Construção composicional	A estrutura composicional segue o modelo observado, composto pelos seguintes elementos: Título, que cumpre a função de ser direto e de sintetizar a mensagem da nota e anunciar o tema central do conteúdo; Sequência de parágrafos, nos quais se identificam: a voz do sujeito enunciatador, a retomada do contexto ou da história, a análise de conjuntura e a tese defendida; Frase de efeito ou mote; Local e data de publicação; Assinatura, que pode incluir o logotipo, o nome da diretoria, da comissão, da categoria ou, de modo geral, da entidade que subscreve o documento. Cada um desses movimentos é exemplificado na análise das notas apresentadas ao longo do capítulo 3 e no Quadro 13 deste capítulo 4.
Estilo	A composição discursiva alterna entre a tipologia narração histórica (predominantemente afirmativa), argumentação crítica e injunção (apelo mobilizador, recursos próprios da prática comunicativa de entidades sindicais). São empregados recursos gráficos (letras maiúsculas, exclamações), linguagem injuntiva e marcas de coletividade, reforçando a função formativa e instrutiva do gênero. Destacam-se termos que explicitam a marcação político-ideológica, como “Estado burguês”, “efeitos deletérios”, “insanos ditadores”, “poderes podres” e “aparelhos repressivos”. Observa-se ainda o uso da flexão de gênero (“professores e professoras”, “pesquisadores e pesquisadoras”), escolhas que reverberam um discurso já usual na esfera sindical na intenção de demonstrar paridade de gênero. Tais escolhas não são despretensiosas: refletem a relação entre os sujeitos que produzem a nota e os sujeitos a quem ela se dirige na esfera do campo sindical. Esse entendimento reforça a concepção bakhtiniana de que: “Um membro de um grupo falante nunca encontra previamente a palavra como uma palavra neutra da língua, isenta das aspirações e avaliações de outros ou despovoada das vozes dos outros” (Bakhtin, 2010, p. 232).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

Feita essa explicação, pode-se propor à turma uma reflexão orientada por uma questão capaz de nortear a leitura e a análise do gênero, estimulando o reconhecimento de seu caráter histórico, político e discursivo: como surge a necessidade de escrever uma nota pública no contexto sindical?

O mesmo modelo de quadro pode ser elaborado a partir da leitura de outras notas públicas sindicais. Um exercício interessante seria dividir a turma em grupos para que organizem a análise de diferentes notas, escolhidas pelos próprios estudantes ou com as notas presentes no capítulo III, tomando como referência a sistematização dos elementos presentes nos exemplos anteriores.

Está atividade pode estimular debates produtivos no contexto de aprendizagem sobre identificação de elementos básicos e recorrentes da nota pública sindical, de modo a promover discussões sobre seu conteúdo e as ideias defendidas nos enunciados, além de preparar os estudantes para a próxima etapa da sequência didática, na qual terão como atividade a produção inicial do gênero nota pública sindical.

Aula 2 – Produção inicial

Objetivo	Recursos
A segunda aula visa que os alunos escrevam uma nota pública sindical a partir dos conhecimentos construídos por meio dos passos apresentados nas aulas anteriores; trata-se de uma primeira produção, sem intenção de nota avaliativa, mas essencial, uma vez que a medida em que os estudantes alcançam os objetivos da produção inicial na sequência didática. “É assim que se definem o ponto preciso em que o professor pode intervir melhor e o caminho que o aluno tem ainda a percorrer: para nós, essa é a essência da avaliação formativa” (Dolz; Noverraz; Schneuwly (2004, p. 86).	Quadro branco; Papel ou notebook.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

Estrutura

O próximo passo será orientar a turma sobre qual atividade devem realizar (escrita da nota pública sindical), informando que se trata de uma primeira produção, sem cobrar pontos de avaliação que exija nota, configurando assim um exercício apenas para verificar se já seriam capazes de escrever um texto a partir de seus conhecimentos prévios e dos passos apresentados na aula anterior.

Explica-se que a **estrutura composicional** é relativamente estável e será construída com base em: escrita de título; de primeiro parágrafo situando a motivação da nota e no qual se deixe clara de quem é a **voz do sujeito enunciador**; entre 1 e 2 parágrafos de argumentos que embasam o que foi posicionado no primeiro parágrafo, realizando uma **retomada da história**, com apresentação de fatos, e/ou mesmo uma **análise da conjuntura**, relacionado aos fatos históricos.

Em seguida, um parágrafo com reafirmação da ideia principal da nota, **ênfatizando a tese**, ou seja, a ideia, defendida no discurso; uma **frase de efeito ou mote**, que irá configurar o fechamento da nota; a indicação de **local e data** de escrita e **assinatura** dos autores da nota, que pode ser a identificação ao final do texto com a indicação de quem assina a nota (diretoria, categoria, comissão, grupo etc., e as logos).

Após os passos apresentados na aula 1, propõe-se a escrita de uma nota pública sindical (individual, em dupla, ou em grupo, a critério do professor), com base nos conhecimentos prévios dos estudantes e ser apresentado na aula seguinte, lido de forma a socializar a nota com os demais integrantes da turma.

Pode-se pedir que os alunos pensem em situações reais que demandem um posicionamento, por exemplo. As ideias podem ser retiradas a partir do repertório adquirido por meio da leitura sugerida anteriormente, bem como visita em site de notícias (sindicais ou não) e consulta em produção audiovisual.

Nesta fase, é fundamental refletir sobre questões como:

- a. Quem será o leitor da nota pública?
- b. Qual o objetivo do texto (informar, convencer etc.)?
- c. Qual a motivação para escrevê-la?

A seguir apresentam-se alguns pontos que podem, dentre outros, ser temas de escrita da nota no contexto da esfera sindical:

- Defesa de direitos trabalhistas, dos direitos previdenciários e de benefícios;
- Luta contra terceirização dos serviços públicos;
- Contra cortes no orçamento das universidades e da saúde;
- Defesa do SUS e da gratuidade do ensino público;
- Defesa de políticas de inclusão, diversidade e igualdade;
- Precarização das condições de trabalho, como salários defasados (piso salarial);
- Adoecimento (assédio, sobrecarga, infraestrutura), Jornada de trabalho;
- Solidariedade classista: Apoio a greves e mobilizações de outras categorias de trabalhadores;
- Denúncia de *ataques* a movimentos sociais, sindicatos e organizações populares; Defesa da democracia.

Como forma de dinamizar a escolha do tema, a sugestão é que os alunos registrem sugestões de assuntos para serem tratados na nota pública sindical, criando uma ficha, em que possam anotar uma frase indicando o tema e falando sobre a motivação de realizar uma nota pública sobre o referido assunto.

Dessa forma, identificam-se o problema ou tema a ser abordado, sua relevância e o motivo pelo qual deve ser tratado em forma de nota pública sindical, em vez de outro gênero. Caberá explicar ainda que a compreensão ativa por parte dos leitores pode gerar respostas, promovendo interação discursiva, conforme Bakhtin: “Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta” (2016, p. 25).

Assim será possível pensar que haverá um processo de interação entre os sujeitos, ou seja, entre os autores da nota e aqueles que a leem. Esse processo, por sua vez, gera uma ação responsiva baseada na compreensão do enunciado. Neste sentido, será importante que a intenção da nota a ser escrita seja considerada, assim como estabelecido o público-alvo e a forma como o material será veiculado, seja por meio de materiais impressos, plataformas digitais, encaminhamento para órgãos públicos ou divulgação na imprensa, entre outros. Afinal, escreveu Bakhtin:

A obra, como réplica do diálogo, está disposta para a resposta do outro (dos outros), para a sua ativa compreensão responsiva, que pode assumir diferentes formas: influência educativa sobre os leitores, sobre suas convicções, respostas críticas, influência sobre seguidores e continuadores; ela determina as posições responsivas dos outros nas complexas condições de comunicação discursiva de um dado campo da cultura (Bakhtin, 2016a, p. 34).

Nesta etapa, é feita a produção inicial, ou seja, a escrita de um primeiro texto, que não deve ser encarado como finalizado, mas sim como um rascunho, sem preocupação excessiva com acertos ou erros. Também é preciso atentar ao contexto extraverbal, conforme a ideia sintetizada no trecho a seguir:

Os participantes imediatos da comunicação, que se orientam na situação e nos enunciados antecedentes, abrangem fácil e rapidamente a intenção discursiva, a vontade discursiva do falante, e desde o início do discurso percebem a totalidade do enunciado em desdobramento (Bakhtin, 2016a, p. 36).

Para redigir o projeto discursivo das notas públicas sindicais, é possível utilizar como referência os exemplos apresentados e detalhados no Capítulo III. A seguir sintetiza-se um passo a passo: É recomendável iniciar com um título provisório para orientar a elaboração do texto. O passo seguinte é o desenvolvimento do primeiro parágrafo, no qual se situa o leitor quanto à motivação da nota e já se apresenta a voz e o posicionamento do enunciadador. Em alguns exemplos são observados a ênfase em um fato, data, discurso ou ação que precisa ser esclarecido, reafirmado ou contestado.

Na sequência, são construídos os argumentos que sustentam a ideia principal do enunciado. Esse desenvolvimento costuma compor o segundo parágrafo, que pode incluir uma retomada histórica e/ou um diálogo com a conjuntura na qual o enunciado é produzido. Depois disso, elabora-se um parágrafo que explicita de forma clara a tese defendida na nota, reafirmando o posicionamento adotado ao longo do texto. Em seguida, incluem-se as frases de efeito ou palavras de ordem que encerram a nota pública sindical, sendo geralmente destacadas as expressões já conhecidas e recorrentes no contexto comunicacional do movimento sindical, conferindo ainda um estilo marcante da linguagem militante desse gênero. Por fim, é importante identificar o local de produção e a assinatura de autoria, elementos que costumam aparecer ao final

do texto, centralizados na página. Contudo, dependendo das escolhas estilísticas dos autores, algumas notas optam por indicar autoria e data já no primeiro parágrafo. Conforme Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 102), essa etapa é o “primeiro lugar da aprendizagem da sequência”, permitindo uma primeira avaliação.

Após a primeira produção, propõe-se que seja feita uma leitura coletiva das produções dos estudantes, no sentido de realizar observações, utilizando estratégias como a troca de exemplares entre alunos para leitura individual ou leitura coletiva, com o objetivo de identificar dificuldades e realizar uma revisão colaborativa, que pode apontar problemas a serem enfrentados nos módulos subsequentes, conhecimento imprescindível para definir os objetivos da sequência didática. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 83), ressaltam que: “As sequências didáticas servem, portanto, para dar acesso aos alunos a práticas de linguagem novas ou dificilmente domináveis”. Posteriormente passa-se aos módulos, os quais irão abarcar as aulas 3, 4 e 5.

Módulos

Neste ponto, serão abordados os módulos, que correspondem à terceira etapa da sequência e são adaptados às necessidades específicas das turmas, considerando as dificuldades observadas nos textos iniciais. Segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), é essencial “trabalhar com problemas de níveis diferentes”, “variar as atividades e exercícios” e “capitalizar as aquisições”, sendo relevante considerar que o conteúdo dos módulos não deve ser fixado *a priori*, pois as capacidades a serem trabalhadas vai depender da avaliação da produção inicial.

Aula 3 – Primeiro Módulo

Objetivo	Recursos
Trabalhar com quatro níveis na produção de texto, sendo interessante aqui retomar a nota que foi escrita na segunda aula (a que foi feita na produção inicial) e realizar um refinamento de sua produção, a fim de aprimorá-la, a partir das observações realizadas na aula anterior e a partir das orientações repassadas a seguir.	Quadro branco Papel ou notebook Recortes de jornais impressos ou revistas Internet para pesquisas em meio eletrônico

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

1. **Representação da situação de comunicação:** realização de leitura dos exemplos, como a nota pública sindical “Ditadura Nunca Mais!”, já utilizada anteriormente como exemplificação, no sentido de responder questões como: qual é o destinatário presumido, a finalidade do discurso e qual a posição assumida no enunciado?

Como explicação, sabe que a referida nota tem como destinatários principais docentes sindicalizados da Ufam, tendo como finalidade reforçar o entendimento da Ditadura como um período de retrocessos para a educação, além de se posicionar contrário a todo tipo de tortura, mantendo valores de respeito e solidariedade com a vida.

2. **Elaboração dos conteúdos:** utilizar da base de debates, discussões, coleta de informações, para gerar conteúdo. Neste sentido, deve-se apresentar uma breve pesquisa sobre o conteúdo social histórico registrado no enunciado, com imagens e/ou texto, no sentido de aprofundar o debate e conhecimento sobre o tema abordado na nota, por exemplo. Afinal, “O aluno deve conhecer as técnicas para buscar elaborar ou criar conteúdos” (Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 88).

3. **Planejamento do texto:** estruturar o texto, considerando os elementos característicos da nota pública sindical.

4. **Realização do texto:** escolher os meios linguísticos mais eficazes para o gênero, considerando vocabulário, tempo verbal e estilo, ressaltando as “marcas linguísticas”, que produzem significações e temas relevantes no discurso.

Deste modo, se realizará um exercício que seja de reflexão sobre a escrita, de modo a dialogar com essas categorias.

As etapas de escrita ocorrem de forma concomitante, embora sejam exercitadas separadamente por razões didáticas aqui. No entanto, ao se pensar na produção discursiva, seja uma notícia, uma nota pública sindical ou um simples aviso, essas etapas são elaboradas quase simultaneamente e de maneira intuitiva, conforme a prática que se faz da produção de escrita. A partir da prática da leitura do gênero nota pública sindical, a tendência é aumentar a afinidade com a leitura crítica e escrita de sua produção.

Nesse ponto, retoma-se a reflexão sobre o motivo de se escrever uma nota pública, em vez de uma notícia, um aviso, produzir um vídeo ou uma *live* (transmissão ao vivo). Ou seja, considera-se a intenção discursiva ou a vontade de produzir do falante. Conforme Bakhtin (2016, p. 26): “os diferentes gêneros discursivos pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou escreventes”.

Considerando ainda que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Bakhtin, 2016a, p. 26), se pressupõe a existência de um contexto real que gera enunciados capazes de originar outros, que com eles concordam, polemizam ou discordam.

Aula 4 - Segundo Módulo

Objetivo	Recursos
Seguir as indicações dos pesquisadores, de que sejam feitas variações das atividades com a turma, sendo individuais e/ou coletivas, nas quais eles distinguem três categorias: atividades de observação e de análise de textos; tarefas simplificadas de produção de textos (como reorganizar conteúdo de um enunciado, inserir partes que faltam nos enunciados e elaboração de linguagem comum, observando coerência e coesão).	Quadro branco e pincel Projetor de tela Papel ou notebook

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

Este módulo pode ser composto por atividades e exercícios voltados para a análise dos discursos produzidos, com foco na lógica de apresentação do conteúdo e na argumentação. Por exemplo, na introdução, o objetivo seria situar o leitor sobre a motivação do fato que gerou o enunciado, trazer elementos do contexto histórico/social/temporal.

Já no desenvolvimento, seria a argumentação, o foco estaria em elencar e definir os pontos centrais que fundamentam o posicionamento da nota, seja ela de solidariedade, repúdio, esclarecimento, desagravo etc. e contrapor a outros discursos que estão em oposição que se quer colocar na nota.

Aula 5 – Terceiro Módulo

Objetivo	Recursos
Neste módulo, é chamada a atenção para a “elaboração de uma linguagem técnica” que leve a proposta discursiva a ser entendida pelo público destinatário a partir da compreensão das características que conferem significado.	Quadro branco e pincel Projeto de tela Papel ou notebook Ficha de avaliação

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

As atividades propostas neste módulo incluem:

➤ **Análise de vocabulário técnico:** observar a frequência de alguns termos e a influência das escolhas lexicais no sentido do texto incluem fazer perguntas, como, por exemplo: Ao ler as notas públicas, é possível identificar que alguns termos são mais recorrentes que outros? A escolha de uma palavra para substituir um termo específico poderia mudar o sentido da frase ou dar mais ou menos ênfase a algo que foi dito?

Ao mesmo tempo, pelo fato de que toma a forma de palavras técnicas e de regras que permitem falar sobre ela, essa linguagem é, também, comunicável a outros e, o que é também muito importante, favorece uma atitude reflexiva e um controle do próprio comportamento (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 89-90).

➤ **Comparações estilísticas:** verificar diferenças entre os textos produzidos e exemplos de notas públicas sindicais, destacando as formas típicas da composição do gênero. Como parte da atividade, pode-se também explicar como se inserem as vozes de outrem nos discursos analisados, identificando referências diretas, menções indiretas e diferentes formas de discurso (direto, indireto, indireto livre, citações entre aspas, paródias etc.), bem como os diferentes posicionamentos ideológicos expressos em apreciações e juízos de valor.

➤ **Identificação de pontos polêmicos:** a proposta é analisar trechos que possam causar dúvidas ou que necessitem de maior clareza no gênero discursivo sindical.

Aula 6 – Produto Final

Objetivo	Recursos
Produzir uma nota pública sindical coerente aos elementos apresentados na sequência didática, mobilizando conhecimento construído a partir do entendimento de conceitos de conteúdo temático, construção composicional e estilo. Desenvolver um pensamento avaliativo individual e coletivo, tendo como base a crítica responsável e ética.	Quadro branco e pincel Projektor de tela Papel ou notebook Caneta vermelha Ficha de avaliação

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

Na etapa final, conclui-se a sequência didática com a reescrita e revisão da produção discursiva.

Sabe-se que Dolz, Noverraz e Schneuwly propõem que seja feita uma avaliação (investigação de aprendizagem) de modo a identificar progressos, dificuldades e soluções, além de avaliação somativa.

Deste modo, esse é o momento da produção final, em que “dá ao aluno a possibilidade de pôr em prática as noções e instrumentos elaborados separadamente nos módulos” (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 106). Isso possibilitará que posteriormente a avaliação possa ser feita pelo professor, pelos próprios sujeitos (estudantes) que produziram a nota e seus colegas. Afinal, a avaliação objetiva: “orientar os professores para uma atitude responsável, humanista e profissional” (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 107).

Neste sentido, a reflexão final deve considerar se a intenção comunicativa foi alcançada e se o texto produzido se configura como um “enunciado acabado”, dotado de sentido dentro do contexto de ensino (a condição concreta em que foi realizado), além das correções gramaticais e da estrutura do discurso elaborado. “o importante é que o aluno encontre, de maneira explícita, os elementos trabalhados em aula e que devem servir como critérios de avaliação” (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 91).

Algumas orientações que os autores compartilham para que docentes reflitam durante a adaptação das sequências com relação a avaliação final são:

- * analisar as produções dos alunos em função dos objetivos da sequência e das características do gênero;
- * escolher as atividades indispensáveis para a realização da continuidade da sequência;
- * prever e elaborar, para os casos de insucesso, um trabalho mais profundo e intervenções diferenciadas no que diz respeito às dimensões mais problemáticas. (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 94)

Sabendo que “a compreensão é dialógica” (Bakhtin, 2016b, p. 97). A nota pública sindical, enquanto gênero discursivo, expressa uma relação com o outro, gerando respostas, concordâncias ou discordâncias, configurando uma interação dialógica entre os sujeitos da comunicação.

Assim, esse gênero, em seu contexto real de produção, constitui um “enunciado vivo”, carregado de valores sócio-históricos.

Esse processo culmina na “conclusibilidade” do enunciado e abre espaço para uma ação responsiva. Deste modo, este exercício poderá gerar respostas como compreendi/não compreendi, concordo/não concordo sobre os textos produzidos, o que irá se configurar em uma interação e um aspecto dialógico de interação entre o falante (quem produziu a nota como atividades) e outros colegas e o professor.

Essa relação entre sujeitos se configura como uma peculiaridade do enunciado, em um processo que envolveu desde a intenção até a realização de produção do enunciado.

Sugere-se aos produtores/avaliadores o uso de uma “lista de constatações construída durante a sequência”, como, por exemplo, a ficha avaliativa a seguir, construída como exemplo e parte da proposta da sequência didática apresentada, com questões que podem contribuir na orientação da avaliação coletiva/individual:

Avaliação do produto final

Quadro 15 - Modelo de ficha avaliativa 1 - Autoavaliação coletiva/individual

É um desafio 	É possível melhorar 	Objetivo alcançado 
Questão	Avaliação do aluno	Avaliação do professor
O título corresponde ao de uma nota pública sindical?		
O primeiro parágrafo cumpre suas funções de abertura e contextualização?		
Há parágrafos argumentativos que desenvolvem o tema?		
Existe um parágrafo de fechamento ou conclusão da nota?		
São indicados local e data de publicação?		
Apresenta assinatura ou identificação de autoria (individual ou coletiva)?		
É possível identificar o posicionamento em relação à temática abordada?		
A construção composicional/estrutura corresponde à de uma nota pública ou de outro gênero?		
Há termos técnicos, expressões, adjetivos ou recursos linguísticos que revelem um estilo próprio da nota?		

Fonte: autoria da pesquisadora – 2025

Outra sugestão também é a ficha a seguir, que pode contribuir para avaliação no sentido de contabilizar a pontuação sobre a produção discursiva final:

Quadro 16 - Modelo de ficha avaliativa 2 – Produção discursiva final

É um desafio 		É possível melhorar 	Objetivo alcançado 
Item	Avaliação	Observações	Pontuação
Realizou a produção inicial proposta na aula 2?			
Módulo: Realizou a atividade proposta na aula 3?			
Módulo: Realizou a atividade proposta na aula 4?			
Módulo: Realizou a atividade proposta na aula 5?			
Desenvolveu o produto final?			
Participou da leitura e avaliação coletiva do produto?			

Fonte: autoria da pesquisadora – 2025

Importa enfatizar: considerando que, devido à limitação de tempo, não foi possível realizar a aplicação da sequência didática proposta no desenvolvimento desta tese, sugere-se, após a defesa, a elaboração de um projeto destinado à sua implementação em uma turma real, de modo que esse projeto contemplará

a aplicação da sequência didática, o recolhimento das produções do gênero nota pública e as respectivas avaliações, visando à elaboração de um artigo acadêmico que compartilhe os resultados obtidos. Tal publicação poderá servir, simultaneamente, como forma de avaliação e como contribuição para a continuidade da pesquisa, com resultados socializados em publicação em revistas e eventos acadêmicos. Para sua execução, será necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com os procedimentos estabelecidos por esse órgão.

Esta sequência didática foi elaborada para ser desenvolvida com estudantes e, por isso, apresenta uma estrutura detalhada em etapas aprofundadas. Caso seja aplicada em oficinas voltadas a integrantes de movimentos sociais, sindicatos ou movimentos populares, poderá demandar adaptações, considerando as especificidades de cada categoria trabalhadora ou social, sendo esta ressalva também preconizada na proposta de Sequência Didática de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). Nesses contextos, o público tende a ser mais heterogêneo, sem delimitação de faixa etária ou nível de escolaridade. Assim, por exemplo, a abordagem sobre a produção de notas públicas voltada a uma categoria sindical docente requer uma abordagem distinta (como, por exemplo, diminuído o número de módulos) daqueles que seriam adotados em uma oficina destinada a um movimento popular pela moradia (detalhando mais os módulos). Ainda que ambos possam se apropriar do recurso da nota pública em suas formas de comunicação, é necessário considerar as diferenças de formação escolar e de contexto de comunicação e interação entre os grupos.

CONSIDERAÇÕES

Sobre o estudo que fundamenta esta tese, são apresentadas considerações objetivas e pertinentes sobre suas contribuições. Em primeiro lugar, se pode afirmar, que, ao buscar responder à questão central: **“Qual a caracterização de uma nota pública como gênero discursivo na esfera da comunicação sindical?”**, construiu-se um embasamento teórico que demonstra o alcance do objetivo geral, o qual foi o de **“caracterizar, a partir da teoria bakhtiniana, os elementos constitutivos da nota pública sindical como gênero discursivo e compreender como as relações dialógicas se estabelecem, visando à didatização desse gênero”**.

Essa contribuição foi possível a partir do aprofundamento do pensamento bakhtiniano, que compreende a linguagem como um fenômeno discursivo, e em diálogo com Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), no contexto específico da comunicação sindical. Embora o *corpus* da pesquisa tenha sido composto por notas públicas produzidas no contexto sindical docente, acredita-se que os resultados alcançados permitem estabelecer intersecções com a produção discursiva de notas públicas sindicais de outras categorias da classe trabalhadora e até mesmo de outros campos discursivos.

Cabe destacar que nesta tese foi feita uma proposta de classificação das Notas Políticas (ou Notas Oficiais) nas seguintes formas típicas de enunciado: Nota à imprensa; Nota de esclarecimento; Nota de apoio e/ou solidariedade; Nota de repúdio e Nota pública sindical. Mas que, por conta da necessidade de aprofundamento de estudo, o foco recaiu na compreensão do gênero discursivo, o qual se revela mais que um simples comunicado, se constitui um instrumento de pedagogia sindical, contribuindo para a formação política e o fortalecimento da consciência social da classe trabalhadora.

Os objetivos específicos foram traçados para orientar o alcance do objetivo geral, e permitiram afirmar que este estudo:

- I. apresenta um conceito de nota pública sindical, a partir da revisão de literatura sobre nota pública/nota oficial, em cotejo com a teoria bakhtiniana dos gêneros do discurso;

II. identifica os elementos constitutivos da nota pública sindical, como autoria, estilo, características linguísticas, conteúdo temático, estrutura composicional e função comunicativa, a partir do *corpus* analisado.

III. Apresenta uma proposta de sequência didática para o ensino da nota pública sindical, com base em Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), propondo um processo didático que contribua para o ensino e aprendizagem desse gênero.

Esse resultado é fruto de um processo de construção da pesquisa que se fundamentou em investigação documental e bibliográfica, com dados obtidos por meio da leitura e análise de notas públicas consultadas em acervos físicos e digitais. E com o olhar a partir da experiência pessoal como pessoa que integra a classe trabalhadora, inserida na realidade cotidiana do viver.

As contribuições deste estudo podem também ser organizadas em três eixos principais: Discussão e caracterização do gênero discursivo “nota pública sindical”; Contribuições pedagógicas e metodológicas; Propostas para a continuidade da pesquisa. Destaca-se que o estudo permitiu avançar na reflexão e análise desse gênero discursivo. Trata-se de uma contribuição relevante, pois preenche uma lacuna existente quanto ao tratamento científico do gênero e propõe um material voltado à didatização do ensino da nota pública sindical.

A identificação dos elementos constitutivos: **conteúdo temático**, **construção composicional** e **estilo**, baseou-se na análise do *corpus* composto por cinco notas emitidas pela ADUA. Os resultados indicam que:

I. Conteúdo temático: é construído a partir de temáticas de interesse coletivo que permeiam a vida dos sujeitos no campo da comunicação sindical. É influenciado por aspectos conjunturais e históricos, cumprindo também uma função de registro de memória e de pedagogia social. Os enunciados articulam temporalidade, denúncia e posicionamento político, além de apontar para ações da prática sindical.

II. Construção composicional: apresenta estrutura relativamente estável, com elementos recorrentes como título, sequência de parágrafos (voz do enunciador, retomada do contexto, análise da conjuntura e tese defendida), frase de efeito ou mote, local e data, e assinatura institucional.

III. Estilo: é marcado pela argumentação e pelo uso de recursos lexicais típicos da linguagem militante e mobilizadora, refletindo o posicionamento ideológico da entidade enunciativa.

É compreendido que os enunciados analisados revelam discursos anteriores e expressam uma construção ideológica, afinal, as notas públicas sindicais mobilizam referências discursivas com autores.

Já com relação às contribuições pedagógicas e metodológicas, afirma-se que a elaboração da proposta de sequência didática do gênero nota pública sindical baseia-se na perspectiva bakhtiniana e na metodologia de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). A sequência didática tem por objetivo ampliar o acesso dos alunos a práticas de linguagem novas ou pouco dominadas, como a nota pública sindical, e estimular a compreensão da escrita como um processo contínuo de reescrita. Essa abordagem favorece o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico, da reflexão linguística e da capacidade argumentativa, além de auxiliar o trabalho docente em aspectos como coesão, coerência, estrutura e produção discursiva.

Cabe afirmar que a proposta também busca ampliar o contexto de ensino, incluindo a nota pública sindical tanto em salas de aula quanto em espaços de formação política da sociedade civil organizada, como movimentos sociais, populares, coletivos e sindicatos.

Já com relação a perspectivas para pesquisas futuras, recomenda-se a aplicação prática da sequência didática proposta, o que não foi possível no âmbito deste estudo, devido à limitação de tempo. Sugere-se, portanto, a elaboração de um projeto que contemple sua implementação e avaliação em turma específica, com recolhimento e análise das produções discursivas. Os resultados poderão ser divulgados por meio de artigo acadêmico. Para oficinas voltadas a integrantes de movimentos sociais ou sindicatos, com adaptação da sequência, considerando as especificidades de escolarização e do contexto comunicativo.

A pesquisa realizada no acervo físico e digital da entidade aponta, ainda, para a necessidade de específica organização/catalogação documental das notas públicas sindicais, sendo uma atividade a ser realizada por profissional da arquivologia, considerando que este tipo de material pode se configurar como importante fonte de pesquisa, seja nesta ou em outras instituições.

A tese contribui ao legitimar a nota pública sindical como gênero ideológico e formativo dentro da teoria bakhtiniana e, metodologicamente, ao fornecer um roteiro didático para o trabalho com esse gênero tanto na academia quanto na práxis da luta social.

A seleção do *corpus* situou ainda a análise no contexto da prática discursiva do movimento docente na Amazônia, especificamente no âmbito da Universidade Federal do Amazonas. Pode-se afirmar que a educação, nesse contexto, é construída pelo modo como os enunciados da ADUA se relacionam ativamente com discursos antecedentes, seja do governo, da ideologia dominante e de outros autores, nas quais são evidenciados o diálogo polêmico com discursos de defesa das políticas públicas, denunciando ataques sistemáticos à educação pública no Amazonas, definindo e publicizando posicionamentos referentes ainda a defesa das bandeiras (pautas de luta), como com relação às mulheres, povos indígenas, orçamento da educação, democracia etc.

Embora circulem, prioritariamente de forma interna entre os interlocutores nas entidades que as emitem, essas notas, em determinados momentos, dirigem-se também ao público externo, podendo ampliar o alcance formativo e político do discurso sindical.

É possível afirmar que as notas utilizadas como exemplos abordam temáticas relacionadas à educação pública, à Amazônia e ao sindicalismo docente, articulando temporalidade histórica, denúncia e posicionamento político no contexto da comunicação docente na Amazônia. Deste modo, constroem relações de solidariedade, caracterizando a atuação de quem as emitiu pelo seu compromisso com sua identidade ideológica, na qual, discursivamente, a ADUA evidencia a necessidade permanente de resistência no contexto amazônico.

Os enunciados indicam que a educação na Amazônia constitui um campo que exige do trabalho docente o compromisso com a defesa da dignidade e da vida. Assim, evidenciam a escolha da práxis como elemento central de sua identidade e caracterizam o movimento docente como defensor de direitos fundamentais e de condições dignas de trabalho, reafirmando sua função de transcender o discurso e atuar na vida concreta, levando a mensagem “aos becos, ruas e praças”.

A reflexão sobre esses elementos revela que a educação na Amazônia não é compreendida como uma entidade isolada, mas como parte integrante da luta política, devendo ser vivida, reverberada e transformada em ação. Essa caracterização está intrinsecamente ligada à ação responsiva dos sujeitos e à sua capacidade de mobilização, indicando que a consciência de luta é estruturante na defesa da educação e na construção do viver na região.

Portanto, finalizamos defendendo a tese de que a nota pública sindical é gênero discursivo construído a partir de temas de interesse que orientam a vida dos sujeitos inseridos no campo da comunicação sindical. Mais do que um simples instrumento informativo, é, sobretudo, uma ferramenta de mediação para a organização política e a formação da consciência social da classe trabalhadora. Nesse sentido, reforçamos que, enquanto gênero discursivo, a nota pública apresenta características que podem ser compreendidas à luz da teoria bakhtiniana sobre gêneros discursivos, destacando-se a mobilização de conceitos estilo, conteúdo temático e construção composicional. Este último, por sua vez, estruturado por título, sequência de parágrafos que trazem a voz do enunciador, retomada histórica, análise da conjuntura, a tese central, além de frase de efeito ou mote, assinatura e data e local de publicação. Defendemos, ainda, que o ensino deste gênero pode ser realizado por meio de sequências didáticas, como a proposta com base em Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), podendo integrar a grade curricular do ensino médio e cursos de graduação como Jornalismo e Comunicação Social, bem como ser objeto relevante para reflexão e formação nas entidades sindicais

REFERÊNCIAS

ACOSTA PEREIRA, R.; RODRIGUES, R. H. **Perspectivas atuais sobre gêneros do discurso no campo da Linguística**. Letra Magna, v. 5, p. 01-25, 2009. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/magna/issue/view/148>. Acesso em janeiro de 2023.

ADUA. **Adua em Notas e Atos (2020-2022)**. E-book, 59p. Manaus, 2022. Disponível em: <https://www.adua.org.br/frame.php?pagina=ebook.php&DESTINO=E-book#localizador>. Acesso em: 30 de abril de 2024

ADUA. **Moção de repúdio**. Acervo. Manaus, 2024.

ADUA. **Nota da ADUA em defesa da equidade educacional**. Manaus, 2025. Disponível em: https://www.adua.org.br/frame1.php?pagina=noticia.php&ID_ARTIGO=3033#localizador. Acesso em: 01 fevereiro de 2025.

ADUA. **Nota de esclarecimento aos futuros alunos da Universidade do Amazonas, nos municípios de Parintins, Itacoatiara, Manacapuru e outros**. Recorte de divulgação no Jornal A Crítica em 03 de julho de 1991, em Manaus. Acervo. Manaus, 2023.

ADUA. **Nota de luta e resistência**. 19 de abril de 2021 – Hoje e sempre. Dia nacional de luta dos povos indígenas. Disponível em: [https://www.adua.org.br/userfiles/files/NOTA%2019%20de%20abril%20ADUA%20\(1\).pdf](https://www.adua.org.br/userfiles/files/NOTA%2019%20de%20abril%20ADUA%20(1).pdf) . Acesso em 25 de outubro de 2025.

ADUA. **Nota Pública: 15 de outubro de 2024** - Pelo caminho da práxis, seguir na luta em defesa da categoria docente e da educação como direito fundamental do povo brasileiro. Manaus, 2024. Disponível em: https://www.adua.org.br/frame1.php?pagina=noticia.php&ID_ARTIGO=2932#localizador. Acesso em: 30 de janeiro de 2025.

ADUA. **Nota Pública: A destruição das universidades e institutos federais como parte da guerra do governo contra a classe trabalhadora brasileira**. In: Adua em Notas e Atos (2020-2022). Manaus, 2022. Disponível em e-book em: <https://www.adua.org.br/frame.php?pagina=ebook.php&DESTINO=E-book#localizador>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

ADUA. **Nota Pública: A destruição das universidades e institutos federais como parte da guerra do governo contra a classe trabalhadora brasileira**. In: Adua em Notas e Atos (2020-2022). Manaus, 2022. Disponível em e-book em: <https://www.adua.org.br/frame.php?pagina=ebook.php&DESTINO=E-book#localizador>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

ADUA. **Nota pública: Ditadura Nunca Mais!** Manaus, 2023. Disponível em: https://www.adua.org.br/frame1.php?pagina=noticia.php&ID_ARTIGO=2274. Acesso em: 30 de janeiro de 2025.

ADUFU. **Nota de apoio à greve das Técnicas e Técnicos Administrativos em Educação da UFU e ao SINTET-UFU.** Publicada em 12 março de 2024. Disponível em <https://adufu.org.br/nota-de-apoio-a-greve-das-tecnicas-e-tecnicos-administrativos-em-educacao-da-ufu-e-ao-sintet-ufu/> , Acesso em 15 de janeiro de 2025.

ANDES-SN. **Moção de apoio à(o)s docentes:** Wallace de Moraes e Jussara Marques Macedo (UFRJ); Lúcia Isabel Silva (UFPA); Jacyara Silva de Paiva (UFES), Marta Queiroz (UFPI). Brasília, 2023. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/b0643eac0782ab05aa613f84ceeeb289_1690571899.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

ANDES-SN. **Moção de repúdio da Diretoria do ANDES-SN ao STF.** 13º Conad Extraordinário. Brasília, 15 e 16 de outubro de 2021 – On-line. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/22b6e7a75d6943976e3bce5e64598e62_1634385809.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

ANDES-SN. **Nota de repúdio da Diretoria do ANDES-SN às declarações de Jair Bolsonaro.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/nota/nota-da-diretoria-do-aNDES-sN-de-repudio-as-declaracoes-de-jair-bolsonaro0>. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

ANDES-SN. **Nota da diretoria do ANDES-SN em apoio e solidariedade à(ao)s docentes e à(ao)s estudantes da UFFS de Laranjeiras do Sul.** Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/nota/nOTA-dA-dIRETORIA-dO-aNDES-sN-eM-aPOIO-e-sOLIDARIEDADE-a-aO-s-dOCENTES-e-a-aO-s-eSTUDANTES-dA-uFFS-dE-IARANJEIRAS-dO-sULO/page:20/sort:Conteudo.updated/direction:desc>. Acesso em 15 de janeiro de 2025.

ANDES-SN. **Nota da Diretoria Nacional do ANDES-SN sobre o processo de negociação salarial com o governo federal.** Brasília, 2023.

ANNUNZIATA; ARRUDA. A Verdade. **Novo ato mobiliza trabalhadores contra a escala 6x1 por todo o Brasil.** Publicado em 23 de abril de 2025. Disponível em: <https://averdade.org.br/2025/04/novo-ato-mobiliza-trabalhadores-contr-a-escala-6x1-por-todo-o-brasil/> . Acesso em 28 de agosto de 2025.

Agência Brasil. **Caminhos da Reportagem relembra ataques de 8 de janeiro de 2023.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-01/caminhos-da-reportagem-relembra-ataques-de-8-de-janeiro-de-2023>. Acesso em 06 de setembro de 2025.

ARAUJO, V. C. **O jornalismo de Informação Sindical no Brasil:** atores, práticas, mecanismo e estratégias de produção jornalística. Labcom, 2005. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC). Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/esp/autor.php?codautor=828>.

ASSIS, F. de. **Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos.** Revista Alceu. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). ALCEU - v. 11 - n.21 - p. 16

a 33 - jul./dez. 2010. Disponível em: https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu21_2.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2024.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes. 2003.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 3.ed. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2017.

_____. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russo de Serguei Botcharov. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2016a, p. 11-69.

_____. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. **O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russo de Serguei Botcharov. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2016b, p. 71-107.

_____. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. **Diálogo II**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russo de Serguei Botcharov. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2016c, p. 125-150.

_____. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. **Diálogo I. A questão do discurso dialógico**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russo de Serguei Botcharov. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2016d, p. 113-124.

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5 ed. (revista). Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 2010.

_____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: UNESP; Hucitec, 1988 [1975].

BEZZON, L. **Análise político-sociológica do Reencontro da sociedade civil brasileira com a cidadania e a democracia segundo a perspectiva da comunicação pública**. In: COSTA, Maria José Oliveira (organizadora). Campinas, SP: Editora Alínea, 2004. (Coleção Comunicação, Cultura e Cidadania). P. 17-28.

BONINI, A. **Os gêneros do Jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil?** In: Os gêneros do jornal. Bonini; Ferretti-Soares; Silva Júnior; Wendhausen Lima (orgs). Coleção Linguística. V. 4. Florianópolis: Insular. 2014.

BONINI, A.; YANO, D. de C.; REMPEL, G. (org.). **Gêneros jornalísticos em uma perspectiva crítica: pesquisa e ensino no chão da escola**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

BOSI, Alfredo; SAVIANNI, Demerval; HORTA, José Silvério; MENDES, Trigueiro (orgs). **Existe uma Filosofia da Educação Brasileira?** In: Filosofia da Educação Brasileira (6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 61.

BRAIT, B. **Análise e teoria do discurso**. In: BRAIT, B. (Org). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BRAIT, B. **Estilo** (70-102) In: Bakhtin: conceitos-chaves. 4. ed. - São Paulo: Contexto, 2007.

BRAIT, B; PISTORI, M. H. **Produtividade do conceito de Gênero em Bakhtin**. Alfa, São Paulo, 56 (2): 371-401, 2012.

BROCHARDT, K. **Projeto ético-político do serviço social e emancipação humana**: uma análise a partir dos posicionamentos do CFESS, no contexto de radicalização conservadora sobre a política brasileira entre 2016 e 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br>. Acesso em: janeiro de 2024.

BULHÕES, M. M. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CARDOSO, Y. **A interculturalidade dialógica no currículo de linguagens da educação escolar Munduruku**: a ascensão da literatura indígena. Tese (doutorado). Universidade Federal do Amazonas. 2023.

CARVALHO, M. **Educação musical escolar para além do desenvolvimento humano**: contribuições a partir da perspectiva social-realista. 2023. Tese (Doutorado em Formação, Currículo e Práticas Pedagógicas) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48140/tde-22082023-090624/pt-br.php> . Acesso em: janeiro de 2023.

CATALÃO Jr., A. **Jornalismo Best-seller**: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Orientador: Arnaldo Cortina, 2010.

CAVALCANTE, J. M. **Análise da " Ideologia de Gênero" no Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2017.

CONDSEF. **Nota à imprensa**: Bancada Sindical vê com indignação a falta de proposta de reajuste do Governo e falta de prioridade para pautas não remuneratórias. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.condsef.org.br/documentos/nota-imprensa-bancada-sindical-ve-com-indignacao-falta-proposta-reajuste-governo-1> . Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

COSTA, Lailton Alves da. **Gêneros jornalísticos**. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (orgs.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

CURSINO, S. A. **Amazônia em "O nome da morte"**: uma caracterização dialógica. Relatório de pesquisa, 2010. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/2250>. Acesso em 20 de janeiro de 2025.

_____. **Fotografia**. Exemplo de leitura de nota pública durante manifestação. Manaus, 2021.

_____. **Fotografia**. Exemplo de nota pública em um mural físico na Ufam, Manaus, 2023.

_____. **Fotografia**. Exemplo de leitura de nota pública durante manifestação, Manaus, 2025.

_____. **Fotografia**. Exemplo de embalagem com receita. Manaus, 2025.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

DUARTE, J. (org). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2018. ix, 465 p. ISBN 9788597014648.

ECO, U. **Como se faz uma tese** [1932]; tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. 22 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ELY, A. **Da linguagem totalitária às notas de repúdio: um olhar discursivo acerca da Pandemia de Covid-19 no Brasil**. Tese (Doutorado). Curitiba, 2023.

FABRÍCIO, P. **Os discursos contemporâneos da psiquiatria sobre a maconha no Brasil**. 2021. 522 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49247>. Acesso: em 20 janeiro de 2024.

FARIAS, Elaíze. **Pesquisadores da Ufam e do Inpa querem sair da lista pró-mineração de potássio. Amazônia Real**. Reportagem publicada em: 24/05/2023 às 09:24. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/lista-pro-mineracao-de-potassio/> Acesso em: fevereiro de 2024.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FONACATE. **Nota Pública.** Brasília, 2024. Disponível em: <https://fonacate.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Nota-publica.pdf>. Acesso em: novembro de 2024.

FREITAS, V; **A construção da identidade dos Institutos:** uma análise crítica do discurso sobre o projeto de reordenamento da Rede Federal de educação. 2023. 98 f Mestrado (Dissertação) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação Ciências da Linguagem. Mestrado Interinstitucional em Ciências da Linguagem, 2023. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1740>. Acesso em: janeiro de 2024.

GASPAROTTO, A. **“Companheiros Ruralistas!”:** Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4201334. Acesso em: janeiro de 2024.

G1. **Ministro da Educação defende que universidade seja para poucos.** Publicado em 10 de ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>

PORTAL G1. **Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF.** Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em 06 de setembro de 2025.

GRILLO, S. **Divulgação científica: linguagens, esferas e Gêneros.** Tese de livre-docente. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. – São Paulo, 2013.

_____. **A noção de 'tema do gênero' na obra do Círculo de Bakhtin.** Estudos Linguísticos (São Paulo), v. 1, p. 1825-1834, 2006.

GIANNOTTI, Vito. **Comunicação para disputa de hegemonia.** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/11/Comunica%C3%A7%C3%A3o-web-ok.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, I. Agência IBGE Notícias. **Taxa de sindicalização cai a 9,2% em 2022, menor nível da série.** Notícia publicada em 15/09/2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

noticias/noticias/37913-taxa-de-sindicalizacao-cai-a-9-2-em-2022-menor-nivel-da-serie Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

KANAEV, I.; BAKHTIN, M. **O vitalismo contemporâneo**. In: BRAIT, B. (Org.). Bakhtin e o Círculo. São Paulo: Contexto, 2009.

KOPPLIN, E.; FERRARETTO, L. **Assessoria de imprensa**: teoria e prática. 4. ed. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzatto, 2001. 149 p. ISBN 85-241-0388-4.

LIRA, A. **Produção textual em RP a partir da perspectiva de gêneros do discurso**: um estudo inicial. Rev. Estud. Comun., Curitiba, v. 11, n. 25, p. 107-113, maio/ago. 2010.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2022.

MACIEL, L. V. **Saber Linguagem – Bakhtin e o Círculo**. Canal YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@SaberLinguagem> Acesso em: 01 de janeiro de 2023.

_____. **Bakhtin: 12 conceitos fundamentais** [recurso eletrônicos] – São Carlos, SP: Ed. do autor, 2024.

_____. **Gênero e estilo nas melhores redações do vestibular Unicamp**. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

_____. **Para entender os gêneros do discurso**. Araraquara: Letraria, 2022.

_____. **Relações dialógicas em narrativas**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2014.

MAGALHÃES, A. **Retórica no discurso organizacional**: constituição do *ethos* da organização a partir de notas oficiais sobre acidentes. 2010. 223 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14179>. Acesso em janeiro de 2024.

MAIA, E. **Controle Social do Financiamento da Educação Básica Reivindicado pelo Sindicalismo Docente**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2021. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/Teses%20Defendidas/ElizangelaTiagodaMaia%20-%20Tese.pdf>. Acesso em janeiro de 2024.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo Opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. **Jornalismo**: compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Trad. Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

MOLINA, H. **História do sindicalismo**: A luta dos trabalhadores – A organização dos sindicatos e sua participação na construção da democracia e dos direitos sociais no Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.sintetufu.org/história-do-sindicalismo/> Acesso em: 13 ago. 2023.

MOROSINI, M; FERNANDES, C. **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação por escrito, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.

Moura, Marx. **A disputa pelo direito à saúde na contemporaneidade**: uma análise da defesa de interesses nas Plenárias Nacionais de Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32759/1/TESE%20Marx%20Rodrigues%20de%20Moura.pdf>. Acesso em: janeiro de 2025.

MOURA, C.; LOPES, M. V. **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. 2016.

MOURA, N., MESQUITA, M., & RENSI, J. (2023). **Comunicação institucional da política externa**: análise das notas à imprensa dos cem primeiros dias de mandato de Lula III. *Conjuntura Austral*, 14(68), 40–60. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/133630>. Acesso em: janeiro de 2024.

PERUZZO, Cecília. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. In: COSTA, Maria José Oliveira (organizadora). Campinas, SP: Editora Alínea, 2004. (Coleção Comunicação, Cultura e Cidadania). P. 49-80.

Portal G1. **Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF**. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em 06 de setembro de 2025.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G.G.; **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.

RICCI, V. **De notas à imprensa a press releases**: uma proposta de glossário diplomático português/inglês a partir de estudo direcionado por corpora. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/24463>. Acesso em: janeiro de 2024.

RODRIGUES, R. H. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo**: cronotopo e dialogismo. 2001. 446 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ROXANE, Rojo; GLAÍS, Cordeiro (tradutoras e organizadoras). **Apresentação**: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim e colaboradores. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SALETE, M. **Gênero(s) resumo na perspectiva bakhtiniana**. Anais do 6º Encontro Celsul - Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Anais do 6º Encontro do Celsul. Círculo de Estudos Linguísticos do Sul; 3, 4 e 5 de novembro de 2004; Florianópolis - Santa Catarina. Disponível em: [http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VI/Individuais/G%C3%84NERO\(S\)%20RESUMO%20NA%20PERSPECTIVA%20BAKHTINIANA.pdf](http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VI/Individuais/G%C3%84NERO(S)%20RESUMO%20NA%20PERSPECTIVA%20BAKHTINIANA.pdf). Acesso em: outubro de 2024.

SANCHES, Mariana. **“Sem invasão do Capitólio, não haveria o 8 de janeiro”**, diz cientista político americano. Da BBC News Brasil em Washington. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64421108>. Acesso: 6 de setembro de 2025.

SANTIAGO, C; GIANOTTI, V. **Comunicação sindical**: a arte de falar para milhões. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SCHNAIDERMAN, B. **Bakhtin 40 graus** (Uma experiência Brasileira). In: BRAIT, B. Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

SEIXAS, L. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: proposta de novos critérios de classificação. Covilhã: LabCom, 2009. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/509>. Acesso em: janeiro de 2024.

SESAI, 2021. **Mais de 600 indígenas morreram de covid-19 no Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mais-de-600-indigenas-morreram-de-covid-19-no-brasil/>

SINASEFE. Nota Pública. **SINASEFE em defesa da democracia**: punição aos golpistas, sem anistia. Publicado em 8 jan. 2023. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/sinasefe-em-defesa-da-democracia-punicao-aos-golpistas-sem-anistia/>. Acesso em: julho de 2024.

SINTESAM. **Nota de repúdio do Sintesam contra o terrorismo**. Publicada em 09 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/sintesam/posts/5579057732191869/> Acesso em: janeiro de 2024.

SOBRAL, A. **Ato/atividade e evento** (11-36) In: BRAIT, B. Bakhtin: conceitos-chaves. 4. ed. - São Paulo: Contexto, 2007.

UFAM. UFAM divulga edital para cursos on-line e gratuitos de idiomas pela Rede Andifes-IsF. Manaus, 2005. Disponível em: <https://ufam.edu.br/noticias/6951-ufam-divulga-edital-para-cursos-on-line-e-gratuitos-de-idiommas-pela-rede-andifes-isf.html>. Acesso em 3 de novembro de 2025.

VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, ensaio introdutório de Sheila Grillo. – São Paulo: Editora 34, 2021 (3ª edição).

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes: 2003.